

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

LEONARDO ARAÚJO LIMA

**Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas:
servir, reagir e devir**

São Paulo
2022

LEONARDO ARAÚJO LIMA

**Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas:
servir, reagir e devir**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Leny Sato

São Paulo

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lima, Leonardo Araújo

Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas: servir, reagir
e devir / Leonardo Araújo Lima; orientador LENY SATO. -- São Paulo, 2022.
246 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Psicologia Social do Trabalho. 2. Dramas do Trabalho. 3. Sobrevivência. 4.
Trabalhadoras domésticas-diaristas. I. SATO, LENY, orient. II. Título.

Nome: LIMA, Leonardo Araújo

Título: **Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas: servir, reagir e devir.**

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Ciências.

Aprovada em: 14/11/2022

Banca Examinadora

Prof. Dr^a.: Leny Sato

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr.: Fabio de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr^a.: Maria Elizabeth Antunes Lima

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Prof. Dr^a.: Maria Chalfin Coutinho

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr.: Cássio Adriano Braz de Aquino

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao amor e coragem que me fortalecem.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas ajudaram a realização deste estudo. Algumas delas até sem saberem o tamanho das suas contribuições. Cabe, então, lembrá-las.

É certo que o estudo não seria possível sem os diálogos que venho estabelecendo com as trabalhadoras que me confiaram suas histórias, lutas, alegrias, angústias e sonhos. São mais de quarenta mulheres que contribuíram diretamente para esta pesquisa, seus nomes serão lembrados em muitos momentos ao longo do texto.

Função primordial nesta empreitada foi da Professora Leny Sato, orientadora que me ensinou a observar a realidade de trabalhadores com agudeza crítica, mas sempre valorizando a vivacidade de quem o movimenta. Levarei para todos os âmbitos da minha vida seus exemplos de equilíbrio entre a seriedade e a alegria que é conhecer a realidade social.

Quero agradecer também as indicações e críticas que recebi nos diálogos com professores e colegas do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais – TraMPoS / USP. Destaco aqui os conselhos do Professor Fábio de Oliveira, da Professora Mariana Prioli e da Professora Márcia Hespanhol Bernardo, além dos animados debates com Neíza, Juliana, Carolilne, Dímitre, Samir e Josiane.

O planejamento e a concretização desta pesquisa deve-se em grande medida pela trajetória de inspiração que obtive junto aos estudos de pesquisadores no campo da psicologia social e da psicologia do trabalho.

Priorizo, então, agradecimentos à Professora Sylvia Leser de Mello (*in memoriam*) e à Professora Maria Chalfin Coutinho, que estiveram na minha banca de qualificação e me ajudaram nos ajustes para seguir com a pesquisa. Agradeço também a grandiosa força que a Professora Maria Elizabeth Antunes Lima me concedeu ao encorajar minha carreira de pesquisador e docente.

Nos felizes encontros da vida também conheci a Professora Ana Ignez Nunes, que me ensinou apreciar a riqueza da Psicologia Histórico-Cultural. Lembro ainda da Professora Maria de

Fátima Sena e Silva (*in memoriam*) e do Professor Cássio Adriano Braz de Aquino, aqueles que me apresentaram a Psicologia do Social do Trabalho ainda nos anos de graduação, quando integrei o Núcleo de Psicologia do Trabalho - NUTRA / UFC.

No decorrer dos cinco anos de doutorado a minha vida esteve dividida entre família, estudos e trabalho. Neste último âmbito, tenho dividido desafios e aprendizagens com as professoras do curso de psicologia e com outros colegas, alunos e gestores do Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica). Essa instituição tem sido o laboratório de minhas experiências como docente e, mais ainda, como um humano curioso por encontrar maneiras para transformar a sociedade.

Na família, a presença cotidiana de afeto manteve-se como o alicerce central para todas as minhas aventuras como um pesquisador que mora em Fortaleza, trabalha em Quixadá (município que dista 165 km da Capital) e estuda em São Paulo. Foram muitas batalhas em que meus pais, Arcelino e Ana Régia, nunca me abandonaram. Apoio também sempre obtive de meus irmãos, Francisco, Aninha e Renata. Além dos atenciosos acolhimentos de Kalid, Nilra, Erlene, Neiziane e Valéria, pessoas da família por escolha própria. Inclui-se ainda nessa zona de cuidados o Sr. Carlos e a Dona Cidinha, sogros queridos. E nos momentos de cansaço, eu sempre pude brincar com Gabriel, Saulo, Malu, Arthur e Davi, sobrinhos que me lembram como é bom viver.

Mais próxima de mim, acalentando e iluminando as ideias, minha querida companheira Carla é a ternura de todo o meu bem-querer. Ela é quem me ajuda em todos os momentos difíceis e quem me presenteou com o milagre da vida: Violeta, filha recém-nascida.

Por estranho que pareça existir um cientista que utiliza o método materialista e que alimenta crença nos propósitos da espiritualidade, essa contradição é muito bem resolvida em mim e eu agradeço também aos irmãos do plano universal pela proteção e pelo entusiasmo criativo ao longo desses anos de estudo e trabalho.

RESUMO

LIMA, L. A. (2022). Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas: servir, reagir e devir. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Os conflitos do trabalho são realidades permanentes nas práticas sociais humanas. Esta tese objetiva estudar essas realidades aplicada ao cotidiano de pessoas que atuam em condições de desvalorização social e que fazem de tudo para sobreviver. O contexto de vida e trabalho das trabalhadoras domésticas-diaristas é a base concreta a partir da qual os problemas de pesquisa revelaram os acontecimentos dramáticos dentro e fora dos serviços domésticos. As contribuições teóricas da pesquisa partem da Psicologia Social do Trabalho (PST) na perspectiva de compreender os processos organizativos do trabalho no cotidiano de práticas estabelecidas na tensão entre as determinações sociais e as maneiras de agir singulares de cada trabalhadora. Para interpretar como tais processos organizativos se constituem nos conflitos dramáticos da vida concreta, de forma que os fatos psicológicos enunciados ensejam sentidos que organizam a conduta dessas mulheres nos diferentes trabalhos que realizam, as bases teóricas se constroem na complementaridade conceitual entre a Psicologia Concreta de George Politzer e a Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vigotski. A contextualização histórica dos problemas pesquisados se faz necessária para introduzir as modulações culturais presentes nas relações de trabalho que as trabalhadoras pesquisadas enfrentam em suas lutas pela sobrevivência digna. Tal conjuntura é definida pelos estudos temáticos nas áreas da História, da Sociologia e da Antropologia em torno das transformações na classe trabalhadora brasileira entre período escravocrata e o pós-abolicionista, com atenção mais cuidadosa nos conflitos em torno formação da categoria das trabalhadoras domésticas. Neste sentido, estudos sociodemográficos, feministas e interseccionais ajudam a entender as configurações destes conflitos na contemporaneidade. Os procedimentos de pesquisa qualitativa se construíram por variados procedimentos para a aproximação com a realidade social. Utilizou-se desde imersões em campo com inspiração etnográfica, passando por encontros grupais e entrevistas individuais, até contatos via telefone, via *whatsapp*, visitas domiciliares e organização de eventos virtuais. Destaca-se no trabalho de campo as informações alcançadas a partir das visitas ao Centro do Trabalhador Autônomo (CTA). Como resultados, a pesquisa interpreta três enredos dramáticos, interdependentes e simultâneos, a partir dos quais podemos compreender a organização da conduta das domésticas-diaristas com o objetivo de sobrevivência, são eles: os dramas do servir, os dramas do reagir e os dramas do devir. A diferenciação destes enredos dramáticos dá-se pelas intencionalidades dos sentidos atribuídos às ações no trabalho ao, respectivamente, submeterem-se aos objetivos dos contratantes, ao reagirem às submissões pela valorização de si ou pela criação de variadas ocasiões geradoras de renda, e ao participarem de coletivos horizontalizados que influenciam as escolhas no trabalho. Conclui-se que o fato de elas lutarem pela sobrevivência em trabalhos inconstantes, vinculados aos serviços domésticos e à alternativas geradoras de renda, levam a entender que suas sobrevivências se fazem em trabalhos ocasionais nos quais os acontecimentos dramáticos se constituem por conflitos de intencionalidades e por sentidos ambíguos que organizam suas condutas no trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Social do Trabalho. Dramas. Trabalhadoras Diaristas

ABSTRACT

LIMA, L. A. (2022). Dramas of work and survival of housekeepers: serving, reacting and becoming. (Ph.D. Dissertation). Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

Work conflicts are permanent realities in human social practices. This objective is to study these practices applied to the daily life of people who work in conditions of evaluation of the social reality and who do everything to survive. The context of life and work of domestic workers - The context of life and work of domestic workers is a basis from which the concrete problems revealed by the dramatic events inside and outside domestic services. As contributions of social psychology to work research as a theoretical part of the social determinations of work and research as part of the determinations of each worker's work. For the interpretation of how the dramatic representative processes of human conflicts qualify in the workers' statements, give rise to the concreteness of their experiences and the meanings of psychological facts are central to the organization of conduct at work, as complementary theoretical bases are built on complementarity between George Politzer's Concrete Psychology and Lev Vygotsky's Historical-Cultural Psychology. The historical contextualization of the researchers is necessary for their problems of cultural modulations presents in the struggles the work that as workers sought struggles in struggles for dignified survival. This conjuncture is defined by thematic studies in the areas of History, Sociology and Anthropology around the transformations in the Brazilian working class between the slave-holding and post-abolitionist period, with more careful attention to the conflicts surrounding the formation of the category of domestic workers. . In this sense, socio-demographic, feminist and intersectional studies help to understand how these conflicts are configured in contemporary time. Qualitative research procedures were constructed through various procedures to approach the social reality. It was used from field immersions with ethnographic inspiration, through group meetings and individual interviews, to contacts via telephone, via whatsapp, home visits and organization of virtual events. The information obtained from the visits to the Autonomous Worker Center (CTA) stands out in the fieldwork. As a result, the research interprets three dramatic, interdependent and simultaneous plots, from which we can understand the organization of the behavior of the housekeepers with the objective of survival, they are: the dramas of serving, the dramas of reacting and the dramas of becoming. The differentiation of these dramatic plots is given by the intentionality of the meanings attributed to the actions at work when, respectively, submitting to the objectives of the contractors, when reacting to the submissions by valuing themselves and productive potential, and when participating in horizontal collectives that influence choices at work. It is concluded that the fact that they fight for survival in inconstant jobs, linked to domestic services and other income-generating alternatives, leads to the understanding that their survival is made in occasional jobs in which dramatic events are constituted by conflicts of intentions and by ambiguous meanings that organize their conduct at work.

Keywords: Social Psychology of Work. Dramas. Daily workers

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhadoras domésticas-diaristas

100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTA	Centro do Trabalhador Autônomo
CEART	Central de Artesanato do Ceará
CEPH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COVID-19	Corona Vírus 19
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FENATRA	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
D	
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
IP	Instituto de Psicologia
ILO	<i>International Labor Organization</i>
MEI	Programa Microempreendedor Individual
NUTRA	Núcleo de Psicologia do Trabalho / UFC
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PED	Pesquisa Emprego e Desemprego
PST	Psicologia Social do Trabalho
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SINE	Sistema Nacional de Empregos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TraMPoS	Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais.
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	14
1	POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ORIENTADA PARA O CONCRETO	19
1.1	CENAS COTIDIANAS DO TRABALHO DESVALORIZADO	23
1.2	O DRAMA PESSOAL E OS FATOS PSICOLÓGICOS NA PSICOLOGIA CONCRETA DE GEORGES POLITZER	27
1.3	O DOMÍNIO DA CONDUTA EM LEV VIGOTSKI	34
1.4	CONFLITOS, ESCOLHAS E OS SENTIDOS DO DRAMA NA OBRA LEV VIGOTSKI	43
2	TRABALHADORAS DOMÉSTICAS-DIARISTAS: DESVALORIZAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA	47
2.1	ELEMENTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	48
2.1.1	Indicadores demográficos do trabalho doméstico remunerado no Brasil.....	53
2.2	A DESVALORIZAÇÃO SOCIAL E OS CONFLITOS PELA SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO DOMÉSTICO	56
2.3	O TRABALHO HUMANO ENTRE AS NECESSIDADES E A SOBREVIVÊNCIA	62
3	A TRAJETÓRIA DO TRABALHO DE CAMPO	68
3.1	O CENTRO DO TRABALHADOR AUTÔNOMO – CTA	71
3.2	DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	75
3.3	PRODUZINDO INFORMAÇÕES	78
3.3.1	Em grupos	80
3.3.2	Entrevistas individuais	85
3.3.3	Distanciamento e novas pontes para a pesquisa durante a pandemia.	91
3.3.4	Distribuição de cestas básicas	96
3.4	REGISTRO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	98
3.5	UM ESTUDO OBJETIVO SOBRE O DRAMA HUMANO NOS CONFLITOS DE TRABALHO	104
3.6	PROCESSOS SOCIAIS DOS DRAMAS NO TRABALHO	107
4	PROCESSOS DE SUBMISSÃO NO TRABALHO DESVALORIZADO: OS DRAMAS DO SERVIR	111
4.1	“É DIFÍCIL VIVER SEM SABER COMO PROCEDER”: A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIA	113
4.2	CONDIÇÕES CONCRETAS DE VIDA E TRABALHO	119
4.2.1	Os dramas do servir e a saúde das domésticas-diaristas	129
4.3	OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA CONDUTA DAS DOMÉSTICAS-DIARISTAS	136
4.3.1	A sobrevivência familiar.....	137
4.3.2	Ser uma diarista profissional	140
4.3.3	A desproteção permanente	143
4.3.4	A misericórdia de Deus	147
4.4	IDEOLOGIAS E A “SOMBRA” DO FATALISMO.....	154
5	PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DE SI E DO TRABALHO PESSOAL: OS DRAMAS DO REAGIR	154
5.1	“ENTÃO EU CORRO ATRÁS DE TODO JEITO. É ISSO QUE FAZ EU ME MEXER” A TRAJETÓRIA DE ALICE	161

5.2	CONDIÇÕES CONCRETAS DE VALORIZAÇÃO DE SI E DO TRABALHO PESSOAL	168
5.2.1	Dramas do reagir à submissão no trabalho como doméstica-diarista.	173
5.2.2	Táticas do agir desviante.....	178
5.2.3	Dramas da “criação” de trabalhos alternativos ao serviço doméstico	182
5.3	O USO POTENCIAL DE ARGUMENTOS	191
6	PROCESSOS DE COLETIVIZAÇÃO POR OBJETIVOS COMUNS: OS DRAMAS DO DE VIR	199
	“EU DIGO PARA ELAS QUE ENQUANTO HÁ VIDA HÁ ESPERANÇA E QUE A GENTE TEM QUE BOTAR A MÃO E NÃO VOLTAR PRA TRÁS”: A TRAJETÓRIA DE SILVINHA.....	200
6.1	CONDIÇÕES CONCRETAS, IDEOLÓGICAS E AFETIVAS DOS DEVIRES	206
6.2	O dever da resistência política	210
6.2.1	O dever comunitário	213
6.2.2	O dever do trabalho associado	217
6.2.3	A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL	220
6.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
	APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA	238
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA	249
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPOS	241
	APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEPH	243
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	246

APRESENTAÇÃO

Essa tese comunica os dramas do trabalho entre os sacrifícios pela manutenção da vida e a criação de oportunidades que animam o propósito da sobrevivência digna pelo trabalho. As informações que aqui apresento priorizam a concretude desses dramas pela ótica de mulheres que, em geral, assumem atividades de trabalho desvalorizadas, mas que constantemente ousam livrar-se dessa condição pela força de seus empenhos, argumentos e criatividade. Interpretar tais processos sociais de conflito exigiu de minha parte enfrentar a concretude dos fatos com olhar ampliado e desarmado de expectativas. Tudo o que aqui será exposto nasceu de vínculos, mais ou menos duradouros, nos quais o meu compromisso principal foi entender as contradições da luta cotidiana que se constrói ao suprir necessidades pela dedicação insubordinada de trabalhadoras em busca por maneiras dignas de existir. No entanto, com o tempo percebi que a disciplina e a sinceridade as quais tentei empregar neste estudo não foram suficientes para abranger satisfatoriamente a complexidade dos conflitos do trabalho ocasional. Caracterizando todo o percurso de estudo, trabalho de campo, escrita, análises e fundamentações apenas como um esforço introdutório para entender o cerne das questões sociais que impulsionam e moldam formas de sobreviver pelo trabalho. Uma apresentação breve deste percurso se faz necessária.

Desde que entrei no curso de doutorado o meu interesse de estudo esteve próximo às questões psicossociais relacionadas às pessoas que resolvem a sobrevivência em atividades à margem dos trabalhos considerados formais. Como qualquer estudante de pós-graduação, iniciei os estudos alinhando o meu projeto de pesquisa com as ofertas de disciplinas em cada semestre letivo. As leituras e a realidade prática me demonstravam que a relação entre trabalho e sobrevivência na economia informal é uma temática ampla e profícua para a observação da vida humana em seus processos de perseverança e inventividade.

É enganoso pensar, porém, que a quantidade de teorias estudadas sempre favorece o desenvolvimento do trabalho de pesquisa. É certo que o interesse pela realidade aumenta quando acessamos a pluralidade de teorias que se comunicam com o nosso objeto de estudo. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade dos conceitos pode confundir o pesquisador em seu trabalho empírico ao deixá-lo constantemente na “tentação” de observar a realidade social pelo prisma da teoria e não pelos fatos como a própria realidade se apresenta, desafiando-o na compreensão de sua natureza. Estudar teorias é uma “deliciosa” descoberta, mas para o meu estudo avançar eu precisava me aproximar das faces concretas do meu objeto de interesse. E assim, desafiado pela Profa. Leny Sato que sempre me lembra: “a realidade social é muito mais rica do que qualquer teoria”, pus-me a buscar aproximações que me permitissem estudar os

processos de trabalho em condições de informalidade tomando como princípio a própria realidade prática.

Do ponto de vista empírico, se encaixavam como público-alvo do meu interesse inicial todas as pessoas que convivem com as explorações marcadas por desigualdades socioeconômicas e que, por isso, precisam se submeter a trabalhos desvalorizados e quase sempre em condições de informalidade. Ambulantes, camelôs, motoristas, entregadores de aplicativo, pedreiros, merendeiras e artesãs são alguns exemplos de trabalhadores com os quais iniciei algum diálogo com finalidade de pesquisa por atuarem às margens das proteções e regulamentações trabalhistas. Porém, a tentativa de abranger toda essa multiplicidade de atividades acarretaria a superficialidade da pesquisa por dois motivos principais. Primeiro porque as atividades cotidianas das pessoas que realizam estas ocupações são distintas, sendo a informalidade uma das únicas características que as unem, o que dificulta tentativas iniciais de análise comparativa dentre as situações de trabalho concreta. Segundo, para aprofundar as análises que considerem as realidades desses trabalhadores seria necessário envolver quantidade de informantes que ultrapassassem a capacidade operacional de um único pesquisador, ainda mais sendo o meu interesse voltado para um estudo qualitativo que considere os aspectos psicossociais do trabalho.

Dessa forma, pensei em escolher o público prioritário pelo critério territorial. Ou seja, eu poderia escolher um bairro, ou uma região específica, para conviver por um tempo com trabalhadores que atuam em condições de informalidade por determinado tempo. Uma alternativa seria a escolha de uma ocupação específica. Definindo uma atividade de trabalho que se realiza em condições de informalidade eu poderia “filtrar” minhas observações do cotidiano de trabalho destas pessoas, acompanhá-las no dia a dia, dialogar sobre as experiências de trabalho. A escolha por ocupações típicas é, por sinal, uma tendência muito utilizada nos estudos qualitativos que envolvem a informalidade. Os acontecimentos na busca por público de pesquisa me fizeram estabelecer o segundo critério como a possibilidade de aproximação empírica com a realidade social de interesse.

Ainda em março de 2019, inspirado no estudo sobre as “habilidades artesanais” no livro *O Artífice*, de Richard Sennett (2009), resolvi buscar instituições e cooperativas de artesãos que funcionavam em Fortaleza para verificar a possibilidade de vínculo para a pesquisa. Foi então que tomei conhecimento de um projeto governamental denominado Central de Artesanato do Ceará – CeArt. É evidente que eu precisava conhecer este projeto de perto. A CeArt é uma política pública em exercício há quase trinta anos pelas diferentes gestões do Governo do Estado do Ceará. Consiste no apoio aos arranjos produtivos do artesanato em todo o estado a partir de

curso, divulgação de manuais para o credenciamento de artigos manufaturados e a organização de feiras locais para a comercialização destes artigos. Na própria sede do projeto, localizada em Fortaleza, funciona uma loja com artigos de artesanato de variados materiais e provenientes de diferentes regiões do Ceará. Na época, fiquei muito motivado por alinhar meu estudo ao trabalho de artesãos vinculados à CeArt. Em reunião agendada com o coordenador da CeArt compreendi a importância deste projeto para a sobrevivência de muitas famílias que trabalham juntas na produção artesanal. Só que nesta mesma conversa também percebi que, além de algumas querelas políticas dentre os artesãos, existiam resistências para com estudos universitários devido histórico de experiências malsucedidas. E, já no final da reunião, fui informado de algo que mudou o foco de interesse.

Ao tempo que ele resistiu à minha solicitação, o servidor perguntou por que eu não tentava aproximação com outro projeto que funciona com recursos do governo estadual e que atua junto ao público de trabalhadores informais: o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA). Eu já conhecia um pouco deste projeto desde as minhas primeiras experiências como estagiário do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), instituição que executa o projeto CTA. Mas até então não tinha lembrado da possibilidade de associar meu estudo a este equipamento público. A pergunta do interlocutor me acendeu uma potente esperança. Foi assim que, logo após a reunião, dirigi até o centro da cidade a fim de visitar o CTA. Os diálogos lá me fizeram atualizar novamente meus planos para a pesquisa.

No momento apropriado do texto, farei uma descrição mais detalhada do funcionamento do CTA. Em termo de apresentação, sinteticamente, informo apenas que o CTA funciona parecido com qualquer agência do SINE no Brasil, com o diferencial de intermediar trabalhadores que não são contratados segundo os padrões de formalidade. São solicitadas ao CTA o encaminhamento de pessoas que cumpram serviços pontuais, sem a garantia de continuidade e sem nenhuma regulamentação trabalhista ou previdenciária. Já na minha primeira visita ficou evidente que a grande maioria dos encaminhamentos envolve mulheres que realizam serviços domésticos (faxina, lavar / engomar roupas, cuidar de crianças e idosos) na modalidade de diaristas.

Seja pelas características do mercado de trabalho de Fortaleza, como veremos adiante, ou pela historicidade da instituição, as minhas frequentes visitas ao CTA abriram os meus olhos para as realidades no trabalho das mulheres que atuam com serviços domésticos remunerados, e como é importante analisar as matrizes históricas e sociais desse trabalho no Brasil. Foram nos diálogos estabelecidos com estas mulheres que fui paulatinamente absorvendo as dificuldades e as inventividades presentes em seus cotidianos de lutas pela sobrevivência. É

neste terreno concreto das experiências cotidianas que localizo o estudo dos dramas no trabalho ocasional. O CTA constituiu, portanto, o meu ponto de partida para as aproximações empíricas com trabalhadoras que vivenciam a dinâmica da sobrevivência através de serviços domésticos como diaristas, embora sem que esta modalidade seja a única alternativa para a fonte de renda. Ao longo do exercício de pesquisa, as aproximações com domésticas-diaristas se expandiram para oportunidades de diálogo fora do público atendido pelo CTA e do espaço físico do CTA. Mesmo sendo este projeto um eixo institucional a partir do qual pude encontrar com as domésticas-diaristas, a sua existência terminou por constituir um “ponto de partida” para o exercício empírico da pesquisa. Pois a partir do momento que escolhi as domésticas-diaristas como público prioritário – unindo interpretações de suas múltiplas formas de trabalhar para sobreviver – outras possibilidades de diálogo com esta modalidade de trabalhadoras passou a compor minhas observações de campo: desde contatos presenciais ou pelo celular, até visitas domiciliares, conversas no ponto de ônibus, na fila do pão, esperando o elevador, na minha própria casa ou lavando louças na casa de amigos. Conversar com estas trabalhadoras, em geral, é muito fácil, simples e quase sempre animado. A espontaneidade dessas conversas e a inteligência com que elas lidam com as adversidades me motivam para a continuidade desse estudo para além do doutorado.

Uma definição ainda se faz necessária. Nesta tese me dedico ao estudo das trabalhadoras domésticas-diaristas, aquelas contratadas para serviços pontuais, na mesma ou em diferentes residências, na mesma ou diferentes semanas, com jornada e horários de trabalho variáveis a depender do serviço prestado. Tendo em vista a concretude dos fatos e o meu interesse pela dinâmica da sobrevivência, inclui-se nestas análises uma série de outras atividades de trabalhos ocasionais exercidas por estas mesmas trabalhadoras a parte dos serviços domésticos, o que demonstra importantes achados para a realidade das contradições que iniciei falando nesta apresentação. No entanto, dado a proximidade das tarefas, das condições ambientais, da história das relações de trabalho e da população que majoritariamente assume os serviços domésticos - mulheres negras de baixa renda e escolaridade - inclui referências de estudos realizados com as trabalhadoras domésticas-mensalistas, mesmo que o foco permaneça no cotidiano das domésticas-diaristas com quem dialoguei.

Nesta tese, os dois primeiros capítulos estão dedicados, respectivamente, às fundamentações teórica e contextual do problema investigado. No terceiro capítulo o/a leitor/a encontrará detalhes metodológicos de como a pesquisa foi produzida em seus encontros, desencontros e reconfigurações temáticas junto a realidade social, sempre desafiadora. Já nos capítulos quatro, cinco e seis estão expostas análises de três enredos dramáticos centrais à

dinâmica de trabalho e sobrevivência das trabalhadoras investigadas. Importante destacar desde o início que estes três enredos interpretados funcionam na vida concreta das trabalhadoras de forma interdependente e complementar, a separação em capítulos distintos representa meramente um esforço por organizar as análises de maneira a trazer mais luz aos detalhes desta complexa integração. Ao final da tese, proponho uma conclusão parcial para as principais interpretações que desenvolvi ao longo do estudo.

A busca por compreender os processos sociais que envolvem a organização do trabalho das domésticas-diaristas se revelou uma oportunidade de aprimorar progressivamente o meu ponto de vista como pesquisador interessado nas questões conflitivas da classe trabalhadora na realidade brasileira. Contando com orientações atentas, o estudo se desenvolveu na inquietação por aprender maneiras de agir destas trabalhadoras frente às situações em que a manutenção da vida pessoal e familiar depende de escolhas dramáticas e, impressionantemente, corajosas.

1. POR UMA PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO ORIENTADA PARA O CONCRETO

Ao longo deste estudo exponho fundamentações e análises sobre os dramas humanos que integram as dimensões sociais do trabalho e da sobrevivência. Mesmo sendo problemática comum a toda classe trabalhadora brasileira, por questões de objetividade, o estudo foca nas experiências das domésticas-diaristas. Ao longo dos estudos teóricos e empíricos me mantive no desafio de problematizar as ações destas mulheres ao buscarem a sobrevivência digna e que, para tanto, vivenciam conflitos ligados à valorização-desvalorização de suas potencialidades para trabalhar e gerar renda. Nesta linha de investigação, as experiências relatadas pelas trabalhadoras em seus processos de trabalho cotidiano funcionaram como base de informações para interpretação dos sentidos que configuram os dramas concretos vivenciados por estas mulheres.

Como qualquer processo de pesquisa, a construção deste estudo exigiu transformar meu ponto de vista sobre a problemática. A aproximação com os relatos das trabalhadoras e a busca por conceitos que ajudassem a interpretar tais informações serviram como bússola para as reflexões que imprimo nestas páginas. Para a compreensão dos processos de pesquisa e análises deste estudo importa que, desde o início, o leitor saiba da curiosidade central que motivou a sua construção: como as trabalhadoras domésticas-diaristas organizam variadas maneiras de agir para sobreviver em meio às condições instáveis de vida e de trabalho?

A questão da sobrevivência através da prestação de serviços desprotegidos de direitos envolve, necessariamente, considerar aspectos históricos e sociais relacionados à constituição estrutural da classe trabalhadora brasileira. Mas, principalmente no âmbito da psicologia, a questão da sobrevivência envolve também os processos interacionais e significativos a partir dos quais uma pessoa que convive com tais condições organiza a sua conduta. Muitas observações que menciono nesta pesquisa poderiam ser facilmente transpassadas para outros cenários profissionais, principalmente aqueles marcados pela dominação nas relações de trabalho. Mas neste estudo não assumo pretensões generalistas para as realidades observadas, antes, porém, busco entender o drama particular de alguém que convive com os riscos da sobrevivência e luta pela valorização de suas potencialidades de trabalho.

A Psicologia Social do Trabalho (PST)¹ constitui um caminho profícuo para esta investida. Com o compromisso ético e científico de examinar as múltiplas determinações da

¹ Aos leitores interessados neste campo de estudos convido para a leitura do livro *Psicologia Social do Trabalho* (2017), organizado pelas pesquisadoras Maria Chalfin Coutinho, Marcia Hespanhol Bernardo e Leny Sato. Outra

realidade das situações laborais, a PST assume a dimensão do trabalho humano para estudar as questões sociais e psicológicas inerentes aos processos organizativos da atividade prática cotidiana, situando-a concretamente nos contextos micro e macrosocial (Coutinho, Hespanhol-Bernardo, & Sato, 2017). Dessa forma, a PST dispõe instrumentos conceituais e metodológicos que buscam compreender os processos de trabalho a partir das relações entre o individual e o coletivo, entre o singular e o geral, combinando observações sobre as determinantes sociais e a atividade prática singular de cada sujeito.

Ao localizar a presente tese no campo da PST pretendo examinar como se produzem as ações de trabalho no cotidiano de pessoas que sobrevivem em condições de insegurança, condições estas que estruturam os moldes da relação, mas que nunca esgotam as capacidades inventivas para produzir situações mais dignas de sobrevivência. Os dramas no trabalho são situados nos conflitos da ação entre as exigências do contexto social e as intenções particulares do sujeito. Em específico, pretendo investigar as materialidades e os sentidos que constituem estes conflitos, e como a relação entre ambos potencializa ou constrange a sobrevivência das domésticas-diaristas estudadas.

Neste desafio é importante indicar que os conflitos, apesar de se estruturarem em padrões sociais mais ou menos estáveis, estão continuamente se renovando na vida do sujeito concreto, ainda mais quando se trata de realidades onde o batalhar é uma constante. E, se pretendo estudar as modulações singulares de uma vida em confronto com tais estruturas, convém interpretá-las no contínuo de suas práticas cotidianas. Nesta perspectiva as regularidades e imprevisibilidades nas situações concretas de trabalho se expressam como “acontecimentos corriqueiros no dia a dia, os quais, mesmo com singularidade, relacionam-se com processos sociais mais amplos” (Coutinho & Oliveira, 2017, p. 83). As trajetórias de trabalho não são compreendidas como o passado, mas sim como experiências presentificadas em sucessivas negociações cotidianas, nas quais o sujeito produz ações que variam entre aceitar os mecanismos de poder dominante e o papel ativo das intencionalidades pessoais.

O trabalho humano é, então, entendido como campo de produção material e simbólica. São situações cotidianas nas quais o conjunto de determinações históricas, políticas e econômicas se encontram com os propósitos do sujeito singular ao realizar suas ações. Seja em contextos de trabalho formalizado (emprego) ou de trabalho desprotegido (economia informal) existe produção material e simbólica na atividade humana de trabalhar. São experiências

interessante fonte é o Curso Livre em Psicologia Social do Trabalho organizado pelo Laboratório TraMPoS (IP/USP) em parceria com o NUTRA (UFC). O curso completo está disponível no YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=rgRmOPXbt-Q>.

concretas com o meio. São experiências nas quais se atualizam a dialética entre as expressões culturais estruturantes para o valor atribuído a algum trabalho e as operações concretas do sujeito trabalhador, por vezes submetendo-se e, outras vezes, reivindicando valorização. São nestas experiências que podemos observar os processos organizativos (coletivos e individuais) na gestão do cotidiano feita pelos trabalhadores, atuando entre as estratégias de controle que exigem produtividade e a criação tácita de defesas contra a assimetria de poder (Sato & Oliveira, 2008; Coutinho, Oliveira & Sato, 2016)

Assumo, portanto, que a dimensão psicossocial dos processos organizativos de trabalho é constituída num interjogo coletivo de ações mediadas simbolicamente. Ou seja, as múltiplas operações na atividade cotidiana de trabalho são permeadas de significações sociais que, historicamente, organizam e estruturam as relações de trabalho. Este processo de significação consiste na dinâmica simbólica do psiquismo humano mediado pelos signos da linguagem, sistema intersubjetivo em constante (re)elaboração e que encontra nas ações de trabalho importante campo de desenvolvimento objetivo da consciência (Gonzalez-Rey, 2012; Bendassolli & Coelho-Lima, 2015). Alinharei definições mais precisas sobre o processo de significação no trabalho com a psicologia histórico-cultural fundada por Vigotski e colaboradores. Para o momento, apenas localizo neste processo de significação as múltiplas possibilidades de o sujeito produzir sentidos pessoais que tergiversam os significados socialmente dominantes sobre o seu trabalho.

Entender a vida dramática de domésticas-diaristas em seus processos organizativos de trabalho demanda interpretação de como suas ações estão determinadas pela complexa integração entre as materialidades da vida (condições objetivas da existência) e os significados sociais atribuídos ao trabalho doméstico (construções históricas reproduzidas culturalmente). Tais determinações são concretizadas nas experiências práticas de vida e trabalho destas mulheres quando, por um lado, estão ancoradas em elementos tangíveis da sobrevivência e, por outro lado, revelam que a qualidade da sobrevivência está vinculada aos preceitos ideológicos que a sociedade (em geral) confere ao trabalho doméstico e às trabalhadoras domésticas.

Por isso uma análise mais profunda sobre a historicidade das ideologias dominantes que se impõem às trabalhadoras domésticas se faz necessário. A apreensão crítica destas ideologias converge com o pensamento de Martín-Baró (2017) quando defende que a psicologia social no contexto latino-americano deve assumir o ponto de vista das massas e, assim, compreender os processos objetivos e simbólicos que caracterizam a dominação político-econômica do público socialmente menos favorecido. A partir de uma racionalidade reflexiva que desmascara os processos históricos de dominação, o autor afirma que somente na medida que os cientistas

sociais “assumam a perspectiva das maiorias oprimidas de nossos povos será possível para a nossa ciência descobrir horizontes e realidades diferentes, talvez não como realidades de fato, mas como realidades por fazer” (p.50). Trata-se de defender, portanto, um compromisso crítico para além do âmbito acadêmico, mas também revolucionário quanto ao reconhecimento dos direitos democráticos das massas populacionais.

Para a investigação dos dramas concretos das domésticas-diaristas considero adequado, então, buscar em Martín-Baró (2017) inspirações de uma pesquisa social em permanente papel de desideologização. Ou seja, entender as singularidades da vida dramática no trabalho destas mulheres representa um caminho para “desarmar as justificativas que encobrem as realidades históricas” (p.59) ao exemplificar como uma ideologia dominante se apresenta como condição intersubjetiva para a reprodução social que desvaloriza e oprime as trabalhadoras domésticas.

Se à psicologia social cabe o estudo do ideológico no comportamento humano, a sua melhor contribuição para o desenvolvimento da democracia nos países latino-americanos consistirá no desmascaramento de toda ideologia antipopular, isto é, daquelas formas de senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo. Trata-se de desvelar o que há de alienador nesses pressupostos enraizados na vida cotidiana e que fundamentam a passividade, a submissão e o fatalismo (Martín-Baró, 2017, p.61)

Em complementariedade, percebendo na prática do trabalho das domésticas-diaristas, a lógica conflitiva entre a dominação e reações contra esta dominação inclui também o desafio de entender quais condutas e significações abrem espaços para a produção de liberdades pessoais e coletivas. Neste campo de conflitos os dramas se configuram em necessidades, ações, objetivos, valores e vivências – conceitos que serão definidos no decorrer deste capítulo – que denotam as contradições entre as ideologias fatalistas e a insubordinação corajosa destas mulheres em seus processos organizativos de trabalho.

É nesta perspectiva que o compromisso desta tese possui como horizonte último a reflexão dos dramas como conduta humana em constante conflito. Faço isso antepondo às opressões seculares vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas no Brasil argumentos que evidenciam a força criativa e gregária destas mulheres nas lutas pela sobrevivência. Sendo assim, alio no estudo das condições concretas de trabalho das domésticas-diaristas: maneiras de reagir aos conflitos cotidianos, as ideologias que atuam nestes conflitos, os sentidos atribuídos às suas lutas, os saberes práticos e solidariedades constituídas na vida para além do trabalho. Num panorama ampliado, o propósito desta pesquisa está em contribuir com a PST

em termos metodológicos e teóricos para o estudo das experiências de trabalhadores vulnerabilizados a partir de seus próprios pontos de vista.

1.1 CENAS COTIDIANAS DO TRABALHO DESVALORIZADO

Estudar as realidades vivenciadas pelas domésticas-diaristas no âmbito da PST incide duas recomendações iniciais: entender o trabalho como atividade humana cuja multiplicidade de configurações não se restringem às formalizações do emprego, e explorar neste entendimento as particularidades da experiência concreta de cada trabalhadora.

A primeira recomendação aponta a necessidade de estabelecer parâmetros de análise mais ampliados que a tendência hegemônica na psicologia do trabalho, as quais priorizam questões do trabalho relacionadas aos problemas do mundo corporativo (público e privado). Ou seja, nas abordagens teóricas e práticas da psicologia que estuda os fenômenos do trabalho são recorrentes a problematização restrita às situações do trabalho assalariado que acontecem nos moldes do emprego. No geral, tais estudos se demonstram úteis para pensar os processos de gestão de pessoas nas instituições de trabalho. Porém, ao longo do tempo, uma série de atividades de trabalho que compõem os cenários urbano e rural figuram como “profissões ignoradas” (Sato, 2011) pelas tendências mais difundidas da psicologia do trabalho.

Entretanto, o fato de não obedecer aos procedimentos regulamentares da legislação trabalhista não quer dizer que as atividades da economia informal² deixam de expressar regularidades quanto a relação do sujeito trabalhador e o contexto espacial, as relações sociais, as técnicas instrumentais, os saberes práticos, submissões e negociações. O metabolismo de mútua transformação entre ser humano e meio ambiente – nos termos marxianos – também está presente nas atividades do trabalho desprotegido³ e, por isso, merecem atenção de qualquer

² A heterogeneidade dos trabalhos que escapam às regulamentações formais do emprego – o conhecido trabalho informal - dificulta qualquer tentativa de categorização mais precisa. Por conta de não representarem as características do emprego é que, originalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denominou este conjunto de atividades como *setor informal* em 1972, na época, caracterizando-o como fenômeno típico de economias de países subdesenvolvidos. Trinta anos depois a própria OIT recomenda a substituição deste termo pela expressão *economia informal* devido este segundo termo referir-se a todos os trabalhadores e unidades produtivas que não são assistidas pelas disposições formais de emprego (OIT,2002), em virtude da legislação de cada país. Sendo assim, para a OIT, a *economia informal* não representaria um setor específico, mas sim uma série de atividades produtivas que existem em paralelo - e em complementaridade - aos diversos setores da economia que atuam regulamentados por dispositivos legais.

³ No desafio de entender a complexidade histórica e econômica das configurações dos trabalhos informais indico interessantes aproximações a partir das noções sobre os contratos atípicos em trabalhos não-mercantis (Noronha, 2003), os trabalhos não-fordistas (Filgueiras, Druck e Amaral, 2004) e o processo de informalidade (Cacciamali, 2016). No âmbito da PST, dado a problemática na utilização do termo “informal” para me referir às atividades das trabalhadoras domésticas diaristas (o que seria um contrassenso já que suas práticas estão repletas de formas e regularidades), a denominação conceitual de suas condições profissionais indica para o trabalho não-regulado pelo

psicologia do trabalho que esteja comprometida com as condições sociais de grande parte da classe trabalhadora vulnerabilizada, identificando e compreendendo os processos organizativos utilizados por essas pessoas em busca de sobrevivência. Nesta linha, Sato (2011) adverte:

É importante deixar claro de partida que não se pretende fazer a apologia do trabalho informal, romantizá-lo ou estetizá-lo, nem, tampouco, apontá-lo como alternativa a ser incentivada para substituir o emprego. (...) Ao descrever tais atividades, busca-se contribuir para o reconhecimento de sua existência, dar-lhe relevo, com a esperança de que sejam vistas não como “o outro” do trabalho assalariado, o negativo do trabalho assalariado, mas como formas de trabalho que merecem ser apreendidas em sua positividade e que possam dar elementos para a montagem da proteção social que lhes falta (p.240).

Sendo a categoria das domésticas-diaristas uma das mais desprotegidas dos direitos trabalhistas, suas condições de trabalho compõem cenário ainda mais preocupante⁴. Neste contexto, as incertezas e a heterogeneidade nos serviços chamam atenção para os desafios que estas mulheres enfrentam para garantir a sobrevivência pessoal e familiar. Somadas às variadas tarefas que estas trabalhadoras exercem nos serviços como domésticas-diaristas, as informações empíricas nos levam a considerar – como veremos nos capítulos de análise desta tese – que estas não representam a totalidade das funções voltadas para a sobrevivência. O fato de assumirem jornadas e vínculos mais flexíveis abre espaço para a geração de renda mediante serviços nos quais engajam outras habilidades e outras redes de contatos. Esta multiplicidade de trabalhos ocasionais é importante de ser considerada ao estudar a relação entre trabalho e sobrevivência destas trabalhadoras. Tais realidades podem ser interpretadas a partir do que Giraldo (2017) denomina como *economia popular*, ou seja, as variadas formas como os setores populares perseveram suas existências. Consiste numa economia necessária para a sobrevivência, além da reprodução social e biológica das cidades, mas que não são alvos de políticas públicas por estarem à margem das leis do Estado. Nas considerações do autor, a *economia popular* engloba as atividades de trabalho que se desenvolvem fora das leis estatais, mas que não podem ser consideradas ilegais por conta da sua própria função constitutiva nas

Estado ou ao **trabalho desprotegido** (Sato, 2011; 2017). Problematizando o difundido tema do trabalho informal, a autora afirma: “(...) tratar a economia como informal desconsidera a existência social dos mercados. A vida acontece quando pessoas fazem acordos e negociações compartilhadas, sem a necessidade de acordos escritos (...), qualquer atividade de trabalho envolve organização coletiva, com regras e papéis definidos” (Sato, 2011, p.243). Mas, devido a natureza da questão que me proponho discutir nesta tese, ao localizar os dramas da vida concreta nos conflitos sociais engendrados pelo sujeito trabalhador em busca de sobrevivência, considerar a desvalorização histórica e cultural do trabalho doméstico se torna mais preponderante que a denominação conceitual do modelo produtivo de “informalidades” sob o qual funcionam as práticas do trabalho doméstico. Mais detalhes sobre a **desvalorização social do trabalho doméstico** serão discutidos no segundo capítulo.

⁴ Em 2018 a proporção de trabalhadoras domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada era de 43,5%. Já para as diaristas, neste mesmo ano, a proporção era de 9,5% (IPEA, 2019).

dinâmicas de serviços e de consumo nos espaços rurais e urbanos. No entanto, apesar da ausência de regulamentações, tais atividades de trabalho funcionam segundo regulações não-estatais, ou seja, “reglas que se desarrollan ‘espontáneamente’ en la vida social” (Giraldo, 2017, p.9). Para ele, tais regras representam práticas de resistência e contradiscursos ao poder dominante das normas estatais e que, mesmo não respeitando as lógicas oficiais, requerem valorização e reconhecimento pela sua importância na reprodução social das cidades.

Se considerarmos a amplitude de trabalhos informais se torna evidente a tensão política indicada por Giraldo (2017) entre as pessoas que precisam desses arranjos produtivos para sobreviver e as políticas públicas estatais. Para estas pessoas, comumente, o Estado direciona apenas ações de controle e segurança devido o “perigo” que a sonegação (ou o simples não recolhimento programado) de impostos traz para o erário público. O Estado, oficialmente, não pode negociar com quem está à margem da Lei e o fato de não reconhecer a estrutura complexa e desconhecida da economia popular contribui para disseminação de processos de trabalho em condições precárias. No tocante às domésticas-diaristas, ao longo desta pesquisa apontarei argumentos que demonstram a constante busca das trabalhadoras domésticas para valorização de seus serviços pelos contratantes, mas também de ausências do Estado quanto à proteção social, previdenciária e de saúde.

Assumindo como cenário de estudo os eventos cotidianos em que se produzem maneiras de sobreviver e garantir o sustento da família, Spink (2009) chama atenção para a *nanoeconomia* presente nestes acontecimentos. Perspectiva na qual se destaca as materialidades, sociabilidades e institucionalidades fruto das negociações constantes de agentes sociais num cenário de batalhas pela sobrevivência: a “batalha cotidiana para criar possibilidades, o dia a dia dos microeventos da economia popular, a solidariedade que vem do reconhecimento da situação do outro” (p.231). Verificamos, portanto, que tanto na definição de economia popular como na de nanoeconomia ambos os autores buscam dar mais ênfase às realidades concretas da vida cotidiana no trabalho do que verificar conceitos prévios que se apoiam numa versão idealizada do trabalho assalariado, como são as concepções de trabalho decente e de economia informal segundo as recomendações da OIT (2002), por exemplo.

No desafio para construir uma psicologia social do trabalho contra hegemônica às teorias importadas do hemisfério norte, Spink (2009) sinaliza a preocupação crescente de pesquisas brasileiras neste campo em produzir estudos sobre as “caóticas relações entre remuneração, renda, trabalho” (p.230), e continua:

A tarefa é clara, mas exigente: compreender o dia-a-dia das pessoas “invisibilizadas”, que trabalham no imenso cotidiano das micro cadeias produtivas e das práticas informais na nanoeconomia, sendo afogadas por relações econômicas perversas, e acompanhar as lutas das tentativas solidárias de criar outras inserções econômicas; ademais, questionar sobre quais seriam os conceitos, as práticas e as teorias que poderiam apoiar e orientar as ações daquelas pessoas e suas organizações coletivas, que buscam assumir o desafio de um outro desenvolvimento cotidiano e uma compreensão mais coletiva de dignidade e de cidadania (Spink, 2009, p.230).

Na presente tese pretendo assumir esta tarefa a partir das experiências concretas das domésticas-diaristas, entendo-as como agentes sociais que assumem trabalhos desvalorizados e desprotegidos em busca de sobrevivência. No sentido de compreender os variados meios utilizados por estas mulheres para criar trabalhos e gerar renda é pertinente absorver o que Sato (2017) apresenta como a *polimorfia do trabalho em centros urbanos*. Para estudar o heterogêneo campo de trabalhos à margem do mercado formal a autora indica o desafio de perceber e respeitar as singularidades de suas diferentes faces. “Nesse ‘fora da regulação’ observa-se um conjunto de características, de lógicas próprias para criar trabalho e de trabalhar, além de regras que orientam a convivência das pessoas nos contextos laborais” (p.161). Considerando que as condições históricas e econômicas de grande parte das trabalhadoras domésticas no Brasil – como apontarei no próximo capítulo e ao longo das observações empíricas – estão marcadas pela dificuldade de acesso a trabalhos bem remunerados, protegidos de direitos e estáveis, as suas inserções dependem de determinadas lógicas⁵ de funcionamento nas quais interagem disposições pessoais e coletivas num intrincado jogo de comunicação e valores. A engenhosidade popular para criar trabalhos indica, na prática, para situações como: os rendimentos combinados; o movimento pendular de trânsito entre a formalidade e informalidade; as redes de sociabilidade; a família como núcleo social de solidariedade; a composição inventiva de materiais, conhecimentos e experiências; e ainda a influência de aspectos culturais e territoriais para a configuração dos arranjos produtivos.

A aproximação prática entre a polimorfia do trabalho assumida por segmentos populares em centros urbanos e o drama cotidiano de sobrevivência pelo trabalho desvalorizado encontra nas realidades enunciadas pelas domésticas-diaristas um cenário favorável para estudos no campo da PST. Não apenas porque nestas realidades é possível observar os processos organizativos mencionados acima, mas também pela própria capacidade criativa manifestada por estas mulheres.

⁵ Acerca estas lógicas, Lautier e Pereira (1994), estudando as trabalhadoras domésticas e os “peões” da construção civil, mencionam que as representações de si e do trabalho que realizam, bem como as redes de informações personalizadas, assumem papel central como estratégias de inserção destas categorias profissionais, redefinindo constantemente suas escolhas mediante a gestão do acaso e das necessidades.

Nesta trama de acontecimentos me interessa os acontecimentos concretos no trabalho (ou para conseguir trabalhos), situações que acumulam experiências práticas e mobilizam possíveis maneiras de agir. Pretendo aprofundar tais análises a partir da noção de *drama humano* presente na psicologia concreta de Georges Politzer. Também farei uso das contribuições de Lev Vigotski e outros pesquisadores que constroem a psicologia histórico-cultural, sobre a mediação dos processos de significação para a organização da conduta humana.

1.2 O DRAMA PESSOAL E OS FATOS PSICOLÓGICOS NA PSICOLOGIA CONCRETA DE GEORGES POLITZER

Autor de rica e inacabada contribuição para a ciência psicológica no início do século XX, Georges Politzer (1903 – 1942) ainda é um teórico pouco estudado nos cursos acadêmicos contemporâneos, por vezes até desconhecido. A escolha deste autor para contribuir na fundamentação da presente tese está, primeiramente, em sua crítica à psicologia tradicional que desemboca nas três principais, e divergentes, matrizes psicológicas do período em que o autor produz suas considerações (o behaviorismo de Watson, a *Gestalttheorie* e a psicanálise de Freud – críticas estas que aqui podemos apenas apontar seus principais aspectos). A outra justificativa pela escolha de Politzer está na sua defesa pela construção de uma *psicologia concreta*, pautada na compreensão de *atos psicológicos* relatados por sujeitos no percurso histórico de sua *vida dramática*. Mas, antes, uma breve contextualização da vida e da obra deste autor se faz necessária.

Nascido na Hungria, aos 17 anos, Politzer participa do movimento revolucionário – a insurreição húngara – em favor da democracia e contra a tomada do poder por forças militares lideradas pelo Almirante Miklós Horthy. Com o movimento derrotado, Politzer foge do seu país e instala-se em Paris no ano de 1921, onde adquire formação acadêmica em filosofia, área que também passa a lecionar. Foi em Paris também que Politzer entra em contato com a produção de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi. Em 1928 publica *Critique des fondements de la psychologie: la psychologie et la psychanalyse*⁶ e passa a influenciar as reflexões de filósofos

⁶ Essa obra teve a sua primeira tradução e publicação no Brasil em 1973 com o nome de *Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a Psicologia e a Psicanálise*. A edição da publicação a partir da qual me apoio para as considerações nesta tese tem o mesmo nome e foi realizada pela Editora UNIMEP, em 1998. Devo ainda informar que a exposição das ideias do autor neste item não tem a intenção de sumarizar esta importante obra. Ou seja, não organizo aqui as citações conforme a ordem das páginas da obra estudada, tarefa muito bem empreendida no estudo de Pastre (2006). Na tentativa de favorecer o entendimento do leitor sobre os conceitos desenvolvidos por Politzer que utilizo na tese, me limito a trazer de maneira não sequencial as principais contribuições encontradas nesta obra para as definições que abordo na pesquisa sobre o drama humano no trabalho.

e psicólogos da Europa Ocidental. Em 1940 se filiou ao Partido Comunista Francês e inicia a edição de boletim clandestino com posicionamentos antifascistas. Em fevereiro de 1942 Politzer é preso pela Gestapo após a ocupação nazista do território francês, sendo torturado e fuzilado em maio do mesmo ano. Sua esposa, Maï Politzer também é detida e enviada para o campo de concentração de Auschwitz, falecendo em março de 1943.

A contextualização do momento político e das bases revolucionárias vivenciadas pelo autor são importantes para compreendermos aspectos de sua produção científica. Crítico radical daquilo que denomina como psicologia abstrata, ele identifica limitações para esta categoria heterogênea e incongruente de saberes serem legitimadas como uma ciência psicológica objetiva. Dado o agregado de influências vindas da religião, da filosofia e dos mitos, transpassadas para a psicologia numa forma de generalizar o funcionamento psíquico humano, Politzer reclama a falta de coerência daquilo que estava sendo construído sob a égide de uma ciência psicológica no decurso do século XIX e início do século XX. Suas críticas – semelhantes às levantadas por Lev Vigotski, sem que isso indique alguma produção conjunta – apontam para a ausência de um objeto de estudo bem definido e de um método objetivo que, juntos, unifiquem a produção do conhecimento científico no âmbito da psicologia. Sem estas exigências, segundo ele, o saber psicológico se resumia em abstrações nocionais estéreis sem aplicação e sem originalidade.

Politzer (1998) destaca que em grande medida estes “equivocos” estão presentes na maneira clássica de pensar o psiquismo humano devido à má interpretação do que Kant trouxe em sua *Crítica da Razão Pura* como elemento mais significativo: “o papel essencial do sujeito e da experiência na produção do conhecimento” (p.VIII). Na acepção clássica se despoja o sujeito de seu papel ativo na produção do próprio psiquismo, transformando-o em mero observador de seus estados internos, os quais resultariam de processos mentais com uma lógica própria, acessados pela via da introspecção e que passam a ser investigados como *objetos em si* nas tentativas de uma ciência psicológica.

O autor menciona cinco pressupostos da psicologia clássica que o fazem classificá-la como *abstrata*. Sinteticamente, esboço aqui estes pressupostos: a) para a psicologia clássica a forma última do elemento psicológico é atomística, formada por elementos distinguíveis que, juntos, formam a vida psicológica; b) os elementos psicológicos são apreendidos de forma imediata pela percepção; c) a defesa da realidade mental como uma vida interior, com lógicas próprias de funcionamento; d) crença de que o psiquismo resulta de processos mentais e não dos atos de uma pessoa concreta; e) o postulado da convencionalidade do significado, o que

indicaria que todos os relatos sobre determinado objeto possuem apenas um sentido convencional.

A partir destes pressupostos, Politzer (1998) identifica limitações e avanços das três principais correntes psicológicas nas suas respectivas construções teóricas. Segundo o autor, mesmo que a *Gestalttheorie* tenha avançado quanto à negação do atomismo, afirmando que o psiquismo só poderia ser compreendido como uma totalidade experimentada, esta teoria recaia no erro da apreensão perceptiva e imediata do psiquismo em relação à realidade externa, o que também indicaria que esta teoria pressupõe a realidade da vida interior. Contra este último pressuposto, o behaviorismo de Watson – a ciência comportamentalista ainda não conhecida outras contribuições tão importantes quanto as de Watson na época em que Politzer produz suas críticas – avança na definição do comportamento como objeto de estudo, desfazendo-se da necessidade de estudos introspectivos da vida interior, mas também se limita pela busca experimental dos processos fisiológicos que explicariam o funcionamento orgânico do psiquismo. Já em relação à psicanálise, Politzer afirma que foi a perspectiva que mais avançou para a construção de uma psicologia concreta, já que Freud (especialmente em *Traumdeutung* – por considerar que é nesta obra que melhor aparece o sentido da psicanálise) desenvolve seus fundamentos a partir da interpretação de conteúdos simbólicos trazidos por pessoas particulares, e não de teorias generalizadoras tomadas a priori, o que “parece sugerir que o fato psicológico não é elementar e só pode ser entendido como a parte de uma trama” (p.IX). Politzer reconhece, por exemplo, que em *Traumdeutung* Freud combate os quatro pressupostos da psicologia clássica nos capítulos iniciais, no entanto, posteriormente, tem uma “recaída completa, como se tentasse reintroduzir a experiência analítica no interior das abstrações clássicas” (p.X). Dessa forma, ele afirma que a psicanálise reproduz a noção de vida interior e essa persistência significa manter em seu seio os procedimentos fundamentais da psicologia abstrata. Além disso, “o inconsciente só representa na psicanálise a medida da abstração que sobrevive no interior da psicologia concreta” (Politzer, 1998, p.131).

Na obra estudada é mencionado o projeto do autor de construir a psicologia concreta e científica a partir da publicação de três estudos preliminares, cada um dedicado às três tendências mais conhecidas em psicologia. Juntos, estes estudos formariam os *Matériaux pour la critique des fondements de la psychologie* como preparação de uma obra posterior, mais completa e articulada, o *Essai critique sur les fondements de la psychologie*. Este projeto, porém, foi interrompido por ocasião de seu assassinato pelas tropas nazistas e as suas contribuições escritas para a construção de uma psicologia concreta ficaram resumidas ao primeiro destes estudos, dedicado à psicanálise. Mesmo assim, nesta obra encontramos

interessantes pistas para o pensamento dialético de Politzer sobre o que ele entendia como fato psicológico objetivo.

Politzer defende que a tarefa positiva da psicologia deveria estar em construir um saber empírico sobre as atividades concretas de pessoas concretas. De nada adiantaria criar fórmulas meramente conceituais para interpretar a realidade psíquica, necessário se faz indicá-la uma nova orientação metodológica, a orientação para o concreto. A exemplo do avanço psicanalítico a partir da interpretação do sentido concreto e individual do sonho, Politzer (1998) considera que a constituição psicológica se explica por um conjunto de processos regulares e complexos, mas particulares. Sendo assim, seriam ineficazes as tentativas de encontrar mecanismos generalistas e impessoais – em terceira pessoa – para compreender a realidade psicológica, como se fossem entidades que existiriam em si mesmas, e não como fatos psicológicos de um sujeito concreto que age.

Segundo ele, “a psicologia concreta é a própria psicologia positiva” (p.182), sendo três as suas condições de existência: a) ser uma ciência que estuda um grupo de fatos a posteriori; b) ser original ao abordar fatos irreduzíveis aos objetos de outras ciências; c) ser objetiva e capaz de definir o fato e o método psicológicos forma direta, acessível e verificável⁷. Tais condições buscam criar as bases para uma psicologia voltada para o concreto, ou seja, uma psicologia capaz de apreender e interpretar os fatos vividos pelo indivíduo – tomados em primeira pessoa. Ao invés de pensar o ser humano em geral, o que pactua com a mística abstrata da vida interior e da dupla natureza humana (orgânica e psicológica), Politzer propõe que a tarefa dialética para a psicologia científica está em interpretar a relação das produções psicológicas individuais em sua vida particular.

Tendo de ser empírico, o “eu” da psicologia só pode ser o indivíduo particular. (...) Essa singularidade precisa ser definida de modo concreto e não do ponto de vista formal. O indivíduo é singular porque sua vida é singular e essa vida, por sua vez, só é singular pelo conteúdo: sua singularidade não é, pois, apenas qualitativa, é dramática. A exigência da homogeneidade e da primeira pessoa será respeitada se as noções de psicologia permanecerem no plano desse ‘drama’: os fatos psicológicos deverão ser os segmentos da vida do indivíduo particular” (Politzer, 1998, p.67)

Na citação acima aparecem duas considerações centrais para a psicologia concreta de Politzer. **A compreensão da vida humana como um drama e o entendimento dos fatos psicológicos como segmentos de vida particulares**, ambos argumentos merecem a nossa

⁷ É importante que seja bem diferenciado o que George Politzer (1998) caracteriza como a tarefa positiva da psicologia concreta e a psicologia positiva de Martin Seligman (2002). Os autores constroem suas obras em contextos históricos e bases epistemológicas muito distintas.

atenção mais detida. Primeiramente, no lugar do paradigma abstrato em conceber a mente humana como um espelho interno que reflete os objetos externos, o autor propõe que a psicologia tome o teatro como a sua metáfora fundamental. É por isso que, para ele, a verdadeira psicologia havia se refugiado na literatura e no drama, vivendo à margem ou mesmo fora, da psicologia oficial. “O termo ‘vida’ designa um fato ‘biológico’, ao mesmo tempo que a vida propriamente humana, a vida dramática do homem. Essa vida dramática apresenta todas as características que a tornam uma área suscetível de ser estudada cientificamente” (Politzer, 1998, p.43). O autor adverte, porém, que não pretende designar com a palavra drama alguma conotação estritamente emotiva, tradicional nas atribuições românticas do termo. Outrossim, o drama humano (pessoal) deve ser entendido como fatos ou acontecimentos vividos pelo indivíduo em sua trajetória de experiências na vida.

Quanto ao drama humano, Politzer (1998) elabora um exemplo: “(...) quando vamos ao teatro, o conteúdo dramático não pode ser dissolvido em conteúdos elementares. Cada cena revela um fragmento do conteúdo dramático, que só adquire sentido quando inserida na trama tecida progressivamente diante dos olhos” (p. 67). Para ele, o sujeito em sua vida dramática particular vive acontecimentos objetivos, um grupo de fatos que o exprimem em sua dramática como um todo, o drama humano do indivíduo concreto. Portanto, segundo o autor, analogamente ao teatro o psicólogo deve dar atenção às cenas que compõem o drama humano expresso nos relatos do sujeito. “O palco é o lugar em que os autores desempenham seus papéis e, para nós, o cenário é suficiente para entender a vida de cada um dos personagens” (p. XIV). A psicologia concreta está voltada, então, para o estudo dos atos dos agentes, “o agente de atos considerados em sua determinação singular, um conjunto de acontecimentos cuja totalidade é chamada de vida” (p.68). Dessa forma a objetividade da psicologia concreta está em concentrar-se nos fatos psicológicos enunciados como segmentos de vida do indivíduo particular.

Trata-se de uma tarefa positiva que diz respeito não apenas à maneira de definir o fato psicológico como segmento do drama constituído pela vida do indivíduo particular e pelo método que pretende usar para estudá-lo, mas também considerar a psicologia concreta atuando na análise do drama, com noções apropriadas a seu plano e a sua inspiração (Politzer, 1998, p.174).

Sendo assim, os atos do sujeito – considerando as respectivas cenas sociais desta ação – correspondem aos fatos psicológicos relatados por ele. **São modulações do sujeito que os revelam em sua totalidade, segmentos de vida enunciados com a originalidade de seu ponto de vista e dos sentidos que ele elabora para as suas experiências.** É, então, tarefa de uma orientação concreta para a psicologia aproximar-se objetivamente destes fatos psicológicos

através da interpretação dos sentidos pessoais produzidos nos seus relatos. Desta maneira o autor desloca a atenção dada pela psicologia clássica às abstrações formalistas (tentativas de generalização do ser humano) ou aos processos mentais internos, ambas noções em terceira pessoa, para os esquemas em primeira pessoa, ou seja, os fatos psicológicos atribuídos pelo próprio sujeito em sua particularidade.

Mas como conhecer o indivíduo em sua particularidade? Primeiramente Politzer (1998) distingue o fato físico do fato psicológico:

O caráter mais evidente dos fatos psicológicos é o de estar ‘em primeira pessoa’. A lâmpada que ilumina a minha escrivania é um ‘fato objetivo’, precisamente por estar ‘em terceira pessoa’, por não ser ‘eu’, mas ‘ela’. Contudo, na medida em que sou eu que lhe subtenho ser, a lâmpada é um fato psicológico” (Poltzer, 1998, p.62)

A valorização dos relatos em primeira pessoa é uma constante indispensável para compreender os fatos psicológicos. Segundo o autor, a psicologia concreta não deve abandonar essa relação com a primeira pessoa pois é ela que atribui originalidade aos fatos psicológicos. Isso repercute que a produção de saberes na psicologia concreta dá-se pela interpretação (conjunta – psicólogo e sujeito atendido) dos atos relatados. Politzer aponta que, em geral, a psicologia introspectiva tradicional preocupa-se mais em saber como o processo mental se desenvolve, ou em classificar os estados individuais, do que buscar o sentido da experiência vivida pelo sujeito.

A psicologia concreta deve procurar o sentido dos atos. O que ela precisa é atingir pela interpretação não o ‘eu’ abstrato e formalista, mas o sujeito da vida individual, isto é, o suporte de um conjunto de acontecimentos únicos, (...) caso queira: o ator da vida dramática, não o sujeito da introspecção; enfim, o ‘eu’ da vida cotidiana” (Poltzer, 1998, p.68)

Segundo ele, o relato dos fatos psicológicos tem função social prática e sua função é, por isso, finalista: a linguagem corresponde no sujeito a uma intenção significativa, já as ações a uma intenção ativa. Por sua vez, a intencionalidade dos sentidos elaborados pelo sujeito corresponde nos outros uma intenção compreensiva e é aí que a interpretação dos fatos psicológicos se faz como um processo produtivo – e positivo – estabelecido com o psicólogo de orientação concreta. Diferentemente da posição clássica, Politzer (1988) afirma a **primazia da atitude teleológica na produção dos saberes psicológicos**, pois, para ele, “(...) é a compreensão e a interpretação que estão em primeiro lugar e a psicologia só vem depois” (p.91). Desta forma, as relações cotidianas experimentadas por determinado sujeito devem ser consideradas em suas intencionalidades teleológicas, no plano das significações e das ações

recíprocas. A relação deste sujeito com o psicólogo deve, portanto, possibilitar a compreensão da complexa vida dramática pessoal por meio da interpretação de processos construtivos dos fatos psicológicos.

. . . a constatação do comportamento humano resulta, para o psicólogo, não de uma simples percepção, mas da *percepção* complicada de uma *compreensão*, conseqüentemente, o fato psicológico não é um dado *simples*: enquanto objeto de conhecimento, é essencialmente *construído*” (Politzer, 1998, p.186).

Ao considerar que o ponto de vista da psicologia objetiva deve coincidir como o drama experimentado pelo sujeito, Politzer (1998) revela a importância de explorar a originalidade dos relatos ao esclarecerem os sentidos dos atos deste sujeito concreto em seu drama pessoal de vida. “Para conhecer o sentido do drama é preciso recorrer ao relato do sujeito” (p.189). Criticando os métodos de pesquisa da psicologia clássica o autor coloca que a introspecção abandona o plano teleológico e faz abstração da intenção significativa, ou seja, o que interessa para ela não é o que o sujeito relata (o fato psicológico objetivo), mas o que se passou em sua mente enquanto falava, interessa-lhe o pensamento do indivíduo. Abandonando, assim, o ponto de vista prático das intencionalidades presentes na vida cotidiana e colocando-se no ponto de vista abstrato e formalista. Outra crítica do autor está no postulado da convencionalidade atribuída pela psicologia clássica aos significados, ou seja, o pressuposto que os relatos teriam apenas uma significação convencional, eliminando o problema do sentido. Sobre isso ele se posiciona:

É o sentido relacionado a uma primeira pessoa que distingue radicalmente o fato psicológico de todos os fatos da natureza. Enfim, a originalidade do fato psicológico é dada pela própria existência de um plano propriamente humano e da vida dramática do indivíduo que nele se desenrola” (Politzer, 1998, p.187).

Para a pesquisa sobre o drama humano no trabalho as contribuições de Politzer introduzidas neste tópico são fundamentais. As suas críticas e definições para a construção de uma psicologia concreta em torno da realidade cotidiana vivenciada e produzida pelos sujeitos humanos coadunam com as perspectivas de pesquisa em PST trazidas anteriormente. Neste sentido, a dimensão das relações concretas que compõem o drama pessoal encontra singular relevância para compreender a atividade prática das domésticas-diaristas em suas trajetórias de inserções profissionais. Da mesma forma, a observância dos sentidos pessoais trazidos nos relatos que compõem os fatos psicológicos manifestos por estas mulheres, os segmentos da vida dramática em suas experiências concretas de trabalho (amplamente marcadas pela

desvalorização e pela incerteza) são cruciais para a interpretação de suas realidades com base em argumentos objetivos das suas narrativas. Assumir o ponto de vista do sujeito e considerar os saberes que elas produzem em suas práticas de trabalho será nesta pesquisa um pressuposto basilar para compreender os sentidos que produzem em relação aos conflitos que enfrentam para sobreviver. Pretendo, portanto, manter acesa a dialética sujeito-meio ao traduzir os confrontos entre as lógicas sociais e a intencionalidade significativa relacionadas ao trabalho das domésticas-diaristas. Por isso, preciso aprofundar mais a questão do processo significativo mediado pela atividade humana, o que farei através da psicologia histórico-cultural. Mas antes, quero finalizar este tópico com a definição revolucionária de psicologia concreta enunciada pela Profa. Lígia Márcia Martins na abertura de um simpósio⁸ sobre a psicologia concreta, em 2019:

Entendo que a psicologia concreta é aquela que compreende a existência humana como síntese de múltiplas determinações. A psicologia concreta não se furta a afirmar-se a favor das condições que permitam a humanização de todos os indivíduos como uma exigência, que por seu turno requer a superação de uma sociedade de classes. É a que se faz e a que milita em prol da superação do que deforma, não forma, faz sofrer, adoce e mata (Lígia Márcia Martins, comunicação oral, 2019)

1.3 – O DOMÍNIO DA CONDUTA EM LEV VIGOTSKI

Ao abordar as relações de trabalho como processo interacional concreto e determinante para a formação da consciência, em nível coletivo e individual, importantes formulações sobre a dinâmica causal na organização singular desta atividade prática podem ser geradas a partir da perspectiva histórico-cultural em psicologia. Introduzida pelo bielorusso Lev Vigotski⁹ (1896 – 1934) e outros colaboradores que atuaram no instituto de psicologia da Universidade de Moscou no período pós-revolução de 1917, esta perspectiva consistiu inicialmente numa crítica radical que defendia a construção de uma psicologia verdadeiramente científica. As pesquisas em psicologia histórico-cultural prosseguiram mesmo após a morte de Vigotski (acometido por tuberculose). No entanto, as questões e conceitos centrais desta teoria só encontram divulgação ampla no mundo ocidental apenas a partir da década de 1980, quando se amplia o número de

⁸ O Simpósio “A psicologia concreta: o que é e suas contribuições para a educação” aconteceu nos dias 10 e 11 de julho de 2019 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta (GEPKO) o evento pode ser acessado no YouTube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=PYN7o-BhzTQ&t=5614s>.

⁹ Sabendo que existem diferentes formas de escrever o nome do autor, escolho escrever desta forma por ser assim a grafia utilizada pela maioria das referências em que me apoio na tese e que tratam da obra de Lev Vigotski: Toassa (2011), Martins (2011), Delari-Junior (2011), Mesquita (2018).

traduções de suas obras para o espanhol e para inglês. Atualmente, a psicologia histórico-cultural influencia estudos em diferentes áreas da ciência psicológica, como a cognitiva, a escolar, a social e, mais recentemente, o trabalho e a clínica.

No campo das ciências do trabalho, as contribuições da psicologia histórico-cultural encontram desenvolvimento em sistemas de pesquisa e intervenção desenvolvidos por pesquisadores como Yrjö Engeström (2001) e Yves Clot (2007). Porém, mesmo que tais referências possam agregar interessantes reflexões quanto à realidade do trabalho humano, escolho por não as utilizar como suportes teóricos nesta tese. As razões se devem, por um lado, ao fato que o meu objeto e público prioritário de estudo não se enquadra precisamente ao contexto de organização do trabalho problematizado nestes sistemas de pesquisa que, em grande medida, abordam as instituições formais de trabalho. Por outro lado, escolho utilizar as leituras de Vigotski para produzir saberes diretamente ligados aos problemas da PST; proposta já introduzida, por exemplo, em Bendassolli e Coelho-Lima (2015); Coutinho e Oliveira (2017); e Coutinho, D'Avila, Maders e Morais (2018).

Com o objetivo de construir uma psicologia centrada no método materialista histórico e dialético, Vigotski e colaboradores realizaram estudos que sedimentaram alicerces para compreendermos **a gênese social da consciência humana**¹⁰. Mediante a amplitude de implicações dessa constatação, bem como dos meios utilizados para se chegar até ela, na presente tese me limito a explorar três desdobramentos que considero centrais para a entender a formação dinâmica entre os processos de significação e a organização da conduta no trabalho. **São eles: a) a gênese histórico-cultural do psiquismo; b) o signo como mediador para a organização da conduta humana; c) a desenvolvimento de sentidos pela atividade prática do sujeito.** Considerarei estas três inferências como pressupostos para um pensamento dialético entre as experiências sociais de trabalho e o desenvolvimento dos processos de significação.

Antes, porém, cabe indicar curiosas aproximações entre as produções de Politzer e de Vigotski. Diversos pesquisadores afirmam que estes autores não se conheceram pessoalmente e nem produziram estudos juntos. Podemos encontrar, contudo, algumas referências de Vigotski à definição psicológica da vida dramática em Politzer a partir dos Manuscritos de 1929

¹⁰ O contexto político e acadêmico do período que abrange a entrada e o desenvolvimento das pesquisas de Vigotski e seus colaboradores pode ser estudado na tese de Claudia Lopes da Silva (2012). Para tal contextualização indico também o curso de extensão: “Os fundamentos da psicologia vigostskiana”, disponível no link: <https://www.youtube.com/channel/UCsT8ipVcY9hFUccPUUaojMg/featured>.

(Vigotski, 1929/2000)¹¹. Dentre as semelhanças na proposta científica de ambos os autores destaco que eram críticos radicais da tradicional psicologia introspectiva e da psicologia positivista que se desenvolviam até o início do século XX. Os autores assumem o materialismo dialético como perspectiva de estudo da consciência humana e compreendem que a psicologia sofria (e sabemos que ainda sofre) pela ausência de um paradigma unificador, o que dificultava a sua convergência metodológica e acarretava a sua maior fragilidade. Sendo assim, os autores propõem que a superação da psicologia tradicional deveria acontecer pela introdução da lógica dialética entre o sujeito e o seu meio de vida, o que significava para eles a construção de uma psicologia concreta (Politzer) ou uma psicologia científica (Vigotski). Vejamos nas palavras de Vigotski (1995) algumas críticas semelhantes às de Politzer.

El desarrollo de la psicología contemporánea modificó de raíz el significado y la orientación del análisis. La tendencia a estudiar los procesos íntegros y el intento de descubrir las estructuras que subyacen en los fenómenos psicológicos se contraponen al viejo análisis basado en la idea atomística sobre la psique. El gran desarrollo de la psicología estructural en los últimos tiempos es, a nuestro juicio, una reacción frente a la psicología de los elementos y frente al lugar que ocupa en la teoría el análisis elemental. De hecho, la propia nueva psicología se contraponen conscientemente a la psicología de los elementos y su rasgo más esencial consiste en ser una psicología de procesos íntegros. (...) Por una parte, el amplio desarrollo de la psicología del comportamiento en todas sus formas es, sin duda alguna, una reacción al predominio de tendencias puramente fenomenológicas de la vieja psicología. (...) Por otra parte, se van formando ante nosotros diversas corrientes psicológicas que intentan basar el método psicológico en el análisis explicativo. Así son, por ejemplo, algunas corrientes de la psicología del comportamiento que conservan en esencia el carácter atomístico de la vieja psicología y consideran todos los procesos superiores como sumas o cadenas de procesos o reacciones más elementales. (p. 64)

Em contraposição à simples descrição dos fenômenos psicológicos e à concepção atomística para a explicação da conduta humana, Vigotski propõe como orientação metodológica um enfoque integral e unificador para a análise dos processos que dinamizam as funções psicológicas. Tal ênfase consiste numa análise estrutural que sintetiza as tendências descritivas e explicativas do psiquismo para compreender a dinâmica interfuncional dentre os elementos que compõem o processo de formação da consciência. “El análisis estructural estudia esos elementos reales objetivamente existentes, y se plantea como tarea no sólo la de segregarlos, sino también la de esclarecer los nexos y las relaciones entre ellos que determinan

¹¹ O pesquisador Achilles Delari Junior ao estudar os sentidos do “drama” na psicologia de Vigotski (Delari-Junior, 2011) afirma que, além das referências presentes nos Manuscritos de 1929 (texto também conhecido como “Psicologia Concreta do Homem” – título atribuído ao tradutor A. A. Puzirei), outras indicações de Vigotski às contribuições de Politzer estão presentes nas *Obras escogidas*: Tomo III (páginas 58, 89 e 86) e Tomo IV (pag. 244). Destas duas últimas obras eu aprofundi o estudo apenas na primeira.

la agrupación dinámica de tales elementos” (Vigotski, 2000, p.65). Esta análise aborda o sistema psicológico como um todo e destaca neste conjunto determinadas características que conservam a integralidade deste conjunto. A complexidade do sistema psíquico é tratada, portanto, não como elementos isolados que formam uma totalidade, mas como uma totalidade que é maior que a soma de suas partes. Vigotski ilustra a relação elemento-todo a partir da insuficiência em estudar as propriedades da molécula de água apenas separando-a em seus átomos constituintes¹².

Com o enfoque integral para as análises estruturais do processo de formação da consciência humana, Vigotski conclui que esta formação possui a sua gênese nas relações do sujeito com o meio social. Paulatinamente, suas pesquisas vão nos revelando que as funções psicológicas superiores¹³ são geradas historicamente através dos conteúdos socialmente compartilhados, dentro de um sistema cultural de interações humanas. “O desenvolvimento das funções psíquicas superiores é o resultado de um choque real entre o organismo e o meio, é resultado da ativa adaptação ao meio” (Vigotski, 2007, p. 142). Ao fazer parte da natureza, o sujeito age sobre ela e a transforma em objeto da sua ação – é ao mesmo tempo autor e protagonista da sua história. O desenvolvimento das funções psicológicas superiores, portanto, não resulta somente dos processos de maturação biológica, determinada por leis naturais, mas sim do compartilhamento de consciências, determinado por leis históricas – uma relação dialética mediada simbolicamente.

As constatações de Vigotski sobre a gênese histórico-cultural do psiquismo evidenciam seus esforços em tomar como objeto de estudo os processos dinâmico-causais a partir dos quais se desenvolvem as formas superiores de comportamento, o agir social mediado pelos signos da cultura. Este é o primeiro pressuposto que extraio da teoria vigotskiana para compreender as experiências de trabalho das domésticas-diaristas. A atenção dada na origem histórica do fenômeno e não apenas na aparência formal acentua a importância dada ao desenvolvimento do problema, ou seja, a sua gênese e as suas bases dinâmico-causais estabelecidas ao longo do

¹² Na presente tese, em específico, o enfoque integral significa que os fatos psicológicos (conforme definidos no item anterior) relatados pelas domésticas-diaristas sobre as suas trajetórias profissionais não podem ser considerados como elementos isolados do todo, que é a vida integral delas. Sendo assim, as diferentes experiências de trabalho ao longo da vida pessoal guardam relações mútuas (aprendizagens, afetividades e sentidos pessoais) entre si ao organizar as maneiras de agir desta pessoa em suas práticas cotidianas de trabalho.

¹³ Vigotski ao longo de sua obra diversas vezes estabelece diferenças entre as funções psicológicas elementares e as superiores. A diferença está, basicamente, no fato que as primeiras são responsáveis pelas reações orgânicas que garantem o funcionamento biológico do corpo e estão centralizadas nas estruturas neuronais localizadas no tronco cerebral. Já as funções superiores são geradas a partir da apropriação da linguagem pelo sujeito, portanto mediadas por signos, e estão centralizadas no córtex cerebral, região anatômica acima do tronco cerebral, daí a sua denominação de “superior”.

tempo. “A análise psicológica de objetos deve ser diferenciada da análise de processos, a qual requer uma exposição dinâmica dos principais pontos constituintes da história dos processos. Conseqüentemente, afirma-se assim, uma psicologia do desenvolvimento” (Vigotski, 2007, p.67). Portanto, o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores guarda relação de causalidade com o histórico das interações que determinado sujeito estabelece em sociedade.

A análise estrutural de Vigotski (1995) sobre o desenvolvimento dos processos psicológicos com base na dinâmica histórico-cultural constitui o desafio de compreender a origem e o movimento das condutas superiores em sua interação concreta com o meio social. Sobre este movimento o autor menciona três momentos no desenvolvimento geral da conduta: os instintos, com fundo inato e hereditário; sobre estes se constituem os hábitos ou os reflexos condicionados adquiridos na experiência pessoal; e sobre os hábitos se superpõe as “. . . reacciones que realizan la función de adaptación a las nuevas condiciones y que constituyen una jerarquía organizada de hábitos orientados a la solución de las nuevas tareas” (p.98). Uma apreciação sobre a utilização do termo “adaptação” se faz necessária.

Poderíamos questionar a utilização do termo “adaptação” para designar o desenvolvimento da conduta do adulto já que as reações intelectuais também agem no sentido de transformar o ambiente segundo as intenções do próprio sujeito. Mas ao introduzir o problema do desenvolvimento da conduta Vigotski se refere a uma *adaptación ativa* do homem em relação ao meio, a qual não se limita à sinalização passiva dos vínculos entre os estímulos sociais. Para ele, cada etapa no domínio da conduta corresponde a uma subordinação dos processos psíquicos ao poder do sujeito humano. Por isso, mesmo que seja a partir dos sistemas simbólicos aprendidos em sociedade que o sujeito forma suas funções psicológicas, o processo da adaptação ativa permite o contínuo desenvolvimento da conduta ao introduzir estímulos artificiais – os signos – que formam ou encerram vínculos entre os agentes do ambiente. Afirma o autor que sem estes processos de significação e domínio da conduta seria impossível a atividade laboral humana.

El hombre introduce estímulos artificiales, confiere significado a su conducta y crea con ayuda de los signos, actuando desde fuera, nuevas conexiones en el cerebro. Partiendo de esta tesis, introducimos como supuesto en nuestra investigación un nuevo principio regulador de la conducta, una nueva idea sobre la determinación de las reacciones humanas —el principio de la significación (Vigotski, 1995, p.55)

O princípio da significação corresponde para Vigotski (1995; 2007) à criação e uso de estímulos artificiais, estes desempenham papel auxiliar que permitem os seres humanos dominarem o próprio comportamento. Este é o segundo pressuposto que extraio da teoria

histórico-cultural para desenvolver a pesquisa nesta tese. De acordo com o autor, é no signo que se integra a função de mediar o desenvolvimento cultural dos processos psicológicos. Isso porque o signo é, antes, um meio de relação social e, depois, se transforma em meio de influência sobre si mesmo. Tal afirmação é descrita experimentalmente e assume caráter central em sua teoria. Tanto que, algumas vezes, ele se refere como lei geral para a formação das funções psicológicas superiores o processo que se inicia na interação social passa pela apropriação dos significados sociais e, posteriormente, o desenvolvimento da conduta cultural humana.

Si es cierto que el signo fue al principio un medio de comunicación y tan sólo después pasó a ser un medio de conducta de la personalidad, resulta completamente evidente que el desarrollo cultural se basa en el empleo de los signos y que su inclusión en el sistema general del comportamiento transcurrió inicialmente de forma social, externa. Cabe decir, en general, que las relaciones entre las funciones psíquicas superiores fueron en tiempos relaciones reales entre los hombres. Me relaciono conmigo mismo como la gente se relaciona conmigo. (Vigotski, 1995, p.101)

Vigotski propõe um paralelo entre o uso das ferramentas como trabalho e o uso dos signos como instrumentos simbólicos na organização da atividade humana. Para ele, enquanto as ferramentas estão orientadas para fora, como meio de modificação direta nos objetos, os signos estão orientados para o interior, sendo os meios para o domínio da própria conduta. Tal função instrumental das ferramentas e dos signos não são dadas diretamente pela natureza, mas são meios artificiais – criados pelo ser humano e transmitidos culturalmente – que auxiliam a atividade mediadora do sujeito em suas zonas de interação social, tanto para as operações objetivas como para as operações psicológicas superiores. A atividade humana mediada pela ferramenta e pelo signo é aquilo que Vigotski entende por conduta superior.

Da citação acima é importante destacar a relação que Vigotski (1995) estabelece entre a formação da personalidade e o domínio da conduta pessoal. Melhor explicando, o autor considera que o ser social em seu processo vital de atividade elabora signos artificiais – estímulos auxiliares – que orientam a sua conduta em sociedade. A dimensão pessoal do desenvolvimento histórico-cultural que se estabelece na atividade mediada do sujeito é aquilo que Vigotski entende como a personalidade. Sendo assim, “(...) el más mínimo avance de cualquier función en la esfera del desarrollo cultural, presupone el desarrollo de la personalidad” (p.230). Para o autor, a personalidade de cada indivíduo não é produzida unicamente por ele, mas é resultado da atividade social e depende da trama de relações que são estabelecidas socialmente. “. . . el concepto de la personalidad es social, es un concepto reflejo

que forma el sujeto al aplicarse a sí mismo los procedimientos de adaptación que aplica a los demás. Podemos así decir que la personalidad es lo social en nosotros” (p.235). A apropriação e o uso dos instrumentos simbólicos como mediadores da atividade de determinado sujeito nos trazem indícios de como o desenvolvimento histórico-cultural da personalidade influencia a organização da conduta pessoal.

O vínculo estabelecido entre a atividade social e o desenvolvimento das funções psicológicas, mediado pelos signos da linguagem, encontra no significado das palavras a constituição complexa do pensamento humano. Vigotski (1998) afirma que a análise integral da complexidade psíquica pode se constituir num estudo concreto se a psicologia focar no significado das palavras como unidades analíticas que retém, simultaneamente, propriedades da linguagem cultural e do pensamento individual. “O significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala social ou um fenômeno do pensamento” (p.150). Importante mencionar que, para o autor, este amálgama significativo da palavra corresponde a uma *generalização* ou a um *conceito*¹⁴ e que, no desenvolvimento das funções superiores, este significado evolui – o que se assemelha às críticas de Politzer ao refutar o antigo postulado da imutabilidade dos significados. “Não é simplesmente o conteúdo de uma palavra que se altera, mas o modo pelo qual a realidade é generalizada e refletida em uma palavra” (p.152). Sendo assim, para Vigotski, os significados das palavras são formações dinâmicas, e não estáticas, modificam-se à medida que o sujeito se desenvolve nas contínuas interações sociais.

Para analisar a dinamicidade singular implicada no princípio da significação é elucidativo estabelecermos a diferença entre sentido e significado da palavra na teoria vigotskiana. Os estudos nesta direção são descritos quando o autor considera que a relação entre o pensamento e a palavra acontece num processo que passa por contínuos desenvolvimentos funcionais, tanto na dimensão social quanto na dimensão pessoal. Ou seja, a evolução do significado das palavras corresponde a um movimento condicionado às relações sociais, mas também aos sentidos pessoais – e mais abrangentes que o significado – que determinado

¹⁴ As considerações do autor sobre a evolução do pensamento verbal podem constituir rico material para estudar a influência das ideologias na organização da conduta humana. A ideologia é pensada por Vigotski como *pensamento socialmente determinado*, noção que aparece principalmente em seus estudos a partir de 1929 (Silva, 2015). No processo de formação de conceitos, por exemplo, Vigotski considera que na terceira e ininterrupta fase de reorganização das funções superiores, a fase do pensamento conceitual, os significados estabelecidos por abstrações e vínculos de semelhança são paulatinamente complexificados por informações com base nas características do próprio objeto (Fonseca-Janes e Lima, 2013). Portanto, o pensamento por generalizações, ou por pensamentos socialmente determinados, mesmo que corresponda num certo domínio para a conduta do sujeito, é superado pelos conceitos potenciais quando este sujeito se atém aos processos concretos do objeto em sua particularidade histórico-cultural. Enquanto as generalizações se assemelham a conceitos espontâneos, os conceitos potenciais se aproximam do saber científico objetivo.

sujeito vincula àquela palavra. Sendo o significado da palavra uma zona estável de significação elucidada pelo meio social e transmitida aos sujeitos no curso das interações comunicativas, o sentido corresponde a amplitude potencial e dinâmica que esta palavra pode representar ao sujeito em específico. Nas palavras de Vigotski (1998):

. . . o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado direcionado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas na fala (p.181).

É nesta dinâmica entre os significados sociais e os sentidos pessoais que os pesquisadores Bendassolli e Coelho-Lima (2015) afirmam o processo da atividade humana como interposição entre a apropriação subjetiva dos significados compartilhados socialmente e o desenvolvimento de sentidos pessoais. Para os autores, as mediações processadas na atividade prática consistem em tensionamentos entre significados e sentidos na constituição da pessoa, um *interjogo* de sujeição aos significados e *pessoalização* pelos sentidos. Para os fins desta tese quero acentuar as reflexões dos autores sobre o papel ativo do sujeito – a sua intencionalidade teleológica – no âmbito mais específico da atividade de trabalho, processo no qual o sujeito integra as mediações sociais e instrumentais para a organização da conduta pessoal.

. . . a atividade exige do sujeito, a todo instante, planejamento da ação, organização dessa mesma ação de modo a antever consequências sobre o contexto, sobre o objeto da atividade e, principalmente, sobre o produto a ser gerado. No caso da atividade de trabalho, isso depende de uma constatação ontológica mais ampla relacionada ao próprio trabalho: o fato de ele ser uma atividade intencional, direcionada a outra pessoa (pares, comunidade, a atividade do outro); ao próprio sujeito, seus projetos pessoais, suas expectativas e mobilizações na atividade, em suma, seu sentido; e ao objeto da atividade, a relação desta com a realidade imediata, dentro de um contexto de valorização (econômica, social, cultural). Portanto, a atividade é, em larga medida, consciente, não automática – e é por isso que o sujeito pode, se questionado, falar sobre ela” (Bendassolli e Coelho-Lima, 2015, p.387).

Sendo assim, nesta tese proponho **examinar a dramática do trabalho pelo ponto de vista das domésticas-diaristas considerando a singularidade dos tensionamentos entre significados culturais e sentidos pessoais estabelecidos pelas múltiplas atividades de trabalho que realizam na história de suas vidas concretas**. A produção de sentidos dá-se, portanto, como reação dialógica aos significados disponibilizados pela cultura e utilizados como recursos para a ação no trabalho, ou seja, para a organização da conduta pessoal. O

desenvolvimento de sentidos pela atividade prática do sujeito consiste no terceiro pressuposto proveniente da psicologia histórico-cultural que utilizo como ferramenta conceitual para analisar as informações produzidas ao longo do processo empírico de pesquisa. Pensar a singularidade do sujeito em sua apropriação dos elementos simbólicos culturais e, por conseguinte, nas suas condutas de trabalho é um desafio que assumo no estudo sobre as experiências profissionais das domésticas-diaristas.

Para o objetivo da presente pesquisa é importante situar o papel ativo do sujeito nas configurações da vida dramática mesmo que as suas condições de vida estejam historicamente determinadas e implicam limitações para a organização da conduta pessoal. Sendo assim, ainda que as interações sociais estejam na gênese dos processos de significação e, conseqüente, domínio da conduta pelo uso dos signos auxiliares, no sujeito permanece o poder de escolhas segundo as possibilidades que cada circunstância lhe coloca. Sobre isso, Vigotski (1995), por exemplo, menciona que os processos psicológicos superiores poderiam ser comparados a uma central telefônica que integra variabilidade infinita de conexões temporais e que responde às necessidades provisórias. Porém, se o objetivo da psicologia científica é abarcar o que acontece na realidade do funcionamento psíquico (da central telefônica na analogia), o cientista se vê obrigado “(...) a tomar en cuenta no sólo la actividad del aparato telefónico, sino también el trabajo del telefonista que realizó el cierre solicitado” (p.60). O emprego intencional de signos e ferramentas representa o domínio da própria ação prática nas interações sociais. É sobre a produção e uso de mediadores pelo sujeito que Vigotski (1995) resgata em Hegel o aspecto astuto da inteligência humana.

La razón, dice Hegel, es tan astuta como poderosa. La astucia consiste en general en que la actividad mediadora al permitir a los objetos actuar recíprocamente unos sobre otros en concordancia con su naturaleza y consumirse en dicho proceso, no toma parte directa en él, pero lleva a cabo, sin embargo, su propio objetivo (p.62).

Porém a potência integradora e intencional do sujeito na produção de sentidos e na organização da conduta, mediadas pela função instrumental dos signos e das ferramentas, não acontece sem conflitos. Torna-se necessário, então, incluímos na investigação dos dramas no trabalho a dimensão intencional do sujeito ao enfrentar conflitos e utilizar meios disponíveis para resolvê-los.

1.4 CONFLITOS, ESCOLHAS E OS SENTIDOS DO DRAMA NA OBRA LEV VIGOTSKI

No esforço de pesquisa que enfoca nos conflitos nas experiências concretas de trabalho das diaristas, considero relevante a interpretação dos embates entre o sujeito e a realidade social de trabalho como um drama pessoal historicamente construído. Para instrumentalizar tal interpretação me valho daquilo que Politzer (1998, p.68) entende por *vida dramática*, como também da noção de drama enquanto *choque de sistemas* (Vigotski, 2000, p.33). No corpo teórico do segundo autor, sendo uma noção complexa que envolve reflexões em diferentes obras, fundamento a minha compreensão sobre os sentidos do drama na obra de Vigotski a partir de seus Manuscritos de 1929 e do estudo realizado por Delari-Junior (2011).

Focalizando o tema da **dramaticidade da existência do homem como ser social**, Delari-Junior (2011) aponta que a compreensão dinâmica sobre o drama na obra de Vigotski requer problematização na fronteira entre a psicologia e as artes de modo que os seus elementos constitutivos possam ser investigados a partir da “contradição dialética entre a tomada de posição e a movimentação bilateral” (Delari-Junior, 2011, p.182) do sujeito em suas relações sociais e, concomitante, desenvolvimento de sentidos. Dessa forma, o tema do drama problematiza os conflitos imanentes à ação humana, do sujeito que deve escolher entre alianças e rupturas, escolhas carregadas de reflexividade e conflito interior.

Em seu estudo, Delari-Junior (2011) defende que o método crítico e objetivo da psicologia histórico-cultural **favorece a compreensão da realidade humana em seu caráter contraditório** e, portanto, considera os conflitos da dinâmica social que condicionam a gênese das funções psicológicas superiores humanas. Seguindo esta linha de raciocínio, as lutas das práticas sociais são significadas em palavras e sentidos pessoais, os embates cotidianos da vida material e social fomentam processos de significação e respectivas condutas pessoais, esta é a dramática da existência.

Na leitura de Delari-Junior (2011), o drama do sujeito se constrói em suas próprias escolhas e ações ao longo do tempo, na diferenciação e organização concreta da sua personalidade, na realização das necessidades e dos **motivos**¹⁵ individuais. Dado que, para

¹⁵ Considero importante definir precisamente o termo “motivo” na obra de Vigotski. No estudo sobre o domínio da conduta Vigotski (1995) utiliza o termo como significado de *razão* (p.159), de *intenção* (p.187) e de *objetivo* (p.200). Embora estes três significados sejam semelhantes por indicar a intencionalidade do sujeito em sua ação prática, utilizei nesta tese o termo motivo como significado de *objetivo* para diferenciar de outras interpretações (dentro da própria psicologia histórico-cultural, inclusive) nas quais o motivo representa estímulos físicos que incitam a atividade (o objeto). Entendo, no estudo de Vigotski, que os motivos estão relacionados sim aos objetos da vida material, principalmente aqueles que satisfazem as necessidades humanas, mas também estão relacionados à objetivos do campo simbólico construídos e reproduzidos socialmente e que, diretamente ou indiretamente, representam a resolução prática de problemas da vida cotidiana (por exemplo, a diarista que luta pela valorização de seu trabalho para conseguir condições mais dignas de sobrevivência). Na interpretação de Vigotski (1995): “podremos comprender mejor los procesos de la elección volitiva si además de reconocer que no están en pugna los estímulos sino los motivos, admitimos que la propia lucha no se lleva por las razones que, en general, pueden impulsar a ella los estímulos. En la elección volitiva, en la pugna de los motivos no se lucha por el

Vigotski, a personalidade está vinculada aos papéis sociais que o sujeito constrói nas suas experiências coletivas, o drama reside no choque entre hierarquias no exercício de papéis sociais antagônicos. “A dinâmica da personalidade é o drama” (Vigotski, 2000, p. 35). As acepções de Vigotski sobre o drama levam Delari-Junior (2011) a considerar, principalmente em suas publicações mais tardias do autor bielorusso, que essa noção ultrapassa a imagem da peça teatral em vários atos aproximando-se do movimento dialético presente nos “conflitos entre diferentes sentidos e significados que uma só palavra pode ter para/em nós, exigindo-nos assim uma ‘decisão’, ‘ato volitivo’, no instante de compreender e responder cada palavra que nos é dirigida” (p.193)¹⁶. Verificamos então que na compreensão histórico-cultural do drama humano, onde o próprio ser social é “ator” nos conflitos sociais, os processos de significação e a ação atuam de maneira interfuncional e estão em constante (re)elaboração de sentidos e escolhas¹⁷.

Constituinte do aspecto dramático das ações são as suas causas afetivo-volitivas. Os conflitos sociais acompanham e evocam sentidos pessoais carregados de *vivências emocionais*¹⁸ e, portanto, de forma alguma seria possível compreender tais sentidos sem

campo motor, ni tampoco por el mecanismo ejecutivo, sino por el mecanismo de cierre, diferenciación que tiene un profundo sentido psicológico y neurológico (p. 207)

¹⁶ A problemática do ato volitivo é pesquisada por Vigotski (1995) ao se interessar pelas **causas afetivo-volitivas** para as escolhas a partir das quais o sujeito consegue o domínio da própria conduta. “Lo que más caracteriza el dominio de la conducta propia es la elección, y no en vano la vieja psicología, al estudiar los procesos de la voluntad, veía en la elección la esencia misma del acto volitivo”. (p.199).

¹⁷ Interessantes reflexões sobre o processo de escolhas podem ser estudadas na tese de Afonso Mancuso de Mesquita (2018) sobre *a formação de valores no contexto da sociabilidade competitiva e individualista*. Seguindo uma linha axiológica dos **valores como construções históricas**, o autor problematiza a formação ontológica de valores como processo social de avaliação das qualidades inerentes aos objetos, às pessoas e aos atos de pessoas. “O valor depende dos sentimentos de agrado ou desagrado impressos na subjetividade humana individual ou coletiva (...), são características mais ou menos estimadas que sustentam normas de conduta, características valorativas que guardam íntima relação com o processo de escolha e de preferência.” (p.44). O pesquisador propõe uma leitura **histórica e dialética sobre o conceito de valor**. Identifica, então, os valores como as qualidades objetivas dos produtos e atos humanos que assumem a função de mediar escolhas, eles “se entropõem ao processo eletivo entre sistemas conflituosos” (p.45). Sendo assim, numa apreensão do autor a partir de Lukács, **os valores representam as unidades integradoras da moral, gerados historicamente no processo produtivo de trabalho e estendido a todos os campos da vida social**. Ou seja, no processo de avaliação que qualifica, classifica e hierarquiza as coisas e as pessoas, o ser social atribui valores que medeiam as suas escolhas. Na pesquisa de Mesquita (2018) se encontram explicações de como este processo de valoração é mediado por signos (cognições) e vivências emocionais que qualificam as ações do sujeito dentre os conflitos e as escolhas que ele realizam em suas interações sociais.

¹⁸ O tema das emoções na obra de Vigotski tem recebido atenção de respeitadas pesquisas no campo da psicologia histórico-cultural. Dentre muitas leituras, indico começar por Sawaia e Silva (2019), Toassa (2009); Martins (2011). Sendo uma problemática muito ampla, que merece um estudo mais detalhado, me limito a utilizar nesta tese a referência teórica que, para Vigotski, as vivências emocionais assumem um caráter essencialmente ativo, revelando que a emoção atua como organizador interno e regulador do pensamento, predispondo o organismo para a ação. “Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. As emoções são esse organizador interno das nossas reações, que retesam, excitam, estimulam ou inibem essas ou aquelas reações”. (Vigotski, 2004a, p. 139).

considerar a relação significativa entre afetividade e a atribuição de valores para as próprias ações pessoais e para as ações das outras pessoas. Dessa forma, dentre os relatos que consideram as experiências concretas de trabalho, buscarei também observar a dimensão afetivo-cognitiva¹⁹ presente nos sentidos produzidos sobre o seu trabalho, sobre os outros e sobre si mesmas. São os processos psicossociais produzidos nos conflitos entre os sentidos psicológicos e a organização pessoal da conduta no trabalho o meu foco maior na condução desta pesquisa.

Complementar à apreensão do drama no campo da psicologia histórico-cultural, Delari-Junior (2011) propõe uma revisão deste termo a partir do grego arcaico. Para tanto, o autor utiliza como referência *A Poética* de Aristóteles e o estudo dramaturgo de Nancy²⁰. Tal esforço justifica-se pela tentativa de expandir o potencial semântico da palavra “drama” a partir de suas raízes gregas, num contexto social e histórico ampliado. Uma definição clássica de drama advém da representação, ou mimese, da arte enquanto ação constituída de reflexão e conflitos, um significado próximo ao que entendemos atualmente como teatro. Aprofundando compreensão nas origens gregas da ação dramática, Delari-Junior (2011) apoia-se em Nancy (2003) para afirmar:

. . . com o verbo [grego] ‘*drân*’ não ocorre uma derivação tão nítida dos substantivos relativos ao seu “modo de operação” e seus “resultados”, o que indica que a “ação dramática” não se orienta a um fim específico, para além dela mesma, tampouco dela deriva claramente a criação de algo novo. O estudo de Nancy mostra-nos ‘*drân*’ como um ‘fazer’ sempre inconcluso e em processo, por conta de sua ‘dupla indeterminação’. Isto significa que nem seus modos de agir nem seus resultados estão predeterminados, deixando ‘campo livre para o que é agente da ação’ (Nancy, 2003, p.15)”. (Junior, 2011, p.186)

Sendo um verbo, a raiz grega da palavra “drama” indica uma ação necessária, um fazer acontecer comprometido de responsabilidade e decisões do “herói”. No entanto, na compreensão da autora, o “*drân*” é ação que não cria algo (como se atribui à “*poièsis*”) e nem está orientado para uma finalidade específica (o que concerne à “*prâxis*”), mas representa a

¹⁹ Em sua tese para livre-docência em psicologia da educação, Ligia Márcia Martins (2011) conclui que "(...) entender a dialética entre os processos cognitivos e afetivos – como opostos interiores um ao outro, e não como processos dicotômicos – é requisito metodológico para a compreensão da atividade humana como unidade afetivo-cognitiva, e, conseqüentemente, o primeiro passo para o estudo materialista histórico-dialético das emoções e sentimentos. A unidade afetivo-cognitiva que sustenta a atividade humana demanda, então, a afirmação da emoção como dado inerente ao ato cognitivo e vice-versa, uma vez que nenhuma emoção ou sentimento e, igualmente, nenhum ato de pensamento, podem se expressar como “conteúdos puros”, isentos um do outro". (p. 193).

²⁰ Não consegui acesso direto a este estudo por meio de pesquisas na internet. Me refiro ao artigo: Nancy, C. (2003). *A razão dramática: sobre o sentido grego de drama*. In: *Folhetim – Teatro do pequeno gesto*. set-dez. p. 9-2.

reflexão moral – conflitiva – da escolha e do ato. “Ele não cria nada de ‘*objetificado*’, mas produz significados e sentidos. (Delari-Junior 2011, p. 187). Para o autor a vida e o drama assumem relações recíprocas e assimétricas pois a vida não se limita ao drama, mas é nele que ela se recria e transforma seus contornos.

Diante do exposto fica evidente a aproximação semântica e etimológica do termo “drama” em sua origem grega com os empregos que Vigotski atribui a este conceito numa psicologia histórico-cultural que busca compreender as relações entre a palavra, o pensamento e a ação. É neste sentido que Delari-Junior (2011) conclui algumas interpretações filosóficas para o drama no campo da liberdade humana. Propondo duas possíveis fontes respeitadas por Vigotski – a ética de Espinosa e o materialismo de Engels e Marx – o autor considera que subjaz ao acontecimento dramático as tensões entre a necessidade de viver e a produção volitiva da liberdade humana, enfim, a intervenção do homem em sua própria história.

As fundamentações desenvolvidas neste capítulo consolidam também os motivos pelos quais escolhi os argumentos da psicologia histórico-cultural, incluindo aí as acepções de drama em Vigotski, para fundamentar o entendimento dinâmico, funcional e sistêmico entre as condições sociais de trabalho e os processos psicológicos implicados na atividade prática das domésticas-diaristas.

2. TRABALHADORAS DOMÉSTICAS-DIARISTAS: DESVALORIZAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

Neste capítulo me aproximo de aspectos históricos e sociais relacionados ao segmento de trabalhadoras que escolhi estudar. Como afirmado na apresentação a tese se concentra nos dramas experienciados pelas domésticas-diaristas para a sobrevivência, mas a sua contextualização demanda considerar a realidade das domésticas mensalistas por proximidades históricas, público majoritário, ambiente e tarefas de trabalho. Mesmo assim, sempre que possível, farei essa distinção entre ambos os segmentos com base nas publicações oficiais e em pesquisas anteriores.

Para iniciar estudo sobre os dramas experienciados pelas domésticas-diaristas considero importante refletir a relação entre a desvalorização e a sobrevivência no cotidiano das diaristas a partir de três argumentos: **a) a história escravocrata como condição social para as relações**

de trabalho doméstico no Brasil; b) as desigualdades como anteparo para a reprodução de ideologias que desvalorizam o trabalho das diaristas; c) os riscos à sobrevivência como fator determinante nos conflitos enfrentados pelas domésticas-diaristas.

Se o drama do trabalho humano consiste num dinâmico processo de significações e escolhas do sujeito em suas experiências de atuação socialmente determinantes, discutir o contexto social que sustenta estes processos se torna via fundamental para compreender a gênese dinâmico-causal destas dramáticas. Advirto, no entanto, que as considerações neste capítulo objetivam expor elementos que considero centrais na relação entre desvalorização e sobrevivência no trabalho das domésticas-diaristas. Examinar esta relação em profundidade exigiria esforço teórico nos campos da História e da Sociologia mais complexo do que introduzo neste capítulo. Dessa forma, com o objetivo de estudar os dramas dessas trabalhadoras pela perspectiva da PST, utilizo os conhecimentos dessas disciplinas para contextualizar as condições de trabalho no cotidiano de sobrevivência das domésticas-diaristas.

2.1 ELEMENTOS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

A base cultural das condições de exploração e desvalorização dos serviços domésticos está na herança colonial da escravidão no Brasil. Os estudos históricos, como veremos, convergem em interpretar a formação da categoria das trabalhadoras domésticas a partir das relações escravocratas de submissão e violências. Tal retrospecto se materializa na caracterização desta população – enorme maioria de mulheres negras – e nas relações de trabalho marcadas por injustiças e constrangimentos. Até a abolição da escravatura o trabalho doméstico era legalmente escravizado no país e, após a sua promulgação da Lei Áurea (em 1888), este trabalho passou se estruturar em negociações – com evidentes assimetrias de poder – que dependiam de fatores que precisamos observar com mais cuidado para entender as modulações que condicionam tais relações de trabalho na atualidade. Tais negociações, no entanto, não se iniciaram apenas com a abolição, mas sim ao longo de uma lenta transição entre

trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Vejamos como estes fatores aparecem em estudos historiográficos que enfocam períodos e cidades brasileiras distintas²¹.

Por exemplo, considerando o período anterior à abolição da escravatura, Dias (1983) descreve que a urbanização de São Paulo convivia com elevada pobreza e alguma autonomia no trabalho de desqualificados sociais. Essa população era principalmente composta por escravas libertas que lutavam pela “improvisação da sobrevivência precária” (Dias, 1983, p.31). Por atuarem no espaço da rua e não representarem os valores culturais alinhados aos papéis femininos da época essas mulheres incomodavam os padrões sociais e as autoridades públicas, sendo alvo constante de preconceitos, violências e denúncias policiais. No rigor de alguma autonomia tolerada elas assumiram ocupações ligadas ao comércio alimentício, artesanato, quitandeiras, roceiras e costureiras. Exemplificando a hipocrisia da emergente burguesia neste período, Dias (1983) aponta que a prostituição destas mulheres era mais aceita que seus trabalhos como ambulantes. Os casos de prostituição e as maneiras pessoais de organizar a sobrevivência reiteravam ainda mais os preconceitos, a exclusão social e a desvalorização da dignidade destas mulheres.

Essa incipiente possibilidade de mulheres escravizadas atuarem em trabalhos diferentes das lavouras e da mineração é revelada por Carvalho (2003) ao estudar o processo de migração de mulheres livres e libertas da zona rural para trabalhar em sobrados urbanos com os serviços domésticos. Atraídas pela oportunidade de escapar do patriarcado escravista rural essas mulheres assumiam os riscos deste trabalho para fugir da insegurança nas ruas, zona estigmatizada pela vadiagem, mendicância e prostituição. O pesquisador revela como importante fator ideológico na escolha delas pelo trabalho doméstico o discurso civilizador dominante em torno da honra e da lealdade para receberem o direito de morar na casa do patrão. “A expressão popular ‘casa, comida e roupa lavada’, ainda em uso no Recife atual, é o resumo de uma contrapartida não monetária ao trabalho doméstico” (Carvalho, 2003, p.78). Estando, na época, os preconceitos dominadores atrelados à visão de desonra para as mulheres que escolhiam trabalhar fora do ambiente doméstico, as migradas acabam por escolher a subordinação da tutela e as perseguições das sinhás (ciúmes, ódios e os castigos devido as reiteradas investidas sexuais – estupros – dos homens patrões da casa), do que sofrerem os riscos de sobrevivência mais livre livre de violências, assumindo ocupações que pejorativamente eram indicadas como “vendeiras” (trabalho frequentemente associado à

²¹ Os estudos historiográficos, em geral, se fundamentam em informações coletadas a partir de notícias de jornais da época, de arquivos da polícia e de variadas instituições públicas.

prostituição). O autor menciona ainda que frente às violências e injustiças, estas trabalhadoras encontravam alguma estratégia de resistência pelo fingimento de lealdade (mudando de casas repentinamente) e pela fofoca que desmascarava os bastidores da casa, gerando conflitos algumas vezes judicializados.

As questões vinculadas à honra e à lealdade das trabalhadoras antes da abolição é também desenvolvida por Graham (1992) ao reconstruir o dia a dia das criadas – livres e escravizadas – na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 e 1910. Neste objetivo a pesquisadora defende o entrecruzamento entre os costumes de obediência destas mulheres aos padrões de fidelidade em troca de proteção dos patrões, que dispunham de alimentação, moradia e roupas – mesmo que de péssimas qualidades. Assumindo as categorias “casa e rua” a partir de Roberto da Mata, a autora propõe que a casa significava um domínio seguro e estável, enquanto a rua significava um lugar suspeito e imprevisível. Nas tarefas cotidianas das criadas, que conviviam com os conflitos entre permissão de residir nas casas onde trabalhavam e a insegurança ameaçadora da rua, se concretizavam diversas situações de dominação – coerção, violência e denúncia – que limitavam, mas não impediam completamente, algumas liberdades de socialização e de lazer.

Os tensionamentos entre os padrões de dominação escravocrata e as escassas chances de atuar com alguma liberdade no trabalho e na organização da vida urbana são também investigados por Lima (2010) ao caracterizar os arranjos de trabalho assumidos pelos escravos libertos em meio às especulações e promulgação da Lei Eusébio de Queirós²² e da Lei do Ventre Livre²³. Em sua pesquisa o autor explora os contratos de locação de serviços registrados nos cartórios de Florianópolis entre 1840 e 1880. Assim definia o instrumento legal:

Em geral, os escravos libertados em virtude desta Lei ficam durante cinco annos sob a inspecção do Governo. Elles são obrigados a contractar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos publicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exhibir contracto de serviço”. (Lei Nº 2040, de 28 de setembro de 1871, Art.6º, § 5º)

²² Lei Nº 581, de 04 de setembro de 1850: “Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império”.

²³ Lei Nº 2040, de 28 de setembro de 1871: “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos”.

Estando obrigados a vender seus serviços para custear a própria alforria, as populações enquadradas na Lei do Ventre Livre assumiram contratos que continuavam severamente pautados em relações de subordinação e coerção, mas que apontavam para o horizonte da liberdade comprada. Lima (2010) considera que a maioria dos serviços enquadrados nesta Lei permaneciam com a tutela da domesticidade e da obediência. No entanto, dado a ambiguidade no uso dos contratos e a arbitrariedade nas relações de trabalho, os escravos foram assumindo estratégias para afastarem-se das armadilhas da domesticidade e manterem algum grau de autonomia. Esta relativa autonomia acontecia pela recusa de determinados serviços e de atuação em conjunto em defesas contra as exigências extremas para conquista da alforria.

Outros argumentos históricos que nos ajudam a entender o processo de transição do trabalho escravo para o livre e, mais especificamente, sobre a formação da classe das trabalhadoras domésticas, encontramos na pesquisa de Silva (2016) sobre as experiências sociais de mulheres libertas nas cidades de Recife e Salvador entre 1870 e 1910. Nesta investigação o autor menciona que este período foi marcado por conflitos na nascente negociação para a contratação de serviços domésticos. Segundo ele, estas mulheres “. . . partilharam experiências fundamentais à formação de classe cuja identidade era, de modo ambíguo, ao mesmo tempo próxima e descolada do *ethos* escravista e patriarcal” (Silva, 2016, p.28). Neste processo, ao mesmo tempo que lutavam pelo afastamento da dominação, sofriam pela ausência de um reconhecimento social e institucional que resguardasse seus direitos. Restava a elas criar limites para as formas de exploração de seus trabalhos. “Essas resistências, claro, não devem ser mitificadas, mas não pode também ser menosprezadas” (Idem, p.29). Eram atitudes de solidariedade e soluções possíveis em um meio cultural adverso, situações que variavam entre confrontos diretos e ajustamentos precários instáveis.

O autor cita alguns modos de *resistência das subordinadas* que vão se acumulando com avanço das Leis contra a escravidão. Resumidamente, elenco os exemplos de resistências apontados pelo historiador. Antes de 1850: fuga, fofoca, solidariedades, lentidão nos serviços, não faziam o trabalho completo, pouca disposição, negação de serviços, atritos com senhores (para assim perderem valor e serem vendidas, gerando oportunidade de fuga); Depois de 1850: passam a propor horários mais ou menos favoráveis que lhes permitissem dormir em suas moradas, pois não queriam viver na condição de “proteção vigiada” pelos rigores do patriarcalismo. A partir de 1870: algumas começaram a estabelecer contratos informais com horários delimitados; aprendem a negociar com patrões desconfiados e utilizam da aparência de honradez, fidelidade e obediência para conseguirem concessões importantes para o mínimo

de autonomia, como dormir em suas próprias casas, exercer apenas o serviço combinado, receber o prometido, “bom tratamento” senhorial, ter permissão de levar consigo o filho(a) para o trabalho. O autor menciona ainda a importância das redes horizontais de ajuda mútua para a defesa recíproca frente aos riscos de ataques dos patrões. Ataques que poderiam ser físicos, mas principalmente ligados à honra e à sexualidade, argumentos de um capital simbólico importantes para as negociações de trabalho na época.

Para finalizar a exposição de alguns fatores centrais para configuração histórica dos processos de trabalho doméstico no Brasil trago a distinção que Fernandes (2021) realiza ao investigar a integração do negro na sociedade de classes. Em sua pesquisa o autor defende que após a abolição da escravatura se pôde distinguir dois blocos do *elemento negro na sociedade brasileira*, os chamados *negros da casa grande* e os *negros do eito*. Para ele, as pessoas do primeiro grupo tiveram um pouco mais de chances na sociedade competitiva pois alguns podiam ler, escrever e possuíam amigos brancos que os ajudavam indicando para cargos públicos. Já as pessoas do segundo grupo assumiram um percurso mais degradante, pois trabalhavam na lavoura, eram analfabetos e não possuíam relações com pessoas que poderiam indicar para alguma função remunerada. Composto este segundo grupo, os homens assumiram ocupações temporárias e, com frequência, vivenciavam alguma sociabilidade em botequins ou terrenos baldios. As mulheres cativas compunham o primeiro grupo e encontravam sobrevivência por meio de serviços como faxineiras, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras e costureiras e, embora mantivessem alguma aproximação mais pessoal com as pessoas da família da casa grande, não estavam afastadas das violências e das inseguranças do eito.

Importante frisar que, principalmente em países colonizados, a desvalorização do trabalho das classes populares assume também feições raciais. O preconceito e o racismo estrutural no Brasil contemporâneo estão atrelados ao histórico de violências contra os negros no período colonial e perduram até hoje estampados nos indicadores sociais e econômicos nacionais. Segundo Fernandes (2021), mesmo após a abolição da escravatura, as populações negras sofriam dificuldades para integrarem-se à vida urbana. Tanto do ponto de vista da emergente sociedade burguesa, que preferiam contratar a força de trabalho dos imigrantes por apresentarem maior domínio técnico e costume com as relações capitalistas de trabalho, como pelo ponto de vista dos negros que não queriam se submeter a trabalhos degradantes que lhes lembrassem o passado recente, a integração dos negros às modalidades de trabalho livre esteve limitada aos serviços domésticos (no caso dos “negros da casa grande”) ou aos pequenos biscates e à marginalidade (no caso dos “negros do eito”). Depois de tanta dor proveniente da

exploração cativa, longe das escolhas e da dignidade, as resistências aos padrões de vida e trabalho daqueles que continuavam como dominadores era inevitável. No entanto, ao recusarem tacitamente aquele novo regime, a pessoa negra passou a ser tida irresponsável, inútil, vagabunda e incapaz de cumprir acordos.

A partir dos fatores históricos apontados até aqui proponho que entender os processos do trabalho doméstico no Brasil ao longo do século XX significa dar atenção às transformações nas relações de dominação que sustentam a delegação de serviços laboriosos – limpeza, manutenção, cozinha, jardinagem, cuidados com crianças e idosos na residência de uma família dominante – para pessoas vulnerabilizadas que sobrevivem dentro de uma sociedade onde a garantia de direitos depende das condições (classe, cor, sexo e formação) em que se encontram as partes desta relação. As origens e transformações históricas dos processos sociais implicados no trabalho doméstico no Brasil demarcam elementos importantes para aproximação com a dinâmica cultural que desvaloriza este trabalho e as pessoas que o realizam. Mas antes de considerarmos a relação desta desvalorização social com as ideologias dominantes e as dificuldades para a sobrevivência das domésticas-diaristas, é conveniente verificar indicadores quantitativos de como estes processos de trabalho estão se configurando enquanto público, jornada, rendimento e direitos.

2.1.1 Indicadores demográficos do trabalho doméstico remunerado no Brasil

O trabalho doméstico representa um dos principais redutos para a ocupação remunerada feminina no Brasil e no mundo. Aqui, a diversidade de arranjos na composição dos serviços domésticos remunerados, mesmo com alguns avanços regulamentares na última década, demonstra a tradicional opressão de classe, sexo e cor presentes na formação da classe trabalhadora brasileira. Tais características são observáveis em estudos que retratam aspectos demográficos deste trabalho. As informações que apresento neste segmento são provenientes de dois estudos publicados recentemente: a) Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI – reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua (IPEA, 2019); e b) Trabalhadoras domésticas – permanências e mudanças (Fernandes & Carvalho, 2020).

No final de **2018**²⁴ o Brasil tinha como população ocupada o número de 87,6 milhões de pessoas e destas 43,7% eram mulheres. Se indicamos que neste levantamento **6,2 milhões de pessoas declararam atuar como trabalhadores domésticos**, impressiona saber que deste total 5,7 milhões eram mulheres. Ou seja, o percentual de mulheres que atuam como trabalhadoras domésticas (92%) é muito superior à proporção de mulheres ocupadas no mercado de trabalho. **Estima-se que 14,6% das mulheres brasileiras ocupadas atuem com algum tipo de serviço domiciliar remunerado, aproximadamente uma a cada sete.** O conjunto de trabalhadoras domésticas representa o segundo maior agrupamento ocupacional de mulheres no Brasil, ficando atrás apenas do comércio.

Em termos quantitativos absolutos, o **Brasil é o segundo país no mundo com a maior quantidade de trabalhadoras domésticas remuneradas.** Perdendo apenas para a Índia, que tem população seis vezes maior que a brasileira. Essa quantidade demonstra nitidamente a herança escravocrata que estrutura as desigualdades na classe trabalhadora brasileira. Ainda mais se percebermos que, de acordo com a Pnad Contínua de 2018, o percentual de mulheres negras que atuam com serviços domésticos era de 63%²⁵.

Outra evidência da desvalorização cultural deste trabalho está na sua remuneração. Considerando mensalistas e diaristas, em média, **as trabalhadoras domésticas possuem jornadas de trabalho com 32 horas semanais**, sem muita distinção entre mulheres negras, pardas ou brancas. A quantidade de horas da jornada apresenta diferença de acordo com o tipo de vínculo de trabalho ficando, em média, **24 horas semanais para as diaristas** e 38 horas semanais para as mensalistas. Já em relação à remuneração média geral, as trabalhadoras domésticas recebem R\$1.012,52 por mês de trabalho. Neste quesito há diferença também quanto aos tipos de vínculo: **as diaristas recebem em média R\$1.030,90** e as mensalistas R\$994,15. Ou seja, os salários permanecem inferiores à média de rendimento dos demais trabalhadores brasileiros (que era R\$2.317,00 em 2018), embora que, em média, se mantiveram superior ao próprio salário-mínimo (R\$954,00 em 2018).

²⁴ Ambos os estudos utilizados para este enquadramento demográfico se referem na PNAD contínua de 2018. Mesmo não se tratando de informações concernentes ao ano de finalização desta tese, que acontece em 2022, considero estas fontes como instrumentos atualizados e seguros para a caracterização da categoria profissional das trabalhadoras domésticas em relação ao total de pessoas ocupadas no Brasil. Mas é muito provável que, devido às transformações no mundo do trabalho em decorrência a pandemia que se estendeu pelos anos de 2020 e 2021, tais informações careçam de atualização mediante novos levantamentos por amostragem domiciliar.

²⁵ Em entrevista com Luiza Batista, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), a sindicalista afirma que a proporção de negras nos serviços domésticos é bem maior que 63%. Segundo ela este equívoco se dá pelo preconceito de cor das próprias trabalhadoras ao resistir em se declarar como negras, preferindo a identificação como pardas.

As proporções entre jornada de trabalho e rendimentos mensais indicam a causa para um importante movimento dentro da categoria das trabalhadoras domésticas: **o crescimento daquelas que trabalham como diaristas**, ou seja, aquelas mulheres que exercem diferentes serviços em um ou mais domicílios e recebem pagamentos por dia de trabalho. Sendo as diaristas o foco desta tese, cabe aqui considerações mais precisamente sua definição:

. . . Propõe-se que sejam consideradas como diaristas aquelas que, mesmo trabalhando em somente um domicílio, o fazem por até 16 horas semanais. A partir deste cálculo, tem-se que em 2018 as diaristas já respondiam por 44% da categoria, o que equivale a 2,5 milhões de mulheres. Em geral, estas têm jornadas de trabalho mais reduzidas, porém, mais intensas, além da maior dificuldade de garantir sua proteção social” (IPEA, 2019, p.40).

Os últimos oito anos de crise econômica parecem trazer como efeito a migração de mensalistas para diaristas, sendo essa segunda mais desprotegida e com menos responsabilidades para o contratante. Apesar de realizarem jornadas de trabalho semanais menores (isso se considerarmos que elas trabalham apenas com serviços domésticos – o que normalmente não é o que acontece), as diaristas vivenciam maior incerteza quanto à continuidade de serviços que lhes garantam sustento. As formas de lidar com essa incerteza e ampliar as possibilidades de trabalho evidenciam diferentes mecanismos de sobrevivência que exploraremos no percurso empírico desta pesquisa. No entanto, segundo Fernandes e Carvalho (2020), **a maioria das diaristas continua a trabalhar sem a perspectiva de alguma formalização ou, no mínimo, recolhimento dos direitos previdenciários.**

Importante mencionar o efeito que a Emenda Constitucional Nº 72 (de 02 de abril de 2013) e a posterior Lei Complementar Nº 150 (de 01 de junho de 2015), as quais ampliam os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, trouxeram para formalização da categoria. **Apesar de consistir um avanço no reconhecimento legal destas trabalhadoras, o fato é que o processo de formalização da categoria vem decrescendo desde 2016.** As estatísticas oficiais revelam que desde 1995 a proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada foi crescendo paulatinamente com o passar dos anos até que, em 2013, ultrapassou pela primeira vez o patamar dos 30% (embora pequeno foi o maior percentual já registrado para a categoria). No entanto, a partir de 2016 a proporção de trabalhadoras domésticas com carteira assinada voltou a cair, chegando ao percentual de 28,6% no final de 2018.

Cabe considerar que o aumento da informalidade nos serviços domésticos pode estar atrelado ao cenário de crise que assola a economia nacional desde 2014. Devemos considerar

também que os **dispositivos regulatórios na Lei Complementar Nº 150 não incluem a figura das trabalhadoras domésticas diaristas, reconhecendo direitos apenas para as trabalhadoras que exercem atividades remuneradas na mesma residência mais de dois dias por semana**. Não seria de estranhar que os contratantes, ainda mais num cenário de recessão econômica, optassem pela contratação na modalidade de domésticas-diaristas em detrimento das mensalistas.

Sem a cobertura de direitos por intermédio da carteira de trabalho fica a cargo da própria trabalhadora optar pela sua cobertura junto a previdência social, seja contribuído como autônoma (à alíquota de 11% sobre o salário mínimo), seja como microempresadora individual (MEI), à alíquota de R\$ 54,90 mensais. Mas estes valores representam proporção elevada no conjunto dos rendimentos mensais destas mulheres ainda mais considerando os períodos de instabilidade nos proventos familiares. Tal dificuldade certamente concorre para o fato de que **em 2018 apenas 24,3% das diaristas contavam com cobertura previdenciária**. Percentual menos da metade das mensalistas (50,4%).

Sendo assim, podemos verificar que os direitos obtidos pela categoria na última década não se traduziram na redução significativa da vulnerabilidade econômica e social de suas integrantes, ainda mais se considerarmos a situação das domésticas-diaristas. São mulheres que realizam atividades exaustivas e necessárias para as famílias contratantes – lhes garantindo mais tempo livre e conforto, ou mesmo para possibilitar inserção profissional de seus integrantes –, mas em grande medida atuam sem registro em carteira e sem proteção trabalhista ou previdenciária.

As vulnerabilidades da categoria das trabalhadoras domésticas estão sendo evidenciadas durante a pandemia iniciada em 2020 no Brasil. Desde a primeira morte por Covid-19 no país ter sido uma trabalhadora doméstica (mulher de 63 anos contaminada pela patroa que retornava de viagem feita para Itália) até as lutas da categoria pelo reconhecimento da essencialidade dos seus serviços (garantindo o direito de não serem demitidas), o que observamos são os riscos de contaminação destas mulheres nos transportes e nas residências em que trabalham.

2.2 A DESVALORIZAÇÃO SOCIAL E OS CONFLITOS PELA SOBREVIVÊNCIA NO TRABALHO DOMÉSTICO

É momento de apontar alguns elementos da vida cotidiana que expressam a relação entre a desvalorização do trabalho doméstico e as dificuldades enfrentadas por suas agentes para manter o sustento pessoal e familiar. Há décadas a caracterização das condições sobre as quais se processa o trabalho doméstico tem sido objeto de estudos sociológicos brasileiros. Verificar estas características ajuda a construção de parâmetros para investigar a dinâmica cultural que se presentifica e se atualiza nos processos de trabalho das domésticas-diaristas.

Iniciemos tais apreensões verificando como as desigualdades sociais constituem anteparo material e ideológico para as experiências das domésticas-diaristas em seus dramas concretos. Caracterizando a sociedade de trabalho, Cardoso (2019) afirma as desigualdades no acesso e exercício do trabalho como elementos estruturantes da sociabilidade brasileira. O autor considera alguns desdobramentos da lenta transição do trabalho escravo para o livre na configuração atual de nossa classe trabalhadora, dos quais destaco dois: **a degradação e desvalorização do negro e do trabalho manual realizado pelos escravos**, que vêm sendo interpretados desde o início da escravidão como pessoas inferiores e impuras nos costumes e serviços; a reduzida expectativa de vida da classe trabalhadora quanto ao progresso e ascensão social, a escassez generalizada de recursos parece ter “moldado” os menos favorecidos à sobrevivência pautada nos *mínimos vitais*.

Sobre a classe trabalhadora brasileira, o cenário complexo de desvalorização exploração e de necessidades não assistidas pelo Estado acarreta justificativas relacionadas às desigualdades pela naturalização das condições sociais em que determinado sujeito nasce Cardoso (2019). Ou seja, torna-se “natural” que uma pessoa proveniente das classes populares receba pouca educação, tenha suas capacidades de trabalho desvalorizadas (geralmente atreladas aos serviços manuais) e projete limitadas expectativas de prosperidade econômica e social pelo trabalho. Dessa forma, tais desigualdades são transferidas pelas gerações culturalmente sem ter os fundamentos contestados por algum levante revolucionário; essa estrutura e a não contestação dela indicam a forma como os trabalhadores brasileiros vêm incorporando a sociedade desigual. Apoiado em pesquisas de larga escala o autor defende ainda que no Brasil a *legitimação da ordem desigual* caminha junta com a culpabilização da população pela sua condição de pobreza, o que a faz assumir (sem grande revolta) a responsabilidade pela sobrevivência individual.

Aplicando a legitimação da ordem desigual – relacionada à classe, sexo e cor – ao objeto de estudo nesta tese, concordo com Farias (1983) ao interpretar a domesticidade dos serviços como a continuidade do “cativeiro” feminino. Para a autora, as condições de desigualdades econômicas atreladas à situação da mulher na sociedade brasileira representam as principais causas para a “reprodução do modelo domesticado” (p.33) ao relegar às mulheres com pouca qualificação profissional situações de opressão que ameaçam suas liberdades de todo tipo, veiculadas num lugar desprotegido onde se constroem relações de dependência e desrespeito aos direitos. Tal relação submissa é também denunciada por Souza (1991) ao problematizar condições de exclusão social materializadas no quatinho de dependências ocupado pelas empregadas domésticas. Nesta reflexão a autora denuncia a hipocrisia ideológica e política das classes dominantes ao reproduzirem em seus lares os mesmos atributos de exploração do trabalho utilizados durante a escravidão. A separação do núcleo familiar, a proximidade com a área de serviços, o tamanho e o desconforto térmico são características que disciplinam as relações do trabalho doméstico.

O trabalho doméstico pautado na dependência e desproteção devido às desigualdades e a desvalorização social das trabalhadoras é problematizado por Mota (1985) a partir da falta de limite para o horário de trabalho, maus pagamentos (por vezes até não monetizado) e falta de perspectiva profissional futura. As tensões entre as trabalhadoras domésticas e seus patrões em torno do tempo de trabalho é também estudada por Ávila (2009) ao analisar que, na vida contemporânea, o tempo do trabalho reprodutivo²⁶ (geralmente assumido por mulheres) está subordinado ao tempo do trabalho produtivo. Sendo assim, é comum que no trabalho doméstico remunerado existam jornadas de trabalho extensivas (composta por trabalhos de longa duração, algumas vezes sem limites bem estabelecidos), intensivas (ritmo incessante de trabalho, com disponibilidade permanente) e intermitentes (dinâmica entre trabalho gratuito, trabalho remunerado e trabalho nas suas próprias casas; essa dinâmica se agrava para aquelas que moram no local de trabalho). A autora afirma ainda que tais jornadas de trabalho implicam em cansaço

²⁶ Acerca o tema do trabalho reprodutivo, naturalizado culturalmente como atribuição feminina, se torna essencial investigarmos o papel revolucionário das contribuições de Silvia Federici (2018) ao expor as causas profundas da opressão das mulheres na sociedade capitalista e denunciar os principais mecanismos utilizados pelo capitalismo para perpetuar e manter a classe trabalhadora dividida. Dentre estes mecanismo ela cita: “a desvalorização de campos inteiros da atividade humana, a começar por aqueles que asseguram a reprodução da vida humana” (Federici, 2018, p.26). Apesar de a divisão sexual do trabalho e as suas implicações no trabalho doméstico (com e sem remuneração) não constituírem precisamente o objetivo da presente tese, a sua apreciação é útil para compreendermos a vida das domésticas-diaristas em seus âmbitos domiciliares, bem como as condições sociais para a entrada e a permanência destas mulheres nestes serviços.

permanente, prejuízos na saúde, redução do tempo para o lazer e outros meios de participação cidadã.

Necessário também é considerar as questões de sexo nos processos de desvalorização do trabalho doméstico. Estudos sociológicos revelam que as situações de dependência e opressão às trabalhadoras domésticas estão ancoradas na divisão sexual do trabalho e na desvalorização da força produtiva feminina que vem se processando em sociedades patriarcais. Estas constatações se efetivam, por exemplo, ao revelarem que grande quantidade das mulheres que trabalham com serviços domésticos remunerados já realizavam os mesmos serviços em suas famílias de origem e constituídas. Tal argumentação é desenvolvida em Saffioti (1979) e Hirata e Kergoat (2007) ao indicarem que a exploração do trabalho feminino é central para a manutenção do modelo de produção dominante. Sendo assim, as autoras afirmam que as péssimas condições do emprego doméstico estão diretamente relacionadas às lógicas que subordinam as relações sociais diversas às demandas do capital. Além disso, a autora nos lembra que as trabalhadoras domésticas preenchem função preponderante para a manutenção das altas taxas de produtividade do sistema capitalista ao “liberarem” suas patroas para o exercício de funções assalariadas.

Ao longo destas reflexões verificamos a existência da correlação entre a desvalorização do trabalho doméstico – majoritariamente realizado por mulheres negras – e a reprodução social de desigualdades vivenciadas por elas mediante premissas ideológicas que atestam o status cultural desqualificado ao trabalho destas mulheres. Numa perspectiva de classe mais ampliada, estas mulheres integram os estratos sociais mais baixos da sociedade que são, provocativamente, apontados por Souza (2009) como *a ralé brasileira*. Buscando o real entendimento das desigualdades no Brasil este autor considera que no país a reprodução das classes sociais está relacionada, por um lado, aos costumes e aprendizados transmitidos pela família; e, por outro lado, ao senso comum arraigado na meritocracia e esquecimento das condições sociais de classe como condição para a prosperidade financeira.

Sendo o capital econômico a quantificação monetizada da propriedade privada e “o capital cultural precisamente uma mistura da herança dos valores familiares e do capital escolar” (Souza, 2009, p.78), o autor contra-argumenta as leituras sociológicas hegemônicas que justificam as desigualdades pela tese do patrimonialismo e do predomínio do capital social nas relações de trabalho (as quais assumiram aspectos conservadores, emotivos e corruptos). Para Souza, este capital social das relações pessoais representa importante ponto de análise da sociedade brasileira, mas é incorreto interpretá-lo como central numa lógica moderna de

acumulação e valorização do trabalho. Para o autor, os capitais econômico e cultural são os elementos estruturais para compreensão das causas efetivas da desigualdade no ordenamento social. Neste sentido, entendo que estudar os processos objetivos do trabalho desvalorizado repercute não apenas em identificar as condições materiais nas quais este trabalho acontece, mas também os elementos ideológicos da cultura a qual este trabalho se desenvolve. Elementos estes que são devidamente apropriados e significados pelos próprios trabalhadores numa dinâmica intersubjetiva entre os sujeitos que convivem em determinada sociedade.

Na mesma obra organizada por Souza (2009), seus colaboradores exemplificam as lutas da ralé brasileira através do drama vivenciado por trabalhadoras domésticas em seus processos de ascensão social. Para tanto, os autores demonstram os sentidos atribuídos por Leninha às suas práticas de trabalho e de consumo no intercurso dos conflitos que ela enfrenta pelo reconhecimento de sua dignidade. As condições de violência, riscos e preconceitos culturais são experimentadas como prerrogativas para vender de forma desvalorizada o seu trabalho ao assumir o serviço de doméstica, porém:

O drama de Leninha há muito tempo não é o de ‘pôr o que comer em casa’, mas o de tentar com todas as forças imitar o ‘truque’ das classes médias. É o drama de quem quer ser reconhecida como ‘gente’, mas que para se afirmar enquanto gente conta apenas com a possibilidade de (. . .) afirmar sincera e contraditoriamente que é ‘um pé de boi pra trabalhar’, ou então com a tentativa de consumir os bens, os instrumentos mágicos com os quais as classes médias produzem eficazmente efeitos de prestígio para si (Carneiro & Rocha, 2009, p.141- 142).

As contradições que os autores encontram nos sentidos que Leninha atribui ao seu trabalho apontam para os dramas da sua experiência ao organizar sua conduta entre as exigências da sobrevivência e a afirmação da dignidade por meio do consumo que consegue com o dinheiro ganho pelo duro serviço. Portanto, os conflitos que Leninha exemplifica enquanto trabalhadora doméstica se definem apenas pela vida no trabalho, mas também pelas significações que organizam a sua conduta frente às necessidades de subsistência num contexto de desvalorização de suas capacidades produtivas. Na perspectiva da PST cabe questionar como estes conflitos²⁷ cotidianos entre desvalorização social *versus* valorização pessoal do trabalho

²⁷ Ao referir os conflitos no trabalho das domésticas-diaristas não intenciono restringir a sua compreensão para os embates hostis enfrentados por essas mulheres em suas relações de trabalho. Sabemos que, concretamente, existem diversos exemplos destas relações que ocorrem de forma respeitosa. Nesta tese uso o termo conflito para designar as divergências entre desvalorização social do trabalho doméstico e os esforços destas trabalhadoras por valorizar as suas práticas de trabalho. É, portanto, uma dimensão de conflito que remete à historicidade das relações presentificadas no cotidiano entre os discursos ideológicos e as argumentações pessoais - e coletivas - que reivindicam mudanças do ponto de vista dominante.

se concretizam na produção de saberes práticos que podem ampliar os raios de ação das trabalhadoras domésticas em seus processos de trabalho, ampliando também as suas perspectivas de sobrevivência. Para esta tese, em específico, interessa analisar estes conflitos como a expressão de não passividade das domésticas-diaristas frente às condições de desvalorização social de seu trabalho, considerando tais conflitos como a base dramática para as significações que envolvem suas escolhas na organização da conduta.

Sobre as trajetórias pessoais concretizadas na vida do sujeito ao atuar em situações sociais que condicionam, mas não encerram as possibilidades das suas escolhas e condutas, é congruente trazer as considerações de Santos (2020) ao abordar a contradição e a complexidade da relação entre o sujeito e suas determinações sociais²⁸. A psicóloga considera que é necessário analisar as determinações do mundo do trabalho para não tornar individual a justificativa para ações que foram socialmente construídas. Mas afirmar as determinações sociais não é abandonar o indivíduo. “É preciso entender que as condições sociais se materializam no sujeito social. É o indivíduo que sofre, que padece e que se comporta obedecendo lógicas que foram estabelecidas fora dele” (Santos, comunicação oral, 2020). Para ela, essa é a razão pela qual a psicologia precisa tratar o indivíduo na sua singularidade. Ou seja, superar a dicotomia sujeito–sociedade pelo ponto de vista dialético e entender o indivíduo como, ao mesmo tempo, singular e social. São os dramas vivenciados pelo sujeito trabalhador em sua totalidade empírica, na busca por sobrevivência em meio às incertezas do trabalho desvalorizado que busco compreender no presente estudo.

O esforço de estudar os conflitos enfrentados por trabalhadoras domésticas pela valorização de seus serviços tem sido efetivado por diferentes pesquisadoras – em diferentes áreas do saber – com quem quero estabelecer diálogo durante as análises das informações alcançadas pelo trabalho de campo nesta tese. Tais contribuições abrangem dimensões históricas de construção coletiva de saberes práticos (Bárbara, 2007), da organização política através de sindicatos (Castro, 1992; 1993; Nunes, 1993; Bernadino-Costa, 2007), das resistências individuais e coletivas concretizadas nas jornadas de trabalho (Ávila, 2009); das trocas afetivas cotidianas (Brites, 2000; Brites e Picanço, 2014), dos usos de saberes em busca de alguma autonomia (Ribeiro, 2014); e da relação entre os processos de significação e as variadas práticas cotidianas de trabalho (Coutinho et al., 2013; Coutinho et al., 2018). No

²⁸ Livia Gomes dos Santos ao proferir aula com o tema: “longe do paraíso - as tramas e os dramas do psiquismo da classe trabalhadora”. A aula foi assistida por meio de curso transmitido pela plataforma YouTube do grupo de pesquisa Psicologia e Landinidades (Psicologia/UnB). Link para o canal: <https://www.youtube.com/channel/UCTOrgLsi2qaH3-YEo8IVocw>

conjunto, tais estudos aprimoram a possibilidade de interpretar como as desigualdades enfrentadas pelas trabalhadoras domésticas se concretizam na desvalorização de seus serviços, mas não mutila perspectivas individuais e coletivas destas mulheres mudarem de vida através da valorização de suas próprias capacidades produtivas.

São nos conflitos concretos do trabalho desvalorizado que posiciono o estudo entre a dominação cultural da classe trabalhadora e as variadas maneiras que seus integrantes encontram para resistir ao processo de dominação. Para os fins desta tese considero fundamental investigar as intencionalidades das diaristas em divergência com os paradigmas sociais atrelados aos seus serviços. Neste íterim, questionando as contradições implicadas nos objetivos das partes que compõem as relações de trabalho, pretendo interpretar os dramas concretos das domésticas-diaristas ao relatar suas trajetórias de experiências que envolvem as dificuldades enfrentadas, as significações de suas atividades de trabalho e (re)organização de suas escolhas com foco na sobrevivência. Seria, analogamente ao trabalho doméstico, questionar se essas mulheres estão realmente “domesticadas” ou se desenvolvem saberes tácitos que favorecem suas existências, e como isso acontece.

São os dramas da ação no trabalho como domésticas-diaristas que me interessam. São os choques - relacionais e pessoais - de interesses revelados nos significados do trabalho entre a subserviência e a reação, entre a injustiça e a solidariedade, entre a dependência e as alternativas de conduta. Afirmando que existe relação dialética da atividade humana com seus processos de significação torna-se relevante investigarmos os sentidos atribuídos pelas trabalhadoras às suas determinações sociais do trabalho para, assim, compreendermos a vida dramática das domésticas-diaristas na organização da conduta em busca da sobrevivência. Sendo assim, uma definição precisa entre trabalho e sobrevivência se faz necessária.

2.3 O TRABALHO HUMANO ENTRE AS NECESSIDADES E A SOBREVIVÊNCIA

Para a reflexão do trabalho com categoria vinculada às necessidades humanas, seus potenciais de transformação da natureza e da própria condição humana na Terra, me mantereí na linha de um pensamento materialista histórico e dialético introduzido por Friederich Engels e Karl Marx. Neste entendimento as transformações concretizadas pelo trabalho humano garantem a materialidade da sua existência, mas também atuam no próprio sujeito que trabalha, o qual reconhece seu papel ativo nessa relação e regula as suas ações no sentido de ampliar suas

potencialidades. É a partir deste aspecto metabólico entre seres humanos e natureza que podemos entender o trabalho como categoria fundante do ser social, já que neste processo dialético de mútua transformação entra em jogo a possibilidade interacional dentre os sujeitos em busca de expandirem as suas capacidades transformadoras mediante o aprimoramento de instrumentos e da linguagem.

Na via de construir um estudo que vincula os processos psicológicos de trabalhadores às condições sociais em que sobrevivem, fundamental importância advém da afirmação que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (Marx & Engels, 1845/2007, p.94). Desta assertiva implica a compreensão que é a partir da atividade prática humana, na natureza e em sociedade, que a consciência emerge como processo de reconhecimento de si. Tal processo, do ponto de vista individual, da história de vida singular de determinado sujeito representa a formação social de sua consciência na relação com o meio.

Sendo assim, se o trabalho é condição para a emergência do ser social e se aceitamos a tese da formação social da consciência, as múltiplas experiências de trabalho organizam considerável desenvolvimento psicológico do sujeito em sua trajetória singular de vida. A função ontológica do trabalho, portanto, dinamiza a interação entre sujeito e sociedade, entre a subjetividade e a objetividade da consciência. É nesta dinâmica da atividade humana que se desenvolve um sistema conflitivo e sempre inacabado no qual convergem as condições externas ao sujeito e, dialeticamente, a sua singularidade de valores e necessidades.

Em via de efetivar uma crítica histórica das relações dinâmico-causais referentes ao objeto de estudo nesta tese é prudente nos voltarmos para as condições objetivas as quais as pessoas que compõem determinada categoria profissional enfrentam em suas experiências de trabalho e questionar: como podemos pensar o desenvolvimento psicológico de trabalhadoras diaristas num contexto social de desigualdades? Parece óbvio que a história de explorações na organização coletiva do trabalho, no Brasil e no mundo, configura o modo como as forças produtivas sociais se apresentam na contemporaneidade. Assumindo a perspectiva das classes menos favorecidas faz sentido nos perguntar sobre a relação entre o trabalho e a sobrevivência destas pessoas, bem como as repercussões que tais condições de trabalho implicam em seu psiquismo. É claro que qualquer trabalhador, fazendo parte das massas populares ou não, poderá afirmar que depende do trabalho para sobreviver. No entanto, as condições sociais e os modos de realização das atividades no trabalho em situações de vulnerabilidade econômica figuram um problema complexo dado a amplitude de possíveis constrangimentos e limitações no

sistema psicossocial vivenciado pelas massas de trabalhadores desprotegidos, exigindo um olhar cuidadoso de nossa parte.

Para uma visão crítica das condições de sobrevivência entre trabalhadores de diferentes estamentos sociais, incluir a dimensão das necessidades humanas se faz útil para entendermos que as condições de sobrevivência de uma domésticas-diarista é muito diferente das condições de sobrevivência de pessoas que atuam com a gestão de contratos em empresas – como é a realidade de muitos contratantes dos serviços destas trabalhadoras. Nesta apreensão crítica é importante atentar que, para Marx, **as necessidades** – designadas por ele pelo vocábulo alemão *bedürfnis* – **devem ser compreendidas como carências ou carecimento**, e não como uma lei natural a qual todos obedecem (Fraga, 2006). Por isso as necessidades devem ser interpretadas no plural, dado constituírem tanto as carências imediatas na materialidade da existência biológica como também as carências socialmente produzidas.

A preocupação com as necessidades acompanha de perto a denúncia marxiana do trabalho estranhado. Em linhas gerais, o processo de estranhamento o qual está submetido historicamente o trabalho humano é descrito nas seguintes formas: estranhamento do objeto produzido, estranhamento no ato da produção (ou da atividade humana), estranhamento do ser genérico do homem (como membro da espécie humana) e estranhamento da relação dos homens entre si. Para Marx, na medida em que o trabalhador operário não é possuidor de sua produção, precisa vender a si mesmo para sobreviver. Dessa forma o trabalho na sua forma estranhada “é cada vez mais um meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do operário” (Marx, 1993, p.363). A respeito disso, a relação entre necessidades e estranhamento é direta: o trabalho não é voluntário, é trabalho forçado de auto sacrifício. “Ele não é, portanto, a satisfação de uma necessidade, mas é apenas um meio para satisfazer necessidades exteriores” (Marx, 1993, p.365).

Numa perspectiva psicológica marxiana as compreensões sobre as necessidades humanas são desenvolvidas em Leontiev (1983)²⁹. Aprofundando na análise acerca da estrutura

²⁹ Sou ciente que existem interpretações de especialistas em psicologia soviética que consideram algumas divergências entre as construções teóricas de Lev Vigotski e Alexis Leontiev. Considero, no entanto, que tais compreensões não sejam impeditivas para o uso dos dois autores nesta tese pelas seguintes razões: a) ambos autores propõem uma psicologia científica baseada no método materialista histórico e dialético marxiano, inclusive compondo grupo denominado tróika (Luria, 1979) ; b) existem evidências já publicadas que afirmam continuidade entre os estudos dos pesquisadores (Shuare, 1990; Tunes e Prestes, 2009); c) as afirmações de divergências científicas entre os pesquisadores possuem como panorama de fundo questões ideológicas e conjunturais relacionadas ao contexto político soviético após a ascensão de Stalin ao poder em 1927 (Martins, 2013); d) as divergências teóricas dos autores - principalmente no que tange a pedologia - não oblitera o entendimento de ambos que a organização da conduta (para Vigotski) e da atividade prática (para Leontiev) acontece pela mediação de signos sociais, possuem desenvolvimento particular e conflitivo, e são direcionados por motivos determinados pelas

geral da atividade, o autor afirma que a necessidade é a condição que “. . . dirige y regula la actividad concreta del sujeto en un medio objetal” (p. 70). Segundo ele, para a ocorrência de alguma atividade humana há duas etapas fundamentais: a ativação das correspondentes funções biológicas que excitam a ação objetiva do sujeito e, em seguida, o encontro com o objeto que satisfaz a necessidade. Após o encontro prático entre a necessidade do sujeito e o respectivo objeto de sua satisfação, o primeiro passa a desenvolver ações subordinadas ao objetivo de satisfazer a necessidade – ações motivadas pelo objeto que, na realidade humana, podem ser materiais e simbólicos. Leontiev (1983) considera que as ações humanas motivadas se realizam mediadas por significações carregadas de emoções e sentimentos, fenômenos que são particulares e que funcionam como sinalizadores internos sobre a relação entre o motivo – o objetivo conscientizado, significado e valorado que resulta na satisfação de alguma necessidade – e a possibilidade de sua realização exitosa.

Dado a manifestação física e simbólica dos objetos na realidade humana e por seguinte das suas necessidades, Leontiev (1983) diferencia o desenvolvimento das necessidades humanas em relação às outras espécies. Nos animais em geral o desenvolvimento das necessidades acontece meramente pela ampliação do repertório de objetos motivadores para as suas ações que satisfazem as suas *necessidades vitais*. Já dentre humanos surge outra dimensão de necessidades, aquelas vinculadas às representações simbólicas produzidas e valorizadas culturalmente. São as *necessidades funcionais*, aquelas apreendidas e reproduzidas no âmbito das relações sociais que o sujeito estabelece na sua história de vida individual. Na balança de alternativas do sujeito concreto em suas atividades intencionais no mundo, Leontiev (1983) adverte que as *necessidades vitais* (as elementares) permanecem sendo a condição inevitável da vida. No entanto, as *necessidades funcionais* (as superiores – por funcionarem no plano da consciência) não configuram apenas formações superficiais que se sobrepõem às primeiras, podendo representar condição tão fundamental para a atividade quanto àquelas que sustentam diretamente a sobrevivência orgânica. Para o autor, a configuração hierárquica das necessidades que regulam a atividade prática do sujeito transcorre ante as suas condições sociais concretas de vida, quer dizer, consiste num desenvolvimento particular de sua integralidade empírica no mundo, a sua personalidade. Sobre o desenvolvimento das necessidades humanas, o autor complementa:

circunstâncias de vida do sujeito (Vigotski, 1995; Leontiev, 1983). O último argumento que apresento é o que realmente importa neste estudo sobre os dramas no trabalho de diaristas.

Es cierto, por supuesto, que el camino general que recorre el desarrollo de las necesidades humanas, tiene su inicio cuando el hombre comienza a actuar para satisfacer necesidades vitales, elementales; mas, ulteriormente, esta relación se invierte y el hombre puede satisfacer sus necesidades vitales para poder actuar. Esta es la vía fundamental de desarrollo de las necesidades humanas. Sin embargo, este camino no se puede deducir directamente del análisis del movimiento de las propias necesidades debido a que encubre el desarrollo del contenido objetual de ellas, es decir, el desarrollo de los motivos concretos de la actividad del hombre (Leontiev, 1983, p.160-161)

Como vemos, para o autor, seria incompleto estudar as necessidades de determinado sujeito sem considerar seus aspectos simbólicos mediados socialmente e sem investigar os motivos que mobilizam a sua atividade prática. Sendo assim, no estudo da sobrevivência por meio de ações dedicadas à satisfação de necessidades humanas, é preciso considerar que as intenções de trabalhadores se objetivam em atributos materiais e significativos para as suas ações. Seria um equívoco, portanto, considerar que o desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora desvalorizada esteja inteiramente limitado pelas privações materiais com as quais convivem. Tais condições materiais externas ao sujeito, mesmo que sejam determinantes para as suas atividades práticas, não determinam completamente a consciência individual. A experiência cotidiana é repleta de referenciais simbólicos transmitidos socialmente e a convivência social é mais fluida, rica e inconstante que as condições materiais, pois também dependem da cultura e das ideologias que o sujeito se alinha. Neste raciocínio, para evitar o risco de generalizações superficiais sobre os significados sociais que organizam a conduta das domésticas-diaristas, é fundamental investigar os sentidos que cada trabalhadora desenvolve em relação ao seu trabalho, a si mesma e às pessoas com quem convive no cotidiano de sobrevivência.

Mais próximo ao público estudado, as questões que vinculam as necessidades humanas à objetividade do trabalho em condições desvalorizadas também aparecem na pesquisa de Mello (1988) ao problematizar a sobrevivência de trabalhadoras domésticas que haviam migrado do interior de Minas Gerais para a cidade de São Paulo na década de 1960. De acordo com a autora, o quadro sombrio das experiências de trabalho desvalorizado, a sujeição permanente às necessidades e a limitação de liberdades, representa uma vida dedicada inteiramente ao labor do corpo, “(...) é uma vida desligada do mundo, privada, dobrada sobre si mesma” (Mello, 1988, p.18). Neste estudo a autora faz algumas comparações entre operários no contexto fabril e as empregadas domésticas no que concerne à intensidade do labor, ao estranhamento de si e dos resultados do trabalho no cotidiano. O aspecto restritivo do trabalho voltado para a manutenção da vida, o tempo de submissão e as coerções enfrentadas demonstram “a diferença objetiva e

tangível entre ser livre e ser forçado pela necessidade” (Idem, p.20). Sobre a sobrevivência das trabalhadoras domésticas pesquisadas por ela, uma de suas conclusões indica que:

A violência que as atinge, o esgotamento, o cansaço, a dor, são recolhidos pelos sentidos e pela inteligência, transmutando-se em submissão da vontade e numa relação obediente às circunstâncias que dominam a vida. Não se ouve a voz da revolta, não há gritos ou ranger de dentes: elas ‘tocam’ a vida, ‘levam’ a vida e, as mais firmes enfrentam a vida. Segundo as leis inexoráveis da aprendizagem precoce da docilidade, pelo caminho do medo e da violência, os movimentos da revolta, quando existem, são também humildes, são ocasionais. As condições materiais da existência, e a forma que elas assumem no nível integrador da vivência da sociabilidade, limitam os movimentos de revolta às situações insuportáveis dentro das fronteiras apertadas do suportável que aprenderam a tolerar. É a ausência da revolta ou a concordância com a dominação? A resposta só pode advir delas e não é simples, ou unívoca. As humilhações formam uma cadeia ininterrupta que domina a vida social” (Mello, 1988, p.182)

A pesquisa de Mello nos apresenta importantes pistas para compreensão dos aspectos psicossociais relacionados à sobrevivência em trabalhos desvalorizados. A apreensão da realidade das trabalhadoras domésticas a partir dos conflitos entre submissão e liberdade ensejam reflexões sobre as relações entre a materialidade da existência, a sociabilidade e a afetividade na vida concreta destas mulheres. No entanto, uma delimitação conceitual precisa se faz necessária: o que quero exatamente dizer quando afirmo que o trabalho doméstico é desvalorizado? Ou melhor, afora todas as evidências históricas e sociológicas, com base em qual noção de valores eu posso caracterizar as condições sociais do trabalho doméstico?

Permanecendo numa abordagem marxiana para o estudo ontológico do trabalho, interessantes reflexões sobre esta questão podem ser encontradas em Vázquez (2005). Para este autor o processo de valoração pode ser compreendido a partir de definições interdependentes entre ética, moral e valores. Sucintamente, Vázquez (2005) destaca a ética como objeto dos atos humanos conscientes que afetam a outras pessoas. Já o campo da moralidade está, para ele, relacionado à escolha, ao arbítrio e aos motivos da ação. Para entender o processo de escolhas dentro de um sistema de regulação social das ações se torna fundamental considerar os valores que orientam as normas de conduta. Sendo assim, os valores são os posicionamentos qualitativos estabelecidos socialmente que regulam a reflexão ética e qualquer ato moral humano.

Seguindo a linha de argumentação do autor, o processo de valoração dos atos e produtos humanos possui base histórica e nascem da relação entre o ser social e os objetos – campo de interações onde o trabalho assume papel preponderante – e compõem um sistema de princípios

que são acatados como convicção íntima para se efetivar, definindo quais ações (ou julgamentos) devem ser valoradas. Ele diz: “entendemos por valoração a atribuição de valor correspondente a atos ou produtos humanos, a valoração moral compreende esses três elementos: a) o valor atribuível; b) o objeto valorado (atos ou normas morais), e c) o sujeito que valora” (Vázquez, 2005, p. 143, tradução minha). Mesmo que possamos pensar uma série de trabalhos nos quais a desvalorização esteja atrelada a qualidades degradantes, historicamente construídas e socialmente produzidas, que orientam condutas preconceituosas e depreciativas, o trabalho doméstico certamente se destaca neste conjunto de situações. É exatamente o processo histórico e social de desvalorização do trabalho doméstico – amplamente vinculado à sobrevivência de suas agentes - que busco resgatar ao longo deste segundo capítulo.

Entender a interface material e simbólica entre as condições histórico-sociais do trabalho doméstico no Brasil e as práticas cotidianas singulares de algumas domésticas-diaristas representa, nesta tese, o desafio de compreender os conflitos do drama pessoal no trabalho desvalorizado realizado por estas mulheres e, assim, apontar para enredos centrais que estruturam suas significações e ações em busca de sobrevivência.

3. A TRAJETÓRIA DO TRABALHO DE CAMPO

Após introduzir a problemática central do estudo, descrevo os caminhos metodológicos pelos quais desenvolvi o trabalho de campo da pesquisa. Para tanto, desde o início, cabe considerar que **a trajetória da pesquisa empírica foi estabelecida no percurso do seu próprio caminhar**. Ou seja, precisei adaptar os procedimentos de pesquisa aos limites e oportunidades encontrados no curso de aproximações com o campo no período entre agosto de 2019 e fevereiro de 2022. Sendo assim, por mais que no princípio já tivesse objetivos e um plano metodológico definidos, os quais eu pretendia adotar para alcançar informações úteis, todo esse plano foi reconstruído conforme as circunstâncias dos encontros, achados e questões surgidas ao longo da pesquisa.

A necessidade de adaptações nas pesquisas qualitativas já foi comentada por Becker (1994) ao afirmar sobre a possibilidade de pesquisadores sociais inventarem métodos capazes de resolver os problemas das pesquisas que estão fazendo. Este autor defende a necessidade de as pesquisas sociais não se reduzirem aos procedimentos estritos de coletas e escolher pelo “uso de espectro pleno de técnicas analíticas para atingir a utilidade da pesquisa” (p.23). Na proposta de Becker, a utilidade da pesquisa advém do julgamento dos próprios leitores, para os quais devem ser explicitados todos os procedimentos de pesquisa adotados a fim de que possam chegar às suas próprias conclusões.

Seguindo a intenção de estudar o drama humano ao sobreviver em condições desvalorizadas de trabalho, me aproximei de instituições, pessoas, pesquisas e noções teóricas que exigiam constantes atualizações e revisões da problemática central do estudo. Ao longo das investidas empíricas não pude esquecer da riqueza como as experiências narradas se apresentavam em torno das variadas trajetórias de vida e de maneiras astuciosas como as pessoas agem para garantir a sobrevivência. A condução desta pesquisa é – conforme caracterizamos o drama humano no primeiro capítulo a partir de Politzer (1998) e Vigotski (1929/2000; 1995) – estabelecer aproximações com trabalhadoras domésticas diaristas a fim de entender, pelos seus próprios pontos de vistas a *complexidade interacional* (Coulon, 1995) entre a organização de suas condutas pessoais nas práticas de trabalho e os sentidos produzidos por estas mulheres em relação aos conflitos que enfrentam para garantir sobrevivência pessoal e familiar.

A metodologia utilizada absorve influências de pesquisas brasileiras desenvolvidas no âmbito da PST. Estas são referências com as quais me alinho e que, no conjunto, compuseram inspirações para as minhas condutas em campo, questões suscitadas e bases teóricas que

pudessem iluminar alguma interpretação dos dados. Tal perspectiva de maneira alguma serviu como limitadora para esta pesquisa. Antes, agiram como indicação para variadas possibilidades de compreender a realidade estudada. Ou, como bem afirmam Sato, Coutinho e Hespanhol-Bernardo (2017), “. . . a PST não se filia a uma abordagem teórica e metodológica específica. Ela se vale de variadas modalidades de aproximação como o real” (p.14). As autoras apontam que na trajetória da PST suas demandas levaram à necessidade de compreender a materialidade e a historicidade imbricadas nas condições, valores e ideologias constitutivas das situações cotidianas do trabalho. Emerge daí o desafio de compreender a dimensão psicológica de trabalhadoras diaristas a partir das interações concretas e simbólicas que o sujeito vivencia na sua trajetória de vivências laborais.

No entanto, cabe mencionar, e este é um dos grandes desafios desta pesquisa, que para a PST o conjunto de determinantes sociais para os processos organizativos de trabalho não obnubilam as singularidades das maneiras de agir das trabalhadoras. Nesta interpretação, as particularidades da ação cotidiana de trabalho devem ser compreendidas a partir da interação específica entre o sujeito e as estruturas sociais que funcionam como determinantes para as suas práticas objetivas. Ou seja, a PST focaliza as “. . . condições singulares nas quais o trabalho acontece, sem, no entanto, abstraí-las dos processos macrossociais que as determinam” (Idem, p.16). O cotidiano de trabalho pessoal é repleto de inventividades e discursos que medeiam as intencionalidades do sujeito em seu meio produtivo concreto. Sendo assim, no caso desta pesquisa que aqui apresento, compreender detalhadamente a relação dinâmica entre as condições sociais, as múltiplas ações de trabalho e os processos de significação revelados pelas trabalhadoras diaristas foi surgindo como possível contribuição deste estudo para o campo da PST.

Compreender os processos organizativos no trabalho das diaristas representa a possibilidade de analisar as dimensões concretas e simbólicas da conduta destas trabalhadoras em seus cotidianos na busca por sobrevivência. No entanto, para uma orientação objetiva da presente pesquisa, alguns delineamentos metodológicos são necessários. Primeiro, na linha de um estudo do trabalho, caberia centralizar esforços de pesquisa na observação direta da atividade dialética nas situações práticas de trabalho buscando assim acesso do pesquisador aos processos dinâmico-causais (Vigotski, 2007) presentes nas maneiras como os processos significativos relacionados ao trabalho das diaristas se configuram nas dimensões histórica e social que constituem seus ambientes de trabalho. O próprio Vigotski estabelece em suas pesquisas a premissa de observar experimentalmente a atividade dos indivíduos na resolução de problemas, estudando assim como utilizam instrumentos e como evoluem na complexidade

interfuncional dos sistemas psicológicos ao longo dos anos de vida. No entanto, existem limites práticos para que eu possa observar – diretamente ou indiretamente – a realidade prática na qual as trabalhadoras domésticas diaristas realizam os seus trabalhos. O acesso aos seus contextos de vida e de trabalho só foi possível através dos relatos colhidos em momentos fora de suas situações de trabalho. Isso impede de indicar a atividade prática como objeto específico de estudo nesta pesquisa. Mesmo que os relatos versam, em sua maioria, sobre as experiências relacionais na atividade de trabalho e só posso considerar estes próprios relatos como fonte objetiva de estudo. Os relatos sobre a atividade de trabalho, e não precisamente a atividade prática de trabalho, são os fatos psicológicos objetivos que tive acesso na pesquisa e revelam a vida dramática nas experiências concretas de trabalho destas mulheres.

Outro delineamento teórico-prático importante na presente pesquisa consiste na perspectiva de análise das informações. Assim como explicado nos itens anteriores, tanto para construir um estudo no âmbito da PST, como para abordar o drama humano segundo a psicologia concreta de Politzer, é metodologicamente adequado considerar o ponto de vista do sujeito em suas práticas cotidianas de vida. Ou seja, o foco principal das análises deve estar na interação sujeito-mundo de acordo com informações relatadas em primeira pessoa. É claro que para nos aproximarmos da formação da consciência de qualquer pessoa devemos considerar a gênese histórico-cultural de suas interpretações de mundo. Também devemos considerar criticamente as condições históricas e sociais que se concretizam nos processos de trabalho vivenciados. Mas, por uma questão de recorte metodológico, **analisar o drama do sujeito em suas experiências de trabalho requer enfoque principal nos processos de significação que envolvem a organização pessoal da conduta no trabalho**. Sendo assim, o enfoque analítico desta pesquisa pousa nos relatos das trabalhadoras que revelam conflitos entre os significados socialmente atribuídos ao seu trabalho e à produção de sentidos para a sua própria atividade produtiva. Quero entender, a partir das próprias trabalhadoras, como os processos de significação foram produzidos em suas experiências profissionais e como tais processos atuam para a organização de suas condutas cotidianas de trabalho. Mais explicações se fazem necessárias sobre os processos de significação e sobre a relação entre o drama vital e os conflitos da ação.

Como uma aventura que se desenrola em torno de desafios e um desfecho imprevisível, apresentar os pressupostos, contextos, tentativas e argumentações desta pesquisa exige de minha parte descrever objetivamente o percurso de investigação (percurso este, diga-se de passagem, constantemente inacabado) que envolve desde minhas inquietações até a transcrição, categorização e análise de informações consideradas relevantes no estudo. Neste processo de

investigação fiz uso de variadas técnicas para coletas de dados: diário de campo, grupos temáticos, ficha de identificação, entrevistas, visitas domiciliares e, durante o distanciamento social da pandemia, diálogos via ligações telefônicas, mensagens de texto via aplicativos de celular – *whatsapp e instagram*. Estas aproximações não obedeceram a uma sequência definida e algumas aconteceram simultaneamente ao longo do tempo de pesquisa.

3.1 O CENTRO DO TRABALHADOR AUTÔNOMO (CTA)

Na apresentação relatei os desígnios da pesquisa que me fizeram escolher o CTA como ponto de partida para conhecer os dramas vividos por domésticas-diaristas que fazem-de-tudo para sobreviver. Continuo agora a descrição de minhas primeiras aproximações com o CTA e o que caracteriza esta política pública no contexto cearense.

Detalhando o relato que iniciei na apresentação da tese, desde a minha primeira visita no local onde funcionava o CTA há mais de trinta anos, a minha percepção foi de estranhamento. Apesar de lá operar uma unidade normal do Sistema Nacional de Empregos (SINE), política pública federal executada em todo o Ceará pelo IDT, o local era diferente de outras unidades do SINE que eu já tinha entrado. Era um local com paredes úmidas e ar condicionado “barulhento”, mas lá dentro havia uma grande interação entre cerca de quinze mulheres que estavam nos bancos de espera para atendimento. O atendente simpático também participava do debate caloroso, às vezes animado, às vezes tenso. O fato é que já nos cinco minutos que me sentei nos bancos de espera percebi que aquelas mulheres tinham algum histórico de relacionamento. Enquanto me preparava para conversar algumas dúvidas com o atendente fui surpreendido por alguém me chamando pelas costas. Era uma voz familiar da Janaína, a gerente da unidade do SINE na qual exerci estágio em Psicologia do Trabalho no ano de 2006. Janaína veio sorridente, me abraçou e perguntou o que eu estava fazendo ali. Ela então me convidou para tomar uma água na sua sala, onde estava escrito na porta: Gerente CTA.

Senti-me à vontade para expor para Janaína a minha situação de estudante de doutorado, as minhas questões para o estudo empírico e como eu havia chegado até aquela conversa com ela. Foi um diálogo com muitas memórias sobre o período em que havíamos trabalhado juntos, mas também sobre os serviços do CTA na intermediação de trabalhos autônomos, principalmente junto às trabalhadoras domésticas-diaristas. Ela apresentou dados quantitativos do sistema, formulários de inscrição e acompanhamento, lista de serviços que intermediam e até o projeto original do CTA aprovado pelo Governo do Estado no ano de 1984. Ela também informou a quantidade de pesquisas sobre o tema disponíveis no site do IDT. Eu comuniquei

que o público do CTA não era de princípio aquilo que eu estava priorizando no meu estudo, mas que diante da abertura e das demandas do CTA iria conversar com minha orientadora sobre a possibilidade de novas mudanças nos rumos da pesquisa empírica. Trocamos contatos e Janaína me recomendou que, se fosse me aproximar do CTA para fazer o estudo, eu deveria solicitar autorização por parte da Presidência do IDT. Saí contente e de pronto solicitei reunião de orientação com a Profa. Leny para atualizá-la das novidades. Ela, como de costume, acreditou no processo da pesquisa e recomendou – com a indicação de exemplos – que mantivesse a disciplina de elaborar meu diário de campo contendo minhas observações destas aproximações com as instituições com as pessoas.

O material disponibilizado pela Janaína foi de grande utilidade. A partir da leitura dos documentos que ela me enviou pude situar algumas características desta instituição que despontava como promissor campo de estudos para a pesquisa. Interessante perceber já no primeiro Projeto Técnico do CTA aprovado em 1984 pelo então governador Gonzaga Mota, nos termos correntes da época, a criação deste projeto como alternativa viável de apoio do Governo junto à parcela da população que gera renda e sobrevivência pelo exercício do ofício informal:

Justificar intervenções no setor informal da economia não mais parece encontrar dificuldades, quer a nível teórico, quer a nível da própria realidade do mercado estadual de trabalho. Representando um segmento deste mercado, onde na pior das hipóteses os subempregados buscam a sua sobrevivência, o setor informal traz em seu bojo algumas alternativas viáveis de apoio. Tais opções, entretanto, deverão estar submetidas a requisitos mínimos que preservem a questão do mercado, assegurem a participação efetiva da população beneficiada e representem a garantia de ocupação e renda a tantos quantos sobrevivem do exercício do ofício informal (Projeto Técnico CTA, 1984, p.4).

No ato de criação o projeto contou com a chancela do ministro do trabalho, Murilo Macêdo, e do coordenador estadual do SINE, José de Freitas Uchoa. Sinteticamente, nos termos do projeto, os objetivos iniciais do CTA configuraram: estimular o desenvolvimento e a diversificação da economia urbana no âmbito das atividades informais; melhorar os padrões técnicos do setor informal com a elevação da produtividade; propiciar maior estabilidade de trabalho à mão de obra engajada em atividades informais; gerar mais oportunidades de trabalho no âmbito informal; e elevar o nível de renda da população beneficiada pelo projeto.

Das ações específicas do projeto prevaleciam a intermediação de trabalhadores para serviços informais, cursos de capacitação profissional e doação de equipamentos individuais de trabalho. Difícil ter noção precisa das metas obtidas pelo projeto ao longo do tempo, mas o que pude comprovar na conversa com a gerente e nos documentos que ela disponibilizou foi que

até então o serviço central nas ações do CTA é a intermediação de trabalhadores. Até o final do ano de 2019 – depois houve alterações na organização do CTA, as quais serão descritas mais adiante – o CTA compunha um dos projetos executados pelo IDT. Em nível institucional o IDT mantém contratos e convênios com diferentes órgãos do Governo do Estado do Ceará, além de Universidades e outras instituições de fomento ao mercado de trabalho. É este o instituto responsável pela coordenação e operacionalização do sistema SINE em todo estado do Ceará.

De maneira prática, o CTA funciona parecido com qualquer outra agência do SINE no Brasil, com o diferencial de intermediar trabalhadores que não irão ser contratados segundo os padrões de formalidade. São solicitados ao CTA, geralmente, pessoas que cumpram serviços pontuais sem a garantia de continuidade e sem nenhuma regulamentação trabalhista ou previdenciária. Tal intermediação acontece por meio do cadastro de trabalhadores que realizam serviços diversos e seus respectivos encaminhamentos de acordo com as solicitações – apenas para pessoa física – por estes serviços. De acordo com relatório gerencial do CTA, ao longo de 2018 foram encaminhados 685 trabalhadores para realização de 47.037 serviços domiciliares. Tais serviços, em sua grande maioria, são: faxinar, lavar e engomar roupas e acompanhante de idosos. Mas o CTA também realiza encaminhamentos para serviços de: motorista, vigilância, atendimento em mesa, jardinagem, babás, cozinheiras e outros. O CTA determina antecipadamente o valor dos serviços que deve ser pago pelos clientes por diária de trabalho, diferenciados por tipo de serviço e carga de trabalho.

Outras informações relevantes para a definição do CTA como campo de interesse para a pesquisa foram encontradas no estudo do sociólogo Mesquita (2017), indicado pela Janaína e disponível no site do IDT, no qual o pesquisador realiza análises comparativas dentre dados extraídos da Pesquisa Emprego e Desemprego (PED) realizadas nos anos de 2014 e de 2016 em cinco regiões metropolitanas brasileiras (Fortaleza, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Distrito Federal). Neste levantamento o pesquisador indica que em 2016, do total de trabalhadores ocupados nestas cinco regiões, 17% estavam atuando como autônomos. O estudo aponta também para a presença relevante de trabalhadores autônomos nos centros urbanos, chegando ao incrível percentual de 27,7% dentre os ocupados na Região Metropolitana de Fortaleza, em 2016. Na maioria dos casos são trabalhadores desprotegidos pelas políticas de assistência, saúde e previdência, denotando extrema vulnerabilidade em situações de doença, acidentes ou velhice – já que 74,6% destes autônomos não contribuíam com a previdência social. A saúde destas pessoas torna-se ainda mais preocupante devido às condições presentes nos ambientes de trabalho, onde normalmente enfrentam variados fatores de riscos físico e psicossocial na realização de suas tarefas. Já em relação ao setor da atividade econômica ao

qual estão atrelados os trabalhadores autônomos, em Fortaleza, distribuem-se: 31,9% no comércio, 36,4% nos serviços, 15,1% na indústria, 14,8% na construção e 1,8% nas demais atividades. O setor terciário (comércio e serviços) congrega a grande maioria das atividades de trabalho autônomas.

A caracterização estatística dos “trabalhadores autônomos” – mais de um quarto da população ocupada na Região Metropolitana de Fortaleza – considerada no estudo de Mesquita (2017) me despertou para as dificuldades enfrentadas na complexa realidade vivenciada pelo potencial público atendido pelo CTA. Desigualdades, violências, desassistência pública, desvalorização e saúde são problemáticas importantes para compreender o contexto social, político e econômico das pessoas que sobrevivem pelo trabalho precário sem algum tipo de proteção regulamentar. Levando em conta a afirmação da própria gerente do CTA de que mais de 90% dos encaminhamentos realizados pelo centro eram para mulheres realizarem serviços domésticos, passei a considerar a preponderância de estudar a realidade social das *trabalhadoras domésticas-diaristas*. A escolha por este público prioritário para iniciar as observações empíricas do problema pesquisado, além de se enquadrar nos parâmetros prévios da pesquisa, foi se concretizando pelas leituras subsequentes sobre relevância de questões históricas e sociológicas ligadas ao exercício dos serviços domésticos no Brasil. O CTA poderia, então, objetivar o meu ponto de acesso primário com estas mulheres. Tal aproximação empírica, agregada às leituras, passou a configurar meu vínculo com a rede de sentidos e materialidades que interconectam o campo-tema de interesse na pesquisa em desenvolvimento.

Cabe ainda mencionar que no início de 2019 foi inaugurada uma nova sede para o funcionamento do CTA, com espaço mais amplo e equipamentos novos, fruto de parceria institucional entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No espaço do CTA também passou a se realizar o cadastro para trabalhadores no Programa Microempreendedor Individual (MEI) do Governo Federal.

Após os diálogos de alinhamento com a minha orientadora, com a gerente do CTA e com o presidente do IDT, alguns cuidados éticos foram necessários para efetivar a entrada sistemática em campo. Fui então autorizado pelo IDT, mediante Termo de Anuência (Apêndice A), para realizar as atividades de pesquisa pelo período de 24 meses. Após esta autorização dei entrada nos protocolos do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH/ IPUSP). O comitê exigiu que eu enviasse, juntamente com o projeto de pesquisa, os seguintes instrumentos: Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices B e C), e roteiro de entrevistas (Anexo A). O início da pesquisa foi finalmente aprovado pelo CEPH através do parecer nº 3.754.867, de 09 de dezembro de 2019 (Apêndice E).

3.2 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Dada a complexidade dos processos de trabalho realizados pelas diaristas encaminhadas pelo CTA para os serviços domiciliares – que acontecem em condições físicas e sociais a depender os clientes – estabeleci observações paulatinas que envolveram desde a convivência destas mulheres no ambiente institucional, passando pelos trâmites internos e situações reais de trabalho até chegar aos contextos de vida fora de algumas destas trabalhadoras fora do CTA. Desde o início assumi a proposta de engajar tais observações seguindo inspiração etnográfica ao observar, conviver e estabelecer diálogos individuais e grupais com usuários e agentes de intermediação do CTA. Estabelecendo como princípio fundamental da aproximação etnográfica a atenção aos pontos de vistas destes trabalhadores pude aos poucos acessar as práticas, discursos e contradições implícitas aos serviços da instituição. Neste exercício sistemático de contrapor meus pressupostos de pesquisa às percepções das pessoas com que dialoguei foram surgindo novas questões, ao mesmo tempo que abandonava outras noções menos adequadas aos objetivos do estudo. A aproximação com as pessoas e a identificação de novas problemáticas me demandaram outras técnicas para compreender a relação dialética entre as objetividades e subjetividades das trabalhadoras diaristas.

Como pressupostos do trabalho etnográfico absorvi referências a partir do método adotado por Sato (2007) para apreender os fazeres que se dão no cotidiano dos processos organizativos (espaço, convivência, gramáticas sociais e regras tácitas) de uma feira livre na cidade de São Paulo. Extrai outra importante influência a partir da etnografia das percepções desenvolvida por Florence Weber (2009) em seu estudo sobre os “trabalhos paralelos” de operários e usineiros residentes de uma cidade rural francesa. Para esta segunda autora, processos como “observar e escutar, não interrogar” e “estar com” representam fundamentos para levar a sério às classificações nativas de determinado público, sem no entanto, se render às pré-noções parciais de seus integrantes, mantendo a disciplina analítica para desenvolver daí conhecimento sobre a realidade em questão.

Um critério importante nos estudos de ambas as pesquisadoras foi a convivência prolongada com o público de interesse para captar desta relação noções empíricas mais precisas. No meu caso, esta convivência encontrou alguns empecilhos, o que reforçou a necessidade de adotar novas técnicas de aproximação para estabelecer vínculos com as domésticas-diaristas. Mesmo objetivando acessar o cotidiano das práticas de trabalho destas mulheres, consegui apenas conviver com elas nos momentos em que estavam no ambiente do CTA. A privacidade

e diversidade dos lares em que elas realizam seus serviços me impediam de acompanhá-las nas situações reais de trabalho. Aliado a isso, após março de 2020 ainda se somou o contexto da pandemia como dificultador para esta convivência. A saída para estas restrições foi manter vínculos com as trabalhadoras do CTA que conheci nos diálogos individuais e grupais a partir de contatos telefônicos e das redes sociais. Em alguns momentos também fiz visitas domiciliares e entrevistas prolongadas em espaços externos ao CTA. Os dados secundários (estatísticas e estudos oficiais, pesquisas acadêmicas, notícias jornalísticas e publicações de redes sociais) também foram de muita utilidade para o delineamento sociológico dos problemas levantados pelas observações. Ao longo deste capítulo descrevo estas experiências.

Outro desenvolvimento na condução de pesquisa que aconteceu a partir da minha relação direta com as realidades sociais características do campo-tema foram as próprias questões orientadoras. Se de início pretendia compreender aspectos psicossociais relacionados aos trabalhadores informais, priorizando aí noções sobre o cotidiano e a saúde destas pessoas, depois de minhas primeiras observações precisei abandonar este direcionamento por alguns motivos concretos. Primeiro porque o conceito de trabalho informal se apresentou como inadequado para identificar as realidades de trabalho destas mulheres, já que estas práticas possuem normas, rotinas, critérios de avaliação e negociações (formas, portanto) regulares e comuns a todas aquelas trabalhadoras. Segundo, percebi que direcionar o estudo para as questões específicas de saúde não era suficiente para descrever o conjunto de demandas das domésticas-diaristas em seus cotidianos de trabalho. As problemáticas relacionadas à saúde com certeza eram narradas nos diálogos, mas estes problemas pareciam representar apenas uma dimensão superficial dos conflitos vivenciados pelas trabalhadoras em seus objetivos de sobrevivência. Para elas, os constrangimentos nas práticas de trabalho e as reclamações sobre a gestão do CTA não eram tão preocupantes quanto a ausência de serviços que lhes garantissem sustento. Em suas narrativas, os desgastes da saúde e os sofrimentos repercutidos pelos embates diários (com os clientes, com o CTA e entre elas próprias) circundam a preocupação aguda em termos de suas sobrevivências: o que fazer para conseguir trabalhos. Muitas delas, inclusive, assumem ocupações suplementares que atribuíam importante parcela na renda mensal necessária para sustentar as famílias. Esta observação me fez abandonar também a concepção de que ali se encontravam profissionais especializadas, já que, por um lado, realizam diferentes trabalhos – em diferentes segmentos de mercado – para garantir sobrevivência e, por outro lado, nem mesmo dentro dos serviços domésticos conseguiam especialização – visto que nestes serviços lhes eram demandadas atividades diversas ligadas à limpeza, trato com roupas, cuidado de crianças e idosos e até a gestão do lar. Esta compreensão trouxe desafios no sentido de

identificar objetivamente qual é o trabalho de fato que devo considerar para me referir ao objeto de estudo, pois elas não exercem apenas serviços domésticos de diaristas. Precisei, então, englobar o conjunto de atividades remuneradas que elas estão dispostas a exercer.

Considero ainda como surpresa nas minhas observações iniciais o fato que as domésticas-diaristas, mesmo apresentando muitos relatos de violências que vivenciavam nas situações de trabalho encaminhados pelo CTA, também mencionaram reiteradas maneiras de agir que lhes conferiam alguma resistência frente os abusos dos patrões. Ao iniciar minhas incursões, baseado numa série de fontes, assumi a hipótese que as condições precárias nas quais se desenvolvem o trabalho doméstico lhes relegam uma postura estritamente passiva frente aos comandos dos patrões. **No entanto, ao longo dos diálogos foi me chamando atenção que o serviço doméstico não necessariamente implica numa domesticação destas mulheres.** Foram muitos relatos de táticas que utilizam para prevenir desentendimentos, negação de serviços, usos do tempo, valorizar o trabalho pessoal, proteger umas às outras e exigir o pagamento negociado. De fato, não previa encontrar esquemas de ação combativos que implicam na rebeldia e procedimentos relativos das domésticas-diaristas em relação às injustiças nas situações de trabalho, configurando um jogo conflitivo de poder onde essas trabalhadoras também organizam defesas contra as atitudes autoritárias dos contratantes. Essa mudança em meu ponto de vista foi reforçada pelo diálogo com as pesquisas de doutorado de Brites (2000), Bernadino-Costa (2007) e Ávila (2009). Abordando o público das trabalhadoras domésticas brasileiras, esses três estudos analisam os processos de resistências desta categoria profissional em suas experiências individuais e coletivas de trabalho. A observação destes processos passou a assumir relevância ao longo de minhas aproximações com as trabalhadoras que encontrei no CTA.

Do encontro entre as premissas que trazia para a pesquisa e o conteúdo dos diálogos estabelecidos com as trabalhadoras pude sintetizar uma nova perspectiva para o estudo. Passei, então, a me dedicar na compreensão do drama vivenciado pelas domésticas-diaristas em suas múltiplas inserções geradoras de renda, considerando que nestas experiências elas elaboram saberes práticos, sociabilidades, sentidos de vida e crenças que favorecem uma postura ativa nos conflitos cotidianos do trabalho em busca de sobrevivência. Esta compreensão exige descrever os procedimentos de pesquisa que permitiram a minha aproximação com as trabalhadoras, bem como evidenciar as observações sobre os processos de trabalho destas mulheres a partir e à parte do CTA. Serão estes os objetivos de minha exposição neste e nos dois próximos capítulos.

3.3 PRODUZINDO INFORMAÇÕES

As buscas por locais onde pudesse realizar aproximações com trabalhadores que compuseram o meu objetivo de estudo haviam encontrado no CTA uma interessante oportunidade para a pesquisa. O próprio fato de haver uma unidade de intermediação para o mercado de trabalho nos moldes do CTA já consistia num achado de pesquisa. Contudo, os desafios para o delineamento destas aproximações ainda continuavam. A dificuldade estava em propor estratégias que acomodasse, por um lado, coerência com procedimentos capazes de apreender as experiências vivenciadas no ambiente do CTA, por outro lado, as expectativas do novo gerente do CTA para com minhas inserções naquele espaço – a gerente já não era mais a minha conhecida do primeiro encontro, ela havia se afastado por questões de saúde. Por mais que eu já tivesse autorização do presidente do IDT para a realização da pesquisa, as minhas investidas para diálogos individuais e coletivos precisavam ser continuamente negociadas com o gerente da unidade. Essa articulação algumas vezes trouxe mais trabalho para detalhar e apresentar os meus objetivos. Outras vezes foi útil para manter a confiança do gestor e ser informado sobre os caminhos planejados para o CTA, bem como acesso às informações do sistema informatizado. Com o tempo fui também me apropriando do ambiente e estabelecendo maior autonomia para desenvolver as estratégias de pesquisa.

Me pareceu de interesse central, no início, observar as movimentações de pessoas dentro do ambiente do CTA, perceber algumas rotinas e normas no uso do espaço e dos objetos, alcançar as conversas das domésticas-diaristas no curso dos atendimentos na instituição. Nas aproximações iniciais importava tangenciar os conflitos e os objetivos que motivaram os diálogos, e como elas conseguiam resolver suas demandas dentre si ou junto aos agentes de intermediação que trabalham no CTA. Respeitar a historicidade das situações cotidianas naquele ambiente, então, a partir destas noções iniciais eu poderia suscitar questões mais pertinentes nas comunicações futuras. Nestes esforços, encontrei interessantes exemplos de aproximação com pessoas atendidas dentro de unidade do Sine a partir da pesquisa de Santos (2000, p. 27) ao desenvolver uma “etnografia do desemprego num espaço eminentemente de desempregados”. O pesquisador realizou este estudo na década de 90 numa outra unidade do Sine/IDT em Fortaleza.

Foi assim que visitei quatro vezes a unidade do CTA antes de iniciar qualquer conversa roteirizada. Eu já estava fazendo uso do diário de campo e nessas visitas fazia anotações sobre o que via e escutava durante as duas horas em que ficava sentado nos bancos de espera para atendimentos, dentro ou fora do salão interno. Quando possível conversava alguma amenidade

com aquelas que também ali estavam, não escolhia quem. Aproveitava também para ler algum livro que carregava comigo. Quando possível, me direcionava para a sala do gerente e conversava com ele sobre ideias para manter um diálogo objetivo. Ele pedia que organizasse aquilo que ele chamava de palestra, mas eu relutava por não querer assumir a figura de palestrante. Contudo queria também iniciar algum trabalho temático com grupos focais e imaginava que precisava me apresentar como alguém interessado no trabalho delas. Essa apresentação seria mais efetiva se a fizesse em espaço mais reservado, sem ter que reiniciar a conversa todas as vezes que sentasse alguém diferente do meu lado. Dessa maneira montei e aprovei com o gerente uma apresentação dialogada (que de início mais se pareceu com uma palestra mesmo) intitulada: *(re)existir no trabalho: autonomia e saúde*. Agendamos o dia e reservamos uma das salas de aula da unidade para o encontro grupal.

No dia agendado (20.08.2019 – terça feira) chego ao CTA uma hora antes do horário marcado para o início do encontro, o qual começaria às 10 horas da manhã. Imaginei que chegar cedo seria muito importante para fazer os convites de maneira particular e tirar algumas dúvidas antes mesmo de começar o encontro, além de organizar as cadeiras e o projetor da sala onde acontece a reunião. Então assim o fiz, solicitei a chave da sala na gerência, organizei quinze cadeiras em círculo, liguei e ajustei a projeção na parede.

Após isso fui me sentar com as mulheres que ficam esperando cartas de encaminhamento do CTA. Planejava fazer os convites a partir de conversas particulares, lado a lado. Elas ficam dispostas em fileiras de banco logo na entrada da unidade. Lá sentado, sou surpreendido pelo aviso: “*Se você veio buscar emprego acho que seu lugar é ali do outro lado*”, uma delas simpaticamente tenta me ajudar e aponta para a área onde sentam as pessoas à espera de cartas de encaminhamento para o emprego formal. Neste momento percebo que eu já não era um estranho desconhecido, já estava identificado dentre elas como alguém com algum propósito, talvez sendo observado desde minhas visitas anteriores. Elas só não sabiam ao certo qual era o meu objetivo ali naquele espaço que ocupavam.

Sendo assim, com a proximidade e abertura para a conversa, foi o momento certo para me identificar e afirmar que meu interesse era realmente estar ali com elas: estudar sobre a saúde das pessoas que trabalham na informalidade, que sou psicólogo, que me interesso por saber como elas resistem aos problemas cotidianos, como realizam o seu trabalho e como vivem fora do trabalho. O diálogo é escutado por outras mulheres que estavam próximas e, nos instantes em que vou falando, sou interpelado por outras perguntas dentre olhares curiosos: “...e porque você quer saber de nós?”. Essa foi, portanto, a minha oportunidade para informar sobre o encontro grupal que irá acontecer na sala ao lado. Deixo evidente que não se trata de

atendimentos clínicos, mas que elas teriam sim a liberdade para expressarem seus pensamentos e emoções, principalmente naquilo que se relaciona ao trabalho e a saúde. Quando chega às dez horas, me levanto e faço o convite em tom mais alto para todas que estavam nos bancos ouvirem:

Bom dia! Começaremos agora na sala 02 um encontro para conversar sobre a saúde de trabalhadoras que exercem serviços domésticos. A participação é voluntária e aquelas que tiverem o interesse de participar não serão prejudicadas, pois as cartas de encaminhamento continuarão sendo entregues pela ordem de chegada de hoje. O encontro deve durar em torno de sessenta minutos. Todas vocês são muito bem-vindas. Vamos?

Algumas ficaram interessadas e se dirigem logo para a sala 02, outras esperaram que outra amiga demonstre o interesse, outras fingiram que não me escutaram e outras ainda preferiram demonstrar a falta de interesse se dirigindo para o pátio externo no CTA. Após mencionar o convite, me dirigi até a sala para acompanhar a entrada delas no espaço. Nos bancos do lado de fora, antes do meu convite, havia cerca de 18 mulheres. Quando entrei na sala contei dez pessoas. Fechei a porta e comecei a apresentar os detalhes para o encontro que eu havia planejado. Cerca de 10 minutos após o início entrou outra participante.

3.3.1 Em grupos

Para a formação e coordenação dos encontros em grupo inicialmente não consegui definir delineamentos precisos. A aproximação com o problema da pesquisa apresentava a oportunidade de conversar diretamente com trabalhadoras que o vivenciam cotidianamente, mas estas pessoas não estavam esperando e nem solicitando a minha presença. Partia de mim a proposta de diálogos e não delas. É certo que o entusiasmo de pesquisador também encontrava alguma confiança na possibilidade destes encontros favorecessem elas, por um lado, refletirem sobre questões de saúde relacionadas ao trabalho, e por outro, construir “um saber coletivo que sirva como instrumentalização para o enfrentamento diferenciado da realidade social, com o respaldo oferecido pelo grupo” (Lima & Oliveira, 1995, p.157). No entanto, mesmo tendo obtido resultados interessantes, ambas propostas falharam e ao longo dos encontros precisei adaptar meus posicionamentos e técnicas às demandas reais delas.

O meu desafio inicial era conseguir juntá-las numa sala e ter oportunidade de comunicar as minhas intenções com aquele encontro. Fazia-me respaldado pela autorização da presidência do IDT e aprovação do comitê de ética em pesquisa, mas faltava ainda o principal: o interesse

das trabalhadoras em participar dos encontros. Eu já havia vencido as solicitações do gerente por construir aquilo que ele definia como “palestra”, mas me sentia na responsabilidade de oferecer algo atrativo e construtivo para as participantes. Esse desafio estava ligado ao fato de não haver dentre elas o exercício formalizado de discussão coletiva em torno de situações problemas vivenciados a partir das quais poderiam “sistematizar conhecimentos visando a busca de soluções e a proposição de ações de intervenção” (Hoefel et al., 2004, p. 35). Essas discussões não aconteciam formalmente, com a intermediação do CTA, mas as narrativas apontam que as experiências nos serviços domésticos eram regularmente e enfaticamente assunto das conversas nos bancos de espera e nas redes de contato que elas participam. Então, apesar de no início ter estimulado discussões sobre a saúde de trabalhadores, e mesmo que suas contribuições no debate margeiam esse tema, não era precisamente as condições de saúde que centralizam as suas narrativas. Estava a meu cargo identificar nas suas enunciações elementos que fossem comuns e que compuseram alguma categoria central para a minha compreensão de suas realidades de trabalho.

Do dia 20 de agosto até 21 de outubro de 2019 consegui realizar cinco encontros. Ao todo foram 42 mulheres e um homem que participaram dos encontros, todas acima de 50 anos de idade. Apenas uma das mulheres participou de dois encontros em dias distintos. Os dias de encontro aconteceram em três dias de segunda-feira e dois dias de terça-feira (alternadamente), o que dificultava que elas participassem de duas reuniões seguidas. A condução dos encontros foi alterada com o tempo, mas em todos utilizava os minutos iniciais para: me identificar como estudante de psicologia realizando um estudo sobre as trabalhadoras que exercem profissão sem contratos profissionais; apresentava uma síntese do que pretendia tratar naquele encontro e evidenciava a liberdade que elas tinham para permanecer e se pronunciarem se quisessem; lia, distribuía e colhia os TCLE's assinados; e depois solicitava que cada uma dissesse o seu nome, há quanto trabalha no CTA e quais serviços realizava pelo intermédio da instituição. Essas exigências éticas iniciais pareciam um tanto cansativas para elas, mas eram importantes para que entendessem que eu não trabalhava para o CTA e que elas poderiam usar aquele momento para falarem suas percepções sem medo de repreensão. Em todos os encontros solicitei que elas preenchessem e me entregassem uma ficha de identificação com informações como nome, contatos, data de nascimento, atividades de trabalho que exercem e percepções sobre as condições destes trabalhos. Na medida em que observava a forma como elas preenchiam essas fichas fui alterando a sua estrutura e conteúdo.

Em todos os encontros **dispus as cadeiras de forma circular** para trazer a noção de equidade e participação. Nos encontros iniciais utilizei apresentação de slides com frases e

imagens que sintetizavam a minha exposição sobre aspectos físicos e psicossociais relacionados à saúde de trabalhadores. Já no primeiro encontro percebi que essa estratégia “professoral” não era adequada para estimular o debate uma vez que elas não se interessavam pelas minhas exposições. De contrário, quando tocava em algum assunto polêmico e vivenciado por todas – como por exemplo as exigências dos contratantes – quase todas se manifestavam com opiniões e exemplos. Foi assim que precisei alterar a minha postura, pois não estava conseguindo valorizar toda a dialogicidade que aquele encontro permitia. Então nos segundo e terceiro encontros experimentei manter a apresentação, mas incluir perguntas na ficha de identificação que fossem respondidas ao longo da exposição. Assim, de acordo com as questões apresentadas na minha fala, solicitava que elas respondessem perguntas dispostas nas fichas. Esta estratégia foi bem acolhida, mas elas continuavam desinteressadas nas minhas palavras sobre saúde de trabalhadores. Então, nos dois últimos encontros, como eu já tinha segurança que o debate não dependia das minhas exposições, estimei as discussões em apenas três perguntas centrais sobre: as relações com a gestão do CTA, as relações com os clientes contratantes, planos para o futuro profissional. Na medida em que iam comunicando as suas experiências e tocavam nas perguntas que estavam nas fichas de identificação – principalmente nas perguntas sobre trajetórias profissionais, redes de apoio e formas de organizar o dia a dia de trabalho – eu solicitava que interrompesse um pouco o debate e se concentrasse em responder por escrito as perguntas da ficha.

Considero que a temática da saúde foi útil para organizar as discussões em torno dos problemas que elas experimentam. No entanto, por exemplo, as suas percepções sobre as consequências da intensidade do trabalho, dos embates com clientes, ou da preocupação com o sustento da família, não estavam necessariamente ligadas ao tema saúde. Mesmo assim, as minhas colocações geraram debates acalorados nos quais, muitas vezes, eu precisava intervir e pedir para que respeitassem as falas de cada pessoa. Neste jogo de tentativas em estimular os diálogos, aos poucos, percebi que não precisava ser tão inseguro quanto a necessidade de tornar aquele momento útil para elas, pois elas já permaneciam ali por suas vontades, escutando ou interagindo. Quanto a mim, o foco do encontro passou dessa necessidade para o interesse de abrir espaço de comunicação mútua sem roteiro definido e nem tempo para cada assunto. Percebi, enfim, que seria a partir dessas trocas de experiências, enunciações de exemplos práticos, que poderia organizar alguma lógica compreensiva sobre o drama que elas vivenciam em suas realidades sociais.

É certo que em seus argumentos era possível identificar diversas expressões da concretude do sofrimento e do adoecimento em decorrência do contexto de trabalho. Se o

objetivo do grupo assumisse um caráter terapêutico no sentido de oferecer a possibilidade de operar “mudanças nos esquemas referenciais e de atitudes de seus componentes” (Sato et al., 1993, p. 55), estimulando ressignificações e práticas de cooperação, certamente haveria ali um campo de forças bastante potente para este processo. Mas não era esse o objetivo do grupo e também não seria viável devido a inconstância das datas e das pessoas participantes. Quanto à dimensão do sofrimento psíquico conseguimos nos encontros grupais, no máximo, estimular reflexões críticas sobre as experiências cotidianas (Silva & Hespanhol-Bernardo, 2018) e mobilizar algumas noções comuns para as situações compartilhadas.

Interessante que as questões de saúde não se apresentavam apenas como agravos às dimensões físicas e psicossociais, pois também havia expressões de coragem que definiam comportamentos tácitos de reação aos riscos do trabalho cotidiano. Sendo assim, foi possível observar significados para as práticas de trabalho que ampliavam a capacidade de ação delas frente às exigências e constrangimentos nas relações com os contratantes. Seja através da valorização do trabalho pessoal, da religiosidade ou das próprias habilidades argumentativas, os discursos de injustiça vinham comumente acompanhados com noções de potencialidades para a autodefesa e o enfrentamento das dificuldades, trazendo alguma segurança e coragem em seus desafios diários. No conjunto, os diálogos desenvolvidos nos encontros grupais me fizeram questionar o papel meramente passivo – ou socialmente repreendido – destas mulheres e começar a considerar os seus processos de resistências na busca por ampliar suas liberdades de escolha e ação, mesmo em contextos tão aversivos e historicamente relegados à opressão. Inclusive, não era difícil verificar nas fichas de identificação e nas falas o fato que elas exerciam outras atividades remuneradas além dos serviços domésticos. As suas capacidades produtivas de gerar trabalho e sustento não estavam limitadas aos encaminhamentos intermediados pelo CTA.

Atribuir menos importância para as minhas dúvidas e interesses e levar a sério aquilo o que Florence Weber (2009) indica como *conceitos nativos* daquelas trabalhadoras, os sentidos pessoais de seus relatos, me estimularam a deslocar atenção das questões da saúde para os conflitos da dialética concreta do trabalho em condições precárias. De acordo com minhas interpretações, passou a fazer sentido a busca por compreender como as lutas pela sobrevivência através do trabalho precário são criadas e significadas ao longo da vida. Os relatos destas mulheres me mobilizaram a possibilidade de apreender e interpretar a vida dramática destas em seus processos de trabalho (dentro e fora do CTA), de fatos concretos e sentidos particulares. Assumindo que a constituição do psiquismo singular é delineada a partir das múltiplas interações sociais do sujeito empírico, o drama dos acontecimentos vividos no trabalho

repercute sistematicamente em fatos psicológicos construídos na experiência prática e que se expressam nos sentidos pessoais que atribuem às suas formas de trabalhar. Dessa forma, tomando como objeto as experiências de trabalho das domésticas-diaristas, uma série de possíveis questões envolvem os conflitos entre contexto, intenções e significações atribuídas ao trabalho no drama cotidiano pela sobrevivência. Mas, para apreender tais expressividades, precisava de uma aproximação individual que me permitisse reconstruir a singularidade da trajetória profissional, dos processos organizativos de trabalho (a partir do CTA, ou não) e as redes de relacionamentos que conferiam apoio para a criação de trabalhos. Por isso escolhi complementar a busca por informações a partir de entrevistas individuais.

A partir de novembro de 2019 precisei interromper a realização dos encontros grupais para me concentrar na escrita do texto dedicado à qualificação do meu projeto de tese, a data limite para o depósito era 18 de fevereiro de 2020. Depois veio a pandemia e as restrições para as aglomerações de pessoas, o que impedia completamente a realização dos grupos. Espero um dia poder voltar aos encontros. Apesar de seu aspecto aberto e mutável, além de bastante interessante para as minhas observações sobre a realidade social daquelas mulheres, para elas próprias parecia que o momento era de ativação crítica e de reconhecimento mútuo, um espaço onde podiam expressar livremente afetos e vivências nos conflitos de trabalho. E foi exatamente esse o aspecto central de minhas observações a partir das gravações transcritas e das fichas de identificação: os conflitos para garantir a sobrevivência através de trabalhos precários. Tais ênfases – repletas de exemplos e contradições – surgiam principalmente a partir de: questionamentos quanto à gestão da intermediação por parte do CTA; embates com os clientes contratantes dos serviços domésticos; e as maneiras de gerar renda a partir de trabalhos que dependiam da auto responsabilização pela sobrevivência pessoal e da família. A complexidade dos acontecimentos em torno de suas atividades me exigia técnicas de pesquisa dedicadas a explorar as particularidades da vida produtiva. Ou, como bem me indicou a Profa. Sylvia Leser de Mello em meu exame de qualificação, “uma aproximação antropológica que horizontalize as minhas observações” (LESER, comunicação pessoal, 13 de abril de 2020). Foi este o desafio que me conduziu para os diálogos em forma de entrevistas presenciais, diálogos em redes sociais e algumas visitas domiciliares.

3.3.2 Entrevistas individuais

As entrevistas se iniciaram após a qualificação do meu projeto de tese, que aconteceu no dia 13 de abril de 2020 em encontro que reuniu as professoras Leny Sato, Sylvia Leser de

Mello e Maria Chalfin Coutinho. Os comentários da banca examinadora indicaram avanços e ajustes necessários no texto e na pesquisa. As contribuições das professoras alertaram que o desenvolvimento do trabalho de campo suscita novas questões que, no meu caso, apontavam para: quais condições sociais na história de vida pessoal marcam o processo de inserção no trabalho? Quais são os outros trabalhos que realizam? Quais são os objetivos de consumo conquistados pelo trabalho? Como conseguem os serviços? Como as relações familiares e comunitárias estão envolvidas neste trabalho? Quais conflitos e solicitudes vivenciam no trabalho de domésticas-diaristas? Como lidam com tais situações? Como se dá a relação destas mulheres com as políticas públicas (inclusive com o CTA)? Como significam seus trabalhos? O que pensam sobre o futuro? E ainda, qual papel atribuem à crença religiosa (constantemente enunciada) em seus trabalhos? Enfim, as particularidades que passaram a compor as minhas dúvidas demandavam adaptar a minha estratégia de pesquisa. As entrevistas individuais pareceram o processo mais adequado para investigar tais elementos. Mas, devido às restrições impostas pela pandemia que já se estendia desde o dia 16 de março de 2020, precisava encontrar maneiras seguras de me aproximar e estabelecer um diálogo duradouro, atento e detalhado do que aqueles estabelecidos nos encontros grupais.

Tendo em vista que minhas questões exigiam o esforço por acessar as experiências de trabalho daquelas trabalhadoras, reconstruindo o encadeamento de inserções no fluxo da história de vida que configuram uma trajetória laboral pessoal, encontrei adequado aporte metodológico para as entrevistas a partir dos enfoques biográficos em pesquisa social. Em revisão crítica das principais aproximações teórico-metodológicas para o enfoque das trajetórias laborais, Terra (2012) defende a utilidade do enfoque biográfico como recurso que permite observar a articulação entre elementos objetivos e subjetivos na trama singular de um sujeito histórico. No decurso das práticas laborais exercidas ao longo do tempo cabe, então, investigar os momentos que constroem a trajetória específica das inserções, as limitações e oportunidades no entrecruzar das intenções pessoais com as situações objetivas de vida. As experiências, em seguidas (re)constituições, portanto, passaram a delinear mais explicitamente o meu foco nas entrevistas individuais. Terra (2012) considera também que na interpretação da trajetória laboral é importante explorar os *pontos de inflexão* ou *bifurcações* que marcam esse encadeamento de fatos. São os eventos específicos de interrupção que mudam a trajetória e reorientam os processos de vida. Segundo a autora, identificar o encadeamento de linearidades e rupturas que motivaram a reconduzir a trajetória laboral favorece a compreensão sobre os elementos que influenciam as decisões frente às imprevisibilidades da vida. Em minha pesquisa, encontrar os pontos de inflexão nas trajetórias laborais das trabalhadoras entrevistadas

representava compreender as possibilidades de escolha ou a necessidade de aceitação frente os acontecimentos na vida familiar, comunitária e profissional.

A continuidade das aproximações dependia da minha atenção a dois problemas mais imediatos: quem seriam as entrevistadas e quais procedimentos adotaria para as entrevistas. Quanto à primeira problemática considerei a relevância dos vínculos de confiança para a disposição mútua dos interlocutores na produção de informações em pesquisa social (Spink, Brigadão, Nascimento, & Cordeiro, 2014). Dessa forma comecei escolhendo as mulheres que tinham demonstrado maior simpatia para as minhas propostas durante os encontros grupais. Nas ocasiões dos grupos, não raramente, após o encerramento algumas vinham conversar comigo e demonstrar a satisfação com o momento, solicitando que houvesse outros encontros como aquele. Para estas pessoas eu, que já previa a necessidade das entrevistas, me referia a possibilidade de conversarmos mais detidamente em oportunidade posterior e que entraria em contato para fazer o convite. Foi assim que marquei as fichas de identificação de doze trabalhadoras como possíveis interlocutoras para as entrevistas. Tendo como certo o meu interesse em desenvolver conversas particulares com todas elas, mesmo que não sabendo se teria tempo para tantos encontros, essa estratégia buscou respeitar os interesses delas próprias em estabelecer vínculos comigo. A abertura para o diálogo podia ser percebida pelo engajamento de algumas para pautar as realidades vivenciadas em seus trabalhos. Tal abertura podia ser percebida também a partir das fichas de identificação, pois nem todas incluíram os contatos telefônicos ou as atividades que desenvolviam dentro e fora do CTA.

As doze fichas separadas para contato posterior passaram a compor o meu público prioritário para as entrevistas. Foi a partir dessas fichas também que pude realizar aproximações por meio de contatos telefônicos e redes sociais durante o distanciamento social, procedimentos de descrevo no próximo item. Mas não consegui entrevistar todas as doze trabalhadoras, apenas quatro delas. Os motivos dos impedimentos estiveram relacionados ao contexto do distanciamento social, às dificuldades de algumas quanto a disponibilidade e o deslocamento nos dias em que agendava o encontro, além de resistências quanto a comunicação de detalhes da vida pessoal para mim – mesmo eu informando os aspectos éticos da pesquisa. As quatro entrevistadas foram Maria das Graças, Antonia, Nauda e Alice. As três primeiras realizam serviços de faxina pelo CTA, a última realiza serviço de engomar roupas. Todas as quatro já exerceram, e ainda exercem, atividades de trabalho à parte os encaminhamentos do CTA.

Entrevistei também outras duas trabalhadoras que desenvolvem serviços domésticos, mas não as conheci nos encontros realizados no CTA. Uma delas foi a presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – Fenatrad, oportunidade produzida por intermédio do

Laboratório TraMPoS ao organizar evento online no dia 18 de junho de 2020, uma das versões do projeto *Papos de Trampus*, contando com a participação de estudantes, pesquisadores e demais interessados. Luiza Batista já milita em defesa dos direitos das trabalhadoras domésticas há mais de vinte anos. Ela relatou no evento detalhes históricos e institucionais na organização coletiva da categoria em busca do reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras e informou também exemplos de exploração e vulnerabilidades no trabalho destas mulheres em período de pandemia.

A sexta entrevistada foi resultado de meu interesse pessoal nas suas atividades de trabalho, pois além de exercer a função de empregada doméstica ela também intermedia – fazendo uso do aplicativo *whatsapp* – serviços de faxina e de babá para mais de duzentas trabalhadoras, facilitando o contato delas com contratantes. Silvinha realiza sozinha um serviço semelhante ao CTA sem cobrar nenhuma taxa para os encaminhamentos. O meu interesse em entrevistá-la esteve centrado na busca por compreender detalhes tanto de suas atividades na casa do patrão como das práticas e intenções que mobilizam o seu trabalho de intermediação para outras trabalhadoras.

A outra problemática anteriormente anunciada, a dos procedimentos para a entrevista, abrange a dimensão dos pontos de vista de ambos os interlocutores quanto às realidades descritas nas narrativas. Neste sentido é preciso considerar tanto a percepção delas acerca dos meus interesses ao solicitar que enunciem suas experiências, como a minha própria percepção para com as narrativas sobre realidades tão estranhas ao meu cotidiano de vida pessoal. Em relação ao ponto de vista delas senti a necessidade de estender o meu olhar para além do ambiente institucional do CTA. Isso para não correr o risco de que elas confundissem os discursos construídos dentro da instituição com os objetivos da pesquisa. É fato que, até o momento dos encontros grupais, as informações recebidas ficaram centralizadas nas problemáticas do trabalho intermediado pelo CTA. A aproximação com o cotidiano ampliado de vida e de trabalho destas mulheres me exigia buscar um ambiente “neutro” para as entrevistas, no qual elas pudessem se expressar sem a “sombra institucional” do CTA. Entendo que a instituição serviu como importante “ponte de encontro” com as trabalhadoras domésticas-diaristas, a partir do qual pude acessar uma rede de contatos mais ampla e representativa da sociedade. Mas após a oportunidade de conversar com 43 trabalhadoras já identificava que permanecer no domínio físico da instituição poderia ser limitante para a riqueza de informações sobre a realidade social vivenciada pelas trabalhadoras.

Para superar esse desafio engajei uma busca territorial detalhada. Além do contexto de pandemia que exigia das aproximações presenciais alguns protocolos de segurança, o local

combinado não poderia ser longe do terminal de ônibus, para facilitar seus deslocamentos. Foi assim que encontrei num mercantil próximo ao terminal – que também é próximo ao CTA – uma lanchonete que fica em ambiente aberto e arejado. Dado ser um local mais reservado, seria possível ali conversarmos sem a interrupção de muitos transeuntes. O ambiente também favorecia que pudesse gravar a conversa sem a interferência de muitos sons externos, além de possibilitar algumas gentilezas como oferecer água, suco e lanche para elas durante a conversa. Antes do encontro, quando ligava para fazer o convite, já deixava bem evidente que as horas dedicadas à entrevista seriam custeadas proporcionais a um dia comum de trabalho como doméstica-diarista. Ou seja, sendo a sua diária de trabalho no valor de cento e vinte reais, eu custearia meio expediente e o transporte de ida e volta, somando o valor aproximado de setenta reais pagos antes mesmo de iniciar a entrevista. E assim o fiz com todas as quatro entrevistas presenciais. Quanto aos cuidados éticos e de segurança contra a contaminação: li juntamente e solicitei assinatura do TCLE, entregando para elas uma cópia assinada; afirmei que poderiam abandonar a entrevista a hora que quisessem, ou pedir que desligasse o gravador, ou ainda estariam livres para responderem as perguntas que quisessem. Mantivemos o uso de máscaras e a distância mínima de um metro durante todo o tempo da conversa; a mesa foi limpa com álcool no mínimo três vezes durante o encontro; além disso, a entrevista foi agendada no contrafluxo dos horários de maior movimentação nos ônibus e terminais, ou seja, das oito e meia às dez e meia da manhã.

Quanto aos cuidados metodológicos que envolvem a necessária e constante revisão das premissas inevitavelmente constitutivas do ponto de vista do pesquisador, torna-se importante a consciência sobre o meu próprio lugar nesta relação dialógica de entrevista. Sendo assim, ao presenciar narrativas em primeira pessoa sobre histórias de vida singulares, para fins de agregar objetividade na observação e análise nas descrições delas (e tendo a noção que não existe neutralidade nas pesquisas sociais), se tornou fundamental a minha permanente – e silenciosa – percepção das nossas diferenças para que eu mantivesse o foco das entrevistas: explorar os fatores que influenciam a organização de trabalhos desenvolvidos por estas mulheres ao longo da vida. Afirmo isso porque são muitas diferenças que poderiam influenciar o meu ponto de vista e obnubilar a percepção dos conflitos revelados em suas narrativas. Sou homem, jovem adulto, pardo, classe média, empregado e com muitos anos dedicados à formação escolar. Estava entrevistando mulheres, majoritariamente pretas, acima de 50 anos, pobres, desempregadas e com baixíssima escolaridade. Afora a nossa distância de acesso a oportunidades há também o aspecto ideológico que distancia nossas visões de mundo. Sendo a minha subjetividade marcada por experiências e teorias críticas às condições de trabalho na

contemporaneidade, deveria me esforçar por atribuir mais relevância à subjetividade imanente às palavras delas, apreender tais informações sem a urgência por emitir opiniões ou enquadrá-las em conceitos a priori. Enfim, o meu estranhamento em relação à realidade vivenciada por estas mulheres exigiu o constante “polimento das lentes de minha percepção” para alcançar em suas narrativas as informações (sempre carregadas de afetividades) que possam responder aos questionamentos da pesquisa. Esse exercício me impedia, por exemplo, de classificar como alienação as crenças religiosas no processo de luta pela sobrevivência, ou mesmo limitar os conflitos nas relações de trabalho doméstico ao paradigma de opressão e submissão entre senhor e servo.

Nesta linha de raciocínio cabe considerar o que o sociólogo Daniel Bertaux afirma sobre a pesquisa com enfoque biográfico:

Ora, esses saberes locais, informais, acerca das regras não escritas de um determinado mundo social estão destinados a permanecer ignorados fora desse mundo. A melhor forma que conheço de extrair esse valor é simplesmente pedir aos “habitantes” deste ou daquele mundo social para partilharem conosco *as suas experiências vividas* (vividas individualmente, num primeiro momento, e depois repensadas, refletidas, aprofundadas em conversas com pessoas próximas para captar o seu significado mais profundo). Cabe depois ao/à sociólogo/a relacionar estes testemunhos com a experiência vivida *num mesmo mundo social*. Pois é ao cruzar esses testemunhos, ao fazê-los sobrepor-se que o/a sociólogo/a chegará, muito mais depressa do que previa inicialmente, a uma progressiva totalização de conhecimentos que poderá sintetizar. (Bertaux, 2020, p.XIII-XIV)

O autor afirma se posicionar numa perspectiva etnosociológica ao priorizar as relações socioestruturais que compõem o sujeito empírico em sua trajetória de interações com o meio. A proposta consiste em compreender os relatos de vida para além das representações simbólicas transmitidas socialmente e se interessa pelos *referentes* sociais, ou seja, “las relaciones, normas y procesos que estructuran e sustentan la vida social” (Bertaux, 1989, p.6). Aplicando tal abordagem à minha pesquisa com as domésticas-diaristas, ao explorar os referentes sociais nos relatos de vida delas, abre-se a possibilidade de acompanhar o caráter dinâmico entre as suas experiências vividas e os sentidos que a atividade de trabalho vem assumindo ao longo da trajetória laboral. O enfoque etnosociológico de Bertaux inclui ainda as funções analítica e expressiva para os relatos de vida. A função analítica consiste na comparação e verificação das informações quanto a repetição objetiva de casos, as relações de causa e efeito e o esboço de hipóteses teóricas que facilitem a interpretação do fenômeno estudado. Já a função expressiva consiste no esforço por sintetizar o estudo em forma de texto fiel e simplificado com o objetivo de transmitir a mensagem para as pessoas interessadas.

As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. O processo de exploração dos relatos de vida apresentados pelas trabalhadoras seguiu os cuidados metodológicos descritos acima. A exploração de informações para a pesquisa também incluiu algumas aproximações assistemáticas que realizei durante o período de distanciamento social em decorrência da pandemia. Já as análises das informações focaram naquilo que apareceu de comum entre os relatos das trabalhadoras. Mas é importante mencionar que as análises desta pesquisa não buscam construir um saber generalista possivelmente aplicável para todas as realidades sociais. O saber que quero construir nesta tese considera casos reais de pessoas que vivenciam os conflitos do trabalho desvalorizado e marcado pelas desigualdades estruturais da sociedade brasileira. No entanto estas mulheres enfrentam cotidianamente contradições particulares que desafiam as suas existências. O que lhes confere situações concretas e ilustrativas de violências e perseverança. De grande contribuição para as análises das informações foram conceitos psicológicos que se apoiam numa ontologia histórica e dialética do sujeito concreto, por exemplo: a *vida dramática* de Politzer; os *processos de significação* de Vigotski e argumentos em torno da *ideologia* e do *fatalismo* em Martín-Baró. Importantes contribuições também foram trazidas da antropologia, da sociologia do trabalho, da história social do trabalho e, logicamente, da psicologia social do trabalho. No conjunto estes aportes permitem a caracterização das estruturas sociais que configuram historicamente as relações de trabalho no Brasil e são, portanto, imprescindíveis para compreensão da dinâmica psicossocial vivenciada por estas mulheres em suas trajetórias laborais. Nos capítulos quatro, cinco e seis apresento tais análises.

3.3.3 Distanciamento e novas pontes para a pesquisa durante a pandemia

As implicações da pandemia de Covid-19 nos anos de 2019, 2020 e 2021 ultrapassaram a crise sanitária que acarretou centenas de milhares de mortes no Brasil. Como medida de proteção para evitar o contágio comunitário do vírus SARS-CoV-2 uma série de recomendações foram implementadas pelas instituições de saúde pública e paulatinamente, apesar de algumas resistências e do negacionismo, assimiladas pela população em geral. Tais recomendações indicam para o distanciamento social, ou seja, o cuidado para não aglomerar pessoas num mesmo ambiente fechado e evitar o contato direto entre indivíduos que residem em diferentes lares. Os cuidados necessários incidiram fortemente nas atividades de trabalho fundamentalmente presenciais como, por exemplo, o comércio, os eventos e os serviços domiciliares.

Devido à decisão do Governo do Estado do Ceará, o CTA suspendeu as suas atividades de intermediação presenciais. As trabalhadoras que estavam conversando desde os encontros grupais já não estavam (e ainda não estão) se dirigindo para a instituição a fim de conseguir encaminhamentos para serviços como domésticas-diaristas. O respeito aos protocolos de distanciamento também dificultava as minhas tentativas de aproximação presencial com as trabalhadoras. Até mesmo as entrevistas, que obedeceram às normas de biossegurança, foram realizadas nos meses junho a dezembro de 2020, quando as taxas de contágio e a lotação nos hospitais estavam em decréscimo. Mas desde 16 de março de 2020, com o decreto do *lockdown*, eu estava preocupado com as condições de vida e trabalho destas mulheres e mantive a disposição por criar formas de conseguir manter o contato com elas, da maneira como fosse possível.

As restrições para as situações presenciais de trabalho dificultaram os serviços prestados pelas domésticas-diaristas que estava pesquisando, tanto para os serviços domésticos como para as demais atividades de trabalho que, algumas, desenvolvem paralelamente (comércio, alimentação, feirante, cuidadora e ambulante). Todo o período de distanciamento social foi muito preocupante para a geração de proventos destas mulheres e, na medida em que me posiciono como psicólogo e pesquisador do drama vivenciado por estas mulheres frente a indeterminação das suas condições de sobrevivência, o contexto se apresentou com dupla funcionalidade para as minhas aproximações: transmitir alguma atenção acolhedora através da minha disponibilidade sem necessariamente o contato presencial e observar as suas ações que as mobilizavam em busca de garantir sustento neste cenário social e econômico de restrições. Mas como estabelecer aproximações sem a possibilidade de estar fisicamente próximo?

Foi assim que, depois de manter constantes contatos com alunos por via remota, percebi que seria muito conveniente que as trabalhadoras do CTA também pudessem conversar comigo via *whatsapp*, ou ligações telefônicas. Bastava que alguma delas tivesse um telefone com aplicativo e acesso a uma rede de *wifi* para que pudéssemos conversar pelas vias digitais, ou até via vídeo. Ao longo do tempo as opções das ligações diretas ou mensagens de texto se mostraram mais viáveis, apesar de muitos problemas de telefones desligados, desatualizados ou que, na verdade, pertenciam a outras pessoas.

Lembro aos leitores que durante os encontros temáticos eu havia recolhido 43 fichas de identificação preenchidas. Deste total, 25 mulheres inseriram os seus números de telefone celulares, a partir dos quais eu pude contatá-las. Então comecei a ligar para aquelas doze que já havia conquistado simpatia durante os encontros. Depois passei para os contatos com as demais,

algumas que nem lembravam mais do encontro que tivemos no CTA, outras que eu mesmo nem lembrava mais do rosto delas.

Comecei as ligações no dia 19 de março e concluí no dia 4 de junho. Eu fazia apenas uma ligação por dia. Sem a obrigação de tentar todos os dias, mas com a disciplina de manter essa atenção com as trabalhadoras. Me organizava para tentar o contato sempre que terminava de estudar. Assim a minha atenção estaria mais aguçada para os detalhes das conversas. Menciono que eram tentativas porque realmente não consegui conversar com todas as 25 pessoas que tenho o contato. Deste total, nove estavam com os telefones desligados ou eram inexistentes. Dos 16 números que atenderam, três pertenciam a outra pessoa amiga. Ou seja, essas trabalhadoras não tinham sequer um número de celular pessoal e faziam uso do número de vizinhas ou da irmã para eventuais contatos. Então, ao final, eu consegui conversar com 13 mulheres (quase todas estão no grupo daquelas doze que mais se interessaram pelos diálogos nos encontros grupais – acho que essa correlação está ligada ao fato de preencherem a ficha com o número de telefone correto). Houve grande variação em relação ao tempo das conversas.

O meu plano nas ligações era simples, lembrá-las quem eu sou e apresentar-me como interessado nas suas atuais condições de vida. O diálogo girava em torno de três questões centrais: como estava a saúde delas e de suas famílias; se estavam conseguindo serviços neste período, se sim, quais em qual periodicidade; e se haviam conseguido cadastro no auxílio emergencial³⁰ do Governo Federal. Por mais que tenha me concentrado nestas três questões, muitas outras surgiam nas conversas. Eu até tentei, mas não consegui gravar as ligações. Durante as conversas fazia rápidas transcrições de frases que achei interessantes para registro. Mas depois das ligações passava algum tempo fazendo outras anotações no diário de campo. O tempo das ligações variou entre 2 minutos e meio até 37 minutos de conversa. Essa variação era ditada, é claro, pelo interesse das mulheres em continuar conversando comigo. Eu me mantive o máximo possível atento às narrativas delas durante as ligações, sem falar muito, apenas fazendo perguntas que encadearam as questões que pretendia tratar ou pedindo que aprofundasse alguma descrição. Falei mais longamente apenas quando elas faziam alguma pergunta sobre mim. Dentre as suas colocações, foi comum escutar o estranhamento delas ao fato que alguém estava ligando com a intenção de saber como estava a sua saúde, se importado com elas naquele momento. Essas enunciações me motivaram a continuar as aproximações por meio das ligações.

³⁰ Trata-se de política de proteção social adotada pelo Governo Federal no ano de 2020 em decorrência dos agravos econômicos causados pela pandemia de COVID-19. A política foi implementada pela Lei 13.982, de 02/04/2020, a qual concede o direito a alguns cidadãos, segundo critérios de vulnerabilidade social e econômica de receberem auxílio emergencial no valor de R\$600,00 (seiscentos reais) pelo período de 3 (três) meses.

Com relação às informações que elas me passaram por telefone, de maneira muito sintética, descrevo apenas uma dessas 13 mulheres disse ter contraído o COVID-19. “Foi no começo e foi fraquinha, graças a Deus... já estou boa e aqui em casa só eu mesmo que peguei esse troço” (Silvinha). As outras 12 mulheres afirmaram que não tinha apresentado nenhum sintoma ainda, mas todas disseram que sabiam de pessoas na sua rua, ou na família, que já haviam contraído a doença. Três delas falaram, inclusive, que algum conhecido havia falecido (não sei se era uma pessoa próxima, ou não). Foi interessante perceber que elas tinham um conhecimento muito adequado sobre como deveriam se proteger do contágio, sobre os cuidados de lavar as mãos, usar máscaras e “não sair de casa de jeito nenhum” (Marta). Nenhuma delas afirmou que alguém da sua família havia adoecido ou estava doente no momento.

As narrativas sobre a pandemia eram permeadas de reclamações por não estarem trabalhando, mesmo compreendendo o motivo. Mas acontece que “a gente precisa comer e não tem de onde tirar, fica difícil demais não poder sair de casa” (Eliete). Outras, como Terezinha – que já conta com aposentadoria, disse que preferia ficar em casa mesmo, “a minha vida não tem que me dê outra”. Pude escutar também alguns discursos mais politizados, a maioria concordando com decisão do Governo em incentivar o distanciamento social. Outras duas, fiquei pasmo, afirmando que o presidente estava certo em não dá muita atenção às medidas de proteção, “esse vírus não vai acabar, quem vai se acabar é a gente se ficar sem trabalhar” (Ricardina). Essa eu escutei calado.

Sobre o auxílio emergencial, dez das treze mulheres haviam conseguido o cadastro para receber o auxílio. Três delas conseguiriam o cadastro como mães de família e tinham direito a receber quatro parcelas de 1.200 reais. As demais conseguiram o cadastro como trabalhadoras autônomas, tendo direito a parcelas de 600 reais. Das dez que conseguiram o cadastro, oito já tinham recebido a primeira parcela e esperavam a segunda. As três mulheres que não conseguiram o cadastro alegaram: problema no CPF porque era adotada e sua mãe adotiva não havia a cadastrado no cartório; o fato de já possuir outros ganhos em seu nome através de aluguel de casas (que já foram declarados no IRPF); e ainda “porque esse governo é uma esculhambação e não dá os nossos direitos” (Neide). Para essa última eu não achei pertinente no momento continuar com as perguntas, ela não estava muito aberta.

Enquanto conversávamos sobre a situação da pandemia e do isolamento social uma temática foi demasiadamente apontada por quase todas elas, os desígnios de Deus em relação à doença. A única que não falou de Deus foi Alice. Essa, apesar de se dizer religiosa, concentrou o seu discurso em suas artimanhas para conseguir trabalhar. Essa observação é importante porque o nome “Deus” é repetido muitas vezes e a sua enunciação muitas vezes parece ser uma

exigência pela veracidade de seus discursos, como se fosse um conhecimento que elas detêm e que precisa ser enunciado para legitimar seus pontos de vistas. Escutei desde que “esse vírus é uma benção de Deus que vai curar a Terra” (Graça), passando por “Deus está nos ajudando a resistir, Ele está guardando a minha família” (Sandra), até “...meu filho, isso é o apocalipse! Mas Deus não nos abandona e vai me deixar livre dessa obra da Besta!” (Terezinha). As narrativas sobre a pandemia, quando assumiam justificativa religiosa, geralmente enveredavam para exemplos de outras situações que precisaram da fé para enfrentar dificuldades da vida. Com algumas das mulheres, qualquer assunto que iniciava elas terminavam em questões religiosas, seja para denunciar os problemas do mundo, seja para reforçar a fé de que vai ficar tudo bem, ou ainda para me dedicar sucesso e agradecer o contato. “Foi Deus quem te fez ligar para mim hoje, eu estava precisando conversar” (Sandra). Na verdade, as narrativas em torno da religiosidade foram também muito presentes durante as entrevistas, o que motivou a dedicar especial atenção à essas questões no decorrer das análises das informações que recebi.

Nos diálogos estabelecidos muitas informações importantes apareceram, mas poucas sobre o trabalho delas. Apesar de tentar, não insistia nesse assunto. Salvo alguns exemplos de serviços paralelos que estavam realizando, em geral, o trabalho estava parado mesmo. Pelo menos todos os possíveis encaminhamentos por meio do CTA (que continuou funcionando por meio do telefone) estavam interrompidos. “Ninguém quer a gente nesse tempo”, disse Terezinha. Importante observar que 11 mulheres mantiveram pelo menos um serviço mensal com clientes fixos. Três delas mantinham dois serviços semanais. Nenhuma mantinha mais do que isso. Quase todas essas clientes foram estabelecidas inicialmente através do CTA, mas já há algum tempo que faziam os contatos diretamente com as patroas, são “clientelas conquistadas” (Iolandina). Esses serviços estavam suprimindo algum sustento “salvando a minha pele” (Neide) nesse período. “Está uma desordem total, não entra quase nada, preciso me balançar toda para conseguir pagar o aluguel” (Alice).

Eu precisava ainda saber se estavam conseguindo realizar outros trabalhos. Eu sabia que algumas delas faziam outros serviços além de domésticas-diaristas (por exemplo, Romilda, Alice, Rosa Alexandre e Graça). Salvo a Sandra, que recebia sustento através do aluguel de casas, Alice foi a única que demonstrou vontade em narrar alguns trabalhos que estava desenvolvendo. Ela afirmou que a sua função era de passadeira, e “as pessoas não estão saindo de casa, por isso não precisam de roupa engomada”. Ela não trabalha com faxinas, os únicos serviços que ainda estavam acontecendo. “Então eu tenho que me virar mesmo, tirar leite de pedra”. Alice disse que antes do isolamento tinha conseguido “guardar um dinheirinho” com o serviço de garçoneiro. Mas o valor já tinha acabado. Então ela começou a usar o dinheiro que

recebeu do auxílio emergencial para comprar cartolina grossa e fazer caixinhas para colocar os sanduíches que o seu vizinho produz e entrega em domicílio. Ela vendia as caixinhas para o dono da lanchonete e ganhava algum provento com isso. Mas, infelizmente, na última conversa que tive com ela (com ela eu mantive contatos mais constantes) fiquei sabendo que o dono da lanchonete preferiu comprar caixas de isopor pois era mais barato e retém melhor o calor do alimento. Então ela estava agora vendendo cocadas nos ônibus. Estava com dificuldades financeiras muito sérias.

Os contatos telefônicos continuaram e, até o momento que escrevo esse texto, ainda mantenho relacionamento com oito destas mulheres. Seja por ligação ou por mensagens via *whatsapp*, com diferentes frequências, dentre elas, fazemos trocas de informações que versam sobre trabalho, saúde, as condições de encaminhamento do CTA, família, política e outros assuntos. Os contatos via troca de mensagens tem me facilitado a manter atenção nos conflitos vivenciados por elas no período de distanciamento social. Fazendo perguntas (tentando simplificar o máximo possível o texto) sobre suas histórias pessoais, sobre suas percepções acerca eventos cotidianos do trabalho, ou sobre as representações que têm de si mesmas, consegui acessar – mesmo sabendo que não se tratava de uma forma ideal de entrevista – pistas interessantes para analisar as problemáticas que me propunha nesta pesquisa. Com o tempo, com a confiança delas em mim, foi comum receber também seus contatos aleatórios com perguntas sobre algum tema da Psicologia, ou mesmo lembranças para saber como eu estava naquele dia. Posso afirmar que com essas oito mulheres avancei para um nível de vínculo mais proximal, mesmo que distante, assumindo alguma função de apoio dentro das suas redes de contatos. Essas relações via ligações e mensagens já duram um ano e acredito que irão permanecer mesmo após a finalização e defesa da pesquisa de doutorado.

3.3.4 Distribuição de cestas básicas

Todas as terças-feiras me reúno com um grupo de trabalhadores voluntários. Distribuimos um sopão para moradores de rua numa praça que se localiza no Bairro Beira Mar, em Fortaleza. Somos um grupo de pessoas de diferentes idades, profissões e inclinações políticas. Não existe qualquer vinculação com igrejas, empresas ou partidos nesse grupo. O Projeto AmeBem é financeiramente mantido pelos nossos esforços, além de doações recebidas de amigos e instituições parceiras. É um trabalho sério e que tem como finalidade única a caridade. Esse sopão, distribuído todos os dias às 19 horas, é o único alimento no dia para muitas daquelas pessoas. Todos os dias em média são atendidas 75 pessoas.

O fato é que neste período de pandemia uma das instituições parceiras do projeto conseguiu e nos doou 70 cestas básicas. Tais cestas básicas deveriam ser destinadas para famílias que estavam com dificuldades de sustento devido à falta de trabalhos. As cestas básicas não poderiam, porém, ser doadas para os moradores de rua pelo risco de usarem o conteúdo para trocar por drogas. Decidimos, então, que estas cestas básicas deveriam servir para quem realmente fizesse bom uso deste benefício. Cada um do grupo anunciou livremente quantas cestas básicas teria condições de distribuir. Eu lembrei das trabalhadoras com quem tenho conversado e pedi dez cestas básicas. As pessoas do grupo sabem do meu tema de estudo na tese e aceitaram a minha proposta. Era dia 08 de junho de 2020.

No outro dia eu liguei para as 13 mulheres com as quais eu já havia conversado durante as tentativas de aproximações. Então falei que havia conseguido algumas cestas básicas e perguntei se elas queriam receber essa doação. Mais uma vez mencionei que esse benefício não tinha relação com o CTA e nem com qualquer interesse específico das pessoas do projeto. Das 13 mulheres contatadas, nove delas aceitaram as cestas básicas. Então combinamos dia, horário e local de entrega. As outras quatro mulheres agradeceram, mas não estavam precisando da doação e preferiam que fossem destinadas para outras que precisam mais.

O problema passou a ser como eu iria distribuir estas cestas básicas. Inicialmente pensava que elas morassem próximo ao Bairro Papicu, que é o bairro onde moro e onde está localizado o CTA. No entanto, os endereços apontavam para uma distribuição espacial dispersa na cidade de Fortaleza. Mas já havia prometido as cestas e não queria que elas saíssem de casa, se arriscando de contaminação por minha causa. Então nos dias 15 e 16 de junho organizei duas rotas distintas para conseguir sair de carro e entregar essas cestas básicas pessoalmente em suas casas.

Eu me questioneei bastante se a atitude de distribuir cestas básicas para as mulheres que estão participando da minha pesquisa. A dúvida girava em torno de questões éticas e da possibilidade dessas mulheres confundirem a minha postura de pesquisador com a de uma pessoa caridosa. Além disso, elas poderiam desconfiar que estava querendo alguma coisa em troca com essas doações. Fiquei realmente num dilema antes de fazer as ligações e oferecer as cestas. Mas resolvi dar cabimento às doações. A minha atitude tem algumas justificativas. Primeiro por ser algo que realmente havia conseguido gratuitamente e com a finalidade de ajudar famílias em condições de vulnerabilidade, desde que estivessem realmente precisando da ajuda, não haveria problema ético com os meus amigos do Projeto Ame Bem. Segundo, se eu explicasse com ênfase (como o fiz) que se tratava de uma ajuda a depender de suas escolhas, sem qualquer compromisso prévio, elas poderiam ter maior confiança em minha intenção de

ajudar as suas atuais condições. Terceiro, eu já havia conversado particularmente com todas elas antes mesmo de surgir essa possibilidade de doações. Nas conversas já havia perguntado sobre as suas situações de saúde e não havia comentado nada sobre as cestas básicas (até mesmo porque não sabia que isso iria acontecer). Então, mais uma vez, elas não haveriam de desconfiar de minhas intenções.

Devo ainda assumir que não existe neutralidade na pesquisa social e que toda atividade humana é intencional, também considerei que a distribuição dessas cestas básicas traria importantes vantagens para a pesquisa. Primeiro, já estava evidente para mim que as metodologias biográficas dependem do estabelecimento de um bom vínculo entre pesquisador e pesquisado. Os contatos telefônicos prévios, aliados à doação de cestas básicas, antes mesmo de solicitar alguma entrevista, favoreciam nosso contato de mútua confiança e respeito. Segundo, no mês de junho organizei juntamente com colegas do Laboratório TraMPoS evento online com a Luiza Batista (presidenta da Fenetrad). A semana a qual distribuí as cestas básicas foi exatamente a semana do evento. Então pude durante as entregas convidar presencialmente essas mulheres para participarem do evento, afirmando a importância de elas estarem junto e agregarem representatividade para o evento. Tais convites não tiveram tanto sucesso pois apenas uma delas participou do evento, a Graça.

Há ainda um quarto motivo que justifica a minha escolha pela distribuição das cestas básicas. Mas esse só percebi durante a rota de entrega. Trata da riqueza da experiência que foi dirigir pela periferia da cidade. Ainda que dentro do carro pude, pelo menos, ver as ruas dos bairros onde essas mulheres moram. Ao me inserir nos contextos suburbanos de maneira ativa, com um objetivo específico, me senti como um estranho dentro da minha própria cidade, reconhecendo caminhos já esquecidos e buscando atalhos, traçando rotas e me perdendo no percurso, gastando tempo e recursos, explorando o espaço. Nessa experiência senti e vi fisicamente aspectos do estranhamento e buscas que tenho experimentado durante a pesquisa em curso, mas muitas vezes de maneira abstrata. Perceber o mundo concreto evocado nos cenários de onde essas mulheres vivem foi útil para trazer maior objetividade à realidade social que me interessa no estudo.

3.4 REGISTRO E ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Pelas trajetórias de pesquisa relatadas neste capítulo pude alcançar informações que me desafiaram a produzir interpretação sistemática, objetiva e alinhada aos pressupostos da PST. Os desafios estavam principalmente na pluralidade temática dentre os conflitos vividos e

enunciados pelas trabalhadoras com quem dialoguei (história de vida, inserção profissional, condições sociais, família, relações de trabalho, saúde e preconceitos, por exemplo). **A multiplicidade e a interseção das experiências narradas confundiam tentativas de enquadrá-las em categorias conceituais evidentes.** Nenhuma das possíveis categorias que eu estava experimentando – por exemplo: precariedade, dominação, saúde, sociabilidade e resistências – eram suficientes para entender a complexidade psicossocial dos conflitos enfrentados por cada doméstica-diarista em busca de sobrevivência.

Percebi, já desde o início, que não havia padrões evidentes para diferenciar em categorias bem definidas a pluralidade de experiências reveladas pelas mulheres em suas realidades sociais de trabalho. Entendi que tal dificuldade dava-se, em princípio, por um duplo distanciamento. Primeiro, pela distância de minhas condições de vida enquanto um pesquisador interessado por entender realidades tão diferentes daquelas que vivencio no meu cotidiano de trabalho e de relações sociais. Outro, a distância narrativa de algumas leituras que travei contato ao caracterizarem a realidade social das classes trabalhadoras oprimidas em interpretações homogêneas, sem perceber as singularidades de cada caso.

A complexidade particular do vivido sempre foi uma questão intrigante para a minha compreensão. Quero dizer que, ao longo das aproximações, me animava entender o desenrolar cotidiano das experiências no trabalho e como essas experiências influenciam nas ações em busca de sobrevivência. Fui perseguindo, portanto, a possibilidade de um estudo em PST que não se limitasse à categorização fixa da vida no trabalho das domésticas-diaristas. Mas que, localizando-se nos conflitos pessoais, busque entender a dinâmica psicossocial de mulheres que lutam por melhores condições de vida em meio a tantas determinações sociais opressivas.

Leituras que priorizam a compreensão histórica e sociológica do trabalho doméstico no Brasil me ajudaram a contextualizar as condições concretas de vida e de trabalho das trabalhadoras com quem dialoguei. Mas os relatos que trazidos, apesar de referir, não se resumiam a situações de desigualdades, de violências e de desvalorização, expressões da injustiça social que elas vivenciam na carne. As experiências no trabalho narradas demonstravam sentidos para o trabalho que, tanto indicavam a determinação social dos conflitos, como também a produção pessoal de saberes capazes de proteção e de perseverança na luta pela sobrevivência. Então eu precisava me concentrar nas dinâmicas pessoais dos acontecimentos no trabalho de cada história pessoal. Entender as experiências e as intenções no trabalho como desenvolvimento concreto uma consciência pessoal, complexa e inacabada. Daí a necessidade de atentar para o fluxo das palavras e sentidos enunciados pelas domésticas-diaristas durante nossos diálogos. Dar muita atenção aos elementos de seus relatos (contexto,

pessoas, lugares e ocasiões) e investir tempo nos registros e, posteriormente, na organização das informações.

Mesmo quando não tinha ainda encontrado aporte teórico-metodológico na psicologia concreta de Politzer (1998) fui orientado a manter disciplina de registros das informações alcançadas. E assim o fiz, produzindo relatos do que escutava das trabalhadoras, o que lia nas publicações e como sintetizava o meu pensamento, incluindo as dúvidas. Foi um exercício cansativo, mas de muita importância para ensaiar um ponto de vista próprio, consciente dos limites e possibilidades. A partir destes registros e reflexões também pude retornar sempre que necessário às palavras que cada trabalhadora confiou a mim, decifrando semelhanças e particularidades dentre as suas descrições. Sendo assim, num movimento entre os ensinamentos advindos do campo e os conhecimentos formalizados, fui aos poucos – sempre acompanhado de orientações – produzindo, errando e refazendo interpretação minimamente original sobre o problema que escolhi estudar.

Sobre os registros das informações cabe mencionar que em todas as etapas da pesquisa mantive como aliado inseparável alguns bloquinhos de anotações onde rasurei as ideias centrais para os caminhos investigativos. A elaboração contínua de diário de campo também favoreceu o esboço e a organização das compreensões iniciais que fui absorvendo do campo. Nos diários de campo detalhei com cuidado as minhas investidas nas buscas por informações e transcrevi as falas das trabalhadoras que considerei mais esclarecedoras. Os diários de campo foram continuamente alimentados e a cada três ou quatro meses os enviava para a minha orientadora de pesquisa, que assim pôde acompanhar o desenvolvimento das aproximações e propor novos caminhos e leituras.

Nas etapas dos encontros grupais e das entrevistas individuais me vali também da gravação de áudio e fotografias³¹. Nestas ocasiões as trabalhadoras convidadas assinaram TCLE o qual expunha os objetivos, os riscos e os benefícios da pesquisa. No decorrer dos encontros grupais e das entrevistas individuais elaborei e aprimorei os instrumentos de pesquisa. Tais instrumentos não tinham a função de roteiros estruturados para as perguntas, visto que o que me interessava eram as particularidades do cotidiano de trabalho de cada pessoa. As minhas questões foram estimuladas pelas próprias narrativas no decorrer de cada diálogo, de maneira a explorar os detalhes de suas experiências e as intenções de suas ações. Os instrumentos funcionavam como aportes para as perguntas e os registros com função de: evitar

³¹ Os registros de áudio e de fotografias foram previamente submetidos e autorizados pelo comitê de ética e pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo mediante parecer número 3.754.867, emitido na data de 09 de dezembro de 2019.

o esquecimento em trazer questões semelhantes para as diferentes trabalhadoras; organizar os diálogos de maneira a facilitar a minha interpretação futura; pontuar os momentos da gravação em que cada trabalhadora trouxe informações mais relevantes. Escutei repetidas vezes cada uma das gravações e transcrevi os momentos que considerei interessantes. Das transcrições de cada entrevista elaborei as sínteses que, algumas, estão apresentadas no início de cada capítulo de análises.

Com o advento da pandemia, também pela facilidade e a rapidez na comunicação, as aproximações de pesquisa se viabilizaram pelos contínuos contatos via telefone. Em princípio fiz ligações e, depois, mantive diálogos pelo aplicativo de *whatsapp*. Das ligações absorvi informações em forma de anotações no bloco de notas. Do aplicativo extraí a vantagem que os registros dos diálogos são feitos automaticamente. O histórico de conversas digitadas e dos áudios gravados ficam salvos no aplicativo e eu pude transmiti-las facilmente para um arquivo de texto no computador³². Os diálogos via aplicativo tinham a desvantagem da não presencialidade e uma possível frieza da minha percepção em relação aos fatos mencionados pelas interlocutoras. Mas existiram também vantagens: a possibilidade de refletir com calma cada pergunta e a maneira simples de expressá-la; a continuidade dos diálogos sem a necessidade de interrompê-los devido ao tempo de entrevista; a escolha pelo melhor momento do dia para dar continuidade ao diálogo; a abertura das trabalhadoras para também trazerem perguntas e acontecimentos diversos no dia a dia; a troca de imagens e vídeos; a dinamicidade dos áudios gravados com marcações de ênfase, afeto, indignação e irreverência; a continuidade livre dos vínculos estabelecidos desde o início da pesquisa. Todos estes diálogos via aplicativo constituíram importante material de pesquisa. O quadro a seguir descreve nomes, serviços que realizam e as formas de aproximação a partir das quais estabeleci diálogo com as domésticas-diaristas que contribuíram para a pesquisa.

Quadro 1: Trabalhadoras domésticas-diaristas.

Nome		Serviços como diarista	Participações na pesquisa
1	Alice	Engomadeira	Grupos, entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo

³² Importante mencionar que **todas as trabalhadoras aqui mencionadas assinaram TCLE** (apêndices B e C) autorizando o uso de seus nomes e das informações por elas trazidas para a realização das análises neste estudo. Sendo assim, aquelas com quem mantive diálogos via aplicativo já tinham assinado o TCLE anteriormente, atestando interesse e autorização na participação da pesquisa.

2	Ana de Fátima	Faxineira	Grupos
3	Antônia	Faxineira e cuidadora de idosos	Grupos, entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo
4	Antônia Aparecida	Faxineira	Grupos
5	Aparecida	Faxineira	Contatos via aplicativo
6	Auricélia	Faxineira	Grupos
7	Eliete	Engomadeira	Grupos, entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo
8	Erlene	Faxineira, engomadeira e cuidadora de idosos	Entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo
9	Fátima	Faxineira	Grupos
10	Fátima Silva	Faxineira	Grupos e contatos via aplicativo
11	Fátima Sousa	Faxineira	Grupos
12	Francisca Neiziane	Faxineira, engomadeira e cuidadora de crianças	Entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo
13	Inês	Engomadeira	Grupos
14	Iolandina	Engomadeira	Grupos
15	Iracilda	Faxineira	Grupos
16	Iracilda	Faxineira	Grupos
17	Isabel	Cuidadora de crianças	Grupos
18	Julia	Cuidadora de crianças	Grupos
19	Lúcia	Engomadeira	Grupos
20	Luiza Batista	Ex-doméstica	Entrevista, e contatos via aplicativo
21	Madalena	Faxineira	Grupos

22	Margarida	Faxineira	Grupos
23	Maria Conceição	Faxineira	Grupos
24	Maria das Graças	Faxineira	Grupos, entrevista, cesta básica e contatos via aplicativo
25	Maria de Fátima	Faxineira	Grupos
26	Maria Helena	Cuidadora de crianças	Grupos
27	Maria Marta	Faxineira	Grupos
28	Nauda	Faxineira	Entrevista e contatos via aplicativo
29	Neide	Faxineira e cuidadora de idosos	Grupos, cesta básica e contatos via aplicativo
30	Ricardina	Faxineira	Grupos, cesta básica e contatos via aplicativo
31	Rita Maria	Cuidadora de idosos	Grupos
32	Romilda	Faxineira	Grupos
33	Rosa Alexandre	Faxineira	Grupos
34	Rosângela	Faxineira	Grupos
35	Silvana	Faxineira	Grupos
36	Silvinha	Faxineira	Entrevista e contatos via aplicativo
37	Suely	Faxineira	Grupos
38	Terezinha	Engomadeira	Grupos e cesta básica
39	Valdirene	Faxineira engomadeira	Contatos via aplicativo
40	Valéria	Faxineira, engomadeira e cuidadora de crianças	Entrevista e contatos via aplicativo
41	Vera	Faxineira	Grupos

42	Vilma	Cuidadora de idosos	Grupos
43	Zulene	Faxineira, engomadeira e cuidadora de idosos	Contatos via aplicativo

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após 18 meses de constantes diálogos com diferentes domésticas-diaristas senti a necessidade de iniciar algum ensaio objetivo de análises, mas ainda tinha a dificuldade de definir as categorias de análise centrais para interpretar as experiências das trabalhadoras que conversei. Todas as categorias que estudava estavam presentes nos seus relatos e, para complicar, nunca de forma absoluta e independente umas das outras. Ou seja, nas narrativas das experiências pessoais existiam, por exemplo, a denúncia de sofrimento devido violências manifestadas por alguns clientes e, logo em seguida, a mesma pessoa relata a escolha por permanecer no trabalho de diarista pelo motivo de existem clientes a respeitam como pessoa e ela se sente reconhecida. Neste exemplo percebe-se que há relação entre as categorias de saúde mental e a precariedade no trabalho, mas nenhuma das duas categorias é percebida de maneira isolada – ou de fácil distinção – e no próprio discurso desta trabalhadora se observa argumentos que contradizem a afirmativa que todos os serviços de diaristas estão fundados em vivências de sofrimento e de violência.

Para alguma análise plausível sobre a complexidade pessoal dos conflitos vivenciados no trabalho, encarados numa perspectiva dialética entre as dimensões social e psicológica, é que surgiu a proposta de compreender o drama humano expressos nestes conflitos. Tal proposta nasceu numa reunião de orientação em março de 2021 e apontou para um caminho profícuo de análises a partir da integração entre a psicologia concreta de Politzer (1998) com a psicologia histórico-cultural de Vigotski (1995) para, assim, investigar um problema de pesquisa no âmbito da PST. Foi então que comecei a estudar e, depois, escrever as fundamentações apresentadas no primeiro capítulo desta tese. O estudo destas correntes teóricas demonstrou coerência epistemológica entre elas – o materialismo histórico e dialético – e apontou para os meios metodológicos possíveis para as análises das informações que eu vinha organizando.

3.5 UM ESTUDO OBJETIVO SOBRE O DRAMA HUMANO NOS CONFLITOS DE TRABALHO

Depois de sucessivas aproximações com o público prioritário defino como objeto de estudo: **o drama de trabalhadoras-diaristas ao sobreviverem em condições de trabalho desvalorizadas**. Com a delimitação deste objeto de estudo pretendo evidenciar as relações sistemáticas entre os fundamentos teóricos e o método que utilizo para analisar as informações alcançadas. É curioso que só tenha conseguido definir precisamente um objeto de estudo após muitas observações e interpretações repletas de reveses e desconstruções. Portanto, esta definição não foi algo que já tenha partido para o campo empírico sabendo. Quero agora evidenciar os critérios que utilizei para estabelecer o objeto de estudo referido como unidade de análise e, em seguida, explicar os procedimentos de análise utilizados.

Ao equacionar a *dramaticidade da existência* (Delari-Junior, 2011) numa perspectiva histórico-cultural, a dimensão do drama humano no âmbito do trabalho se vincula diretamente às ações de cada doméstica-diarista com quem dialoguei em meio a conflitos e incertezas que, por um lado, luta para garantir a sobrevivência e, por outro lado, produz alguma liberdade possível. Tais ações se realizam em condições concretas determinantes para as suas modulações: história, valores, ideologias e padrões sociais.

Para entender como a sequência de *fatos psicológicos* (Poltzer, 1998) enunciados são significados e medeiam as ações do sujeito no trabalho me valho das contribuições de Vigotski (1995) e Bendassolli e Coelho-Lima (2015) sobre os processos de significação. Ao concordar que as atividades de trabalho funcionam numa dinâmica funcional entre significados culturais e sentidos pessoais que organizam a conduta particular, encontro nestes autores a possibilidade de examinar tais sentidos em suas dimensões concreta, teleológica e valorativa. Quanto à dimensão dos valores, me apoio em Mesquita (2017) ao explicar como o processo de valoração é mediado por signos (cognições) e vivências emocionais (afetos) que qualificam as ações do sujeito em meio aos conflitos e as escolhas que ele realiza em suas interações sociais.

A definição de **sobrevivência** em meu objeto de estudo indica para os processos de trabalho que acontecem em meio aos esforços das trabalhadoras por exercer suas funções e valorizar as suas atividades de trabalho para suprir as necessidades materiais e simbólicas da existência. Os processos de trabalho em busca de sobrevivência se realizam mediante ações objetivas e significados que organizam a conduta de cada doméstica-diarista. Pretendi, portanto, integrar nas interpretações sobre a sobrevivência as dimensões material, simbólica e afetiva das

experiências a partir dos sentidos que as trabalhadoras desenvolvem em relação aos seus trabalhos, às pessoas que se relacionam (dentro e fora das situações de trabalho) e a si mesmas.

No que tange às **condições desvalorizadas de trabalho** me ateno ao contexto histórico e cultural que imprimem no trabalho doméstico – e das domésticas-diaristas – um significado social que desqualifica essas agentes como profissionais e como pessoas. São condições de vida, em geral, presentes desde a origem pobre e a baixa escolaridade até os exemplos de precariedade e violências no trabalho. Mas são também condições sociais que se reproduzem em ideologias derivadas da opressão de mulheres – principalmente de mulheres negras - e que se mantêm como marcos de referência cultural que podem inibir possíveis movimentos de mudança e emancipação por parte destas mulheres.

Quanto às análises, para entender a complexidade singular das experiências de trabalho foi necessário evitar uma análise categorial que enquadra os conflitos narrados pelas trabalhadoras. Esta atitude incorreria em priorizar esquemas conceituais prévios que, apesar de caracterizar parcialmente as condições sociais de vida e de trabalho destas mulheres, são categorias que comunicam situações ideais (abstratas) e que não se atêm a concatenação pessoal das experiências concretas e significadas. Por isso que a noção de *drama humano* em Politzer (1998) e o drama como *choque de sistemas* (Vigotski, 1929/2000) são tão valiosas para as análises que apresentarei a seguir. É a partir desta noção que interpreto **enredos dramáticos** vivenciados e enunciados pelas trabalhadoras. Mais explicações são necessárias.

A inspiração para organizar os fatos psicológicos em enredos temáticos foi retirada da teoria literária. É neste campo do saber que encontro a possibilidade de entranhar um discurso que se esforça por agrupar temáticas similares dos conflitos no trabalho enunciados pelas mulheres com quem dialoguei. Sendo assim, além da proximidade lexical entre as palavras drama e enredo, existe neste sistema interpretativo a intenção de “costurar” em cada enredo os diferentes dramas vividos no trabalho. Para tanto utilizo como “retalhos” os fatos psicológicos enunciados pelas trabalhadoras, e utilizo como “linha de costura” os sentidos – as intencionalidades significativas (Politzer, 1998) – que elas atribuem às suas ações no trabalho. O objetivo das análises é que em cada enredo temático se configure uma “colcha de retalhos” em forma de trama heterogênea de argumentos sobre a realidade social que se assemelham, mas nunca se igualam.

Na teoria literária o enredo de uma obra é “. . . composto pelo conjunto de fatos ocorridos ao longo da narrativa” (Gancho, 2014, p. 11). Já para Silva (2017, p. 32) ele é a “sucessão de fatos que acontecem em uma história, englobando a totalidade das situações vividas pelas personagens retratadas”. Na primeira definição a autora considera os fatos

narrados, e na segunda definição a autora relaciona estes fatos às múltiplas experiências das personagens de uma história. É exatamente esta a compreensão que produzo ao focalizar nos enredos temáticos os **processos sociais que integram as situações de conflito no trabalho das diaristas**. Por mais que tais processos sociais guardem similaridades pela materialidade histórico-cultural das condições de vida destas mulheres – afirmando o que Vigostki (1995) identificou na dimensão social a gênese *dinâmico causal da consciência humana* – **as situações concretas vivenciadas convergem para dramas particulares de sobrevivência**. Sendo assim, as situações vividas e narradas estão repletas de personagens, cenas e significados que precisam ser interpretados a partir da historicidade pessoal de cada doméstica-diarista.

Os processos sociais enunciados por diferentes diaristas se aproximam enquanto experiências de uma *interseccionalidade de subordinações* (Barros, 2020). **No entanto, não são processos completamente determinantes que servem como roteiros da vida no trabalho**. Nesta interpretação a complexidade dramática dos conflitos só pode ser percebida se considerarmos a dimensão particular da vida concreta, sendo a função intencional das ações no trabalho o elo que vincula os conflitos enunciados a cada um dos enredos temáticos que apresentarei.

Importante referendar que entendo o drama no trabalho de cada diarista como o **conjunto de experiências únicas e intransferíveis de uma pessoa que enfrenta conflitos nas situações concretas de trabalho**. Algumas equivalências nas enunciações atribuídas aos conflitos enfrentados permitem organizá-los em **enredos dramáticos que integram as maneiras de agir destas mulheres em seus processos sociais de trabalho**. Mantendo-me coerente com as fundamentações teóricas que escolhi para este estudo, cabe afirmar que os processos sociais experienciados por cada trabalhadora convergem para a dimensão psicológica do drama pessoal em forma de sentidos que organizam a sua conduta.

Sinteticamente, **entendo enredo como similaridades nos processos sociais vividos e enunciados pelas mulheres em seus conflitos pela sobrevivência a partir do trabalho**. Não podemos, no entanto, caracterizar estes enredos como determinações sociais lineares e homogêneas. Pelo contrário, explorar as configurações de cada enredo me levou a caracterizá-los como processos sociais: **complexos** (com múltiplas determinações); **simultâneos** (existe sobreposição de enredos num mesmo período de vida, e até numa mesma enunciação); **interdependentes** (há correlação funcional de sentidos e ações dentre diferentes enredos); e **heterogêneos** (a pluralidade é percebida em expressões pessoais do drama no trabalho).

Entender a interface material e simbólica entre as condições histórico-sociais do trabalho doméstico no Brasil e as práticas cotidianas singulares de algumas domésticas-diaristas

representa, nesta tese, o desafio de **compreender os conflitos do drama pessoal no trabalho destas mulheres e, assim, apontar para enredos centrais que estruturam suas significações e ações em busca de sobrevivência**. Sigamos, então, para as análises das informações alcançadas.

3.6 PROCESSOS SOCIAIS DOS DRAMAS NO TRABALHO

O conjunto de informações que compõem os fatos psicológicos enunciados pelas trabalhadoras levaram a interpretar três enredos centrais da ação dramática em seus processos de trabalho. São eles:

a) **Os processos de submissão no trabalho desvalorizado**. [Neste enredo interpreto as ações que envolvem as práticas do SERVIR. Não o serviço voluntário e altruísta, mas o trabalho em meio às obrigações coercitivas expressas submissão de pessoas que precisam tolerar violências físicas e simbólicas para sobreviver.

b) **Os processos de valorização de si e do trabalho**. Seria incompleto identificar apenas assertivas de coerções e sofrimentos enunciadas pelas domésticas-diaristas. As batalhas cotidianas pela sobrevivência também são exercidas e significadas como potencialidade da ação individual. Desta forma, os conflitos pelo reconhecimento do valor pessoal e dos seus trabalhos são paulatinamente apresentados em condutas concretas que demonstram práticas de REAGIR às submissões experienciadas nos processos de trabalho.

c) **Os processos de coletivização por objetivos comuns**. Nos segmentos de vida enunciados pelas mulheres entrevistadas surgiram sentidos que ampliam a responsabilidade de trabalhar para além da relação direta com as contratantes. Com recorrência – a depender de cada trabalhadora, mas sempre presente – foi possível perceber que as suas rotinas de trabalho estão relacionadas à compromissos com determinados grupos externos às relações de trabalho. Tais acontecimentos levam a interpretar processos sociais em que o trabalho assume práticas de DEVIR mobilizado por vínculos com pessoas fora das relações diretas de trabalho, por exemplo: família, vizinhos, grupos religiosos, colegas de profissão ou outras pessoas que vivenciam situações semelhantes de vida e de trabalho.

Não posso afirmar que estes três enredos são os únicos na vida dramática em seus processos de trabalhos, nem tampouco posso garantir que tais enredos sejam centrais nas suas vidas como um todo. Mas se nos concentrarmos na dimensão cotidiana do trabalho, **os acontecimentos da vida dramática destas trabalhadoras demonstram organização a partir destes três processos sociais – de forma complexa, simultânea, interdependente e heterogênea – que enredam as suas escolhas na luta pela sobrevivência.**

Os três enredos descritos apontam para a possibilidade de interpretar a dinâmica dramática da sobrevivência por meio da historicidade das ações e significações no percurso pessoal das experiências profissionais, revelando a multiplicidade de interações sociais, sentidos e intencionalidades do trabalho. Porém estes enredos não se apresentam de forma isolada uma vez que as suas expressões se compõem de conflitos vivenciados pela mesma pessoa, com combinações singulares. A **dinâmica inacabada** dos enredos dramáticos na vida particular se revela a partir de conflitos entrelaçados e em constante resignificação. Como já mencionei, **as suas diferenciações são possíveis pela função das ações de trabalho nas relações estabelecidas.** Quer dizer, cada um dos dramas identificados representam acontecimentos distintos nos ambientes que convivem e com as pessoas que interagem. Assim como o aspecto teleológico, os processos sociais que caracterizam cada um dos dramas também **se diferenciam quanto aos locais, cenas, atores e valores sociais**, o que permite estabelecer noções relacionadas à concretude das ações, das ideologias em cena e dos afetos que organizam estes processos. Distinguir e analisar estes dramas requer, portanto, um esforço interpretativo sobre a complexidade dinâmica das informações alcançadas. Tentativas estas que – sempre que possível – precisaram ser questionadas e testadas através de seguidas aproximações.

Entender a dinâmica do desenvolvimento psicológico entre aquilo que é social e aquilo que é singular representa, dentro das perspectivas teóricas as quais me sustentam, interpretar as intencionalidades significativas dos sentidos particulares nas enunciações alcançadas (Politzer, 1988) para encontrar similaridades que nos permitam descrever algumas regularidades concretas – os enredos dramáticos – da dinâmica interfuncional entre estes sentidos particulares e os signos culturais utilizados pelas trabalhadoras para dominar a conduta no trabalho (Vigotski, 1995). Importante mencionar que tal entendimento exige a contextualização deste processo em relação a todos os problemas que já venho mencionando ao longo do texto e que condicionam as circunstâncias de vida e trabalho das domésticas-diaristas, sinteticamente: a desvalorização histórica e cultural de suas funções sociais e as implicações que os processos de submissão de suas forças de trabalho produzem nas dimensões relacional, física e psicológica.

Para desenvolver as análises encontro suporte metodológico nas contribuições de Aguiar e Ozella (2006; 2013) ao instrumentalizarem, com base na psicologia sociohistóricas de Vigotski, procedimentos para análise de material qualitativo visando apreender a constituição mediacional entre os significados sociais e os sentidos particulares através dos *núcleos de significação*³³. Para os autores, é através do processo mediacional objetivo-subjetivo que as determinações sociais se constituem como elementos singulares do sujeito, havendo também a possibilidade do sujeito atuar no meio circundante através de suas ações conscientes sendo a mediação, portanto, o próprio processo de constituição mútua entre indivíduo e mundo. Na psicologia de Vigotski, como vimos também no primeiro capítulo, é o signo de linguagem que exerce a função mediacional ao estabelecer os meios de contato do humano com o mundo exterior e consigo mesmo. Temos então no signo o objeto da consciência que estabelece a relação dialética entre a linguagem e o pensamento. Constituídos nas interações sociais, os signos representam também a base simbólica dos sentidos singulares que organizam a conduta do sujeito. Sendo, assim, cabe ao pesquisador interpretar a complexidade constitutiva destes sentidos para entender o processo mediacional da atividade humana em suas múltiplas determinações e intencionalidades.

A apreensão dos sentidos não significa aprendermos uma resposta única, coerente, absolutamente definida, completa, mas expressões do sujeito muitas vezes contraditórias, parciais, que nos apresentam indicadores das formas de ser do sujeito, de processos vividos por ele (Aguiar & Ozella, 2006, p.228).

De acordo com os autores, identificar e analisar “o processo constitutivo dos sentidos” (Aguiar & Ozella, 2006, p.227) denota a interpretação de como a unidade dos processos cognitivos, afetivos e biológicos do sujeito – os sentidos – são constituídos por conteúdos simbólicos instituídos historicamente – os significados. Nesta análise os autores reafirmam a importância de considerar os motivos, as necessidades e os interesses que põe o sujeito em

³³ Nas recomendações dos autores os procedimentos para a apreensão de sentidos através dos núcleos de significação se iniciam na busca por informações qualitativas através de instrumentos diversos (entrevistas, gravações, desenhos, frases incompletas etc.). Do material acumulado inicia-se, então, a familiarização com as informações através da leitura flutuante na identificação de pré-indicadores – palavras com significados em seus devidos contextos de narrativa – que sirvam para aproximação do pesquisador com a diversidade, frequência, ênfase e contradições dos temas emergentes. O passo seguinte é o processo de aglutinação destes temas segundo similaridade, complementaridade e contraposição dos pré-indicadores, a partir da qual se torna possível diferenciar e associar indicadores mais estáveis, com conteúdo mais bem delineado. A organização e a nomeação dos núcleos de significação, por fim, acontece pelo processo de articulação interna do conteúdo temático de cada indicador “de modo a revelarem e objetivarem a essência dos conteúdos expressos pelo sujeito” (Aguiar & Ozella, 2006, p.231). A proposta dos autores é que neste último procedimento seja possível verificar as transformações e as contradições que ocorrem no processo de mútua constituição significado-sentido, “o que possibilitará uma análise consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas” (Idem).

movimento, ou seja, considerar a relação dialética entre os aspectos afetivos e simbólicos do pensamento.

Para estabelecer análise regular dentre os fatos psicológicos que narram as experiências concretas de trabalho em cada enredo dramático busco, então, a interpretação dos sentidos enunciados a partir de três aspectos principais da ação dramática: as condições concretas de vida e trabalho; os significados sociais que influenciam as escolhas; e a unidade afetivo-cognitiva que regula a conduta pessoal no trabalho. Para ajudar nesta interpretação me valho de leituras provenientes de diferentes campos do saber (científico, filosófico e literário) e diferentes áreas de estudo (psicologia, sociologia, história e antropologia).

4. PROCESSOS DE SUBMISSÃO NO TRABALHO DESVALORIZADO: OS DRAMAS DO SERVIR

A carne mais barata do mercado é a carne negra
... Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
E vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos.
... A carne mais barata do mercado é a carne negra (...)
... Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra que não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador eleito
Mas muito bem intencionado
... E esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim ainda guarda o direito
... De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar

(A Carne, Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Nascimento)

Neste capítulo me atendo aos processos organizativos do trabalho nos quais os fatos psicológicos alcançados expressam a submissão das trabalhadoras aos interesses dos contratantes. Interpreto nestes acontecimentos sentidos para ação marcados pelo controle e os constrangimentos que estas mulheres precisam lidar para garantir a sobrevivência. Tais percepções na trajetória pessoal de experiências não devem ser tomadas, porém, de maneira isolada aos esforços para escapar à situação de dependência, sendo a ambiguidade dos sentidos que organizam a conduta no trabalho uma importante característica dos enredos dramáticos na forma como os analiso.

As informações alcançadas e divididas nos três capítulos de análise não se apresentam separadas na vida concreta das trabalhadoras. Não posso afirmar que os fatos psicológicos que enunciam sofrimentos pela vivência de necessidades estejam apartados das lutas pela valorização de si e do trabalho pessoal – assunto do próximo capítulo. A caracterização dos dramas humanos no trabalho não significa uma visão dicotômica da vida real, não representa a descrição de práticas sociais que são “isso ou aquilo”. Ao contrário, e de uma forma ambígua, a simultaneidade dos conflitos dramáticos expressos pelas domésticas-diaristas descrevem acontecimentos que são “isso e aquilo” ao mesmo tempo. A divisão dos acontecimentos enunciados pelas trabalhadoras em capítulos separados consiste numa solução parcial para a interpretação dos processos sociais vivenciados, mas que a sua interpretação correta exige a

integração sistêmica dos três enredos dramáticos discutidos. Nesta compreensão complexa dos fatos, Chauí (1994) nos alerta para a polissemia das práticas sociais:

Ora, seres e objetos culturais nunca são dados, são *postos* práticas sociais e históricas determinadas, por formas de sociabilidade, da relação intersubjetiva, grupal, de classe, da relação com o visível e o invisível, com o tempo e o espaço, com o possível e o impossível, com o necessário e o contingente. Para que algo seja *isto ou aquilo e isso e aquilo* é preciso que seja assim posto ou constituído pelas práticas sociais (p.122).

Respeitando a ambiguidade dos fatos, os processos de trabalho enunciados neste capítulo priorizam discutir como as condições históricas e culturais influenciam a desvalorização social do trabalho das domésticas-diaristas e como a vivência desta realidade envolve condutas dramáticas vinculadas à submissão devido os riscos da sobrevivência e, ao mesmo tempo, os sentimentos de injustiça devido a revolta de viver tais condições de desvalorização. Para interpretação dos acontecimentos enunciados me valho do modelo de análise segundo *núcleos de significação* (Aguiar & Ozella, 2006; 2013) no intuito de compreender como os dramas vivenciados ao servir os interesses dos outros configuram sentidos que vinculam desproteção e dependência.

Introduzo, então, a interpretação dos processos sociais dramáticos no trabalho a partir das ações e sentidos cujo servir³⁴ os interesses dos outros é a prioridade para a organização da conduta. É a partir desta reflexão que demonstro como o trabalho concreto destas mulheres estão, inicialmente, marcados por suas necessidades mais imediatas para a sobrevivência e, num contexto de desvalorização social, o cotidiano das ações assume feições de submissão ao controle coercitivo – por vezes agressivo – dos contratantes.

Para introduzir análises dos dramas que integram este primeiro enredo apresento uma síntese da trajetória das experiências de trabalho de Antônia. Ao longo do capítulo estabeleço

³⁴ Na interpretação dos dramas no trabalho das domésticas-diaristas dou mais atenção às dinâmicas das ações mediante os cenários, as pessoas, as escolhas e as intenções enunciadas por elas mesmas. Por isso evitarei utilizar o termo “servidão” (substantivo) como um “estado de servo ou de escravo” (Aurélio, 2022), ou como a condição humana de servidão discutida por muitas filosofias ocidentais, ou ainda com a “sujeição completa aos imperativos mais virulentos e destrutivos do capital e, por consequência, da devastação integral das forças sociais do trabalho” (Antunes, 2018, p.163), tal como característica estruturante das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo. De outra forma, utilizarei o termo “servir” (verbo) para enfatizar as ações dramáticas enunciadas pelas trabalhadoras em suas relações sociais, escolhas e intencionalidades. Nesta linha de análise, entendo me aproximar das recomendações de Politzer ao caracterizar o exercício de interpretação da psicologia concreta. “O que ele [psicólogo concreto] quer atingir pela interpretação não é o eu (*moi*) abstrato da psicologia, mas o sujeito da vida individual, isto é, o suporte de um conjunto de acontecimentos únicos, caso se queira: o ator da vida dramática; . . . enfim, o eu da vida cotidiana. Esse eu (*moi*) não intervém como “proprietário de seus estados”, ou causa de uma função geral, mas como o agente de uma ato considerado em sua determinação singular” (Politzer, 1998, p.68-69)

paralelos entre os segmentos de vida enunciados por Antônia com outras diaristas com quem dialoguei.

4.1 “É DIFÍCIL VIVER SEM SABER COMO PROCEDER”: A TRAJETÓRIA DE ANTÔNIA

Desde a minha primeira visita à nova sede do CTA percebi a presença de Antônia. Mulher madura, estatura baixa, magra, pele negra, cabelos escuros e amarrados com fita. Usa óculos. A sua presença se tornou curiosa porque ao olhá-la à distância ela estava frequentemente com um pequeno grupo de mulheres, falando efusivamente, com aparência que estava indignada e gesticulando bastante. As outras mulheres a escutavam por tempo considerável e até riam algumas vezes, apesar da sua aparência séria e tom de voz elevado. Pensei logo que ela seria uma boa informante para o meu estudo sobre os conflitos no trabalho. Ensaiei aproximações com ela ainda neste dia, sem sucesso. Ela demonstrou mais interesse em continuar os assuntos com as outras mulheres.

Quando foi o momento do primeiro encontro grupal ela estava presente no CTA, mas não quis participar. Fui pessoalmente convidá-la, mas ela permanecia mais interessada nas conversas. Respeitei. No dia do segundo encontro ela também estava presente, fui novamente convidá-la e, para minha surpresa, ela aceitou. Comentou que uma amiga tinha participado do primeiro encontro e gostado do que foi conversado. Durante o encontro ela permaneceu calada e de braços cruzados a maior parte do tempo. Se manifestou, porém, com a mesma efusividade que percebi no pátio externo quando começamos a falar sobre os comportamentos agressivos das clientes contratantes. Neste momento ela falou muito, se mexeu na cadeira e quase se levantou para defender a sua fala. Os exemplos utilizados por Antônia, que conhecia vários outros casos do que acontecia no CTA, me confirmaram o interesse em entender melhor a sua experiência e o seu ponto de vista sobre o trabalho como doméstica-diarista. Depois de um tempo, nas aproximações durante a pandemia, fiz algumas ligações para Antônia e, quando a pesquisa já estava na fase das entrevistas individuais, lembrei de convidá-la. Foi a minha primeira entrevistada. Nas conversas consecutivas que tivemos – e ainda mantemos – toda aquela imagem de rispidez que associei a sua figura foi desconstruída e ela se revela ser uma pessoa afetiva e divertida.

No dia 20 de agosto de 2020 Antônia estava com 49 anos e já trabalhava vinculada ao CTA desde 2012. Nasceu num distrito que se chama Buiú, no município de Russas – CE. Nasceu às vésperas do Natal e diz ser protegida por Nossa Senhora. Lembra com agrado de sua

infância no interior. Enfrentou condições duras devido à falta de água, período em que sua família dependeu de doações da Defesa Civil. Tem muitos irmãos, todos ajudavam na lavoura. Seu pai conseguia com dificuldades vender os produtos da colheita para garantir o sustento familiar. Nas suas recordações ela recorda mais de uma vez: “a vida era difícil, mas eu era feliz”.

Frequentou a escola, mas nunca gostou de estudar. Sempre ia para a escola forçada, “mas ainda consegui concluir o fundamental, fui até a oitava série”. Em 1989, aos 18 anos, toda a sua família se mudou para Fortaleza. Seu pai foi trabalhar na construção civil, seu irmão mais velho como eletricista e a sua irmã mais velha como empregada doméstica. Ela diz que recebeu influência da irmã para escolher por esta profissão, “eu queria ganhar meu dinheiro, ser dona do meu nariz, ser livre, como sou hoje”. Ela se sente mais realizada do que antes, pois hoje consegue se manter a partir do seu trabalho.

Teve a única filha aos 27 anos. Depois que se descobriu grávida foi morar junto com o pai da criança, ela parou de trabalhar e “ele não me dava dinheiro para eu ter minha liberdade”. Não foi uma gravidez planejada e desejada. “Foi o meu atraso de vida, por mim eu não tinha engravidado, não escondo isso de ninguém. Mesmo assim eu não abandonei a criança. Diferente dele, que não registrou a criança e, depois que ela nasceu, ele fugiu com outra mulher”. Hoje Antônia está junta com outro homem, o pai da sua filha morreu há 15 anos (cometeu suicídio numa cidade do interior da Bahia). Sua relação com a filha é boa, a garota concluiu o Ensino Médio, fez o curso técnico de telemarketing e trabalha nessa área. Moram os três juntos, mas sua relação com o atual companheiro é conflituosa, “ele não bate em mim, eu que bato nele. Ele trabalha e ajuda um pouco em casa, mas não me procura como mulher. Eu sinto falta e digo que qualquer dia vou arranjar outro homem. Se eu fosse sem vergonha já tinha me juntado com outro. Ele passa todo fim de semana na casa da mãe dele e não me trata como a mulher dele”. Essa situação com o seu atual companheiro foi relatada três vezes na entrevista como uma grande frustração.

A inserção no trabalho foi como empregada doméstica aos 17 anos. No início relata que tinha muita dificuldade porque não se acostumava em dormir nas casas dos patrões. Ia para a sua casa apenas quinzenalmente e não gostava dessa jornada, “não adiantava eu ganhar o dinheiro se eu não podia curtir”. Tentou, mas não se adaptou (por causa de brigas com patroas ou porque não queria dormir no serviço) em três casas. Até que encontrou uma pessoa que “foi com a minha cara, lá fiquei por três anos”. Neste trabalho fazia todos os serviços de limpeza e roupas, menos cozinha. Durante este período também fez serviços de acompanhante de idosos. Cuidar de idosos foi e é o serviço que ela mais gosta de fazer. Seu sonho é ser enfermeira, mas

não acredita que um dia consiga isso, pois não se diz disposta nem a concluir os estudos com a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Depois que o idoso que cuidava faleceu ela ainda teve duas experiências, de três anos cada, como empregada doméstica mensalista.

Eu não gostava disso, mas tinha que trabalhar, a menina tinha que comer e eu era o homem e mulher da casa, ainda sou, sou eu que faço tudo, contra a minha vontade, mas não tem jeito. Eu ainda respeito ela [a sua filha, atualmente] porque ela é trabalhadeira. Trabalha a madrugada e dorme durante o dia. Melhor que estar na rua.

Antônia, desde que se cadastrou no CTA não trabalha mais como mensalista e prefere fazer serviços de diarista porque “ganho mais e não fico presa dentro de uma casa”. Começou trabalhando em atividades de serviços gerais (para empresas), mas depois conseguiu o cadastro de faxineira de casas. Aprendeu no curso promovido pelo CTA a utilizar os produtos e instrumentos certos para cada tipo de tarefa, mas diz que já sabia quase tudo do que foi ensinado pela sua experiência anterior. “Nos cursos bom mesmo foi estar junta com as meninas, a gente se divertiu”. Afirma que atualmente só aceita serviços se for como faxineira. Mas, apesar dessa escolha, diz que tem que aceitar alguns pedidos para não desagradar as clientes.

Às vezes chego na casa da cliente e ela pede que faça serviços gerais [um serviço onde se cobra mais caro], eu digo que meu cadastro é de faxineira, faço cara feia, mas a mulher faz outra cara mais feia que a minha e eu termino fazendo o que ela pede. Só que sempre que eu faço isso eu me arrependo depois. Uma vez, me pediram para cuidar das roupas de uma criança e eu perdi a manhã toda. Tenho muita vontade de não aceitar, mas termino ficando calada, eu preciso da cliente.

Ao solicitar mais detalhes sobre a diferença entre faxina e serviços gerais, ela diz: “faxina é o pesado da limpeza” e serviços gerais “é um pouquinho de tudo, lavar, limpar, cozinhar, tratar das roupas, dá muito mais trabalho e tudo termina ficando mal feito”.

Atualmente Antônia possui duas clientes que atende como “freguesia”. São clientes que solicitam nominalmente seus serviços por intermédio do CTA. Nos dias – segundas-feiras – que vai buscar as cartas nominais também fica esperando por encaminhamentos gerais que possam surgir. Nos demais dias da semana cumpre com as cartas de encaminhamento que pegou na segunda. “Eu tenho que trabalhar três dias por semana para garantir o sustento, mas está cada vez mais difícil. Preciso correr, mas me falta perna às vezes. . . é difícil viver sem saber como proceder”. Ela considera que, mesmo estas clientes sendo fixas, prefere que os encaminhamentos sejam feitos pelo CTA:

. . . porque é uma segurança para mim e para ela. Não aguento mais ter que aguentar os abusos das clientes. Na carta de encaminhamento do CTA pelo menos diz o meu horário, e se ultrapassar o meu horário ela tem que me pagar hora extra, e isso tá escrito na carta. Já para ela [a patroa] a garantia é que eu tô sendo acompanhada por alguém que garante se eu sou pessoa correta ou não.

Antônia já trabalhou com carteira assinada duas vezes, juntos compondo seis meses. Nunca contribuiu para a previdência como autônoma e acha que nunca vai se aposentar porque não acredita que vá conseguir. Durante a pandemia, quando os encaminhamentos do CTA reduziram drasticamente, ela conseguiu um serviço de três dias por semana na casa de uma senhora que mora na sua rua. Elas já se conheciam há algum tempo e essa senhora teve filho, então Antônia a ajuda com os serviços domésticos três dias da semana, “está sendo a minha salvação”. Esta ocupação durou dois meses, depois a senhora não pôde mais lhe pagar.

Em março de 2021, sete meses após a entrevista, por conversa via whatsapp, Antônia me disse que estava procurando um emprego fixo, mesmo não gostando disso estava precisando do salário. “Leo, preciso de um peixão³⁵ para me indicar um trabalho melhor”. Ela me pediu que a ajudasse com indicações de serviços porque não queria mais ficar no restaurante que estava trabalhando, onde tinha iniciado no mês anterior. Nesse restaurante o serviço era de limpeza da cozinha. Estava trabalhando oito horas por dia, de segunda a sábado. A dona do restaurante propôs um salário mínimo por mês e que os pagamentos fossem apenas no final do mês, no entanto ela não pagava o transporte. Antônia queria sair do restaurante, mas estava sem opções para o sustento. Se dizia muito revoltada porque não era bem tratada, trabalhava muito e ainda tinha que custear o seu transporte. Importante mencionar que durante a pandemia Antônia conseguiu cadastro no auxílio emergencial e recebeu todas as parcelas.

Nas experiências de trabalho, Antônia já enfrentou acusações de roubo e que quebrou vasos. Já brigou com a filha da cliente, já foi proibida de almoçar e já foi violentada por uma cliente que não parava de reclamar dela (sofreu um empurrão). Neste último caso ela fugiu e ficou vagando na cidade “perturbada”. No outro dia, quando chegou no CTA, soube que essa mulher havia ligado para lá e reclamado dela. Ficou com muita raiva porque “o CTA só vê o lado da cliente, difícil escutar a gente”. Mas disse que essas experiências a fizeram aprender a nunca bater boca com a cliente, aguentar pacientemente as reclamações.

Eu aguento muito tempo as exigências sem noção das clientes, mas se ela for muito ignorante comigo, a ponto de me ofender, como muitas vezes acontece, me dá uma vontade danada de simplesmente pegar as minhas coisas e vou embora, só posso fazer isso, mas pelo menos me livraria dessa ignorância.

³⁵ Termo da cultura popular que indica as pessoas com influência de indicar conhecidos para vagas de trabalho.

Quando questiono quantas vezes ela já tomou a atitude de ir embora frente às ofensas, responde: “poucas (pausa), é que eu lembro que preciso levar o dinheiro para casa”.

Outras situações que ela narra – as quais são comuns dentre as profissionais do CTA – é o assédio de clientes homens. Antônia narra casos em que homens abraçam as profissionais ou andam em casa pelados ou de cueca. Ela diz que algumas das profissionais “dão cabimento” para isso, que até algumas cedem aos abusos destes homens, mas que ela não cai nessa mentira deles. Antônia diz que sente medo quando na carta de encaminhamento está descrito que o cliente é homem:

Eu vou com medo dele ser um cafajeste e tentar me agarrar, mas eu termino indo mesmo assim porque eu preciso do serviço. Também eu não dou cabimento para essas pilantragens. Se ele vier de cueca ou andar nu dentro da casa eu finjo que não estou vendo e faço o meu serviço. Também vou sempre com calça cumprida e blusa larga. Mas tem outras profissionais que não se incomodam com as afoitices dos homens e até ficam com eles. Por isso acho que isso acontece com elas porque elas também dão cabimento a essas coisas. Eu nunca fiquei com um cliente, e nem tive a menor vontade.

Antônia diz que se relaciona bem com as demais profissionais do CTA. Já aconteceu de entrar em brigas em decorrência de discussões religiosas ou porque a acusaram de “roubar o marido das outras”. Quem a acusou disso o fez por uma intriga pessoal estabelecida fora do ambiente do CTA. Esse assunto não avançou, preferi assim.

Ela revela diversas situações em que se sentiu prejudicada por acusações injustas de clientes. Com essas acusações a sua ficha fica suja no CTA, “é horrível ser acusada e não ter vez e nem voz”. Suas versões das situações não são consideradas pelos agentes do CTA e ela se sente revoltada por isso.

O povo do CTA me conhece, eu quase nunca bato boca quando alguém é chata comigo, mesmo que sem motivo nenhum. Mesmo assim algumas clientes reclamam que eu sou calada demais. Como pode? Se eu falo demais eu sou errada, mas se falo pouco sou errada também. Quem devia se tocar é essas clientes riquinhas que querem prejudicar o meu trabalho.

Quanto a saúde ela relata que se sente muito bem, mas ao fazer perguntas mais pontuais ela vai revelando problemas como: sinusite em decorrência da poeira, já caiu do cavalete, algumas vezes sente enxaqueca e insônia, dores na boca, dor na região dos rins e que tem muita alergia aos produtos de limpeza (por isso usa luvas). Antônia diz que já foi ao médico para verificar essas dores na sua boca e também as suas dores ao urinar. Fez exames e “nunca deram jeito em nada”. Não acredita mais em médicos e, por isso, há oito anos não faz mais exames de

prevenção. Sobre as questões mais subjetivas, ela afirma não dormir bem porque está preocupada com a situação financeira e alega uma “dormência de mim” quando fala do desespero por não conseguir mudar as suas condições de vida, mesmo se dedicando tanto ao trabalho. Peço que explique melhor: “é um desespero Leo, é uma falta de esperança que vou conseguir sair dessa vida, por isso digo que fico dormente, porque prefiro nem pensar nisso para não cair em mais tristeza”.

Conversamos também sobre o seu futuro e os seus sonhos.

Eu queria largar tudo e ir embora para o Rio de Janeiro. Eu sempre tive esse sonho de conhecer o Rio. Não sei se eu comemoro os meus cinquenta anos fazendo uma festa ou viajando para o Rio de Janeiro. Vejo na televisão aquelas praias, aquela gente linda, quero ir lá.

Em 2022, quando completou seus 50 anos, em conversa via whatsapp, fico sabendo que ela escolheu comemorar com festa e que não queria mais tanto conhecer o Rio de Janeiro, mas sim a região do Pantanal devido a novela que estava no ar.

Já sobre o seu futuro no trabalho, ela responde: “continuar trabalhando até quando eu puder. Até quando eu tiver forças estarei lá trabalhando. Não quero depender de ninguém. Porque é muito ruim depender do bolso dos outros. Só não vou trabalhar mais se eu ficar aleijada”. Ela se lembra do período que engravidou e ficou dependendo do seu companheiro e guarda muitas mágoas dessa época. “Prefiro aturar qualquer absurdo a ter que depender de alguém para pagar minhas contas”. Futuramente ela pretende largar os serviços de faxina e conseguir mais trabalhos como acompanhante de idosos. Gosta desse serviço porque se sente muito útil e recebe carinhos dos idosos. Afirma que já sabe fazer muitas tarefas de enfermeira como: aferir pressão, colocar para andar, dormir no hospital, controlar medicação, dar banho e limpar a cama. Acredita que não irá conseguir fazer o curso tecnológico de acompanhante – porque não quer e não gosta de estudar – mas já consegue “desenrolar” qualquer uma dessas funções. “Além de tudo, ser cuidadora é bom porque a gente se sente útil e respeitada, diferente da faxina que a maioria das vezes é só desaforo”.

Conversamos também sobre a sua vida em comunidade e suas relações com as pessoas da rua onde mora. Logo a conversa desemboca para o lado da religião, pois ela tem mais afinidade com as mulheres que frequentam a igreja católica. “Deus é tudo, não sou tão religiosa como as outras, mas eu confio tudo o que faço a Deus. Deus me ajuda e me protege. Eu nunca fui assaltada, nunca fui atacada pelos homens, nem clientes e nem no ônibus”. Antônia tem uma tatuagem no braço direito com o desenho de um terço. “As pessoas dizem que eu tenho cara de

evangélica, aí eu tatuei esse terço para que todos vejam que eu sou católica”. Antônia diz que, antes da pandemia, ia para as missas todos os domingos e tem vontade de fazer parte dos encontros de casais da igreja em que parte. Não frequenta esses grupos porque não é casada (condição para participar dos encontros de casais) e não tem vontade de casar-se com o atual companheiro.

4.2 CONDIÇÕES CONCRETAS DE VIDA E TRABALHO

Interpretar os dramas no trabalho vivenciados por Antônia é, em princípio, perceber suas estreitas relações com uma trajetória de vida permanentemente pautada pelas necessidades mais imediatas para a sobrevivência pessoal e familiar. No curso de suas enunciações a história de vida é confundida com a história de dificuldades para manter o sustento e, de maneira relutante às condições de desvalorização social, ensaiar ações que lhes tragam alguma liberdade em relação às exigências absorvidas nas relações familiares, com contratantes e com outras instituições sociais.

A complexidade desta interpretação está na dificuldade de acompanhar as transformações qualitativas que os sentidos de sobrevivência vão assumindo para Antônia no percurso de sua vida. Complexidade de análise já anunciada por Vigotski (1995) ao indicar que estudar o domínio da conduta humana mediante um sistema de escolhas se complica pelo fato que “. . . el motivo de una significación se conviene en polisignificativo, provocando una actitud compleja respecto a la serie concreta de las acciones” (p.199). Para o autor, a intenção das ações é representada em seus motivos e para analisar o mecanismo de resolução de problemas mediante as escolhas é necessário observar como o indivíduo resolve as suas intenções em circunstâncias determinadas. “La intencionalidad se basa precisamente en crear una acción que se deduce de la exigencia directa de las cosas o, como dice Lewin, se deduce del medio circundante” (p.204). Do ponto de vista teórico, portanto, os objetivos das ações e a consciência das circunstâncias são determinantes para o processo de escolhas e juntamente com a capacidade humana de criar signos auxiliares para qualificar os motivos, torna-se possível o domínio da conduta superior, a conduta significada.

Trazendo para a realidade concreta narrada por Antônia, as suas intenções no trabalho assumem muitos significados, mas o risco de não satisfazer as necessidades mais imediatas – isto é, o risco da sobrevivência – permanece como um problema imperativo devido a consciência das circunstâncias de pobreza e da intenção de libertar-se dessa condição. Dessa forma, importa saber que os significados de sobrevivência nas enunciações de Antônia

assumem sentidos que incluem, reciprocamente, as suas necessidades e os seus objetivos a depender das circunstâncias em determinado segmento da sua vida. Por exemplo, ao longo de suas narrativas, diferentes acontecimentos são justificados como escolhas em prol da sobrevivência: as obrigações de trabalho ainda na infância, sair da casa dos pais em busca de liberdade, o casamento, a inserção no trabalho como empregada doméstica, os desafios nos serviços como doméstica-diarista, as coerções que experimenta no trabalho, suas intenções de escapar da dependência, dentre outras. Conviver com os riscos das necessidades e objetivar melhores condições de vida e trabalho são argumentos constantes descritos dramaticamente por Antônia ao se referir à sua trajetória profissional. Argumentos, inclusive, comuns dentre as domésticas-diaristas com quem dialoguei.

Da síntese dos acontecimentos enunciados por Antônia quero destacar três *pontos de inflexão* ou *bifurcações* (Terra, 2012) que representam eventos marcantes em sua trajetória profissional e que reorientam o encadeamento dos fatos em seus processos de vida e trabalho. São eles: a inserção no trabalho remunerado como doméstica-mensalista; a escolha por delimitar as atividades de trabalho aos serviços de doméstica-diarista; a prioridade atribuída e o interesse de ampliar os serviços como cuidadora de idosos. Vejamos com mais detalhes cada um destes momentos de sua vida.

De acordo com a entrevistada, a sua escolha por trabalhar como doméstica remonta a necessidade de sobrevivência com o ímpeto jovem de liberdade. As circunstâncias descritas – não interesse pelos estudos, a mudança da família para a Capital e o exemplo da irmã mais velha – justificam a sua escolha como uma opção para quem também tinha objetivos de “ser dona do próprio nariz” e de casar-se. Os acontecimentos descrevem que neste período de sua vida, na sua visão, a imaturidade foi fator para não se proteger em relação aos assédios e às violências que sofreu no trabalho como mensalista. O sentimento de liberdade, na prática, foi sendo substituído pelas experiências nas quais precisou submeter suas vontades (sair nos fins de semana, por exemplo) ao controle coercitivo dos contratantes. Tais discrepâncias, enquanto ela pôde, foram combatidas com a recusa de permanecer nestas residências e, mediante indicações, conseguir trabalho em outros locais, mas as situações de controle permaneceram. Fato é também que a união com homem que a engravidou e, depois, a necessidade de sustentar a sua filha (sozinha) diminuiram ainda mais a sua liberdade de pedir demissão das casas onde não se sentia bem tratada. Ou seja, o desejo de liberdade que a acompanhava desde a juventude foi paulatinamente sofrendo constrangimentos e se concretizando como a necessidade de sobreviver mediante compromissos de servir aos interesses de seus contratantes.

Do ponto de vista sociológico, as experiências enunciadas por Antônia revelam que a sua inserção profissional através de serviços domésticos descreve uma trajetória de vida já bem conhecida nos estudos demográficos brasileiros. A infância pobre e desprotegida, a pouca escolaridade, a gravidez indesejada e a necessidade de ajudar nas despesas da casa são características comuns dentre, aproximadamente, 6,2 milhões de mulheres que atuam como empregadas domésticas no Brasil (PNAD, 2018)³⁶. Não seria de estranhar que num país desigual e colonizado, como o Brasil, as domésticas-diaristas sofram violências e preconceitos advindos da desvalorização histórica de seus trabalhos. Como já introduzi no segundo capítulo, os estudos históricos convergem em interpretar a formação da categoria das trabalhadoras domésticas a partir das relações escravocratas de submissão e violência (Graham, 1992; Carvalho, 2003; Lima, 2010; Fernandes, 2021).

Comparar o histórico de violências de ausência de direitos atreladas ao trabalho doméstico no Brasil com algumas condições de trabalho descritas por Antônia nos leva a considerar que nesta categoria não existe precisamente um processo de *precarização* – nos termos de Antunes (1999) – já que as questões objetivas e ideológicas enfrentadas pela categoria estão mais relacionadas às violências do período escravocrata – e principalmente por serem mulheres negras – do que à fragmentação dos direitos que envolvem a modalidade de contratação via emprego.

O primeiro ponto de inflexão que destaco na trajetória de Antônia representa, portanto, um movimento quase normalizado de mulheres brasileiras que, sem capitais econômico e cultural (Souza, 2009) para almejar outras oportunidades, se desafiam em trabalhos desprotegidos na busca por sustento enquanto imaginam (e até lutam por isso) alternativas para sair das condições de riscos determinados pelas necessidades. A pensadora Beatriz Nascimento (2006) nos ajuda a entender este movimento de entrada no trabalho das mulheres negras ao mencionar:

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assume empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. (p.104)

³⁶ Neste levantamento – mesmo que quatro anos desatualizado é o mais completo e recente que encontrei – se revela que deste quantitativo a grande maioria são mulheres negras que recebem até um salário-mínimo, provêm o sustento familiar, com escolaridade até o ensino fundamental e que não contribuem para a previdência social.

Mesmo que a compreensão das violências “sentidas na carne” seja relevante para perceber os mecanismos concretos de desvalorização nas situações de trabalho das domésticas-diaristas, é possível afirmar que estas situações guardam estreita relação com procedimentos sociais historicamente alinhados com manutenção dos privilégios de grupos dominantes na sociedade. “Mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios” (Nascimento, 2006, p.104). Dessa forma, os preconceitos expressos na inferiorização das capacidades produtivas da mulher-negra-pobre são construções culturais que limitam o universo de sentidos associados ao trabalho e à trabalhadora doméstica, justificando as violências e o controle autoritário de suas ações por meio de pressupostos ideológicos úteis para as classes dominantes.

A realidade das trabalhadoras domésticas no Brasil é exemplificada na história de Antônia como argumentos preponderantes para a sua escolha por manter serviços remunerados apenas como doméstica-diarista, o segundo *ponto de inflexão* que destaco na sua trajetória profissional. Mais uma vez existem circunstâncias que favorecem esta escolha, das que consegui acessar estão: o tensionamento de relações de trabalho como mensalista, o fato de sua filha já ter crescido e começado a trabalhar e, o que ela mais destaca, o seu cadastro no CTA no ano de 2012. Antônia passa, então, a realizar serviços mais instáveis quanto a periodicidade, mas, segundo ela, mais rentáveis e que a permitem descansar quando quiser. Começa com serviços gerais e depois consegue o cadastro como faxineira. Neste segundo serviço conquista alguns clientes mais fiéis (a “freguesia” que a contrata nominalmente) e nos outros dias da semana busca encaminhamentos para outras residências. Em paralelo ao CTA ela afirma também experiências como cuidadora de crianças e idosos, serviços que realiza próximo à sua casa.

De uma perspectiva pessoal, poderíamos afirmar que (como ela mesma argumenta) a sua escolha pelos serviços como doméstica-diarista representa um passo de autonomia na sua trajetória já que ela tem a possibilidade de escolher os dias em que trabalha e em quais clientes permanece prestando serviços. Mas de uma perspectiva ampliada poderíamos questionar se esta escolha representa um rompimento com a *sobrevivência patriarcal* definida acima. Entendo que as funções assumidas por Antônia, também as condições como este trabalho acontecem, reproduzem toda a estrutura social de submissão e desvalorização dos serviços domésticos e da mulher que o exerce. Neste cenário, as ações de Antônia ainda estão fixadas no servir às exigências dos contratantes com a mesma carga de discriminações que sofrem as domésticas-mensalistas. Além disso, a condição de pobreza não parece dar o “luxo” de Antônia negar serviços. Na verdade, ela afirmou algumas vezes que mesmo se estiver muito cansada vai fazer

a faxina porque precisa do dinheiro. A sobrevivência de Antônia como doméstica-diarista, portanto, mesmo buscando condições mais dignas de trabalho permaneceram ligadas às relações de submissão por ter poucas possibilidades de trabalhar se não escolher enfrentar relações de dependência, obediência e controle estabelecidas nos serviços domésticos remunerados.

As escolhas de Antônia ao resolver problemas para sobreviver a partir do trabalho como doméstica-diarista assumem caráter dramático ao não conseguir deslocar-se de certas situações de submissão mesmo não concordando com a desvalorização que algumas clientes julgam. Acontecimentos de submissão no trabalho marcados pelo controle e a dependência em relação aos contratantes são percebidas nos relatos de Antônia quando ela menciona violências físicas e simbólicas que sofreu nas residências dos clientes. Porém, além dos contatos diretos existe também em suas experiências a submissão em relação à intermediação do CTA já que menciona a escolha de determinadas clientes por utilizar o serviço do CTA para terem mais controle do serviço (leia-se: quantidade e qualidade) que a diarista irá prestar. Só que este controle se volta apenas para a trabalhadora, uma vez que Antônia indaga o sentimento de injustiça ao não se perceber protegida pelo CTA frente às reclamações arbitrárias das clientes.

A sequência de frustrações por uma sobrevivência estável e digna parecem alimentar a imaginação de Antônia por uma terceira bifurcação na sua trajetória profissional: atuar como cuidadora de idosos. Certamente essa escolha está atrelada às experiências que já realizou nesta função a partir da qual, devido à valorização de seus serviços, poderia sobreviver com mais dignidade. O planejamento deste futuro mantém-se como uma intenção de ampliar suas liberdades, escapando das *armadilhas da domesticidade* (Lima, 2010), possibilidade de ter reconhecida a sua moral e qualidade de seus serviços. Este planejamento representa, em princípio, a possibilidade dramática de reagir às condições de submissão, assunto que abordarei no capítulo 5.

Porém, devemos observar que este planejamento não consiste ainda na superação dos dramas de servir aos interesses alheios. Concretamente, cuidar de idosos ainda representa trabalhar no espaço desprotegido da residência de outros sob o controle atento do sujeito atendido e de toda a sua família. Além disso, as suas ações neste trabalho estão submetidas às circunstâncias de saúde do idoso e depende ainda das disposições de outra pessoa para fazer as suas tarefas. Por fim, a própria escolha de seguir este serviço com melhor remuneração está impedida por não ter realizado um curso que, ou não pode pagar ou não tem interesse de se comprometer. É certo, então, que a manutenção do controle e da dependência continuam caracterizando as condições de submissão no serviço como cuidadora de idosos. Mas não

podemos fechar os olhos para o fato de que a concretização deste planejamento está motivada por interesses de reduzir os riscos dos carecimentos, de sobreviver sem depender dos encaminhamentos do CTA e dos constrangimentos nos serviços como faxineira. Os processos organizativos do trabalho no segundo e no terceiro pontos de inflexão da trajetória de Antônia precisam, portanto, ser melhor examinados devido suas características reativas ao poder dominante. Como mencionei, este é o assunto do próximo capítulo.

Para o momento quero aprofundar interpretações no que diz respeito à relação dramática das escolhas que envolvem necessidades, objetivos e significações nos serviços de trabalho desvalorizado. Se pensarmos o desenvolvimento da conduta humana como processo relacionado, por um lado, às necessidades que motivam o objetivo das ações e, por outro lado, pela introdução de estímulos auxiliares – signos – a partir da qual o sujeito realiza uma *adaptação ativa* gerada no choque real entre o organismo e o meio (Vigotski, 1995; 2007), duas questões se colocam ao interpretarmos a trajetória laboral de Antônia: a) Quais objetivos motivam a sua organização da conduta ao assumir trabalhos desvalorizados, bem como quais implicações psicossociais deste processo; e b) Quais signos a auxiliam no domínio da conduta ao enfrentar tais condições de desvalorização. Exploro a primeira questão ainda neste item, a segunda questão tratarei um pouco mais à frente (item 4.3).

Os objetivos no trabalho de Antônia são óbvios, mas também causam espanto pela dificuldade que ela enfrenta para consegui-los: a sobrevivência com dignidade. Percebi isso nas suas descrições iniciais sobre “o que preciso fazer para me sustentar” e, depois, pelas suas reiteradas reclamações pela “falta de respeito de certas clientes”. Algo semelhante dentre as domésticas-diaristas com quem dialoguei é a preocupação com o suprimento das necessidades mais básicas e, por isso, não podem simplesmente escolher não trabalhar com serviços tão desvalorizados e inconstantes – mesmo que, por questões de segurança pessoal, escolham não atender alguns clientes já conhecidos por serem abusivos. “É que a precisão fala mais alto, viu?” Me lembrou Lucia quando perguntei (provocativamente) por que as mulheres que ali estavam no grupo, mesmo com tantas submissões, continuavam trabalhando como diaristas. Estamos no terreno das insuficiências, das privações de meios para a subsistência pessoal e familiar. “A gente continua oprimida, a gente tem a necessidade”, respondeu Silvana à mesma pergunta de antes.

Portanto, sobreviver não é o único objetivo. Sobreviver com o devido respeito às condições humanas dignas é o que lhes carece também. Retomo, então, à compreensão marxiana de necessidades como carecimentos que ensejam ao trabalho forçado, ao auto

sacrifício para garantir subsistência. Mesmo que para sobreviver precise se adaptar às condições de submissão, mesmo que precise suportar as injustiças e revoltas, a escolha principal é pela sobrevivência. Vejamos um trecho do diálogo que estabeleci com Eliete ao me responder – na forma de áudio gravado por aplicativo – quando, mais uma vez, provoquei a reflexão sobre as obrigações de trabalhar como diarista:

[10:25, 23/11/2020] Leonardo: Oi Eliete. Podemos continuar a nossa conversa? Queria que você me dissesse quais são as necessidades que te obrigam a trabalhar?

[11:08, 23/11/2020] Eliete: O que me obriga a trabalhar são as necessidades de casa, as obrigações de casa. Porque eu tenho ajudar o meu esposo, ajudar a pagar as contas... as alimentações, para mim ajudar ele. E é isso daí ne. Lutando pela nossa sobrevivência, porque eu penso que as pessoas pobres não vivem, elas sobrevivem, neh. Quem vive são as pessoa que tem mais dinheiro neh.

[13:25, 23/11/2020] Leonardo: Eliete, como você consegue suportar toda essa luta?

[17:02, 23/11/2020] Eliete: Você sabe que as pessoas que passa por necessidade precisam se reprimir de muitas coisas porque não tem condições financeira, neh. Mas diante de tantas dificuldades eu sinto a paz de Deus dentro de mim, dentro da minha casa, eu sinto muita fé em deus, neh. Também tem os meus problemas de saúde que me limitam, porque eu sou diabética. Também estou sofrendo com um pouco de ansiedade... sinto depressão devido a doença. Mas mesmo diante de tudo isso eu saio para trabalhar, por quer eu preciso. Deus me dar forças para trabalhar e eu vou seguindo.

No relato de Eliete se percebe o conflito dramático de trabalhar em condições de subordinação para produzir o sustento possível. Está aí a limitação de liberdades de que fala Mello (1988) em seu estudo com as empregadas domésticas. Está aí a sujeição permanente às necessidades que representa uma vida dedicada inteiramente ao labor do corpo, “uma vida desligada do mundo, privada, dobrada sobre si mesma” (p.18). Se nesta pesquisa me preocupo em explorar os conflitos do drama no trabalho, interpretando as intencionalidades das domésticas-diaristas nestes conflitos e as agrupando em enredos dramáticos, parece-me evidente que nas situações de trabalho submisso – como são os exercidos por estas mulheres – as experiências do servir estão marcadas pelo despojamento das próprias intenções em favor dos interesses e solitudes dos contratantes.

Juntamente com os relatos de Antônia, as reiteradas experiências de injustiça enunciadas pelas domésticas-diaristas com quem conversei denotam o quanto o objetivo da dignidade no trabalho é negligenciado pelos contratantes e o quanto – em nome da sobrevivência – elas se esforçam para suportar estas injustiças mediante argumentos normativos aprendidos em sociedade. Avancemos, então, na análise de como os dramas concretos de submeter-se aos limites da tolerância frente às situações de injustiça evidenciam conflitos de

valores e significados vinculados ao trabalho como doméstica-diarista no processo de organização da conduta.

Nas diversas aproximações que mantive com as trabalhadoras as denúncias não se restringiam ao controle excessivo do trabalho em condições de submissão (jornada, alimentação, controle ou exigência, por exemplo). Nos diálogos o tom de indignação mantinha como pano de fundo as maneiras como são tratadas nas residências em que trabalham, problemas como “queria que a cliente não fosse tão estúpida comigo” (Auricélia) parecem ter tanta influência – ou até mais – em seus sentimentos de injustiça do que a própria dificuldade física para realizar os serviços. Sendo assim, é difícil dissociar o cansaço de um corpo coagido ao trabalho árduo das questões subjetivas que implicam num sofrimento psicológico estabelecido em relações de desvalorização da trabalhadora como pessoa digna de direitos. A laboriosidade de um trabalho submisso acompanha, portanto, a exclusão de dignidade pessoal.

O efeito continuado de situações que degradam a dignidade das trabalhadoras – desconfianças, reclamações, acusações, assédios e calotes – trazem aos conflitos do trabalho desvalorizado feições de uma moral desgastada, humilhada e cansada de justificar-se. Com o tempo, tais acontecimentos parecem incorrer na *internalização da subordinação* de que fala Nascimento (2006). Neste processo, o lugar de inferioridade na sociedade passa a ser assimilado como algo normal e, necessariamente, enfrentado nas relações de trabalho. As ocupações de subserviência atestam a desvalorização da trabalhadora que serve aos propósitos alheios no trabalho de lavar, engomar, cuidar, dentre outros. São pessoas discriminadas que frequentemente identificam conteúdos “sujos” e desprezíveis em suas próprias rotinas.

É muito humilhante neh, às vezes a gente se sente humilhada pelo que tem que fazer nas casas [pausa]. Assim, eu tenho que limpar os banheiros das casas, os vasos cheios de sujeira. Limpo também os lixos de três dias atrás, um fedor enorme. Às vezes até lavar as calcinhas das mulher que moram lá, e ainda assim ser destrutada desse jeito ai (Maria de Lurdes)

A sujeira, o mal cheiro, o escárnio e, ao mesmo tempo, a arrogância com que algumas contratantes se dirigem à Maria de Lurdes, são concretizações do trabalho mediado por constrangimentos físicos e psicológicos. Nos relatos que escutei, foi comum perceber que os esforços cumulativos do corpo no exercício de tarefas cansativas mantinham estreita relação com a falta de reconhecimento por estes esforços e, contrariamente, recebiam dos contratantes o desprezo como pessoa e o questionamento da qualidade de seus serviços, ou seja, uma exclusão injusta de sua pessoa e de seu trabalho.

Escolho por interpretar estes constrangimentos como expressões dramáticas do *sofrimento ético-político* (Sawaia, 2006). Neste conceito a autora menciona a “opção pela afetividade e em especial pelo sofrimento para estudar a exclusão” (p.98). Numa apreensão dialética dos afetos, Sawaia entende a produção de subjetividade no processo de inclusão/exclusão a partir de vivências que vão desde sentir-se incluído até o sentir-se discriminado e revoltado. Para ela, a exclusão se expressa como vivência de necessidades e guarda íntima relação com a *deslegitimação social*. Dessa forma, os mecanismos de coação representam a gênese social do sofrimento pessoal. Vejamos outro exemplo de como, nas palavras da autora, a *subjetividade do sofrimento* se estabelece mediante a *ética da injustiça*. A realidade a seguir faz parte de experiências de trabalho de muitas diaristas com quem conversei.

Às vezes você chega na casa e já tem um copo e um prato separado para você. Acho isso ruim porque parece que a gente é sujo. Acho isso humilhante. A alimentação devia ser algo tivesse bem direito escrito na carta de encaminhamento. Isso é uma coisa muito séria e que deveria ser muito bem explicado. Eu às vezes prefiro fazer o almoço na casa que eu vou trabalhar para eu não ter que comer aquela comida veia que eles dão. Doutras vezes a comida da gente é separada. As vezes a nossa comida é de três dias atrás. Isso é muito humilhante (Fátima)

Nas afirmações de Fátima é evidente que o sentimento de humilhação se dá no conflito de papéis entre uma trabalhadora que foi contratada para um serviço e uma mulher-negra-pobre estigmatizada como alguém sem dignidade para alimentação adequada para o trabalho. A inclusão enquanto trabalhadora é diretamente contrastada pela privação de alimentos, algo tão essencial. Neste conflito de papéis surge a deslegitimação de Fátima como uma trabalhadora de direitos ou, no mínimo, uma pessoa que precisa comer para trabalhar. É uma inclusão cindida nas exigências humanas mais básicas. Como se a única função de Fátima naquela casa fosse servir sem ser percebida como um ser humano. Para Fátima, é humilhante trabalhar nestas condições. Tais situações indicam para a humilhação que é de ordem ética (pois parte de ações cotidianas de submissão) e de ordem política (pois são situações legitimadas culturalmente pela desvalorização das trabalhadoras domésticas como pessoas). São, portanto, condições de trabalho em que se desenvolve o *sofrimento ético-político* de que trata Sawaia (2006).

A autora em questão identifica na ausência de legitimidade social a diminuição do poder de agir do corpo/mente – de forma integrada e impeditiva. No constrangimento à liberdade o sujeito sofre pela limitação de suas potencialidades. “O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais” (Sawaia, 2006, p. 102). Sendo assim, a consciência da lógica excludente se converte em emoções de inferioridade e submissão.

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas emoções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e como trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. (Sawaia, 2001, p.104)

A análise do *sofrimento ético-político* do trabalho das domésticas-diaristas representa, portanto, considerar as experiências concretas de como as suas funções são desvalorizadas pela sociedade. Para elas, os dramas no trabalho são expressões cotidianas de graves problemas sociais (desigualdade, injustiça e exploração) e as seguidas frustrações no enfrentamento destas condições se constituem em sentidos carregados de autodesvalorização.

Vejamos outro exemplo elucidativo. Em grupo, conversávamos sobre como as trabalhadoras percebiam a atenção do CTA para com os problemas que elas enfrentavam nas casas dos clientes. Regina, então, pergunta o porquê de o CTA não recolher a previdência social delas, já que elas estavam constantemente à disposição da instituição. Após uma rodada de opiniões, eu comecei – com cuidado para não “assumir o lado do patrão” – a falar que ali a situação delas não era de contratação via emprego formal, mas sim a intermediação informal de seus serviços. Foi quando Auricélia, como que sem paciência para escutar a minha explicação, levantou a voz e me fez calar:

Eu tô entendendo, resumindo, é tipo assim que eu tô entendendo. Nós somos um produto que o governo está oferecendo. Aí depende de nós fazer o trabalho e esforço contratado por aqui, mas não temos esse direito [o recolhimento do INSS], né isso? [silencie]. Nós aqui somos mercadoria, como sabão, feijão e arroz [afirmou em tom de ironia, mas com convicção]. Só que na mercadoria tem imposto e o governo faz as coisas que precisa para a mercadoria, agora eu não tenho esse direito porque valho menos que a mercadoria (Auricélia)

O sarcasmo com que Auricélia se interpõe à minha patente explicação demonstra a coisificação de sua dignidade em comparação às mercadorias que são tributadas pelo Estado. Entendo que a inteligência no humor e criticidade colocados pela trabalhadora representam princípios reativos contra os processos de dominação que discutiremos no próximo capítulo. Para o momento destaco para a forma como a exclusão afeta Auricélia que passa pela coisificação de sua pessoa – coisificação que, aliás, ela equipara às outras trabalhadoras também.

Comparar-se com uma “mercadoria sem direitos” é negar a si mesma como humana que sente e que produz liberdades. Junto com a sua humanidade desvanece as possibilidades de

esperar nos outros (na família, nas relações de trabalho, nos serviços públicos e, às vezes, até em Deus) alguma retribuição pelos esforços para sobreviver. O que resta é apenas a sua necessidade e as próprias forças para agir. Nesta desvantagem crônica se operam os dramas do trabalho das diaristas. É no cotidiano dramático das escolhas necessárias, porém tristes, que se objetivam as dificuldades de agir no contexto de servidão e das dominações justificadas pela falta de valor que a sociedade imprime às suas funções.

Esta desvalorização social é frequentemente assimilada pelos sentidos que produzem de si mesmas. A única opção viável para sobrevivência é, então, arriscar-se em ambientes desprotegidos e enfrentar o risco da domesticidade de suas forças. A falta de expectativas por mudanças indicam para uma ancoragem frustrante na condição de submissão, o que desgasta ainda mais as suas capacidades de imaginar futuros longe do controle e da dependência. Barreiras que não são assimiladas passivamente – já que verificamos diversos exemplos de reações às submissões, o que analisaremos no próximo capítulo – mas são barreiras que despotencializam as suas atitudes revolucionárias e as enquadram em hábitos de consumir apenas os *mínimos vitais* (Cardoso, 2019) para a sobrevivência. O constrangimento de seus potenciais de ação é constante e este é uma causa evidente para os agravos na saúde física e mental destas mulheres.

4.2.1 Os dramas do servir e a saúde das domésticas-diaristas

Mesmo não sendo a saúde o objeto central da pesquisa, esta foi uma temática que acompanhou os acontecimentos enunciados pelas domésticas-diaristas com quem dialoguei. Início esta reflexão lembrando que Antônia afirma sentir dores e alergias em decorrência das tarefas de trabalho, mas que isso não é impeditivo para que ela continue aceitando novos serviços. Eu só consegui mais detalhes sobre as suas condições de saúde porque me dediquei a fazer perguntas específicas – as quais realizei em todas entrevistas individuais – sobre possíveis agravos nos joelhos, costas, pescoço e articulações, se ela já sofreu acidentes e a sua constância nos exames médicos. Sem essas perguntas mais específicas, talvez, a sua saúde física nem seria uma questão para ela ao relatar os problemas de sua vida no trabalho. Muito mais urgente para ela foi comunicar acontecimentos no trabalho que estavam relacionados ao controle excessivo e às injustiças nas relações com as contratantes, e como ela se revolta e se entristece quando tem que passar por tais situações. Os ataques à dimensão moral de Antônia parecem lhe incomodar muito mais do que as dores físicas e esta é uma temática que lhe incorre mais afincamente.

narrativo nos exemplos que descreve. Sobre a relação entre o controle e o sentimento de injustiça, vejamos também o que Auricélia relatou num dos encontros grupais. Ao iniciar um breve diálogo sobre a saúde mental de trabalhadores esta senhora ficou de pé, e falou em voz alta:

Leonardo, sabe qual é o problema que eu sinto no meu juízo? É que a gente quando chega nas casas a gente mostra a bolsa pra mostrar que é pobre, e quando sai mostra de novo para mostrar que continua pobre. O problema é a desconfiança (. . .), mas eu tenho que obedecer, apesar de achar errado eu obedeco (Auricélia)

Isso causa indignação em você leitor/a, não é? Pois bem, imagina no ponto de vista da trabalhadora. Mais estarrecedor ainda é que outras trabalhadoras narram mais exemplos de humilhações, em forma de denúncia, já nos primeiros minutos dos diálogos que mantive com elas. Gritos, exigências insistentes, não oferecer alimentação, restringir uso de utensílios, extrapolar horário, ameaças de vigilância, contatos físicos . . . fora o cansaço do trabalho e o assédio sexual, que são mais comuns. Interpretar estas experiências subjetivas no esforço de aproximação com a personalidade do drama, abre caminho para análises psicológicas que integrem as condições de dominação social e a saúde destas trabalhadoras. Pertinente, então, observar a definição de Seligmann-Silva (2011) do trabalho dominado como “. . . a conjunção existente entre produção da submissão, da fadiga e da desvitalização” (p.183) que incorrem em formas de *desgaste mental* relacionado ao trabalho. Entendo que nesta conjunção descrita pela autora se manifesta as particularidades da doméstica-diarista que serve aos interesses dos contratantes e, muitas vezes em troca, vivencia violências morais que envolvem a exclusão da sua dignidade. Uma equação bem desvantajosa.

Vejamos outro exemplo de como os aspectos morais figuram como problema nos processos de saúde-doença³⁷ relacionados ao cotidiano de trabalho da doméstica-diarista. Em entrevista presencial estabeleço o seguinte diálogo com Maria das Graças:

Maria, como está a sua saúde? (Leonardo)

Saúde? Que saúde? E eu lá tenho tempo para isso? Eu nem lembro disso. Tenho é que trabalhar. Mesmo eu tenho muita dor nas costas, meu joelho direito dói sempre que me abaixo, esse olho [aponta para o olho esquerdo] quase não enxerga e o outro precisa de óculos. Eu também tenho princípio de diabetes e um pouquinho pressão alta. Mas eu lá me importo com isso. Tenho é que

³⁷ Me refiro aqui ao *continuum* dos fenômenos saúde-doença desenvolvido em Seligmann-Silva (2011). “Temos aqui o encadeamento de múltiplos fenômenos em processos que podem ser propiciadores de maior vitalidade ou de maior fragilização da saúde ao longo da vida dos indivíduos inseridos em diferentes realidades sociais” (p.33).

agradecer a Deus por ter forças para trabalhar. Mas tem dia que preciso dormir no chão por causa das costas, viu? Principalmente quando pego duas diárias seguidas. (Maria das Graças)

Você já sofreu algum acidente de trabalho, Maria? (Leonardo)

[pensa um pouco] Já caí da escada e . . . queimei a mão. Só isso mesmo. (Maria das Graças)

Nossa, cair da escada e queimar a mão não parecem ser problemas pequenos (Leonardo)

É, mas eu tive que terminar o serviço do mesmo jeito. Então nem adianta reclamar. (Maria das Graças)

E com relação a mente, Maria? Existem pensamentos que te incomodam? (Leonardo)

Não . . . quer dizer, eu não entendo por que tem patroa que se incomoda tanto com o meu trabalho. Por que me chama se fica azucrinando o meu juízo? Para mim a cliente tem que confiar e deixar eu trabalhar. Sem isso eu me embanano toda. Ah tem que fazer assim, tem que fazer assado. Parece que nada do que eu faço agrada ela. E olha que eu tento fazer certinho, viu? Mas eu vivo bem, tirando essa chatice aí . . . Ah! Falando em chatice, as vezes eu tenho insônia. Mas é isso quando tem pouco serviço e eu fico preocupada. (Maria das Graças)

Neste diálogo percebemos que o controle excessivo impede Maria das Graças realizar o seu trabalho com os saberes que já constituiu na experiência. As exigências lhes chegam como uma desconfiança que, ao invés de contribuir, atrapalha seus serviços. Cabe então iniciar a interpretação das condições de saúde desta trabalhadora a partir das normas e das tarefas exigidas de Maria das Graças. Neste exemplo, então, poderíamos afirmar que as normas de ajustamento exigidas pela contratante são vivenciadas por Maria das Graças como restrições para a sua atuação e que ela não consegue exercer adequadamente seus serviços com a presença coerciva do comando.

Das contradições entre a disposição para o trabalho sob pressão coercitiva e o menosprezo que as clientes expressam para com o trabalho ou com a própria trabalhadora advém uma troca desigual de compromissos que pode até assumir relevo psicopatológico. Estas são considerações desenvolvidas em estudo pioneiro de Le Guillant (2006) sobre as *incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica”*³⁸. Mesmo não sendo o meu objetivo alcançar informações mais profundas sobre possíveis quadros psicopatológicos das diaristas,

³⁸ O estudo foi publicado originalmente por Louis Le Guillant em 1963 e mais recentemente traduzido para a língua portuguesa pela pesquisadora Maria Elizabeth Antunes Lima. O levantamento do autor contou com registros de 306 empregadas domésticas atendidas na unidade de saúde que ele trabalhava, juntamente com estatísticas, dossiês de pesquisadores da sua época, além da ajuda de romancistas e poetas. Constitui obra fulcral para entendermos como mecanismos da dominação no trabalho das empregadas domésticas estão atrelados à aspectos psicológicos de sofrimento e humilhação. Na publicação, o autor indica que uma das motivações por focar neste público se refere à grande frequência desta categoria dentre as pacientes no serviço em que atuava. Chega a mencionar que a categoria “constitui ilustração, excepcionalmente demonstrativa, de mecanismos psicopatológicos muito graves” (Le Guillant, 2006, p.243).

posso fazer alguns paralelos entre as enunciações que alcancei e as constatações deste pesquisador que tanto contribuiu para o campo da psicopatologia do trabalho. No estudo citado, Le Guillant (2006) reafirma suas convicções em torno da *psicopatologia social* e delinea a sua aproximação concreta com a realidade das empregadas domésticas.

Uma vez mais, não pretendo fundamentar a psicopatologia de minhas empregadas domésticas unicamente em dados econômicos, mesmo que estes se encontrem fundamentalmente na origem de tudo; mas, na situação concreta das domésticas, tais dados estão associados, de uma forma estreita e indissociável, a seus aspectos psicológicos, refletindo-se neles (Le Guillant, 2006, p.253)

O autor sintetiza nesta recomendação o seu interesse nos aspectos psicológicos constituídos em *situações dominantes* no trabalho. Mesmo consciente das causas econômicas e dos riscos materiais, o autor penetra no “mundo afetivo das domésticas” (p. 264) para entender o processo social de adoecimento daquelas que chegavam ao seu consultório. Nesta seara ele aponta uma série de situações que já descrevemos em experiências semelhantes entre as domésticas-diaristas pesquisadas. É certo que existe a distância temporal, espacial e operacional (elas seriam o que hoje chamamos de mensalistas) com a pesquisa de Le Guillant (2006). Mas combinam nos dados os constrangimentos mediante provações morais e físicas; a emigração de cidades menores para a capital; a desqualificação da sua pessoa; a decepção com vida; a relação entre o acúmulo das situações e a intensificação do sentimento de revolta; o desdém que sofrem por serem necessárias e rejeitadas; a exploração sexual; o envelhecimento. Outras situações destacadas pelo autor em seu estudo, porém, não foram possíveis de observar na minha pesquisa, são fatos como mortalidade, problemas com a justiça, prostituição e suicídio.

Das constatações no estudo destaco paralelo entre aquilo que tenho me esforçado para caracterizar no enredo dramático do servir no trabalho das diaristas e as reiteradas frustrações pelas trocas desiguais de compromissos no serviço doméstico remunerado, a partir das quais Le Guillant (2006) identifica vivências de *ressentimento*. Para ele, estas vivências assumem uma dinâmica afetiva conflitiva de obediência e decepção. A consciência progressiva das submissões do servir acarretam sentimentos contraditórios – “quase sempre ambivalentes” (p.259) – de pertencimento (por estar protegida na casa dos contratantes), de hostilidade (raiva e vingança devido a rejeição dos contratantes) e de culpa (amargura pela condição de dependência). Para ele, nesta dinâmica afetiva contraditória se ordena um sentimento mais profundo de *aniquilamento da identidade*, ou a *alienação de si*, devido a despersonalização dos próprios valores nas relações de trabalho. Seria aí que se expressa a primazia das determinações

sociais (relacionais) para os transtornos psicológicos, quando as causas morais subordinam até mesmo as causas orgânicas.

Dos conflitos pessoais entre o engajamento no trabalho e o desprezo dos patrões, a humilhação permanece como sentimento dominante. “O ressentimento forma um só com a humilhação, constitui a outra face do ressentimento de tal modo que poderia apresentá-la em seu lugar como o dado primeiro da existência concreta das empregadas domésticas” (Le Guillant, 2006, p.260). Vejamos um exemplo de como isso acontece no público das domésticas-diaristas.

. . . pois para mim o que seria mais importante de ter na carta [de encaminhamento] era sobre a educação das clientes com a gente. Que elas mandem fazer o serviço, elas não estão pagando, então mande. Mas que não fosse mal-educada, que não fosse estúpida. Tem umas que são legais, mas tem muitas por aí que tratam a gente mal. Já aconteceu de uma mulher me chamar de velha, e eu respondi eu sou velha mas faço o meu serviço. (Rosa)

A denúncia de Rosa, assim como de Antônia e de Maria das Graças, se refere mais ao maltrato das clientes do que a dureza do serviço. Na sua reclamação ela registra um fato psicológico em que se sentiu humilhada, talvez por estar preocupada em como manter os trabalhos devido o avanço da sua idade. A afronta da cliente é assimilada como desproporcional à qualidade do serviço que Rosa entrega. Da negação de sua potência emerge o *ressentimento* em ser maltratada e, mesmo assim, precisar daquele trabalho. Resta a Rosa a “escolha” por servir, por dedicar-se ao trabalho apesar do desprezo, mas uma entrega não sem revolta. Eis aí a expressão mais evidente dos dramas do servir dentre as diaristas: o sofrimento pela necessidade de trabalhar em condições de pressão psicológica, com tarefas estranhas às suas intenções pessoais, sem autonomia para as decisões mais simples e sem a valorização de seus esforços para obedecer às exigências dos contratantes. A situação de saúde das trabalhadoras com quem dialoguei pode ser agravada se introduzirmos nas análises o fato que a maioria destas mulheres já enfrentam circunstâncias concretas de dominação há algum tempo. Nestes casos, a cronicidade dos *desgastes mentais*³⁹ (Seligmann-Silva, 2011) é inevitável.

³⁹ Me refiro aqui à influência direta dos diferentes tipos de cargas de trabalho (físicas, fisiológicas e psíquicas) no desgaste das funções orgânicas e psicológicas das trabalhadoras. A análise integradora dos processos concretos de trabalho é uma premissa fundamental no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) e incluir os processos de desgaste “. . . permite considerar as transformações negativas, originadas pela interação dinâmica das cargas, nos processos biopsíquicos humanos. O desgaste pode ser definido, então, como perda da capacidade efetiva e/ou potencial, biológica e psíquica.” (Laurell e Noriega, 1989, p.115 – grifo meu). Introduzindo a problemática do desgaste mental nos processos de dominação no trabalho, Seligmann-Silva (2011) considera que “. . . a análise do processo de dominação se torna essencial para o entendimento da gênese do sofrimento social e, mais adiante, para os desdobramentos desse sofrimento social que resultem na vertente do desgaste mental que tem raízes nas experiências vivenciadas nas situações de trabalho e no desemprego” (p.242).

Em meu entender, os dramas do servir dentre as domésticas-diaristas evidenciam aquilo que Le Guillant (2006) aponta como a *contradição geral* na relação entre senhor e escravo.

A dialética universal do senhor e do escravo tece, através de um drama pessoal, mais obscuro e profundo, uma contradição geral. Não só o ressentimento responde à humilhação e à injustiça, mas a admiração e a atração fazem apelo à inveja e ao ciúme; a decepção experimentada relativamente aos sentimentos naturais [como o autor se refere à afeição inicial das domésticas para com os patrões] dá lugar à frustração; a impossibilidade de identificação engendra o ódio e a angústia do ódio (Le Guillant, 2006, p.266)

Confirmando a contradição dos sentimentos ambivalentes para analisar as questões psicológicas relacionadas à saúde das domésticas-diaristas e a sua relação com o processo saúde-doença, realço na fala de Rosa outro fato imprescindível. Não foi apenas neste enunciado, mas em muitos momentos das gravações são mencionados “clientes legais” que lhes respeitam e por quem alimentam algum apreço. Gentileza, honestidade, comunicação amável e outras solitudes dos contratantes afetam favoravelmente as trabalhadoras de forma que, logicamente quando podem, privilegiam e se esforçam para serem priorizadas nas casas onde são bem tratadas.

Temos acompanhado nas enunciações das trabalhadoras a indignação que sentem ao perceberem as condições de submissão em que trabalham. Porém, a aversão para algumas contratantes convive com a simpatia para outros. A alternância de afetos depende, concretamente, de cada contratante e está balizada pela valorização do trabalho exercido ou à própria pessoa da trabalhadora. O trato humanizado, inclusive, passa a ser desejado e na afirmação delas próprias, uma das causas para a escolha da função de diarista (em detrimento a de mensalista) está no fato de poder negar serviço para clientes desagradáveis.

As *ambiguidades afetivas*⁴⁰ (Brites, 2000) relacionadas ao trabalho doméstico remunerado explicitam a contradição entre tensionamentos e conciliações presentes nas relações com os contratantes. No caso das domésticas-diaristas é resguardada alguma possibilidade de não depender das pessoas que violam suas dignidades, de escolher voltar (ou não) para a casa das pessoas que lhes prejudicaram a moral. Entendo que o esforço por sustentar aproximação com as “clientes legais”, juntamente com as tentativas de manter o respeito e a confiança nas relações de trabalho já representam processos organizativos de reagir aos dramas do servir.

⁴⁰ Sem negar a violência histórica que marca as desigualdades presentes no trabalho das domésticas, a tese de Jurema Brites (2000) procura recuperar a criatividade e o poder de agência destas atoras sociais para a construção de estratégias de resistências capazes de lhes garantirem alguma vantagem nos conflitos do dia a dia.

Para finalizar esta curta reflexão sobre a saúde das domésticas-diaristas pesquisadas, é importante apontar que o contexto de pandemia nos anos 2020, 2021 e 2022 configura enorme risco para estas trabalhadoras. Além de viverem em vulnerabilidade social e de comporem grupos de risco devido a idade (a maioria de minhas entrevistadas), a crise sanitária causou grande redução no número de serviços. Mesmo sendo caracterizadas por decreto do Governo do Estado do Ceará (Decreto nº 33.537, de 06 de abril de 2020) como serviço essencial, as trabalhadoras domésticas permaneceram suas atividades de trabalho com grandes chances de contaminação nos transportes e nas residências. Já o que aconteceu com as diaristas foi um pouco diferente. Quando contratadas, sofriam os mesmos riscos das mensalistas, mas em geral a demanda por serviços caiu e essas trabalhadoras ficaram sem ter como garantir a sobrevivência. Como já relatei, quase todas que conversei durante a pandemia estavam recebendo o auxílio emergencial do Governo Federal, mas isso não era suficiente para os custos familiares.

Nos diálogos, a apreensão pela falta de proventos era sequencialmente enunciada com grande medo e tal sentimento superou até mesmo o medo da contaminação. Ainda mais porque suas preocupações mantinham-se num cenário de indeterminação do futuro, de quando (e se) as coisas voltariam ao “normal”. Até o período de escrita destas análises (primeiro bimestre de 2022) os diálogos ainda registram o incômodo pela falta de serviços e a drástica redução do padrão de consumo familiar que já era baixo antes da pandemia. Quando questionadas sobre estavam se sentindo em relação à falta de trabalho, as falas afirmam algo como: “desordem total” (Alice); “não sei mais o que fazer” (Ricardina); “hoje vivo da misericórdia alheia” (Sandra); “leo, por favor consegue um serviço pra mim” (Maria das Graças); “sinto muita tristeza” (Vera).

De todas que conversei, quatro já tinham contraído e se curado do vírus COVID-19. Familiares também já tinham sido contaminados, mas nenhuma delas chegou a óbito. Os prejuízos da pandemia nas condições de saúde destas mulheres parecem se aproximar mais do desespero pela sobrevivência do que, propriamente, pelo receio do adoecimento orgânico.

4.3 OS PROCESSOS DE SIGNIFICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA CONDUTA DAS DOMÉSTICAS-DIARISTAS

Na secção anterior apresentei acontecimentos presentes na história de vida e trabalho de Antônia como exemplos de dramas concretos vividos por domésticas-diaristas em busca da sobrevivência. Nesta secção me concentro nos aspectos mais simbólicos destes dramas ao

remontar a questão já introduzida: quais signos culturais auxiliam estas trabalhadoras no domínio das suas condutas de trabalho ao enfrentarem as dificuldades pela sobrevivência? Para tanto, continuo interpretando os processos sociais que constituem a gênese dinâmico-causal da consciência a partir dos fatos psicológicos singulares em suas experiências de trabalho.

Nas análises que se seguem pretendo diferenciar e caracterizar quatro núcleos de significação em seus delineamentos específicos, mas não isolados uns dos outros. Como é uma característica dos próprios enredos dramáticos, a interdependência dos fatos vividos e enunciados pelas domésticas-diaristas evidenciam a complexidade de seus dramas na vida concreta. Explico, então, que nos processos de aglutinação das informações alcançadas interpretei quatro núcleos de significação diferenciados segundo as circunstâncias de ambiente relacional, normas instituídas culturalmente, pessoas de convivência e afetos.

Os conteúdos temáticos de cada núcleo significativo que analiso também não estão restritos às suas experiências de trabalho, pois tais experiências possuem relação direta com acontecimentos fora das relações de trabalho. Por exemplo, as maneiras como Antônia significa o trabalho não estão condicionadas apenas às suas relações com as clientes. Em sua exposição são citadas diferentes pessoas que influenciam as suas escolhas no trabalho. Participam das cenas dramáticas pessoas da família como o pai, a irmã, a filha e o namorado; agentes de intermediação do CTA; outras trabalhadoras diaristas; pessoas que moram na sua rua; amigas da igreja; e até o próprio Deus (que a protege). Sendo assim, os sentidos que auxiliam a organização de suas ações como doméstica-diarista nascem e se reproduzem em diferentes ciclos sociais que, cada um a seu modo, oferecem conteúdo simbólico para as decisões em meio ao conflito entre as necessidades e o trabalho em condições de submissão. Os dramas do servir são, portanto, justificados e apropriados segundo argumentos normativos que elas acessam no cotidiano destas relações.

Para entender a gênese social dos dramas no trabalho ao se constituírem de signos culturais que organizam a conduta das domésticas-diaristas é preciso, então, examinar a dinâmica dos conteúdos temáticos de cada núcleo significativo tendo a noção interpretativa os acontecimentos dramáticos em suas particularidades e interfuncionalidade com necessidades e objetivos. Compreendo que a integração singular dos sentidos configure a personalidade do drama no trabalho para cada trabalhadora, mas, para caracterizar um enredo dramático que seja mais ou menos comum às trabalhadoras com quem dialoguei, devo iniciar analisando separadamente os núcleos significativos presentes no conjunto de segmentos de vida que acessei na pesquisa. Há de se considerar ainda que as informações apresentadas nesta seção não são as únicas que influenciam os processos de significação destas mulheres em suas vidas

cotidianas. Mas nos diálogos estabelecidos foram estes argumentos enunciados com mais frequência e que centralizam os significados de suas afirmações sobre os acontecimentos no trabalho.

4.3.1 A sobrevivência familiar

As preocupações relacionadas à subsistência geralmente são descritas pelas domésticas-diaristas em seus primeiros relatos sobre as condições de vida. Aprofundando a conversa é fácil acessar informações de como as necessidades imediatas do organismo motivam suas ações de trabalhar para ajudar os pais desde a infância. Ao mencionar onde nasceu e como era a organização da família de origem, Antônia, por exemplo, já descreve que precisou trabalhar na lavoura para ajudar o pai no sustento da casa. Para a nossa interlocutora a “escolha” por iniciar os trabalhos como empregada doméstica também foi influenciada pela irmã mais velha, uma pessoa que ela confiava e que tinha como exemplo a ser seguido.

Assim como Antônia, diferentes trabalhadoras já viviam em condições de carecimentos básicos para a sobrevivência antes mesmo de assumir ocupações como doméstica-diarista. Tais condições, juntamente com a falta de oportunidades ou interesse para estudar, justificam argumentos para a entrada e permanência neste tipo de trabalho, ou em outros trabalhos tão desprotegidos quanto este (quitandeira, vendedora ambulante e cuidadora de crianças ainda na fase adolescente). Há ainda – no caso de Antônia e de outras trabalhadoras – dois fatores preponderantes para os motivos de trabalhar como doméstica-diarista: a união estável e o nascimento de filhos. O primeiro fator aparenta maior volatilidade já que de todas as mulheres com quem conversei apenas três ainda estavam morando com o mesmo homem de quem engravidou. Quase todas já haviam se separado e, para dificultar a sobrevivência, servindo como a única provedora de renda no lar.

Quanto ao segundo fator mencionado, suprir as necessidades dos filhos, este é descrito frequentemente como o motivo mais enfático para que estas mulheres enfrentem os dramas do trabalho submisso. Tais necessidades incluem alimentação, custear material escolar, roupas, remédios e alguma diversão. Para aquelas que são mães de jovens ou adultos, a formação e o trabalho assumidos pelos filhos são descritos como conquistas pessoais por tanto esforço no trabalho. A prosperidade dos filhos e a intenção de que eles não assumam trabalhos tão desvalorizados quanto os serviços domésticos é um objetivo que denota muita disposição para que estas mulheres continuem trabalhando. Na síntese descrita no início do capítulo vimos

também um certo respeito que Antônia tem pela filha por ela ter concluído o ensino médio e ajudar nos custos da casa.

Já consegui formar dois filhos, um em educação física e o outro em letras. (Ricardina)

Meu filhão segura as pontas comigo lá em casa, graças a Deus. (Maria das Graças)

Deus me guarde que a minha neta precise fazer o que eu faço para viver, faço tudo por ela (Inês)

Quando meu filho terminar os estudos [concluir o ensino médio] eu descanso. (Fátima Silva).

Destes e de outros relatos advém concordância com Sato (2017) quando recomenda incluir a família como unidade de análise da polimorfia do trabalho nos centros urbanos. As memórias familiares de proteção mútua, confiança e responsabilidade, mas também de conflitos e discordâncias acompanham os relatos das diaristas que dialoguei como motivos fundamentais para suportar as dificuldades na vida profissional. A família é, portanto, a instituição social central para entender como são significados os dramas no trabalho enunciados por estas trabalhadoras. As vivências de necessidade se estabelecem nestas relações mais próximas e constituem justificativas para maior tolerância em relação às injustiças que sofrem no trabalho.

Concordando com Vigotski (1995) ao afirmar que “en el choque concreto de dos motivos puede producirse la pugna de las disposiciones” (p.207), temos que a disposição para o enfrentamento consciente das submissões no trabalho assume sentidos conflitivos entre o objetivo da liberdade (a não dependência) e a necessidade de sustentar a si mesma e à família (a sobrevivência). Por vários exemplos já citados dentre as domésticas-diaristas, percebemos que as escolhas – um “mecanismo de cierre” (idem) no domínio da conduta humana – constituem sentidos urgentes como a resolução da sobrevivência do que com uma possível liberdade de trabalho. Devido às situações de humilhação, a escolha por trabalhar em condições de desvalorização não acontece sem prejuízos morais, mas, contraditoriamente, os valores de proteção e amor pela família agregam também dignidade ao trabalho com tantas dificuldades.

Além das necessidades, a entrada e permanência no trabalho como doméstica-diarista estão também significadas como o “rumo normal da mulher” (Rosângela) ou como a “única chance que tive para ganhar dinheiro por já saber fazer essas coisas de casa” (Terezinha), denotando que este processo guarda estreita relação com as disposições para o servir dentro da própria família. “Como eu já tinha criado dois meninos, para mim foi fácil trabalhar como babá”, assim também me relatou Fátima que atua como babá pelo CTA. É comum escutar destas trabalhadoras paralelos entre os tipos, a intensidade e a qualidade dos deveres que exercem

dentro e fora do lar. Em todos os casos estes paralelos representam concretamente a dupla jornada e a abertura para conflitos que não estão diretamente ligados às relações de trabalho, mas que contribuem para as angústias no drama de servir aos interesses de outras pessoas. A disposição pessoal para o servir é constantemente colocada como elemento de comparação para a disponibilidade das outras pessoas da família (pais, marido, filhos/as, irmãos/ãs e clientes) em assumirem estes constrangimentos com a mesma finalidade de sobrevivência. Da comparação entre o “eu que sirvo” e o “outro que é servido” surgem relatos de dissidências familiares, mas também de ajuda mútua e confiança (principalmente com os/as filhos/as)⁴¹. Tal diferença de compromissos nos alerta para não cairmos no romantismo de pensar que os esforços para o servir – diria-se ingenuamente: humilhante e dignificante – são regra de compromisso familiar dentre as domésticas-diaristas. Mesmo que este compromisso represente um peso maior na âncora que prende estas mulheres às condições de submissão no trabalho é possível perceber como o desequilíbrio destes compromissos no convívio familiar são causas para o fim do casamento ou o tensionamento na relação com os filhos, noras, genros e netos.

Aqui cabe reflexão sociológica crítica quanto a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista (Saffioti, 1979; Hirata e Kergoat, 2007) ao naturalizar culturalmente os serviços doméstico como atividade feminina, de modo que a qualificação para os serviços domésticos se faz na própria socialização das mulheres. As atribuições de função social das mulheres ao trabalho reprodutivo, na acepção de Federici (2018), contribui para a manutenção de estruturas patriarcais que dominam a organização da sociedade. Nas informações de pesquisa que alcancei, tais considerações são relevantes para interpretar a base histórico-cultural que obrigou estas trabalhadoras aprenderem – em suas famílias de origem ou constituída – funções como: limpar a casa, lavar e passar roupas, cozinhar e cuidar de crianças, por exemplo. Tarefas culturalmente desvalorizadas e, quando postas numa relação de trabalho remunerado, permanecem relegadas às camadas mais desprotegidas da classe trabalhadora, ou seja, a mulher-negra-pobre sem escolaridade suficiente para se inserir em outras funções no mercado de trabalho.

⁴¹ Em três das entrevistas realizadas e em alguns registros dos encontros grupais foi possível perceber exemplos de colaboração entre as pessoas da mesma família para efetivação de micro arranjos produtivos. Estas iniciativas serão discutidas no próximo capítulo.

4.3.2 Ser uma diarista profissional

Com escolaridade reduzida e um histórico de trabalhos desvalorizados, as domésticas-diaristas possuem poucas alternativas de atuação profissional remunerada. Para sobreviver, resta-lhes a opção de enfrentar as lógicas do mercado de trabalho as quais, ao mesmo tempo que lhes atribuem o sentido de insuficiência, as obrigam a sobreviver a partir de serviços precários e desprotegidos. A inclusão marginal (Castel, 2010) que influencia as experiências de trabalho destas mulheres são realidades que elas precisam enfrentar desde muito novas para estabelecer pequenas vitórias em nome da sobrevivência. Para elas, a incerteza de proventos, a instabilidade de colocações e a insegurança nas relações de trabalho são vivências regulares desde as primeiras colocações de trabalho.

Neste histórico laboral, algo interessante de constatar é que em suas narrativas estão presentes o esforço por se diferenciarem das empregadas domésticas mensalistas, como se esta ocupação fosse algo confuso para os contratantes em relação aos serviços que elas são contratadas para fazer. Essa diferenciação se evidencia, inclusive, pelo fato de escutar de várias domésticas-diaristas que escolheram por nunca formalizar vínculo como empregada doméstica para não “sujar a carteira”. A ideia de profissionalização é algo presente em suas enunciações e a maneira como a maioria das trabalhadoras inscritas no CTA se autodeclaram é “sou uma diarista profissional”.

O emprego formal foi fato na vida de poucas das mulheres com as quais dialoguei. Outrossim, as dificuldades de uma vida laboral pautada na produtividade servil para agradar os clientes já é fato corriqueiro e que precisam suportar. Vejamos algumas enunciações quando perguntei, em grupo, como elas se sentiam como diaristas profissionais.

A gente já é gato escaldado de ir na casa de pessoas que não tratam bem. Mas a verdade é que o que importa é se elas vão pagar a gente no final do dia. É isso que importa e eu já nem ligo. Além disso também tem muita gente legal. Vale a pena testar (Maria das Graças).

Eu me sinto bem. Mas tem a parte negativa porque não tem estabilidade. Não tem estabilidade no trabalho, entendeu? A gente não sabe se vai acontecer algum acidente, alguma coisa, ninguém aqui tem essa segurança dos direitos de um trabalhador normal. Mas no geral eu me sinto bem, eu posso escolher se eu vou trabalhar na casa de quem me tratou bem, aí eu fico com ele. Mas se eu não gosto eu já não vou mais, eu educadamente me despeço e vou embora (Rosa).

Eu não perco tempo no serviço. As clientes querem produção e é isso que faço de tudo para elas verem em mim. Passo só cinco minutos comendo e depois vou resolver logo os pratos. Prefiro comer rápido e ir me embora mais cedo. Não fico nem no celular. Só as vezes que eu fumo um cigarrinho (Rita).

Eu prefiro ser diarista . . . porque você ganha mais e faz só que o você fez o curso, eu vou e faço só faxina. Tem outras que vão só engomar. Se fosse doméstica tinha que fazer tudo, e ainda tinha que ficar presa numa casa só (Silvana).

Percebemos nessas falas alguns pontos que, em princípio, parecem contraditórios e demonstram os conflitos concretos na constituição de sentidos relacionados ao trabalho como doméstica-diarista. Algo a se questionar no significado de “diarista profissional” é se esta profissionalização representa uma intenção pela especialização no trabalho. Vejamos que, por um lado, as enunciações indicam preferência pela faxina para não cumprir com todas as tarefas do serviço doméstico como fazem as empregadas mensalistas. Mas, por outro lado, a própria rotina de tarefas como faxineira, por exemplo, demonstram muitas ações diferenciadas e que as distanciam de uma especialização (as técnicas, utensílios e produtos para limpar o chão, o banheiro, a cozinha, os vidros, os móveis e roupas podem variar bastante). Além disso, o histórico e a multiplicidade de colocações paralelas (assunto que veremos no próximo capítulo) para sobreviver podem levantar dúvidas sobre uma especialização no trabalho. Nesta contradição, o que se torna mais evidente é afirmar o significado de suas ações de trabalho como profissionais as adere alguma proteção em relação às condições de submissão do serviço doméstico. Mesmo que os prejuízos morais e os desgastes físicos permaneçam como realidade em suas rotinas de trabalho, ser uma diarista profissional – instável e sem direitos – lhes permite o mínimo de liberdade em relação aos clientes abusivos e às obrigações de tolerar a mesma realidade diariamente.

As trabalhadoras domésticas no Brasil, em geral, são agentes diretas na heterogeneidade dos arranjos produtivos que envolvem os *processos de informalidade* (Cacciamali, 2016) e, de forma contundente pelas diferentes maneiras de criar trabalhos, as domésticas-diaristas figuram nas pesquisas oficiais com denominações de “autônomas” ou trabalhadoras “por conta própria”, as quais lhes abrem um panorama de profissionalização que se distingue o serviço domiciliar e “domesticado”. Como já assinalado no primeiro capítulo, até mesmo após a Lei Complementar Nº 150 (de 01 de junho de 2015), que ampliam os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, a heterogeneidade das colocações pelos contratos instáveis é atestado pelo decréscimo de formalização da categoria no Brasil desde 2016 (IPEA, 2019) e as domésticas-diaristas já correspondem a mais 44% do total. Em geral, estas trabalhadoras têm jornadas de trabalho reduzidas, porém mais intensas e oscilantes.

Mesmo convivendo em situações de vulnerabilidade estas trabalhadoras parecem atender os princípios de uma *demand a empreendedora* (Uchôa-de-Oliveira, 2020) ao expressarem – juntamente com a insegurança e a instabilidade nos serviços – condutas como o

foco nos resultados (o pagamento), a produtividade, certa indiferença quanto aos abusos e a escolha pela variedade dos clientes. Dentre as citações acima, a assunção de lógicas que instrumentalizam as forças produtivas causa menos estranhamento que a decisão por se manterem no esquema de trabalho por diárias. Neste sentido, a incerteza no mercado de trabalho parece ser uma realidade “aceita” e que incita adaptação aos dispositivos ideológicos neoliberais que positivam o fazer empreendedor e reduzem as responsabilidades do Estado frente às mazelas da exclusão social.

É desta forma que a demanda empreendedora deve ser compreendida como um dispositivo de governo neoliberal que emerge como resposta à urgência histórica da crise do emprego ao final do século XX. E, dessa maneira, como uma resposta a uma crise de governo. A pesquisa histórica que realizamos a partir do arquivo estudado, nos levam a compreender que sendo o emprego não mais possível, e sendo o mercado o único regime de veridicção possível, a demanda empreendedora abocanha as várias outras formas de trabalhar que lhes são anteriores e exteriores – em outras palavras, a polimorfia do trabalho. Agora, sob a valorização do risco e do precário na condução de si e dos outros, conforme a racionalidade neoliberal (Uchôa-de-Oliveira, 2020, p.271)

É a partir desta compreensão sobre a demanda empreendedora colocada pela autora que vejo a possibilidade de entender o *locus* dos conflitos relacionados à estabilidade nos sentidos que as mulheres pesquisadas associam ao trabalho de diaristas. Ou seja, a preocupação quanto a insegurança nos serviços de diaristas convive com as “vantagens” de se manterem nesta posição caso assumam as exigências e os riscos de sobreviver por trabalhos instáveis e desprotegidos. Desta forma, o emprego já não é um objetivo e os significados pautados na “autonomia” e na atuação “por conta própria” – como os próprios instrumentos do sistema político e econômico dominantes classificam a sua força produtiva – assumem preponderância no drama das escolhas para a organização da conduta no mercado de trabalho.

Um fato preponderante da identificação das domésticas-diaristas como profissionais autônomas é revelado em suas experiências ao frequentarem o curso introdutório para a inscrição no CTA. Estes cursos, e outros oferecidos pelo IDT, são descritos como os momentos em que aprenderam que devem estar “sempre prontas para o bom serviço” (Neide) e que o “eu devo agradecer o cliente porque é ele quem paga a minha diária” (Aparecida). A meu ver, tais expressões demonstram como os valores de autonomia liberal estão alinhados com as condições de submissão, algo nem sempre entendido por elas com uma devida criticidade.

4.3.3 A desproteção permanente

A origem pobre, os preconceitos, a falta de oportunidades e as recorrentes situações de submissão no trabalho conjugam na vida das domésticas-diaristas acontecimentos dramáticos que as fazem sentir constante desproteção nas relações com a sociedade, principalmente nas relações institucionalizadas. Relatos de como se sentem diminuídas e vulneráveis frente às desvantagens de serem mulheres-negras-pobres numa sociedade desigual ultrapassam as relações de trabalho. A autonomia de uma liberdade fictícia em suas atuações como profissionais, quando percebidas numa dinâmica mais abrangente da vida social, assume sentidos de insuficiência e a percepção desta desproteção se representa em significados como: “tô sempre lascada, já tô é acostumada com isso” (Isabel); “vivo em desespero total” (Neiziane); “esse mundo é um terror para quem é pobre como eu” (Lucia).

A percepção da desproteção parece reforçar o sentimento de que suas liberdades estão fundamentalmente limitadas. Sentimento que elas tentam se desvencilhar a custo de muito trabalho, mas que as circunstâncias concretas da vida lhes escancaram desde muito novas. No caso de Antônia, por exemplo, ela descreve que a sua família precisou da ajuda da defesa civil quando era criança. Com outras, as lembranças de uma infância marcada pelo trabalho e pelas vontades reprimidas lhes causam amargura. O sentimento de desproteção se acumula nas múltiplas relações da vida concreta, nos carecimentos da família, na falta de atenção recebida dos familiares, na escola (que frequentou e dos filhos), nos diversos serviços públicos (dentre eles a previdência), no trabalho e na perspectiva de futuro.

O acúmulo das experiências de desproteção assume sentido que esta é uma condição permanente e dificilmente vão escapar dela, o que lhes desafia a utilizar meios pessoais para conseguir a proteção de sua sobrevivência, principalmente junto às instituições públicas que oferecem os serviços que elas precisam. Tais meios consistem num conjunto de condutas que envolvem não apenas saber onde e quando buscar tais serviços, mas também como relacionar-se nestes ambientes. Numa análise cuidadosa dos sentidos relacionados à desproteção, entendo que nos processos sociais de *adaptação ativa* (Vigotski, 2000) destas trabalhadoras, elas foram aprendendo a se relacionar com as instituições de maneira a garantir as suas necessidades numa associação astuta entre o cumprimento de normas e a proximidade afetuosa com as pessoas que atuam nesses serviços, mas sempre partindo da consciência de suas condições de desvantagem nessas relações. Dado a variedade de instituições relatadas, priorizo o exame relacionado às instituições públicas.

Em todos os diálogos estabelecidos com as diaristas procurei entender como elas percebiam a participação do Estado nas suas vidas e para tanto inclui perguntas sobre quais os serviços públicos utilizavam, como entendiam a qualidade destes e qual a relação disso com o quadro mais amplo da política institucionalizada. Com raras exceções (por exemplo, uma mãe que pagava a faculdade particular do filho), as descrições relatavam experiências na escola, saúde, segurança, assistência, habitação, previdência e transporte. Numa primeira pergunta: “quais serviços públicos você utiliza?”, elas indicavam um certo desconhecimento do que precisamente eram os serviços públicos que me referia. Então, para facilitar a compreensão os especificava, perguntando: “em que escola você/ seu filho estudou?”, “quando você fica doente onde busca atendimento?” e “você recebe algum auxílio financeiro do governo?” por exemplo. Dessa forma elas narravam que os serviços públicos eram a única alternativa que tinham e como isso era ruim devido às dificuldades enfrentadas todas as vezes que os buscavam. Certamente estas dificuldades têm relação com a avaliação negativa que alimentam quando o assunto gira em torno de, em suas palavras, “os políticos” ou “o governo”.

Quando chego no hospital com meu filho e vejo aquela ruma de gente esperando e dá um desespero, dá vontade é de brigar. Porque você sabe neh? A gente é pobre mas tem os direitos. Mesmo os políticos tudo roubando a gente, a gente ainda tem o direito de viver. Eu só não brigo porque sei que a mocinha do atendimento não tem culpa daquela multidão quase morrendo, mas sem ter onde cair morto (Lúcia).

Vemos que um certo senso crítico nasce das experiências práticas de mal atendimento nos serviços públicos. O sentimento de revolta de Lúcia se direciona para a gestão pública, mas é também alimentado por ser aquela a única alternativa possível de conseguir atendimento médico. Ao escutar as experiências das diaristas nos serviços públicos percebi que, juntamente como o senso crítico, as frustrações fizeram-nas produzir inteligências práticas que representam verdadeiras astúcias na busca pelos direitos. Desta forma aprendi que:

É mais importante tratar bem a enfermeira do que o médico, é ela que te coloca num lugar bom da fila. (Lúcia)

Não adianta a empregada doméstica pagar a aposentadoria mais de quinze anos. (Auricélia)

Na delegacia é melhor ir no meio da semana, e de noite. (Rosângela)

O melhor CAPS de Fortaleza é o da Barra do Ceará, lá as pessoas te escutam. (Sandra)

Para conseguir casa do governo [ela se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida] tem mostrar a documentação toda carimbada no mesmo cartório. (Fátima)

Ou ainda: “o motorista não para quando a gente idoso dá a mão, é melhor esperar outra pessoa pedir, aí eu entro com a minha carteirinha de idosa” (Iolandina). Mesmo que durante a pandemia quase todas as diaristas com quem dialoguei estivessem recebendo o auxílio emergencial do Governo Federal, as experiências com os serviços públicos mais frequentes que elas relataram foram aquelas relacionadas ao próprio CTA, associado ao SINE. No diário de campo consegui relatar várias enunciações que indicam como acontece o serviço de intermediação no CTA, bem como as transformações que este atendimento vem sofrendo desde a inauguração (em 1982). Sinteticamente posso afirmar que as diaristas inscritas neste programa, principalmente as mais veteranas, apresentam certa relação de dependência com estes encaminhamentos para conseguir serviços. Relatam que durante bom tempo o serviço transcorreu muito bem e era gerido por pessoas sensíveis às demandas das trabalhadoras. No entanto, nos últimos dez anos o CTA passou por sérios problemas que implicavam na redução do número de solicitações por diaristas (o que para elas era o mais grave) e na insatisfação delas quanto ao trato dos agentes de intermediação, o que atesta a desproteção progressiva que as precarizações deste serviço público vem trazendo para as trabalhadoras.

Como exemplos de precarização nos serviços do CTA temos: redução drástica no quadro de funcionários; paralisação dos cursos de formação para as diaristas; mudança de endereço e contatos sem divulgação; não acompanhamento da qualidade dos serviços e dos casos em que acontecem abusos por parte dos clientes; redução dos espaços de diálogos entre agentes e diaristas; implantação (impositiva) de sistema *online* para os encaminhamentos; e, acompanhando a tendência empreendedora apontada no item anterior, maiores exigências por produtividade no decorrer da jornada de trabalho.

Acontece que aqui no CTA eles agora querem mais quantidade do que qualidade (. . .) se eu tenho que engomar noventa lençóis, isso é quantidade, mas eu não tenho como fazer isso bem feito num dia de trabalho. Mas não adianta mais dizer isso, não me ouvem. (Ana)

Permaneço com Uchôa-de-Oliveira (2020) para refletir as implicações dos processos de precarização dos serviços públicos e a desproteção da classe trabalhadora ocorridas nas últimas décadas:

Dessa forma, sustentamos que a demanda empreendedora torna-se um dispositivo de governo das formas precárias de trabalho em que os trabalhadores já se encontravam. A exploração previamente estabelecida é renovada política e economicamente. O arcaico é inspiração para inovação na exploração do trabalho, e a demanda empreendedora governamentaliza a precariedade. Talvez, possamos encontrar o exemplo mais agudo dessa governamentalização na reforma trabalhista de 2017 em que se regula e autoriza a jornada

intermitente, a dificuldade de acesso à Justiça, a terceirização, a soberania do negociado sobre o legislado (Uchôa-de-Oliveira, 2020, p.272)

Seguindo as reflexões da autora, as domésticas-diaristas ao lidarem com situações de vida e trabalho precárias produzem sentidos relacionados aos serviços públicos que dinamizam conflitos entre a dependência e a desproteção, o que implica num sentimento de desesperança perante qualquer instituição governamental. Sendo os serviços públicos a “única” alternativa (legalmente aceita) de suplantar as insuficiências que a situação de pobreza lhes confere – insuficiências também experimentadas no mercado de trabalho – as seguidas experiências ruins de atendimento malogram qualquer expectativa de que as condições de vida possam mudar pelas decisões da política dominante. As seguidas frustrações de precisar e não conseguir (ou de conseguir com má qualidade) os serviços básicos da vida associam aos dramas no trabalho sentidos de desamparo quase total. Me refiro como “quase total” porque a grande maioria das trabalhadoras afirmaram sustentar alguma proteção possível em algo para além das suas condições materiais de vida. Algo que guarda relação com uma lógica extrafísica, mas que possui incidência direta em suas disposições para o trabalho: a fé.

4.3.4 A misericórdia de Deus

A análise revela a frequência com que duas palavras são usadas, juntas ou separadas, e como estas representam múltiplos sentidos possíveis para a organização pessoal da conduta das domésticas-diaristas: "misericórdia" e "Deus". Começando pela primeira – mesmo sendo difícil separar seus usos pelas trabalhadoras – a palavra “misericórdia” algumas vezes assume sentido de piedade, “hoje eu só vivo na misericórdia de Deus” (Antônia); outras vezes o sentido de julgamento, “essa cliente aí é uma misericórdia eterna de ruim” (Zulene); há ainda o sentido de resignação, “fui pedindo ajuda da misericórdia de Deus por humildade para aguentar esse tipo de serviço”; o sentido de purgação dos pecados, “pelo tanto que eu já sofri eu acho que eu já mereço a misericórdia de Deus para ter sossego na minha vida” (Vera); ou como meio de sobrevivência, “aqui já estava ruim, agora só consigo trabalho por aqui quando a misericórdia de Deus quer” (Rosa). Nestas e noutras enunciações, a multiplicidade de sentidos para a palavra “misericórdia” nos alerta a prudência de verificar o seu significado segundo o dicionário para assim podermos entender o que essas mulheres de fato querem comunicar como seus usos. Segundo o dicionário Aurélio, o termo “misericórdia” significa, dentre outros:

Sentimento de pesar ou de caridade despertado pela infelicidade de outrem; piedade, compaixão. Ação real demonstrada pelo sentimento de misericórdia; perdão concedido unicamente por bondade; graça. Misericórdia divina. Atribuição de Deus que o leva a perdoar os pecados e faltas cometidas pelos pecadores. Pessoa bondosa, sempre pronta a ajudar o próximo e a desculpar-lhe os defeitos e faltas. (Dicionário Aurélio, busca *online*)

Como vemos, os significados do termo correspondem com os usos enunciados acima⁴². Podemos, então, a princípio perceber que tanto nos sentidos como no significado da palavra existe a prerrogativa de que a misericórdia é uma ação de outro ator o qual tem poder suficiente para perdoar, ajudar e julgar, enfim, alguém que protege e de quem essas mulheres dependem. Esse outro ser é significado em “Deus”, alguém da ordem do intangível e com decisões não compreensíveis. Por si só, a frequência das expressões “graças a Deus”, “se Deus quiser”, “Deus é quem sabe” já chamaria a atenção para o entendimento de como o uso desta palavra, juntamente com “misericórdia” ou sozinha, pode auxiliar na organização da conduta das trabalhadoras investigadas.

Focando na interpretação da intencionalidade significativa dos sentidos (Politzer, 1998) utilizando os signos auxiliares — palavras com significado — como instrumentos simbólicos aprendidos socialmente e que medeiam o domínio humano de sua conduta (Vigotski, 1995), duas questões se fazem evidentes para o exame: como o uso simbólico da “misericórdia de Deus” pode auxiliar a organização da conduta das trabalhadoras; e como estes sentidos são constituídos em ciclos sociais de significação.

Dado o contexto narrativo em que emergem menções à “misericórdia de Deus”, podemos interpretar que as trabalhadoras esperam na atenção Dele o merecimento pela graça divina mediante o reconhecimento justo de seus esforços para a superação das muitas dificuldades enfrentadas. Os mistérios que envolvem os significados para a “misericórdia de Deus” parecem, então, auxiliá-las na tomada de consciência sobre o que é tão difícil de aceitar: as injustiças sofridas mesmo com tanto empenho por manter uma vida digna. A proporção entre a entrega ao trabalho e os resultados conquistados é uma conta que não bate e só pode ser entendida mediante uma interferência incompreensível, mas superior pela qual vale a pena esperar.

Nos encontros grupais e nas entrevistas foi comum observar como a esperança da proteção divina influencia as suas explicações do que acontecem nas situações dramáticas da

⁴² É importante considerar a possibilidade que os usos deste termo seja algo da cultura cearense e nordestina, a qual possui muitas palavras estranhas ao vocabulário nacional. Sendo assim, os usos do termo poderiam se aproximar à alguma gíria propagada mais localmente e que se relacione às situações de necessidade e desproteção nas relações sociais. Esta é uma interrogação que só poderá ser diluída num estudo mais ampliado da cultura religiosa brasileira.

vida. A função simbólica de “Deus” parece ser determinante para suas sobrevivências através da força e paciência para trabalhar, da providência para conseguir serviços, da igreja como lugar onde encontra sentido para a vida e vínculos afetivos, da solidariedade entre irmãos de fé, além de proteção contra adversidades ou violências no caminho e no exercício para o trabalho. É impossível apartar a função simbólica de “Deus” aos dramas no trabalho. Junto com o signo “Deus”, geralmente as respostas para os acontecimentos vividos são acompanhados de explicações religiosas⁴³ que, por vezes, resolvem as dúvidas sobre o que aconteceu e outras vezes, apontam para a possibilidade de resolver os problemas caso escolham agir da forma esperada por Deus (fé, humildade, tolerância, oração e outras atitudes tomadas como superiores). Tal uso resolutivo do signo “Deus” nos leva à questão de como a crença em tudo o que Ele representa – o uso argumentativo da fé em “Deus” – se manifesta de forma intencional e de maneira a organizar a conduta com fins esperados. Vejamos a seguir exemplos retirados dos diálogos estabelecidos com Maria das Graças. Quando perguntei, em entrevista, como ela faz para superar tantos desafios ela afirma:

Preciso fazer da fraqueza a força. Tenho que ser forte, olhar para frente e não passar mais pelo que eu passei. Eu tiro a força de Deus. Eu sou evangélica, mas não é pelo fato de eu ser evangélica. Porque na igreja não é todo mundo que bota em prática o que está sendo ensinado. Mas lá na igreja eu conheci a “terapia do amor”, todas as quintas feiras eu estou na igreja assistindo palestras que nos ensinam a me amar. Hoje eu já me aceito e tento cuidar de mim, cuidar do meu coração, do meu interior (Maria das Graças).

Pergunto, então, como Deus lhe dá forças para cuidar de si mesma. Ela responde:

Por exemplo, quando falam mal de mim eu sei que é porque estas pessoas estão com inveja de mim. Mas eu nem ligo. Elas que fiquem tristes. Quando vem alguém reclamar da vida para mim, com negatividade, eu digo que não quero nem saber. Eu não posso acreditar nessa negatividade porque eu preciso trabalhar. Não vai acontecer o que eu quero se eu for negativa. Por isso que as outras acham que eu quero saber demais da vida. Mas eu tenho fé em Deus e isso muda tudo. Nesse mundo tão difícil, se a gente não tiver fé a gente não vive. (Maria das Graças).

A fé e a positividade de Maria das Graças “que muda tudo” apontam para a função resolutiva na constituição e no uso simbólico de “Deus” como sentido de crença que dá forças,

⁴³ Necessário incluir a palavra “religião” no plural, dado que entrevistei mulheres evangélicas, católicas, umbandistas e espíritas. Por isso não seria adequado analisar as normas institucionalizadas da religião de maneira unificada. Também não seria necessário fazer uma análise por cada religião, o que interessa na interpretação dos dramas são as funções simbólicas da “misericórdia de Deus” que dinamizam a organização do trabalho, e não diferenciar o “Deus” que cada uma acredita.

protege e provém a sobrevivência. As enunciações da trabalhadora não parecem indicar sentido meramente habitual ao signo “Deus”, mas sim um uso intencional e pragmático para a organização da sua conduta no trabalho. O signo “Deus” e toda multiplicidade de sentidos que Ele agrega, auxilia Maria das Graças a manter suas buscas por trabalho. O emprego intencional do signo para o domínio da conduta é comentado por Vigotski (1995) quando afirma que “el hombre, sin embargo, supedita el poder de las cosas sobre su conducta, lo pone al servicio de sus objetivos y lo orienta a su modo” (Vigotski p.204). Cabe lembrar também que o autor considera o mecanismo de resolução como a função primordial para as escolhas da ação dentre motivos conflitantes.

La lucha de los motivos que se produce en el momento de tomar una decisión, no se realiza con el fin de obtener el mecanismo ejecutor, ni a la neurona abductora, ni a la vía motriz para la ya formada estimulación nerviosa, sino por la elección del camino de cierre” (p.207).

Nesta linha de raciocínio é cabível interpretarmos que o uso significativo de “Deus” auxilia Maria das Graças a realizar suas intencionalidades no trabalho e na vida.

Sobre os processos psicológicos estabelecido entre os motivos (intenções mais ou menos conscientes) e a vontade (disposição para a ação), Vigotski (1995) dialoga teoricamente com as pesquisas de Willian James, filósofo e psicólogo norte americano que estudou o tema da crença e que pode nos ajudar a entender o uso simbólico de “Deus”. Nos termos de James (2001), a racionalidade humana é pragmática e no campo das afirmações que conduzem a vida isso constitui a *vontade de crer*. Para ele, “. . . a força está no resultado, no desfecho, no *terminus ad quem*. O que decide a situação para nós não é de onde vem, mas para onde leva” (p.30). Vejamos, então, que numa apreensão pragmática do uso simbólico da crença a positividade da “fé em Deus” afirmada por Maria das Graças se apoia em possíveis consequências favoráveis e mantém ativa as esperanças por uma intervenção redentora que lhe ofereça a sobrevivência digna perante o reconhecimento de seus esforços de muito trabalho e fé. A utilidade desta esperança (a sua crença) é, por um lado, confirmada pelas experiências anteriores de conquistas e, por outro lado, mantém a disposição de buscar trabalho mediante um simbolismo potencializador para a esperança na vontade de Deus mesmo que em condições desvalorizadas. A fé de Maria das Graças agrega, portanto, sentidos motivadores e volitivos na sua dinâmica psicológica entre as necessidades e as disposições para a ação. Retornemos, então, a James ao considerar a fé enquanto *hipótese viva*:

Quem ganha promoções, favores, entrevistas senão o homem em cuja vida essas coisas desempenham o papel de hipóteses vivas, que as antecipa, sacrifica outras coisas por elas antes

de terem acontecido e assume riscos de antemão por elas? Sua fé atua sobre os poderes acima dele como uma afirmação e cria sua própria realização. (...) Em verdades dependentes de nossa ação pessoal, portanto, a fé baseada na vontade é, certamente, algo lícito e possivelmente indispensável. (James, 2001, p.40-41)

Com a vida concreta condicionada por carecimentos, insuficiente para trabalho digno e desprotegida pelas instituições públicas, uma doméstica-diarista como é Maria das Graças demonstra em suas palavras que ainda sustenta alguma segurança na crença que aprendeu e que exercita. Simbolicamente, os significados em torno da “misericórdia de Deus” alimenta nela a confiança numa intervenção pela qual vale a pena esperar. Por exemplo, dentro da religião de Maria das Graças, a mesma lógica que fez o Pai amoroso enviar seu filho Jesus Cristo salvar os pecados da humanidade pode intervir na sua vida e salvá-la das condições de precariedade em que sobrevive. Nas informações alcançadas os ensinamentos que daí advém comunicam a dignidade em suportar os problemas no trabalho dado inevitabilidade das dores da vida.

Sou serva do Senhor Jesus, ele sabe das minhas dores e eu sei que ele olha por mim. Não tenho do que reclamar, estou viva e com saúde, a minha família também. Graças a Deus tenho muita força para continuar lutando. (Maria das Graças).

Nesta assertiva a proteção de Deus parece estar condicionada à posição de servidão e vigilância. Ela, evangélica protestante e atuante na igreja afirma constante disposição para agradecer a Deus e pedir ajuda em forma de orações, sozinha e em grupo. Na igreja tem atenção no pastor e aprende o que chama de “a terapia do amor”. Nas situações da vida e do trabalho coloca em prática a sua dependência em relação à “misericórdia de Deus”, se esforçando para fazer bons serviços e evitando desentendimentos. Vejamos outro exemplo de como nossa interlocutora aprendeu a dominar a sua conduta com o uso intencional do signo “Deus”. Em conversa via whatsapp travamos o seguinte diálogo.

[15:16, 20/11/2020] Leonardo: Oi Maria, bom dia! Hoje eu queria saber em quais momentos você precisa controlar essas emoções. Tipo, naquelas situações que você disse que a patroa fica te controlando, como você faz para controlar as suas emoções?

[16:05, 20/11/2020] Maria das Graças: Oi Leo. Assim. 1= Elas não são minhas patroas e sim clientes. 2= háa muito tempo não encontrei um cliente (a) controlador, mas se aparecer, sei exatamente como reagir, respirando fundo e entrando na onda dela.

[16:18, 20/11/2020] Maria das Graças: Na hora que acontece a vontade mesmo é de falar por favor vê se me deixa em paz, posso trabalhar em paz? kkkkkkkk Mas na verdade é a misericórdia de Deus que me dar força e sabedoria. Com o passar do tempo tenho entendido que, me estressar

com um cliente não me leva a lugar nenhum, o que ajuda é orar pra Deus e ficar em paz. Afinal de contas. Só sou uma profissional, eles apenas me contratam e minha obrigação como profissional é dançar conforme a música, sendo que, não sou obrigada a voltar pra aquele ambiente, então tiro de letras e vou lavando. Deus é bom 🙏😊👍

[16:20, 20/11/2020] Maria das Graças: Eita 😲 fiz um jornal 👤

[14:40, 23/11/2020] Leonardo: Se você fosse escolher algumas palavras, como você se define?

[14:44, 23/11/2020] Maria das Graças: Como trabalhadora? Eu me defino como uma das melhores profissionais diaristas. Porém costumo agradecer a Deus por tudo. E aqui agradeço por Deus colocar pessoas maravilhosa na minha vida como você; desejo que VC venha tenha um ótimo desempenho em seu trabalho, vc merece. E olha Léo durante nossa conversa dava até pra pensar que eu sou a superpoderosa kkk só que não; destes períodos lembrei que não vivo só de momentos bons, não! Também tem os momentos de frustração e decepção etc. Só que Deus sempre me ajuda em tudo 🙏👍😊🙏

[11:54, 15/03/2021] Leonardo: Obrigado pelas suas intenções, Maria :)

[11:54, 15/03/2021] Leonardo: Mas eu fiquei ainda com um dúvida. Você indica Deus como o principal agente na sua vida. Você acha que a ajuda dele basta se você não fizesse a sua parte?

[12:06, 15/03/2021] Maria das Graças: Então Leo! Isso significa colocar Deus acima de tudo em nossa VIDA. E ele que me dar essa força 🙏

Os sentidos de força, dependência e proteção relacionados à crença em Deus enunciados por Maria das Graças assumem, evidentemente, uma função central na organização de sua conduta no trabalho. No curso de uma reflexão dramática do servir no trabalho, os quais envolvem a submissão das intenções pessoais em relação às intenções de outras pessoas, cabe considerar que a condição de dependência a qual Maria das Graças se coloca em relação à “Deus” não representa necessariamente um argumento de fragilidade e que, de contrário, o uso intencional deste signo pode inspirar força para continuar no trabalho como doméstica-diarista motivada pelas necessidades, mas segura da dignidade existe em ser ajudada por Deus. Nesta reflexão, Sawaia e Silva (2019) nos alertam a repensar como o uso simbólico e pragmático dos argumentos da fé pode ultrapassar a recorrente visão alienadora com que as ciências, em geral, criticam o paradigma religioso.

A expressão: ‘Deus quer’ pode ser preliminarmente interpretada como alienação perpetrada pela religião, quando na verdade pode ser o contrário; a busca de um sentido que explique minha impossibilidade de mudar e que me enreda na reatividade. Isto é, um agir passivo direcionado pela vontade do outro, algo plausível (se não fosse o contrário), quando esse outro é Deus (Sawaia e Silva 2019, p.29-30).

Utilizo a ponderação acima para transferir as análises neste núcleo de significação para a outra questão introduzida anteriormente, isto é, como os sentidos em torno do signo “Deus” são constituídos em diferentes ciclos sociais de significação. Se concordamos com Vigotski (1995) ao considerar que todo signo auxiliar é aprendido nas relações sociais, torna-se relevante considerar os espaços sociais onde estes signos são compartilhados e apreendidos como meio simbólico para a organização da conduta. Desta forma, as interpretações dos sentidos para o signo “Deus” nos dramas do trabalho passam por "verdades" religiosas perpetradas por pastores, padres, pais/mães de santo e todos/as irmãos/ãs de fé.

Portanto, entender o uso simbólico de “Deus” como argumento intencional e com múltiplos sentidos, a depender das necessidades e disposições do sujeito, indica também para compreensão da gênese social destes sentidos. Ou seja, importa saber que cada congregação religiosa a qual o sujeito participa oferecerá um conjunto de significados que constituirá a complexidade destes sentidos. Nas enunciações, que tiveram o tema da sobrevivência com enredo central, estes significados correspondem a explicações e a normas sobre a forma digna de enfrentar as dificuldades no trabalho. Por exemplo, quando perguntei para Nauda sobre como faz para suportar os abusos dos clientes, ela me responde: “isso é besteira, no meu *ori*⁴⁴ quem manda é Iansã”. Margarida destacou, em grupo, quando todas reclamavam dos baixos salários: “nesta encarnação eu vim para sofrer mesmo”. Noutro encontro grupal, Valdirene dizia-se protegida, pois “Nossa Senhora é o amor de mãe que tudo suporta”. No mesmo encontro, e sobre a mesma cliente abusiva, Fátima completa, “essa mulher não sabe nem que o juízo final está próximo, o dela tá guardado”. Dentre os exemplos, incluo ainda a fala de Alice em sua explicação sobre a vida – a qual afirma já ter passado por muitas religiões e que hoje não segue mais nenhuma. Esta fala de Alice foi registrada em conversa via whatsapp e a sua semântica demonstra uma forma alternativa de pensar a relação com Deus, uma maneira construída por ela mesma.

[21:45, 28/06/2021] Alice: Nascemos inocentes, nossos pais e nosso convívio diário nos faz sermos individualistas ou com temores e medos do desconhecido. Esta estória de reencarnações é pra mantermos sob pressão. Onde é o céu? Ninguém sabe. Mas todos nós queremos sentarmos à direita do pai eterno. Mentira. Eu prefiro sentar na calçada do céu e fica vendo o que acontece do lado de fora. Quem passa direto, com certeza vai pro inferno. É bem mais interessante ficar na calçada.

⁴⁴ Na linguagem iorubá o termo *ori* significa “cabeça”.

Como se percebe, a depender do coletivo religioso que a trabalhadora participa (ou a falta deste coletivo, como é o caso de Alice), o uso significativo de argumentos para a organização da conduta pautada na fé (em Deus, Maria, Iansã ou qualquer entidade superior) consiste em afirmar as normas de uma doutrina chancelada e compartilhada em cada coletivo. Sinteticamente, o uso simbólico da crença consiste sim numa intencionalidade pessoal, mas esta crença possui também base social aprendida nas relações com a comunidade religiosa. Sendo assim a ação intencional das domésticas-diaristas ao utilizarem o signo “Deus” nos acontecimentos que compõem a vida dramática do trabalho possui um desenvolvimento cultural. Este uso simbólico, além de vinculado às necessidades, é também aprendido socialmente e indica para escolhas dependentes de normas doutrinárias estabelecidas em um coletivo religioso. Os sentidos para a crença, portanto, são constituídos num amálgama significativo estabelecido, conjuntamente, na relação direta com as necessidades – a “vivência sensitiva de motivos”, como diria Leontiev (1983, p.274) – e na relação histórica com o sistema de normas desenvolvidas pelas mediações culturais, mediações estabelecidas principalmente nas comunidades religiosas.

São nestas comunidades religiosas que os signos são transferidos do *nível interpsicológico para o nível intrapsicológico* (Vigotski, 2007) e, juntamente com os aspectos cognitivos do significado, toda a carga das vivências emocionais é também aprendida mediante as interações afetivas com os líderes e demais integrantes do coletivo. Ocorre nestes coletivos o processo de valoração do signo “Deus” e tudo o que Ele representa. Valores sociais que, a depender das intenções de cada um, auxiliam na reflexão moral entre alianças e rupturas de vínculos, sustentam normas de conduta e definem papéis sociais mais ou menos estimados. São nos encontros do coletivo religiosos também que se compartilham explicações e impressões emocionais que alimentam a fé uns dos outros através de objetos, cânticos, testemunhos e tudo que favorece a organização da conduta do fiel segundo as normas estabelecidas. Sendo assim, os relatos que envolvem a “misericórdia de Deus” são somados a outros exemplos dos irmãos de fé que venceram a provação e se salvaram da desgraça. Nas enunciações alcançadas, algumas falas dos líderes religiosos são repetidas e passagens bíblicas são enunciadas para explicar os motivos de suportar determinada situação, de perdoar algum prejuízo e de persistir lutando pela sobrevivência.

Interpretar os sentidos que compõem a fé em Deus é, por fim, perceber que entre as necessidades, as intencionalidades e as normas religiosas permanece o propósito da dignidade perdida nas relações sociais como um todo. Ser uma mulher-pobre-negra numa sociedade desigual, sobreviver pelo serviço desvalorizado de doméstica-diarista, amargar

constrangimentos na comunidade e no trabalho, viver em condições de insuficiência e desproteção, tudo isso representa nos dramas da vida a permanente condição social deslegitimada, exclusão e sofrimento. Em termos da teoria literária estes dramas se aproximam do que se entende por tragédia como a representação das lutas da vida que têm como destino um fim drástico.

4.4 IDEOLOGIAS E A “SOMBRA” DO FATALISMO

Os quatro núcleos significativos analisados demonstram como as condições concretas de vida e trabalho das diaristas produzem sentidos conflitivos entre a necessidade de trabalhar e a permanente situação de insegurança. Servir os propósitos de outras pessoas mediante trabalhos em condições de desvalorização se apresenta como solução parcial e insatisfatória, mas urgente para a sobrevivência. No entanto, não podemos pensar que estas mulheres aceitam essas condições de maneira passiva. Veremos no próximo capítulo, por exemplo, acontecimentos dramáticos que sinalizam a intenção de reagir às condições de submissão no trabalho. Antes, ainda no âmbito dos dramas onde suas intenções estão a serviço de forças dominadoras, é adequado analisarmos como nestes núcleos de significação operam um conjunto de normas simbólicas que restringem as possibilidades de transgredirem as atuais condições de vida.

Estou me referindo às ideologias, ou seja, argumentos do “senso comum que operacionalizam e justificam um sistema social explorador e opressivo” (Martín-Baró, 2017, p.61). Do ponto de vista crítico, tais ideologias atuam como um pensamento socialmente determinado que ao oferecer explicações generalizadas, idealizadas e sem uma abordagem concreta para as causas do problema, terminam por fundamentar a submissão do sujeito frente a “verdades imutáveis” contra as quais não se pode agir. Verificamos exemplos dessas ideologias nos dramas das domésticas-diaristas quando se referem às normas as quais devem se adaptar para sobreviver – preconceitos, a naturalização das desigualdades, o trabalho doméstico da mulher, a desvalorização do trabalho doméstico, o perfil empreendedor, a política corrupta e os sistemas religiosos.

Devemos, então, problematizar como os sistemas ideológicos constituem sentidos para as ações destas trabalhadoras. Sentidos estes que ao afirmarem em suas práticas cotidianas os preceitos normativos do *status quo* político, econômico e cultural dominantes terminam por arrefecer o tensionamento necessário para ações pessoais que rompam com as circunstâncias de submissão e, conseqüentemente, reduzem suas compreensões de mundo à preceitos

simbólicos fatalista. A organização simbólica da conduta, assim, se restringe à imutabilidade das condições de submissão. Vejamos um exemplo de como justificativas ideológicas obnubilam interpretações mais críticas a partir do diálogo que tive com Alice via whatsapp.

[13:18, 09/03/2021] Alice: Bom dia. O que vc tem feito de bom? Eu estive pensando. A pessoa é gerada porque entre milhões e milhões de espermatozoide apenas um venceu. Conclusão: Eu fui gerada de um espermatozoide tão burro, mas tão burro. E só agora eu estou enxergando a vida como ela realmente é.

[15:23, 09/03/2021] Leonardo: Oi Alice. Bom dia. Por que você diz isso sobre o espermatozoide que te gerou?

[15:30, 09/03/2021] Alice: Porque estive fazendo as contas do quanto ja ganhei desde que comecei a trabalhar. E o resultado: ja ganhei mais de 1 milhão de reais. Deste dinheiro possuo as moedas as quais não consegui vender. Tenho 10 anos de carteira assinada, 6 anos que trabalhei com americanos e ganhava em dólares, e 33 anos de sine/cta. e com tudo isso não consegui me estabelecer comercialmente. Agora é que tive a ideia de montar um pequeno negócio.

[15:32, 09/03/2021] Leonardo: Alice, você já pensou que essas dificuldades de se estabelecer comercialmente podem estar relacionadas às suas condições de vida? Tipo o contexto de dificuldades que você teve que enfrentar. Algo mais amplo que as suas capacidades de controle.

[15:45, 09/03/2021] Alice: Não penso assim não. Sempre eu trabalhei pensando que o futuro ia ser melhor, trabalhava, estudava e viajava. Me vestia e usava bons trajes, acessórios e bons perfumes. Morava em lugares caros tipo aldeota, meireles. Nunca pensei em conhece como era a vida num bairro mais afastado tipo: montese. E os dias e os ganhos iam sumindo. Hoje preciso continuar trabalhando e sofrendo senão eu morro de fome. Os bacanas que já trabalhei continuam deitados na grana. Mas é assim mesmo, é normal ter injustiça como essa nesse mundo de trevas. Deus queira um dia que eu ganhe na lotofacil e eu possa curtir um pouco da vida que me resta.

De todas as domésticas-diaristas com quem conversei Alice foi aquela que mais me comunicou formas de não estar submissa aos abusos dos contratantes. Por isso esse diálogo assume maior relevância, porque era de Alice que menos esperava reflexões ideologizadas. Mesmo Alice sendo uma mulher criativa, inteligente e cheia de vigor no trabalho (conheceremos melhor ela no próximo capítulo), parece resistente em perceber que as suas dificuldades estão determinadas por condições sociais “mais amplas que a sua capacidade de controle”. Responsabiliza-se pelos acontecimentos e cria soluções que corroboram ideologias dominantes: o pequeno negócio, o consumo que define o sucesso, achar normal as injustiças para sobreviver, enfrentar as trevas do mundo e confiar na sorte da loteria. Justificar, mesmo que ironicamente, as suas dificuldades a partir de um “espermatozoide burro” já seria uma forma de culpabilizar-se sem considerar as condições concretas na qual construiu a sua trajetória de vida. Considero que o estreitamento das possibilidades de vida e a falta de um

projeto futuro bem definido – realidades bem evidentes dentre as domésticas-diaristas que dialoguei – podem influenciá-la numa perspectiva de aceitação fatalista.

Nos termos de Martín-Baró (2017), transmitir o universo simbólico do idealismo é a própria função dominadora das ideologias que justificam e distorcem a realidade das maiorias oprimidas. O autor que realizou interessante discussão sobre as características do fatalismo dentre os povos da América Latina foi e, dentre referências, definições e contraposições com outros autores, considera que o fatalismo se assemelha às justificativas conformistas frente ao futuro inevitável. Desta forma, no imaginário fatalista do sujeito oprimido, as desigualdades do mundo perdem uma determinação histórica e assumem o encantamento de um destino fatal. Ao ser humano restaria se submeter à sorte prescrita por sua sina.

Portanto, o fatalismo seria uma forma adaptativa: dobrar-se às forças dominantes, deixar-se levar para onde impõem os poderes estabelecidos, seria a única forma de sobrevivência possível para a grande maioria das pessoas dos setores marginalizados das sociedades latino-americanas. (...) Devido a inevitabilidade histórica, o destino se torna natural e a necessidade se converte em virtude. (Martín-Baró, 2017, 186)

Para o autor a adaptação fatalista assume contornos de uma *resignação submissa* que dá sentido à relação entre as pessoas e um mundo que está fora de controle. Tal submissão leva as pessoas a se fixarem num presenteísmo e, carregada de estereótipos preconceituosos, termina por reforçar o funcionamento opressivo de estruturas macrossociais. Contrário às ideias que psicologizam o fatalismo como um caráter de personalidade, Martín-Baró (2017) defende que se trata de um “correlato psíquico de estruturas sociais determinadas” (p.191). Ou seja, a complexa rede ideológica que mantém os privilégios das classes dominantes é reproduzida socialmente como uma ordem irrevogável e quase sobrenatural. “A aceitação ideológica do fatalismo produz aceitação prática da ordem opressiva” (p.195).

Retornando para o contexto das domésticas-diaristas: a pobreza da família, as discriminações no mercado de trabalho, a desproteção do Estado e a esperança na justiça divina, convertem-se em sentidos que justificam as ações destas mulheres na vida e no trabalho. Ancoradas nas experiências concretas de desvalorização elas passam cada vez mais a aceitar que as possibilidades de mudanças destas realidades são remotas e a única alternativa para sobreviver é permanecer em trabalhos submissos, isoladas umas das outras e sem forças para combater o sistema. Entendo que o fatalismo representa uma “sombra” na consciência crítica e transformadora destas mulheres. Uma “sombra” ilusória de conforto em meio ao “sol escaldante” das violências características da dominação. Este alento está longe de resolver os problemas reais daquelas que precisam de um “teto seguro para se proteger do sol”, mas oferece

explicações simplistas que, ao mesmo tempo: justificam as condições de dominação a partir de realidades extrafísicas; redimem algum sentimento de culpa frente ao destino inevitável da pobreza, da produtividade, da corrupção e da esperança em Deus; e termina por reafirmar as situações de opressão pela indisposição ao risco de “sair ao sol” e perder a única forma de sobreviver, que é servir aos interesses de outras pessoas.

Dada a situação política e econômica atual do Brasil e a acelerada ascensão de ideologias conservadoras nas camadas mais populares brasileiras, quero exemplificar as influências ideológicas nos processos simbólicos que organizam a conduta de trabalhadores a partir do estudo de Côrtes (2018; 2021) sobre o *neoliberalismo e pentecostalismo periférico*. Em suas pesquisas, a autora afirma a hipótese que o pentecostalismo é uma tecnologia social de normatização da conduta de indivíduos, extremamente eficaz e adequada à racionalidade neoliberal. Para ela, se antes eram os sindicatos que faziam o trabalho de base nas periferias, nas últimas três décadas esse trabalho é feito pelas agremiações pentecostais, as quais reinventaram a gestão das populações a partir de regimes de poder convenientes ao capitalismo neoliberal.

Para as finalidades desta tese, destaca-se nas pesquisas de Côrtes (2018; 2021) os seguintes dispositivos pentecostais para a gestão das periferias: a) A criação de dispositivo do sofrimento, corresponde ao modus operandi de lidar com a própria realidade como uma verdade sofrida e ensinada, um sofrimento propagado pela narratividade do testemunho que tem como momento extraordinário a aceitação de Jesus como aquele que permitirá a superação desse sofrimento; b) A transição do dispositivo do sofrimento para a racionalidade do empreendedor, um sujeito que enfrenta as dificuldades na vida cotidiana para cumprir desafios, estabelecer metas, criar a si próprio como capital humano que deve ser valorizado, um sujeito que abraça o risco do próprio negócio e foge da submissão do emprego formal; c) O conservadorismo moral mediante a gramática de purificação da sociedade, da guerra entre Deus e o diabo, da prevalência dos valores bíblicos e belicosos do Antigo Testamento. Para a autora são estas algumas das tecnologias sociais perpetradas pela religião pentecostal que permitiram a eleição de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil como representante da extrema direita e comprometido com a lógica econômica neoliberal.

5. OS PROCESSOS DE VALORIZAÇÃO DE SI E DO TRABALHO PESSOAL: OS DRAMAS DO REAGIR

Já é tarde, tudo está certo. Cada coisa posta em seu lugar.

Filho dorme e ela arruma o uniforme. Tudo pronto pra quando despertar.

O ensejo a fez tão prendada. Ela foi educada pra cuidar e servir.

De costume esquecia-se dela. Sempre a última a sair.

Disfarça e segue em frente. Todo dia até cansar.

E eis que de repente ela resolve então mudar.

Vira a mesa. Assume o jogo. Faz questão de se cuidar.

Nem serva, nem objeto. Já não quer ser o outro.

Hoje ela é o também. (...) Tem talento de equilibrista

Ela é muita se você quer saber. Disfarça e segue em frente

Todo dia até cansar (...)

(Desconstruindo Amélia, Pitty)

No capítulo anterior descrevi alguns processos sociais dramáticos que envolvem sentidos de submissão para a sobrevivência das domésticas-diaristas ao servirem os interesses dos contratantes. Demonstrei ainda que os dramas do servir não surgem isolados de acontecimentos que denotam a revolta com as condições de desvalorização social que vivenciam e, ao mesmo tempo que suas enunciações revelam a desproteção e a dependência, também consideram atitudes reativas em busca de uma sobrevivência mais digna. Sendo assim, por exemplo, as experiências de Antônia como mensalista a conduziram à escolha pelos serviços como faxineira e, depois, como cuidadora de idosos, embora permaneça vivenciando casos de controle coercitivo. É nesta ambiguidade dos sentidos que organizam a conduta no trabalho que observamos as dimensões simultâneas das práticas sociais de que trata Chauí (1994) ao considerar resistências ao conformismo ideológico na cultura brasileira.

Neste capítulo trataremos dos dramas do reagir à submissão no trabalho, mas a divisão dos dramas humanos pela sobrevivência em capítulos distintos configura meramente distinção figurativa que facilita a organização e a explanação das informações alcançadas. A complexidade dos acontecimentos demonstra que os dramas do servir são simultâneos aos dramas do reagir e a polissemia dos sentidos enunciados diferenciam-se apenas pelos momentos em que se sentem obrigadas a servir os interesses dos contratantes ou na possibilidade de

escapar desta submissão pela autovalorização de si e do trabalho, bem como pela criação de ocasiões para gerar renda por trabalhos à parte dos serviços domésticos.

Nestas análises defendo que as possibilidades destas trabalhadoras reagirem à desvalorização social emergem de justificativas que remetem às suas experiências e a potencialidades de seus trabalhos. Nestes processos sociais dramáticos observamos os mesmos conteúdos temáticos dos núcleos de significação descritos anteriormente, mas na ambiguidade dos sentidos que organizam as ações no trabalho observa-se o deslocamento das experiências de desvalorização social para as experiências em que a escolha de reagir à tais condições passa pela valorização das capacidades pessoais de trabalhar e de criar trabalhos.

Sendo assim, descrevo neste capítulo como as lutas e conquistas nas práticas de trabalho em situação de desvantagem são mediadas por sentidos que, embora complementares aos dramas do servir, alegam a valorização de si e do trabalho como argumento para a sobrevivência digna. As experiências enunciadas revelam cenários, interlocutores e objetivos semelhantes aos dramas do servir, mas ao interpretar a originalidade do conteúdo dramático expressos nos fatos psicológicos (Politzer, 1988) verificamos que em muitas situações, contraditoriamente, a submissão é substituída pela relutância em aceitar passivamente a desvalorização que lhes são impostas. Tais contradições evidenciam a dinâmica dramática com que Vigotski (1929/2000) caracteriza o “choque de sistemas” que compõem os papéis sociais conflitantes do sujeito em seu desenvolvimento psicológico concreto.

É certo que as condições histórico-culturais permanecem determinantes para a desvalorização social do trabalho. Também fica evidente que a disposição para reagir a tais determinações depende das experiências e das circunstâncias singulares, como veremos. Mas o conjunto de exemplos enunciados me levam a defender a presença de argumentos reativos à dominação e que podem ser agrupados num enredo dramático específico, onde interpretamos as maneiras de trabalhar motivadas pela possibilidade de viver pelo trabalho digno. Interpretar objetivamente a “complexidade da série concreta de ações” (Vigotski, 1995, p.199) nos revela, assim, que a intencionalidade por sobreviver dignamente permanece, mas com ações que escapam o caminho unidirecional dos serviços domésticos submissos abrindo-se inclusive às novas possibilidades de atuação garantir proventos.

A orientação para o concreto exige incluir nas análises da vida dramática das domésticas-diaristas sentidos que enunciam vias emancipatórias para as práticas de servir aos interesses de outros ao utilizar intencionalmente argumentos simbólicos e afetivos que auxiliam a organização da conduta motivada por uma sobrevivência mais digna e estável. Quais e como

tais argumentos auxiliam no enfrentamento à desvalorização do trabalho? Eis a questão central deste capítulo.

Nos diálogos estabelecidos com as diaristas seria incompleto identificar apenas assertivas de coerções e sofrimentos. É premente em suas enunciações que as batalhas cotidianas pela sobrevivência também são significadas como potencialidade da ação individual diante as precariedades na vida e no trabalho. Defendo neste capítulo que as lutas pelo reconhecimento de seus valores como pessoas e trabalhadoras demonstram conflitos nos quais as diaristas precisam REAGIR às condições opressivas do trabalho dominado. Ou seja, são processos sociais onde elas, enquanto sujeitas históricas responsáveis pela sobrevivência, percebem as próprias capacidades de ação e produzem reações em forma de contestação à ordem dominante e de tentativas em escapar da dependência no e do serviço doméstico.

Neste momento das análises interpretar a “unidade contraditória” (Vigotski, 2007, p. 99) dos sentidos revela conflitos entre a dependência e a liberdade nas escolhas cotidianas de trabalho. Quer dizer, conflitos entre a necessidade de cumprir ordens ou a possibilidade de criar maneiras de trabalhar. “Podemos decir que la diferencia entre la elección establecida y la elección libre consiste en que el sujeto realiza la instrucción y en otro crea la instrucción” (Idem, p.2009). Nesta linha de raciocínio, explorar as chances das domésticas-diaristas reagirem à submissão pela criação de instruções na organização pessoal da conduta de trabalho é interpretar suas maneiras de sobreviver através de argumentações que lhes distingam da desvalorização social dominadora.

Inicialmente, como no capítulo anterior, descrevo a síntese da trajetória laboral de Alice e, ao longo do capítulo, estabeleço paralelos com enunciações alcançadas em diálogos com outras domésticas-diaristas.

5.1 “ENTÃO EU CORRO ATRÁS DE TODO JEITO. É ISSO QUE FAZ EU ME MEXER”: A TRAJETÓRIA DE ALICE

Desde que comecei as visitas ao CTA a Alice foi umas das pessoas que mais chamou a atenção. De presença marcante, Alice tem sempre um exemplo de como proceder para realizar um bom serviço e não ser vítima dos abusos das contratantes. Ela participou de um dos encontros temáticos no final de 2019. Lembro que logo após o fim do encontro ela ficou na sala para conversar comigo. Neste momento disse ter muito o que dizer e ensinar, que a sua vida daria um livro e que estava disponível para qualquer ajuda.

Alice está cadastrada no CTA desde a sua criação e vem acumulando muitos cursos no seu currículo. Ela também considera que as demais profissionais deveriam ser mais “interessadas” nos serviços domésticos, citando a importância de algumas condutas como: ir para o serviço bem-vestidas, cumprir horário, conversar com cuidado, manter-se simpática e disponível às recomendações das clientes. O fato de Alice externalizar suas opiniões parece gerar desentendimentos com trabalhadoras com quem convive. Não foi difícil, em conversas com outras mulheres que trabalham pelo CTA escutar críticas às posturas de Alice. “Ela acha que sabe mais do que a gente, só quer ser a bichona, mas no fundo é igual a gente”, me reclamou certa vez Antônia. Alice também não esconde alguns conflitos que já teve com as outras trabalhadoras ao destacar seu esforço por manter bom relacionamento com os agentes de intermediação do CTA. “O povo que trabalha aqui é quem decide os encaminhamentos, tu acha que eu vou arrumar confusão com eles? Tu é doido é? Com esses aí eu levo no papo [risos]”.

Em entrevista, Alice trouxe a impressionante história que nasceu em São João Del Rey (MG) e viajou com a família para Fortaleza aos cinco anos de idade. Três anos depois retornou para a cidade natal (apenas com a mãe, o pai ficou em Fortaleza), mas decidiu fugir de casa com o irmão mais novo com o destino de retornarem para Fortaleza sozinhos. Fiquei realmente intrigado com isso e pedi mais detalhes dessa passagem de sua vida. Ela então disse que a vida na casa com a sua mãe era insuportável pois ela era muito rígida e controladora. Já seu pai era uma pessoa influente no bairro na cidade de Fortaleza e amigo de muitas pessoas. Alice não queria ficar morando com a mãe, então pegou o irmão mais novo (ela com oito anos e ele com cinco anos) e:

... viemos fugindo e fugindo, de cidade em cidade. Era muito fácil! Naquele tempo era muito fácil. A gente pegava carona nos caminhões que traziam querosene ou cimento. Toda cidade a gente demorava um pedaço, ia no bar e pedia ajuda e pedia comida. A gente ajudava na limpeza e lavava as louças. Ficava 10 ou 15 dias em cada cidade. Inventava que estava passando fome, que nossa mãe tinha morrido e nossa madrastra batia na gente e que estava voltando para casa da avó [risos]. O pessoal tinha pena da gente e ajudava. Nunca fui estuprada e nem bateram em mim. A minha ânsia era conhecer o mundo. Tudo o que queria era sair da casa da minha mãe. Viemos sim e eu não me arrependo.

Alice afirma que nesta experiência demorou um ano e meio para chegar em Fortaleza. Não se arrepende porque “. . . o que eu mais gosto é a liberdade, desde criança. Minha mãe queria mandar demais e eu queria sair e ser dona do meu nariz”. Oito meses depois de chegarem em Fortaleza, ela e seu irmão foram descobertos pelo irmão mais velho que os levou de volta para Minas Gerais. Alice diz que voltou contra o seu gosto e ainda fugiu de casa outras duas

vezes, a segunda vez com 11 anos, a terceira vez com 15 anos. Todas as fugas tiveram o intuito de morar em Fortaleza e dessa última vez que fugiu conseguiu permanecer.

Alice narra com entusiasmo o período em estudou no ensino fundamental e se destacava na turma. Entrou no ensino médio com 15 anos (o atraso estava nas suas fugas da casa da sua mãe) e precisou trabalhar numa facção de costura para pagar metade da mensalidade na escola. A outra metade conseguiu mediante processo seletivo para bolsa de estudos. Nesta facção de costura realizou trabalhos de corte, costura e manequim para desfile. Finalizado o ensino médio entrou no curso técnico de desenho em arquitetura. Concluído o curso ela casou com um motorista de caminhão e começou a viajar com ele. Em cada uma das cidades que paravam ela ia para a feira e comercializava artigos de roupas íntimas e bijuterias. Assim ganhava um dinheiro para o seu consumo pessoal.

Trabalhei um monte de canto, em um deles eu conheci o cara que eu casei. Um caminhoneiro. Por isso eu não podia ter emprego fixo, de uma hora para outra o meu marido me carregava para viajar. Mas eu tinha que ganhar o meu dinheiro. Então quando eu casei eu só podia trabalhar vendendo umas coisinhas nas cidades onde eu parava.

Depois de três anos casada ela engravidou e não viajou mais com o marido. Após um ano do primeiro filho nascido, foi trabalhar no telemarketing de um hospital. Neste trabalho, por ser uma função sem registro formal, tinha que fazer de madrugada para fugir da fiscalização. Ficou nesse trabalho por cinco anos, período que também realizou diversos cursos profissionalizantes no SENAC. Ela afirma possuir mais de 120 certificados de cursos profissionalizantes. Dentre estes cursos, os que mais gostava eram os de culinária. Afirma que é mineira e que cozinha muito bem. Quando saiu do hospital começou a ajudar na cozinha durante os próprios cursos do SENAC. Essa vinculação abriu espaço para que a professora a convidasse para trabalhar como ajudante num programa televisivo de culinária de uma emissora local. Essa etapa da vida é retratada por ela com muito esmero, “. . . bom demais neh, trabalhar e ganhar dinheiro e ainda sair na televisão”. Nesse período foi quando o seu filho mais novo começou a fugir e ela precisou abrir mão destes compromissos para procurar o filho pelas ruas da cidade.

Foram oito anos de constantes fugas e resgates do filho. Nesse período o seu ex-marido saiu de casa e ela não tinha mais condições de pagar o aluguel sozinha. Entregaram a casa e Alice começou a trabalhar vendendo tapiocas nas ruas. Levava os três filhos com ela nos trajetos de venda. Conseguia vender bem e assim ajudava a pagar o aluguel na casa de uma amiga. O seu filho mais velho lavava carros no bairro Aldeota e descobriu um local dentro de um canteiro

de obras que estava abandonado. O local estava coberto e sem vigilância. Ela e seus filhos foram morar neste local para não pagar aluguel e lá permaneceram por quatro anos morando escondidos. “Eu limpava bem direitinho e a gente dormia no que era para ser o estacionamento coberto do prédio em obras”.

Neste período foi convidada por uma conhecida para que a substituísse no trabalho como engomadeira de fardamentos num quartel militar e aceitou. Neste quartel Alice era muito exigida pela qualidade do serviço e foi aí que aprendeu técnicas de como fazer o trabalho rápido e “sem brechas para reclamação de ninguém”. Foi lá também que um dos militares informou a existência do CTA, que ainda estava começando as atividades no ano de 1985. Ela, então, se inscreveu no CTA e começou a fazer serviços domiciliares como engomadeira. Tais serviços permitiram melhorar as condições de vida. Conquistou uma clientela e já era possível pagar um aluguel mensal para abrigar seus filhos. Seu marido voltou a morar com ela na mesma casa, contudo a sua relação com o marido permaneceu conflituosa.

A nossa entrevista aconteceu dia 21 de outubro de 2020, mas até o presente momento (fevereiro de 2022) mantemos diálogos regulares via ligações e mensagens de whatsapp. De conversa animada e sempre em tom de divertimento, Alice narra facilmente as suas investidas para sobreviver. Narra com detalhes como, durante a pandemia de Covid-19, além de alguns serviços de diarista encaminhados pelo CTA, ela vendeu cocadas nos ônibus (tarefa que já realiza há mais de 20 anos). Também já produziu caixinhas para as entregas em domicílio da lanchonete vizinha à sua casa (seu investimento com a primeira parcela que recebeu do auxílio emergencial). Na sua trajetória profissional coleciona experiências diversas e simultâneas. A sua disposição para descrever maneiras de trabalhar para garantir seus direitos como trabalhadora e como cidadã é constante.

No dia da entrevista, antes mesmo de iniciar as perguntas, ela já falava de uma intriga que teve com a vendedora de bombons no terminal. Dizia que sabia dos seus direitos e que “não vou baixar a minha cabeça não. O espaço do terminal é público e eu tenho direito de sentar onde eu quiser”. Conectou o assunto com o relato de uma experiência ruim na semana anterior à entrevista na qual teve que “se impor”, pois recebeu encaminhamento do CTA e chegando na casa da contratante lhe foi solicitado o serviço de lavar roupas, mas ela está cadastrada como engomadeira e não como serviços gerais.

“Na carta vinha dizendo que eu iria passar roupas. Mas quando eu cheguei lá a mulher queria que eu lavasse noventa peças de roupas. Não era isso que estava na carta. Mas tem situação que você tem que fazer o que a cliente quer. Só que ao mesmo tempo você tem que dizer qual é sua parte no trabalho. A cliente pediu para eu lavar as roupas. Eu não sou lavadeira, sou passadeira.

Mas eu lavei para não criar confusão. A semana foi fraca. Quando foi no final eu disse que a minha função é de passar e não de lavar. Nessa semana agora ela me chamou de novo e quando eu cheguei as camisas já estavam lavadas. Quer dizer, deu certo. Você tem que trabalhar, mas também negociar. Se não prejudicar a minha saúde eu faço o serviço mesmo sem ser a minha área. Só que também não passo do meu horário. Sei dos meus direitos, viu!”.

Perguntei, então, como ela se sente nas situações em que a cliente pede para fazer o que não quer, ela responde: “Eu me sinto bem. Não é que eu controlo as minhas emoções, eu cuido das minhas reações. Eu sou uma pessoa mais racional. Eu escrevo tudo o que penso, isso ajuda”. Continua: “Eu também sei me preservar, eu tenho um caderno onde dou estrelas para cada cliente que me chama, se me tratou bem eu dou mais estrelinhas, se me tratou mal eu dou só uma ou duas. Aí, quando elas me ligam para trabalhar eu só vou naquelas clientes que tem mais estrelinhas. É assim que se evita problemas”.

Para relatar como realiza o serviço de engomadeira, ela descreve:

É assim. Eu chego e dou bom dia de maneira simpática. Eu sempre levo um silicone para colocar o ferro para não queimar o tecido da cliente. Eu levo borrifador porque quase sempre o da cliente tá quebrado ou não sabe onde está. Eu levo extensão para o fio. E eu levo uma garrafinha de água para beber. Eu sempre levo o meu material completo. No início do dia as patroas estão sempre dormindo. Me atendem e vão dormir. As meninas que trabalham na casa estão cuidando do café das crianças. Então já levo tudo que é para agilizar o serviço e não depender de ninguém para fazer o melhor trabalho. Uma parte importante é perguntar o que deve ser priorizado nas roupas.

Sobre a relação dela com as demais trabalhadoras da casa, ela retruca:

Eu não fico de fuxico não. Também detesto rádio. Eu detesto forró. Eu preciso prestar atenção para eu não queimar a blusa. Se eu queimar aquele tecido não é Luan Santana ou Anita que vão me pagar o prejuízo. Eu presto atenção no que tenho que fazer e ponto!

Alice narra a forma como passa a roupa com detalhes. Me define diferenças entre engomar camisas de malha ou de tecido, como deve passar as calças jeans pelo avesso, confere defeitos ou marcas de ferro antes de começar a passar. Diz que aprendeu a ser muito cuidadosa com as coisas dos outros desde criança.

Tem camisa que custa 800 reais, eu tenho que ter o maior cuidado do mundo. Mas tem que ter jogo de cintura para saber passar roupa. Porque são em média 18 a 20 roupas por hora. Mas você coloca primeiro as mais importantes e depois vai aumentando a velocidade.

Alice narra que também gosta de trabalhar com vendas. Mesmo quando os encaminhamentos por parte do CTA eram constantes ela manteve a rotina de, pelo menos três vezes por semana, vender cocadas nos ônibus. Ela gosta desse trabalho porque conhece muitas

peessoas e “consigo exercitar o meu dom para vendas”. Ao perguntar sobre como ela faz para vender as cocadas, ela responde:

Eu faço assim. Vou de cadeira em cadeira dentro do ônibus, dou um bom dia bem feliz e com sorriso pergunto: você já conhece as minhas cocadas? Tem a de coco natural e tem a de coco com amendoim. Quem me trata com ignorância eu insisto dizendo: eu não quero vender não, eu quero lhe mostrar a minha mercadoria. Aí no outro dia algumas dessas pessoas me chamam para comprar.

Sobre essas experiências, continua:

. . . olha eu subo nuns 20 ônibus por dia e nesses 20 ônibus dá para apurar de 100 a 120 reais, desse dinheiro eu pago 60 nas cocadas e 40 é meu. Eu compro as cocadas no mercado, mas eu morro na cruz dizendo que a cocada é caseira [risos].

Sobre como faz para conseguir acesso aos passageiros:

. . . para subir nos vinte ônibus eu passo de 7:30 da manhã até 5 horas da tarde. Quando é na hora da quentura, que as cocadas ficam muito mole, eu não vendo. Quando a cocada está mole é ruim para o cliente e é ruim para mim que posso ficar mal falada. (. . .) De todo jeito eu preciso cuidar da mercadoria.

Diante de suas narrativas relacionadas às habilidades com o comércio, conversamos como ela faz para lidar com as pessoas que lhe tratam mal nas vendas de cocadas e como ela percebe o retorno financeiro deste trabalho.

É muito trabalho sim, é pouco ganho também, mas é o que tem para hoje, é o que me faz sobreviver além das diárias. Eu estabeleço que todo dia eu tenho que fazer 40 reais no mínimo. Eu vou subindo de ônibus em ônibus até atingir essa meta. Eu não posso voltar para casa sem esses 40 reais.

Ao mencionar a sua meta, ela lembra de um fato que lhe marcou:

Um dia veio um cara e me perguntou no ônibus: ‘por que tu não procura um emprego de carteira assinada?’ Aí eu disse: Por quê? Para eu vou ganhar igual a ti, uma miséria de mil reais e quarenta e dois para trabalhar o mês todo. Aqui eu não ganho só isso. Só que eu não disse quanto eu ganhava, é lógico. Aí ele disse: ‘isso aí é uma humilhação’. Mas menino, pra quê? Eu falei: humilhação é dá o priquito de graça [risos]. . . eu disse desse jeito. Ele num veio me ofender? Eu tiro é onda mesmo. . . Já tenho umas piadas prontas. Eu fresco com os times de futebol deles e tento fazer eles rirem. Uns dizem: ‘tu devia vender é cerveja’. Aí eu: cerveja, tira-gosto e uma rede neh [risos]?

Conversar com Alice é sempre um aprendizado de vitalidade. Escutei e anotei no diário de campo diversas formas como ela faz para justificar suas reivindicações e procedimentos para criar trabalhos. Certa vez, numa conversa via whatsapp, perguntei quais os seus objetivos prioritários para garantir os custos do mês, Alice responde em forma de áudio:

. . . eu tenho que ter o aluguel, eu tenho que ter o dinheiro para pagar o celular e para comer. Então são 900 reais por mês que tenho que correr atrás. Então eu corro atrás de todo o jeito. É isso que faz eu me mexer.

Mais alguns detalhes lhe parecem importantes:

Eu não me envolvo com gente sacana. Só busco assunto com quem me considera. Certa vez eu escrevi num papel o meu nome, o meu telefone e disse: Alice, passadeira, com número e uma imagem legal. Imprimi um bocadinho e entreguei para umas pessoas que conheço. Também entreguei nas portarias dos apartamentos e apareceu um monte de cliente para mim.

Outro fato curioso nas falas de Alice, e que não consegui aprofundar esse assunto, é que para os trabalhos que realiza fora do CTA ela utiliza outro nome: Bianca Sanches. Ela afirma que os motoristas dos ônibus e as pessoas nos terminais a conhecem apenas por este nome. Essa informação parece ter escapado como um segredo confiado a mim.

Alice estava com 67 anos quando eu a entrevistei – outubro de 2020. Na ocasião ela considerou que “essa vida de trabalho toda me deu muita experiência e a segurança de saber o que é melhor para mim”. Perguntei se ela percebia alguma condição externa que a ajudava ou a prejudicava em garantir sobrevivência. Responde:

Quando tá se fechando uma porta abre uma janela para mim. Eu já notei que para mim é assim. Mas eu sei que tem alguém, não sei por onde, ou lá de cima ou lá de baixo, que me protege. É a minha essência, alguém que está por mim, não sei nem se é alguém vivo aqui na terra. Acho que é o Universo que me dá forças para eu criar tanta coisa.

Ainda mais: “o meu problema de não ter melhorado de vida era a condição horrível que eu tinha, do marido sem reponsabilidade e o filho fujão. Aí eu tinha que deixar tudo, tinha que deixar as clientes e os trabalhos bons que eu conseguia”. Ainda na entrevista, fiquei curioso para entender essa relação entre as suas disposições para trabalhar e o “Universo que lhe dá forças”. Ela responde:

Vem cá, eu acho que a religião certa é a religião do amor, aquela do coração. Eu detesto esse negócio de santo. Se Jesus é filho de Deus, eu também sou. Se Jesus pode, eu também posso. Se Jesus é rico, a metade é também minha. Toda vida eu pensei assim: eu também tenho direito.

Eu não sou apegada à religião. Eu sou apegada à adoração que nós temos que ter com o Universo, que é Deus. Mas esse negócio de ficar rezando e com muito nhem nhem nhem, eu odeio . . . Só que eu sei que eu sou protegida porque nunca me faltou nada.

Durante as conversas que mantive com Alice ao longo de quase três anos, me chamou atenção a sua maneira própria de interpretar o mundo e defender o seu ponto de vista nas relações com clientes diversos. “Eu quero desenvolver o melhor trabalho, mas também exijo respeito”. Sendo assim, da mesma forma que Alice descreve os cuidados e as boas relações com as contratantes quando se refere à responsabilidade nos serviços como engomadeira, ela também enuncia afincos nas argumentações contra as pessoas que “tentam me passar para trás, isso eu não aceito”.

De forma geral, no seu discurso também são constantes os relatos de desavenças com familiares, com outras trabalhadoras do CTA, com pessoas que moram próximo e outros interlocutores com quem se encontra no cotidiano. Por exemplo, ela não tem casa própria e divide o aluguel com conhecidas. Só em 2020 precisou mudar três vezes de casa por conta de conflitos – alguns amenos e outros abruptos –, seja por não ter concordado em pagar o aumento do aluguel e porque não suportou mais a colega “ficar se gabando e me diminuindo porque eu não tenho trabalho fixo”. Então, recentemente ela decidiu morar sozinha e se mudou para uma casa que fica nos fundos de outra,

“. . . tenho a minha geladeira, meu fogão, minhas panelas e pratos, para que vou morar com alguém? Prefiro pagar trinta reais a mais e ter a minha paz. Aquela lá acha que vai me diminuir só porque ela trabalha fixa num hospital? Olha o dedinho oh [faz gesto negativo com o dedo]”.

Outros exemplos são os bate-bocas que já teve com diaristas do CTA – algumas inclusive que eu também entrevistei – ou os conflitos com sua irmã com quem não fala mais. Enfim, é perceptível que na sua narrativa existe o permanente esforço de afirmar a qualidade de seu trabalho e a legitimidade das suas escolhas.

5.2 CONDIÇÕES CONCRETAS DE VALORIZAÇÃO DE SI E DO TRABALHO PESSOAL

Por mais que nas experiências narradas por Alice possamos identificar a desproteção que lhe exige assumir trabalhos precários e socialmente desvalorizados não podemos também deixar de perceber que existe nela um constante esforço por valorizar a trajetória de experiências e habilidades aprendidas em diferentes trabalhos que exerceu e ainda exerce. Seja no embate com as clientes ao negociar demandas que não estejam previamente combinadas, seja na sua busca pela qualificação através de cursos, ou ainda na luta por proventos através do

comércio de produtos que cria ou revende, Alice demonstra que está sempre disposta a afirmar a qualidade do seu trabalho e não aceitar sem contestação a lógica de privilégios que a excluem. Os exemplos de embates ao engendrar processos diversos de trabalho é uma perspectiva também observada em outras domésticas-diaristas com quem conversei. Identifico, portanto, nestes dramas ações e sentidos de defesa em relação às potencialidades pessoais de trabalho pessoal.

Considerando as desigualdades no acesso ao trabalho digno como elemento estruturante da sociedade brasileira (Cardoso, 2019) é possível perceber nos questionamentos relacionados a desvalorização do trabalho doméstico uma zona de conflitos que estabelece nas trabalhadoras as possibilidades de reconfiguração. Por exemplo, existe nas enunciações de Alice a afirmação de um sujeito concreto que se posiciona ativamente nas possibilidades de lutar por melhores condições de trabalho. Essa luta se vale da produção de sentidos que legitimam o valor – a utilidade e a qualidade – de suas formas de proceder nos diversos trabalhos que já realizou e ainda realiza.

Nas afirmações de Alice se projetam casos de conduta nas quais o fator decisivo é a sobrevivência e, para isso, precisa argumentar suas potencialidades como trabalhadora a fim de favorecer seus objetivos nas relações de trabalho. Os vários trabalhos experienciados, a qualificação aprendida e os sentidos que ela produz para os próprios atos como mulher, mãe, cidadã e trabalhadora, são acontecimentos que expressam as condições concretas nas quais emergem a necessidade de sobreviver, mas também expressam intenções de autoproteção, de cuidado da família e de si, de valorização do próprio trabalho e de legitimação de sua moral. A *intencionalidade significativa* (Politzer, 1988) nas enunciações de Alice reconhece a necessidade de servir os interesses de contratantes, mas também reconhece o papel ativo de suas escolhas e posicionamentos nos conflitos de trabalho. Tal reconhecimento de si se manifesta nos *sentidos da experiência vivida* (Politzer, 1988, p.80) por ela. Considero que os dramas de reagir à submissão no e pelo trabalho se estabelecem nas escolhas onde o sujeito defende a autenticidade de suas intenções num jogo de poder onde o “normal” seria a mera subserviência aos objetivos dos outros. Mas essa “normalidade” exclui o valor de seu trabalho, e é através do trabalho que ela luta por valorizar a lógica de suas ações.

Alguns fatos psicológicos destacados na trajetória de Alice evidenciam intencionalidades pessoais em atos como as fugas da casa da mãe durante a infância, as vivências escolares, a formação profissional, as diversas experiências de trabalho e, com mais frequência, nos serviços de engomadeira. Não é propriamente o meu objetivo nesta tese compreender em que momento da vida surge – ou o que é necessário para surgir – o ímpeto de

reagir às condições de submissão social. Busco, porém, compreender a concretude psicossocial das contestações ao poder estabelecido a partir das condutas cotidianas dedicadas à sobrevivência e à prosperidade. Sendo assim, persigo uma leitura objetiva da vida dramática das trabalhadoras domésticas-diaristas através dos fatos vividos e das intencionalidades expressas por elas. Acredito que tais fatores organizam suas condutas enquanto sujeitos que, aprendem e executam formas singulares de trabalhar que lhes favorecem a satisfação das necessidades.

Nestas análises é importante verificar que os dramas do reagir não significam o rompimento completo com a ordem histórico-cultural instituída de dominação em relação às pessoas que realizam trabalhos socialmente desvalorizados, antes se apresentam num jogo complementar entre compromissos e barganhas. A exemplo disso temos na situação em que Alice, mesmo sem ser lavadeira, preferiu lavar as roupas da cliente antes de engomar e, depois de mostrar a qualidade de seu serviço, conversar e “negociar” – nas palavras dela – para estabelecer qual é exatamente a sua função nos encaminhamentos do CTA com o objetivo final de, como aconteceu, firmar vínculo de confiança e “conquistar” mais uma cliente. A negociação de que trata Alice é também percebida em relatos como:

A patroa acha que me contando os problemas de dinheiro dela eu vou baixar o meu preço, isso não existe, posso até deixar que me pague na quinzena, mas baixar o preço nem pensar. (Suelly)

Você sabe o que é bom para não ficar doida com as casas que são muito grandes? Você começa a achar defeitos nos detalhes da casa, diz que pode ajeitar e desse jeito ela pode te chamar para ir no outro dia terminar o que começou. (Rita)

Uma vez me pediram para passear com o cachorro, eu descí com o bichinho, mas depois eu disse que o cachorro tava precisando de banho e cortar as unhas, aí disseram que eu podia deixar a faxina para outro dia e fosse cuidar do cachorro, eu gosto de animal. (Vilma)

Tem um homem doido que me disse que eu sabia cozinhar melhor que a mulher dele, eu disse que conquistei meu marido na base da comida [risos], mas que tava ali só para fazer faxina mesmo, aí vez por outra eles me chamam para cozinhar, fora as faxinas. (Valdirene)

Os exemplos demonstram que as negociações de algumas domésticas-diaristas consistem em não negar de pronto as solicitações dos contratantes fora daquilo que fora acordado inicialmente. No entanto, de forma astuta, elas condicionam as suas disposições a outras atividades que lhes sejam interessantes pelo fato de ganhar mais dinheiro ou de fazer o que gostam. Quer dizer, nas ocasiões em que a submissão de suas forças de trabalho é colocada como risco iminente, elas encontram uma forma de aproveitar essas ocasiões como abertura para renegociar a relação de trabalho, valorizando-se e conquistando objetivos pessoais.

Nos segmentos de vida narrados por Alice, outros exemplos onde o reagir à submissão não representa a ruptura com a estrutura social de dominação são esboçados: no bom relacionamento que ela mantém com os agentes de intermediação do CTA com finalidades de conseguir mais encaminhamentos para os serviços de engomadeira; no “cuidado com as coisas dos clientes” para comprovar a qualidade de seus serviços com o objetivo de fidelizar vínculo nas casas em que se sente respeitada; na avaliação que ela objetiva mediante anotações sobre o perfil de cada cliente a partir das quais ela escolhe retornar ou não para estes locais; nas suas habilidades de respeito e convencimento para a venda de cocadas nos ônibus. Entendo que as ações que reagem à submissão se apresentam como a possibilidade de criar e valorizar alternativas pessoais para a solução de problemas no trabalho e não fora dele.

Estando os dramas do reagir concretamente vinculados aos conflitos de Alice e às determinações sociais que, num caráter interseccional, comungam para a exclusão de direitos e vulnerabilidades na vida e trabalho é plausível pensarmos que as variadas formas de reatividade aos constrangimentos acontecem num movimento pessoal e astucioso mais ou menos controlado por ela. A ação intencional da diarista em sua realidade concreta de luta pela sobrevivência atua a favorecer seus interesses na conduta de trabalho, dentre e contra o poder das determinações sociais, servindo e reagindo à dominação.

Os conflitos de “disputas pela razão” – de legitimidade da fala – enunciados por Alice parecem o esforço de requerer o valor de seu ponto de vista e, ao mesmo tempo, não se igualar aos padrões culturais que depreciam e dominam trabalhadoras diaristas como ela. Então, para reagir à dominação torna-se preciso distinguir-se do que é comum, recriar a personalidade, imaginar o futuro ao mesmo tempo que se planeja a conduta pessoal cotidiana. Os processos psicossociais que envolvem os dramas de reagir, dentro e apesar de toda dominação, requerem distanciamento discursivo em relação às normas que a sociedade em geral associa à sua pessoa e ao seu trabalho. Uma vez estabelecido a necessidade de sobrevivência em condições de desvalorização, a trabalhadora se percebe desafiada a escapar das concepções comuns que padronizam a sua função na sociedade. “O sujeito se define em sua resistência a toda domesticação doutrinária” (Gonzalez-Rey, 2012, p. 165). Sendo assim, como parece acontecer nos diversos conflitos enunciados por Alice, as tentativas de evitar preconceitos que reduzem sua imagem profissional à mulher-negra-pobre dominada pelas forças externas revelam a produção uma singularidade que valoriza a própria história profissional e que se mantém permanentemente na batalha por mudanças nas suas condições de vida.

Na tentativa de um posicionamento conceitual destes acontecimentos proponho entendermos que produção de uma singularidade capaz de enfrentar as *artimanhas da exclusão*

social (Sawaia, 2006) nasce e se sustenta num conjunto de práticas revolucionárias. Na obra citada, a autora interpreta o processo de exclusão como uma *inclusão perversa* – tal como os proventos do trabalho doméstico se apresentam – mas não reduz o sujeito à passividade, e sim acredita na “possibilidade de o sujeito agir para manter a sua humanidade” (Sawaia, 2006, p.11). Articulando os estudos da autora, da mesma forma que o *sofrimento ético-político* se relaciona com a negação da legitimidade social do sujeito – como vimos no capítulo anterior – a legitimidade pessoal se faz na produção de uma *subjetividade revolucionária* (Sawaia, 2019) contra as estruturas sociais dominadoras e alienadoras de si. Numa compreensão histórico-cultural de subjetividade, a autora também considera que “as relações sociais se convertem em funções psicológicas superiores orientadas intrapsicologicamente” (p.25) e na dramaticidade das relações sociais “a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do humano” (p.34). Sendo assim, Sawaia reitera que a dinâmica da personalidade é produto das relações concretas e dramáticas do sujeito. Nestas relações conflituosas o sujeito manifesta a sua potência revolucionária voltada para transformar a realidade e ampliar as suas possibilidades de vida, pois “. . . apesar das determinações históricas e sociais, não é possível eliminar o desejo de perseverar na existência” (p.35). Nas situações de trabalho enunciadas por Alice percebemos que suas ações e sentidos intencionam a transformação das determinações, o quanto for possível, de modo a respeitar as suas maneiras pessoais de interpretar o que é certo e o que é errado nas relações diversas que estabelece - dentro e fora do trabalho.

Discutir os dramas de reagir às condições de submissão no trabalho, principalmente se considerarmos os aspectos históricos e sociológicos do trabalho doméstico no Brasil, nos remete às lutas da população negra pela dignidade de suas funções numa sociedade dominada por brancos. A respeito disso vemos como Fanon (1979) defende que a dominação psicológica do povo colonizado nunca é completa:

. . . no mais fundo recesso de seu ser, o colonizado não reconhece nenhuma jurisdição. Está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não está convencido de sua inferioridade. A culpabilidade que pende sobre ele como espada de Dâmoçles está pronta para se virar contra o colonizador; e a violência física ancorada em sua musculatura está prestes a se organizar e se manifestar como violência libertadora. A semente de rebeldia, de recusa de um destino injusto, não necessita ser semeada; encontra-se no espírito colonizado e demanda apenas encontrar uma circunstância propícia para brotar (Fanon, 1979, p.196-197).

A ênfase narrativa que afirma “saber o que é melhor para mim” nas palavras de Alice parece defender o direto de ser quem é, de pensar como pensa e de agir com age. Estas escolhas são efetivadas em conflitos nos quais a desvalorização social de suas atividades não é capaz de

amputar completamente a sua vontade. De contrário, os processos sociais estabelecidos no reagir parecem se alimentar do ressentimento sem a culpa – nos termos que discutimos no capítulo anterior – e se concretizam em episódios de revolta em que brotam a *semente de rebeldia* descrita por Fanon (1979). Defendo, portanto, que os dramas do reagir representam uma via emancipatória para o desenvolvimento da conduta ao se organizarem em torno de sentidos que valorizam as ações e as escolhas sujeito trabalhador. Essa autorreferência não acontece fora das relações constrangedoras, mas sim com elas e através delas. Nestes dramas o sujeito aprimora historicamente suas maneiras de trabalhar e de criar trabalhos, tomando a sua própria capacidade produtiva como argumento de proteção nos conflitos.

O inescapável enfrentamento da dura realidade de servir é justificativa para a afirmação da própria dignidade nos episódios da vida em que o sujeito questiona a ordem vigente e tenta prevalecer seus pontos de vista. Nestes processos, o reconhecimento das condições de dominação encontra objeção pessoal na consciência da injustiça social e a racionalidade particular que se produz nos desequilíbrios de poder assume valores de merecimento por melhores condições de vida. Sendo assim a lógica do servir permanece, mas em outro patamar de negociação. Um patamar onde o sujeito dominado tem voz e vez. Nos tópicos a seguir discutiremos como os dramas do reagir são enunciados em acontecimentos que desafiam as trabalhadoras diaristas a manifestar – em palavras e ações – o valor de si de e de seus trabalhos. Tais segmentos de vida se traduzem em aprendizados que favorecem as escolhas cotidianas no sentido de escapar da dominação e fortalecer as próprias opções de como proceder no trabalho.

5.2.1 Dramas do reagir à submissão no trabalho como doméstica-diarista

Mesmo o trabalho como doméstica-diarista não sendo o único exercido por todas as trabalhadoras com quem dialoguei, este serviço com certeza tem função central na sobrevivência delas e foi a partir dele que as encontrei. Por isso aprofundo a discussão sobre os dramas do reagir ao trabalho submisso, inicialmente, a partir da concretude cotidiana nos serviços domésticos de diaristas.

Como exemplo trago um acontecimento quando, no segundo encontro com um grupo de trabalhadoras inscritas no CTA, pergunto sobre o que elas percebem de como as outras pessoas pensam de seus trabalhos. Foi então que Maria das Graças, que já participava pela segunda vez do encontro, me indagou:

Já que você diz que é psicólogo eu vou te perguntar [...] por exemplo, acontece comigo, o meu trabalho para sair bem feito ele tem que ter uma coisa, na verdade duas, o primeiro é lanche, se eu chegar na casa do cliente eu preciso do lanche, se o cliente não coloca para lanche né a gente trabalha mesmo assim, fazer o que [todas riram]. Mas eu por exemplo peço para tomar nem que seja um leitinho antes de começar o trabalho. A segunda coisa é me dizer no começo o que tem que fazer, mas depois me deixar à vontade, é confiar em mim e no meu trabalho [essa fala gera muitos burburinhos na sala]. Uma vez eu disse, senhora, por favor me deixa trabalhar, porque se a senhora não deixar eu trabalhar não vai ter produção, eu não sei trabalhar com uma pessoa perto de mim, então me deixe trabalhar. [...] Aí eu não sei se só eu que sou assim [...] eu preciso tá concentrada no meu trabalho, eu fico muito aperreada quando tem alguém me azucrinando. Antes eu ficava calada. Aguentava tudo. Mas agora eu tenho falado mais duro com as clientes que fazem isso. Eu digo que se eu não me concentrar a faxina vai ficar toda torta [risos], aí elas param um pouquinho. (Maria das Graças)

A resposta de Maria das Graças nos revela o seu engajamento em servir, mas para tanto reclama algumas exigências que só a experiência pôde demonstrar a legitimidade de sua conduta ao pedir um lanche, ao requerer confiança e ao recomendar que precisa se concentrar no trabalho. No questionamento de Maria das Graças, a afirmação de seu profissionalismo desloca-se na necessidade de servir para sobreviver para a urgência de reagir para se proteger e concentrar-se no trabalho. Ou seja, o núcleo de significação “ser uma diarista profissional” permanece vinculado à necessidade de servir, embora o sentido da conduta se desloque da submissão para a afirmação do valor de seu trabalho. O argumento que ela utiliza para a ressignificação de sua utilidade naquela relação é a qualidade do serviço – nada estranho para uma situação de desvantagem – mas a sua intenção nestas argumentações é mais ampla e pessoal. Ela exige alguma autonomia no exercício de suas funções, nem que para isso tenha que falar mais duro com a cliente. Outras enunciações exemplares para o reagir às situações de submissão no serviço de doméstica diarista:

A nossa dificuldade aqui é que não tem mais serviço para fazer, se tiver serviço eu nem me atento às patroas que não gostam de mim, eu simplesmente vou embora e pronto. (Romilda)

Só guerra, só guerra. A gente batalha, mas vence. Vence porque não se abaixa para lamber os pés de quem grita com a gente. (Antônia)

Tem uma coisa que eu encontrava muita dificuldade, mas que agora eu não falo e não fico calada. Elas não querem aceitar as oito horas de serviço, elas querem impor as nove horas, e isso não existe. Nove horas é de permanência e não de serviços. Então eu estou dizendo isso antes mesmo de começar a diária. (Rosa Alexandre)

O meu almoço é sagrado. Eu não como correndo não. Mastigo divinamente bem porque eu sei se eu não comer vai me fazer mal. Eu não vou mentir, eu passo de 20 a 25 minutos comendo bem devagar. (Rosa Alexandre)

Se ficar calado ninguém vai entender a sua parte, mas se você conversar vai criar alguma proximidade [. . .] Também não pode chegar se achando a maior, você chegar inteira, segura

do seu serviço. Em primeiro lugar eu acho assim, você tem se valorizar para as pessoas poderem valorizar também. (Alice)

Sabe o que eu faço? Eu ligo um dia antes para confirmar o endereço. Aí se eu vejo que a mulher me tratou bem eu vou mais calma. Mas se me tratar mal no telefone eu já chego lá de cara fechada mesmo. Não dou nem trela, faço o meu trabalho e vazo rapidinho. E isso se eu for mesmo. Teve uma vez que a mulher foi grossa comigo porque na hora que eu liguei e ela estava rezando um terço. Imagina aí! Se com Deus ela é ignorante, imagina comigo [risos]. Fui o que? Fui nada. Deixei ela esperando. Pode reclamar que nem ligo. (Teresinha)

Hoje em dia eu tenho um celular, sabe? E tudo que eu faço eu bato a foto para provar que foi feito, porque não é possível que ouvindo e vendo as pessoas daqui [se refere ao CTA] não acreditem em mim. Eu não fazia isso não, mas hoje eu fico imaginando que eu não quero reclamação para o meu lado. Melhor me resguardar das loucuras das clientes. (Rita)

Numa análise cuidadosa destas práticas é relevante apontar que tais expressões de valor próprio por parte das trabalhadoras possui trajetória histórica e funções políticas registradas por diversos estudos historiográficos e sociológicos. Compreendo que existem paralelos de intencionalidade entre as enunciações acima e as condutas de escravas libertas identificadas por Graham (1992) ao buscarem alguma liberdade para manter a sociabilidade e o lazer no início do século XX, contexto do Rio de Janeiro. Estudar a história da progressiva inserção no trabalho “livre” das mulheres negras no período pós abolição da escravatura nos indica uma série de exemplos de lutas pelos quais estas trabalhadoras, sozinhas ou em conjunto, se protegem do poder instituído. Por exemplo, em alguns momentos nos diálogos com as diaristas pude perceber o uso do fingimento de lealdade e as fofocas sobre as hipocrisias familiares nas casas dos patrões, ambos abordados por Carvalho (2003) como estratégias de resistências que já existiam dentre as criadas cativas no contexto de Recife entre 1822 e 1850. Vejamos como Rosa Alexandre narra sua resposta às contratantes abusivas:

Quando eu vejo que a cliente não me trata bem, sabe o que faço? Faço mais bem feito ainda, essa é a minha resposta. Aí no final quando chega para mim e diz assim: poxa eu gostei muito da senhora, vou lhe chamar de novo. Mas eu respondo: ô senhora ... a senhora me desculpe mas eu só vim hoje porque a minha patroa está viajando. Por isso que eu peguei uma carta. É mentira, eu digo. Mas eu não volto lá nem a pau. Eu chego é aqui [no CTA] e escolhamo a cliente para todo mundo, inclusive pro gerente e pro povo do balcão. É sim, eu faço isso para eles saberem da cobra que é aquela mulher. (Rosa Alexandre)

Seria estranho identificar a escolha de Rosa Alexandre em fazer um trabalho melhor como uma decisão por distanciar-se da dominação. Mas é por isso que não podemos pensar os dramas do reagir como a ruptura completa à lógica dominante. Interpretando a sequência dos acontecimentos é evidente que a sua escolha foi de se proteger momentaneamente, fingindo

lealdade mesmo com os maus tratos, para que depois possa manifestar publicamente denúncia dentre colegas e gestores do CTA.

A historicidade das reações das trabalhadoras domésticas parece se presentificar numa cultura dominadora, mas também em registros de trabalhadoras/es brasileiras/os que entram nas páginas de jornais e de ocorrências jurídicas na luta pelos direitos. Tais forças sociais remontam, por exemplo, o período após 1871 a partir do qual se tornou possível que as escravas custeassem a própria alforria mediante serviços remunerados que, logicamente, estavam pautados em relações de subordinação e coerção. Neste período Lima (2010) menciona que, no contexto de Florianópolis, a maioria dos serviços domésticos se enquadravam neste tipo de contrato. Afirma também que, dado a ambiguidade no uso dos contratos e a arbitrariedade nas relações de trabalho, os libertos assumiam estratégias para afastarem-se das armadilhas da domesticidade e manter algum grau de autonomia através da recusa de alguns serviços, ou de não trabalharem para senhores de escravos severos.

No sentido histórico também se faz útil regatar o que Silva (2016) denomina como a *resistência das subordinadas* quando se refere às ações das mulheres pretas que, em sua maioria, trabalhavam com serviços doméstico em Recife e Salvador em diferentes períodos do século XIX. Em sua historiografia o autor aponta para algumas condutas observáveis dentre as enunciações das diaristas descritas acima. Por exemplo: fuga, fofoca, solidariedades, negação de serviços, atritos com senhores, proposição de horários, escolha por dormir em casa, escape da “proteção” vigiada, negociação direta com quem paga o serviço e o cuidado com a imagem pessoal comprometida com a honra, a fidelidade e a obediência para conseguirem algumas concessões nos contratos e, assim, manterem alguma autonomia no cumprimento dos serviços.

A base histórica dos conflitos judicializados demonstram que as lutas políticas relacionadas ao trabalho das/os escravas/os cativas/os pressionaram a responsabilidade do Império antes, durante e após os citados marcos legais se estabelecerem. Essa apreensão histórica dos conflitos no percurso das transformações do trabalho escravo no Brasil se torna relevante para o estudo dos dramas humanos vivenciados pelas atuais trabalhadoras domésticas para percebermos que: nunca houve omissão por parte da população negra escravizada e essa não passividade se fez em pequenos conflitos – na maioria das vezes individualizados – mediante disputas de poder nas relações de trabalho (dominação versus rebeldia).

Assim como a lenta transição dos marcos institucionais contra a lógica escravocrata se fez no cotidiano de acontecimentos produzidos por pessoas que à sua época sofreram os prejuízos da dominação, hoje essa população marginalizada e excluída configura enorme massa

de trabalhadores que renovam o cenário de disputas políticas em nível micro e macro. Os segmentos de vida enunciados acima revelam que as disputas pela determinação lógica dos acontecimentos no dia a dia de trabalho se valem de argumentos institucionais (regulamentações e ideologias), mas também da potência pessoal da trabalhadora dominada em reagir a tais determinações sociais. É pela prerrogativa da personalidade dos segmentos de vida enunciados no estudo concreto dos dramas humanos que faço duas distinções importantes.

Primeiramente, quero destacar que entendo as resistências como processos coletivos em defesa dos direitos de trabalhadores na luta da classe proletária contra a lógica capitalista dominante que aliena o potencial humano no trabalho, tal como Marx e Engels (2008) conclamam a classe trabalhadora no *Manifesto do Partido Comunista*. Esta é uma interpretação das resistências que a associa às coletividades, ou seja, ao encontro de argumentos comuns para o combate às desigualdades. No entanto, nos processos dramáticos de reagir a submissão no trabalho que trato neste capítulo, percebemos que as práticas de negação à ordem instituída acontecem primeiramente na organização pessoal da conduta. Apesar de a coletividade também compor dramas no cotidiano das diaristas, tal como veremos no enredo dramático que será discutido no próximo capítulo, entendo que a conduta das trabalhadoras pesquisadas ao reagirem situações de submissão no trabalho envolve ações e sentidos primeiramente no âmbito individual, uma luta particular que acontece nas relações diretas de cada doméstica-diarista no cotidiano de trabalho.

Certo que as maneiras de reagir também são aprendidas nas relações entre colegas de trabalho, familiares e vizinhança. Mas é necessário destacar que, nos acontecimentos enunciados, mesmo que as situações coercitivas apresentam regularidades (problemas relacionados à jornada, utensílios, alimentação, deslocamento e controle, por exemplo) cada trabalhadora se esforçava para evidenciar a forma como lida com tais situações de modo a valorizar a si mesma e ao seu trabalho nestes conflitos. Sendo assim, é coerente afirmar que estas relações de trabalho, historicamente posicionadas, determinam seus termos. No entanto, torna-se relevante entender como os dramas de reagir aos processos de submissão no trabalho como domésticas-diaristas apresentam-se em princípio como uma organização pessoal e conduta que se utiliza intencionalmente de argumentos os quais, ao mesmo tempo que contestam a lógica dominante que desvaloriza suas ações, abrem espaço para outras maneiras de agir e relacionar-se neste trabalho. Para aprofundar a análise destes fatos proponho interpretação a partir dos estudos de Certeau (2014) sobre a inventividade das práticas cotidianas.

5.2.2 Táticas do agir desviante

Com base nos acontecimentos dramáticos que demonstram a organização pessoal da conduta no sentido de reagir ao controle coercitivo dos contratantes expressos no cotidiano das domésticas-diaristas pesquisadas, considero útil acrescentar reflexões a partir dos estudos de Certeau (2014) sobre a antidisciplina das práticas cotidianas. Nesta obra, o autor desenvolve compreensões como se operam o consumo não passivo de produtos culturais massificados no contexto da sociedade parisiense na década de 1960.

Utilizando algumas noções de Certeau (2014) sobre a *invenção do cotidiano*, me alinho aos pesquisadores da PST ao considerarem que nas situações reais de trabalho – de qualquer trabalho – todo o arcabouço instrumental e simbólico anterior à ação deste sujeito é manipulada por ele numa combinação operacional singular e interessada. Nestes esquemas operacionais se observam as astúcias inventivas produzidas nas ocasiões de trabalho, uma “liberdade gazeteira das práticas” (p.18) que oportuniza o agir desviante ao poder instituído e amplia as chances de o sujeito tirar algum proveito da situação. Sobre os procedimentos tácitos, Certeau (2014) propõe:

Em sua densidade paradoxal, esta palavra [tática] destaca a relação de forças que está no princípio de uma criatividade intelectual tão tenaz quanto sutil, incansável, mobilizada à espera de qualquer ocasião, espalhada nos terrenos da ordem dominante, estranha às regras próprias da racionalidade que esta impõe com base no direito adquirido de um próprio⁴⁵ (p.96).

A partir dessa definição, compreendo que as práticas de trabalho das domésticas-diaristas frente aos conflitos dramáticos de reagir aos interesses controladores de contratantes

⁴⁵ A definição de “um próprio” na obra do autor possibilita ponderarmos se os trabalhos ocasionais realizados pelas domésticas-diaristas podem realmente ser entendidos como expressão da autonomia destas pessoas no mundo do trabalho, assim como vários manuais de políticas públicas e definições oficiais insistem em assim denominá-los. Certeau (2014) considera que o estudo das práticas cotidianas exige, primeiramente, especificar os esquemas de operação, para depois verificar se existem categorias comuns que sejam capazes de explicar este conjunto de práticas. Para ele, os esquemas de operação organizam-se como trajetórias, estratégias ou táticas. Definindo cada um deles, a trajetória indica o movimento de atos no plano de tempo. As estratégias representam o cálculo das relações de forças postuladas por “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (p.45). Já para a análise das táticas não se pode tomar como referência a existência de “um próprio”, pois na tática não existe fronteira visível entre o sujeito e o outro, ela sempre se orienta pelas ações do outro. Na tática, o sujeito “tem constantemente que jogar com os acontecimentos (...) de maneira a aproveitar a ocasião” (p.46). O autor defende que a tática não indica uma condição de autonomia, já que ela “não tem por lugar senão o outro” (p.93). A tática é “movimento dentro do campo de visão do inimigo (...), aproveita as ocasiões e delas depende” (p. 93–94).

constituem-se pelas experiências acumuladas ao longo de trajetórias profissionais, experiências nas quais as operações tácitas são testadas e incorporadas (ou não) às práticas cotidianas. Por exemplo, tais esquemas de ação evidenciam-se quando, por exemplo: reivindicam direitos para proteger a saúde; questionam as tarefas do serviço demandado e a extensão da jornada de trabalho; exigem tempo para alimentar-se e a qualidade da alimentação; prezam pela boa comunicação; fogem, denunciam e mentem para contratantes abusivos; comprovam o serviço realizado com fotografias; levam seus materiais para garantir bom serviço e evitar conflitos; buscam novos contratantes e esforçam-se por manter aqueles que as respeitam; valorizam seus serviços e suas inventividades para criar trabalhos (assunto do próximo tópico); e ainda participam de algumas estratégias institucionalizadas de ação coletiva (assunto do próximo capítulo).

Na forma como descritas nas enunciações, as práticas cotidianas de trabalho das domésticas-diaristas envolvem diversas coerções legitimadas pela cultura que desvaloriza seus serviços. Observamos, porém, que nestas relações acontecem também o que Certeau (2014) identifica como as *táticas de praticantes* ao fazer uso hábil das formalidades disponíveis a partir de uma lógica gazeteira, uma racionalidade não passiva estabelecida nas próprias ocasiões do dia a dia e que representam a produção astuciosa de manipular a ordem dominante em favor de suas inclinações pessoais. Sobre a diferença entre o uso (ativo) e o consumo (passivo) dos produtos culturais, estabelecendo modos tácitos de proceder da criatividade cotidiana, o autor menciona:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centrada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de ‘consumo’: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas **maneiras de empregar** os produtos impostos por uma ordem econômica dominante (Certeau, 2014, p.39 – destaque do autor)

Realizando um paralelo teórico entre o consumo qualificado dos produtos culturais – tal como descritos na citação acima – e os “consumos utilitários e combinatórios” (p.41) dos meios para sobreviver por parte de trabalhadoras que enfrentam as lógicas que regem um serviço socialmente desvalorizado, entendo que as práticas de trabalho das domésticas-diaristas quando tomadas numa apreensão reativa aos dramas do servir, são do tipo táticos, e não do tipo estratégico. Os acontecimentos descritos no item anterior (páginas 173 e 174) descrevem um agir astucioso e inventivo composto por táticas de ação que “desviam para fins pessoais a ordem efetiva das coisas” (p.83), enfim a “arte do fraco” (p.95) estabelecida nas relações assimétricas

de poder. Tal “arte” parece se concretizar na possibilidade de produzir novas ações e sentidos para os fatos que configuram os núcleos de significação que caracterizam a organização da conduta no trabalho, contudo, agora reagindo com argumentos que se aproximam dos objetivos pessoais. Sendo assim, a sobrevivência familiar deixa de ser uma necessidade para a submissão e passa a ser uma trajetória de lutas que valorizam suas experiências; o profissionalismo assume conotação de qualidade do serviço que deve ser reconhecida e que não precisa se curvar às exigências absurdas; as condições de desproteção passam a justificar iniciativas de autoproteção e as formas astutas de conseguir pequenas vantagens; e a piedade implícita na misericórdia de Deus acumula intenções de prosperidade e cuidados consigo mesma.

No âmbito dos serviços domésticos é relevante ainda o seguinte exame: quais razões ou valores justificam os argumentos em favor da autovalorização na organização do trabalho motivado pela sobrevivência digna? Já defendi que as práticas de reagir à submissão, mesmo que aprendidas socialmente, são veiculadas por cada diarista num jogo desigual de forças com seus contratantes e um escape astucioso aos padrões de dominação. Defendi também que os dramas do reagir reivindicam o valor de si e do próprio trabalho nestas relações, sendo as enunciações exemplos de luta tácita por fazer valer os próprios interesses – ou pelo menos o máximo possível – no intercurso destas relações de trabalho dominado. Cabe agora aprofundar interpretação na articulação astuta das lógicas que deslocam a desvalorização social para a valorização pessoal do trabalho como doméstica-diarista. Para dar continuidade nesta questão vejamos o que Rosa Alexandre responde quando pergunto, em grupo, como ela sabe que a cliente gostou do trabalho dela.

Olhe meu filho, eu já tô nessa vida de diarista há mais de vinte anos. Eu já passei por muita coisa. Já baixei a cabeça pras mulher maluca. Mas hoje eu sei a importância do meu trabalho. Eu sei que a faxina que faço não é pra qualquer uma não. Eu levanto os móveis, eu me trepo no cavalete, eu limpo os vidros tudinho da casa, eu rasgo meus dedos tirando mancha de sofá, eu faço tudo e muito rápido viu? Eu já num baixo cabeça não porque eu sei que eu me garanto no serviço. É difícil encontrar outra que nem eu. A patroa pode até sair de casa que quando voltar vai estar tudo bem limpinho. Não mexo em nada que é que dela e só peço que meu pagamento venha inteiro. Sou de confiança e mostro muita produção. Se ela não gostar que se dane, eu vou continuar meus serviços noutras casas que me tratem como eu mereço (Rosa Alexandre).

No registro de áudio deste dia fica evidente que após esta resposta de Rosa Alexandre as demais diaristas se manifestam enfaticamente para também informar as habilidades que as qualificam no trabalho. Tais habilidades são mencionadas em exemplos do que tiveram que viver (e ainda vivem) para aprender a se defender dos abusos nas relações de trabalho. A proeminência dos exemplos de autodefesa nas enunciações alcançadas, em grupos e entrevistas,

revela que os dramas do reagir às situações de submissão se organizam em sentidos e ações que tergiversam às expectativas dominadoras e incluem nas práticas de trabalho os pontos de vistas de cada trabalhadora, as quais passam produzir – tacitamente – maneiras de agir que incluam suas necessidades e intenções ao mesmo tempo que as exigências dos contratantes. No fato enunciado por Rosa Alexandre, por exemplo, observamos que tais reivindicações acontecem em situações nas quais os limites do servir se estabelecem na disputa de argumentos em torno dos valores do trabalho e da própria pessoa da trabalhadora, quer dizer, da relação entre a utilidade do serviço prestado e o pagamento equivalente. Tais disputas acontecem numa zona imprecisa de normas e, fundamentalmente, se consolidam em três argumentos centrais: a produtividade, a confiança e o cuidado.

Explico. A produtividade está normalmente associada à relação entre rapidez e qualidade do serviço, satisfazendo assim as exigências dos contratantes. Mas os fatos psicológicos enunciados evidenciam que tais exigências não estão restritas à eficiência e à qualidade do serviço, mas também às características pessoais da trabalhadora, ou seja, aos atributos morais que a trabalhadora demonstra no decorrer do serviço. Sendo assim, a utilidade do trabalho se confunde facilmente com os atributos de confiança e do cuidado que a trabalhadora demonstra com as coisas e com as pessoas da casa em que exercem os serviços.

Mas como afirmar que produtividade, confiança e cuidado representam condutas que reagem à dominação? Não seriam estas a prova da condição de submissão que estas mulheres vivenciam no trabalho? Essas questões são pertinentes e precisam ser explicitadas com a lembrança de que não podemos pensar os dramas do reagir como a superação completa da dominação no trabalho, mas como práticas sociais ambíguas de pessoas servem aos contratantes ao mesmo tempo que produzem ações e sentidos pertinentes à valorização das próprias condutas neste trabalho. Defendo, então, que estes três argumentos são critérios de qualificação utilizados pelas trabalhadoras na luta política – práticas e discursos cotidianos – que valorizam a si mesmas e ao próprio trabalho nas relações com os contratantes e, como verificado, com as demais diaristas.

Curioso que estes três argumentos guardam semelhança com os achados de Silva (2016) quando recupera as práticas pelas quais as mulheres escravizadas conseguiam alguma margem de manobra para resistir ao poder opressivo dos patrões após a abolição da escravatura. Quer dizer, elas produziam (ou fingiam) a imagem de pessoas de honra, fiéis, fortes e obedientes para conseguir algumas vantagens nas negociações. Neste sentido, passados 134 anos da abolição, os critérios que Rosa Alexandre se esforça para atestar a qualidade de seus serviços permanecem em atributos físicos e morais que as colocam numa situação de mais valor pelo

ponto de vista dos contratantes. Discutirei mais à frente algumas propostas de interpretação para uso potencial destas argumentações, antes descrevo como estas mulheres também organizam condutas que reagem às condições de desvalorização social através de ações e sentidos fora do serviço doméstico.

5.2.3 Dramas da “criação” de trabalhos alternativos ao serviço doméstico

Mesmo que os serviços como domésticas-diaristas representem a principal fonte de renda das trabalhadoras com quem dialoguei, esta função está longe de representar a única atividade de trabalho pelas quais buscam sobrevivência. A exemplo do que Alice relata em sua trajetória laboral, as diaristas, em geral, demonstram que suas potencialidades para o trabalho não estão restritas às tarefas nas casas de contratantes e que, na verdade, elas estão constantemente “criando” formas de trabalhar. Todavia esta criatividade não significa a produção de algo original e inédito, mas sim a disposição para engendrar variados processos organizativos geradores de renda que já existem e que elas aprendem a fazer, por isso escolho escrever o termo “criação” entre aspas. São situações que “(...) ilustram a astúcia dos que têm pouco recursos materiais para trabalhar, expressa na inventividade para criar algum trabalho mercantil com o que lhes sobra” (Sato, 2017, p.170).

Nos processos sociais enunciados pelas domésticas-diaristas entendo o planejamento e as práticas de trabalho para além dos serviços domésticos como a organização pessoal de condutas dramáticas reativas à submissão por estar aí a possibilidade de não depender exclusivamente dos desgastes relativos às tarefas como doméstica-diarista. Além disso, algumas trabalhadoras apontam estes trabalhos como a esperança de um futuro melhor, mais digno, com menos frustrações e maior rentabilidade. As vinculações simultâneas descrevem a concreta ambivalência de suas potencialidades produtivas para extrair renda de variadas possibilidades despregadas de concepções profissionais restritas e até de uma moral dualista entre o que é certo ou errado na afirmação da sobrevivência. São manifestações práticas do trabalho que se aproximam do “dançar sobre a corda bamba”, nos termos de Certeau (2014, p.136). São ocasiões criadas e aproveitadas nas quais se renovam intervenções a cada passo, uma incessante invenção na busca de um equilíbrio nunca adquirido.

Mesmo considerando que as atividades que não envolvem especificamente objetivos mercantis sejam importantes para a organização do tempo e das relações sociais das trabalhadoras – como os cuidados da própria casa e dos filhos, a cozinha compartilhada e as

ajudas aos vizinhos etc. – por enquanto pretendo me deter nos processos sociais mobilizados com intenções de gerar renda.

Os exemplos são muitos, cito alguns: preparo e venda de lanches em carrinhos ambulantes; preparo e venda de almoço em quentinhas; garçoneiro; comércio de artigos manufaturados e roupas nas feiras; revendedora de artigos de beleza; brechó; costura e reparos de roupas; lavar e engomar roupas de outras famílias na própria casa; empacotar mudanças para frete; banho e tosa de animais de estimação; representante de loteria local; produzir óleo de côco, organizar as compras das contratantes e dentre outros. Mesmo sem referência estratégica de longo prazo e com pouquíssimo uso de tecnologias, estas mulheres aprendem, utilizam e atualizam procedimentos tácitos de ação que favorecem diferentes investidas de sobrevivência pelo trabalho.

A multiplicidade de ocupações remuneradas descritas pelas domésticas-diaristas as colocam como agentes da *polimorfia do trabalho em centros urbanos* (Sato, 2017). Estas mulheres dinamizam arranjos produtivos que, em sua quase totalidade, funcionam sem alguma regulação ou proteção do Estado. Um conjunto heterogêneo e inconstante de situações precárias de trabalho “criadas pela população pobre com o objetivo de garantir a sobrevivência” (Sato, 2017, p.171). Seguindo as fundamentações utilizadas pela autora, entendo que a diversidade de inserções experienciadas pelas domésticas-diaristas são manifestações concretas do *circuito inferior da economia* (Santos, 1979), “um circuito não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio e uma multiplicidade de serviços de toda espécie” (p. 155). Concretamente, os exemplos do que Santos informa são frequentes nos fatos psicológicos enunciados por trabalhadoras que experimentam diferentes tentativas de trocar trabalho (produtos ou serviços) por dinheiro. **As experiências de trabalho alternativo aos serviços domésticos que acessei me levam a defender que estes acontecimentos se articulam fundamentalmente, com o histórico pessoal de relações, com o desenvolvimento de saberes práticos e com a disposição para criar e aproveitar ocasiões.** Vejamos com mais cuidado cada um destes elementos.

Na ordem descrita, cabe considerar que os saberes praticados em parte destes exemplos, principalmente aqueles ligados à limpeza e a cozinha, guardam relação com as tarefas exercidas na condição de donas de casa e de trabalhadoras diaristas. As ocupações “extras” parecem acontecer como a extensão dos serviços domésticos, seja em relação às operações exercidas no trabalho ou em relação às indicações para acessar outros clientes interessados em seus serviços.

Sobre as práticas de trabalho doméstico, uma observação é preciso. O saber-fazer doméstico não representa a especialização do trabalho, mas antes o desenvolvimento

progressivo de habilidades que as dispõem para a realização de serviços diversos no ambiente domiciliar. Tais habilidades influenciam a qualidade de seus serviços como diaristas, mas não restringem a produção de renda a este tipo de serviço. Na verdade, o que as informações nos levam a crer é que tais habilidades também qualificam a engenhosidade – a “hábil utilização do tempo e das ocasiões” (Certeau, 2014, p.97) - nas maneiras de produzir renda fora das práticas como diaristas.

Já sobre a importância das redes de indicações, tanto para os serviços como diaristas como para os outros que complementam a renda, vejamos alguns destaques. Os exemplos trazidos pelas trabalhadoras levam a crer que estas indicações funcionam atreladas ao reconhecimento social da qualidade do trabalho que cada diarista produz e defende em suas inserções. A valorização do serviço prestado pela trabalhadora, quando atestados pelas contratantes e pelas pessoas do seu ciclo proximal, torna as indicações mais prováveis. Sendo assim, reafirma-se que as argumentações em favor da valorização das condutas no trabalho usam como prerrogativas centrais a produtividade, a confiança e o cuidado como atributos qualitativos que oportunizam o reconhecimento e as indicações para outros possíveis contratantes.

A segunda observação é que estes saberes se articulam com uma reflexão moral gerada nas escolhas dramáticas entre a sobrevivência e a desvalorização social. Isto é, suponho que para quem já assume as funções mais desprestigiadas do mercado de trabalho (o trabalho como faxineira), seria moralmente menos oneroso produzir sustento em outros trabalhos precários que, contraditoriamente, podem representar tentativas mais honrosas de sobrevivência⁴⁶. As duas observações mencionadas podem ser interpretadas no diálogo que estabeleci via mensagens *whatsapp* com Eliete.

[16:33, 18/11/2020] Leo: Olá Eliete! Você pode me dizer como foi que começou a fazer os serviços domésticos? Tipo: quando começou, porque começou e como aprendeu o serviço.

[18:02, 18/11/2020] Eliete CTA: Eu comecei a trabalhar com essa profissão em 2002. Antes de ser diaristas eu era comerciária, eu trabalhei em comércio por 5 anos. Ai depois eu me casei e tive filhos, então eu fiquei vários anos paradas. Mas depois eu voltei a trabalhar com comércio, eu pensava que estava velha e precisa voltar logo a trabalhar. Só que eu não me adaptei ao tipo de trabalho da loja. Então uma amiga minha me indicou que tinha uma agência de profissionais diaristas. Então eu fui lá, fiz o curso para começar a trabalhar. Mas eu já sabia de quase tudo do curso. Eu cuido das coisas de casa desde muito nova. No começo não foi fácil, porque eu tinha

⁴⁶ A este respeito é interessante observar o que Cardoso (2019) menciona como *mínimos vitais* ao estudar a sobrevivência das massas populacionais em meio à escassez generalizada de recursos. Para o autor, esta realidade ao mesmo tempo que justifica as desigualdades sociais e arrefece a contestação revolucionária, também reduz suas expectativas quanto ao progresso e ascensão profissional.

um certo preconceito com esse tipo de trabalho. Foi muito difícil para mim aceitar o jeito que os clientes me tratavam. Mas com o tempo eu fui me acostumando e depois eu até consegui outras clientes porque sempre fiz bem o meu trabalho, e eu também não fico reclamando da vida durante o trabalho. Eu pedi muito a Deus humildade e acabou que ele me deu muito trabalho para eu aprender a ser humilde [risos].

Os saberes práticos e a ressignificação de si como trabalhadora mobilizam em Eliete disposição para assumir trabalhos em que a necessidade supera “certo preconceito” que restringia trabalhos remunerados que podia realizar. Aliado a este processo, na fala de Eliete observamos a segunda questão que indiquei acima: a importância das redes de indicações tanto para os serviços como diaristas como para os outros que complementam a renda. Importante destacar que estas indicações funcionam atreladas ao reconhecimento social da qualidade do trabalho que cada diarista produz e defende em suas inserções. A valorização do serviço prestado pela trabalhadora, quando atestados pelas contratantes e pelas pessoas do seu ciclo proximal, torna as indicações mais prováveis. Sendo assim, reafirma-se na fala de Eliete que as argumentações em favor da valorização de sua conduta no trabalho usam como prerrogativas centrais a produtividade, a confiança e o cuidado como atributos qualitativos que oportunizam o reconhecimento e as indicações para outros possíveis contratantes.

Contribuindo para entender a questão das indicações como lógica de funcionamento na mediação do trabalho desprotegido é relevante considerar o que Lautier e Pereira (1994) mencionam como as *redes de informações personalizadas*. Para os autores, estas redes estão associadas às representações que as trabalhadoras domésticas produzem de si e do seu trabalho. Vejamos isso no exemplo que Fátima me trouxe num encontro grupal.

Tem um rapaz que vai deixar as roupas na minha casa, vai deixar e buscar, e por sinal ele paga certinho. Se não fosse ele eu estava lascada. Ele toda semana traz duas vezes roupas para eu lavar e engomar. [Pergunto então como ela conseguiu esse serviço]. Foi através o meu genro. Parece que ele estava conversando com o meu genro e dizendo que estava precisando de uma pessoa para lavar e engomar roupa. Ai meu genro disse: se tu quiser eu te dou uma indicação, aí falou meu nome. Aí ele me ligou e perguntou se podia ir deixar lá em casa as roupas. Eu falei que sim. Ele vai deixar e buscar, ele mora longe. Muito gente boa. Eu faço tudo bem certinho com ele. Ele até me indicou para outro cara, mas esse não ficou muito tempo comigo porque viajou e foi morar numa outra cidade aí que eu nem sei qual é (Fátima).

Como vemos, a sobrevivência de Fátima lhe exige disponibilidade para assumir novos trabalhos. Como ela, os dramas de domésticas-diaristas na luta contra os riscos recorrentes às necessidades imediatas não supridas se faz por defender alguma valorização dentro das exclusões normativas que o mercado de trabalho lhes impõe. Para tanto, elas possuem em seu

favor a qualidade do serviço prestado e, conseqüentemente, as pessoas que lhes confiam credibilidade e recomendam estes serviços para outras pessoas. As possibilidades de conseguir aliados na busca por trabalhos – ou a capacidade de sensibilizar outras pessoas em torno da necessidade de trabalhar – mobiliza apelo à “solidariedade que vem do reconhecimento da situação do outro” (Spink, 2009, p.231) e, assim, nas batalhas cotidianas pela sobrevivência destas mulheres as *redes de sociabilidade* – na forma como pensa Sato (2017) – despontam como vias de acesso aos serviços remunerados.

Observa-se que as redes de sociabilidade dão sustentação à criação e à manutenção de trabalho não protegido. Elas são constituídas por relações sociais tecidas em encontros face a face, facilitando o estabelecimento de vínculos horizontalizados, constituídos nos encontros espontâneos. As redes cumprem a função de acolher e de ajudar as pessoas que delas fazem parte; funcionam como potente meio de disseminação da informação e estimulam o aprendizado conjunto (Sato 2017, p.166)

As precárias colocações geradas na conjunção dramática entre a necessidade de trabalhar e os vínculos sociais horizontalizados encontram nas experiências práticas de cada trabalhadora algum caminho possível de realização. Estes dramas são constantemente significados em acontecimentos nos quais as domésticas-diaristas mobilizam saberes e contatos diversos na busca de suprir seus carecimentos. Para tanto precisam organizar a conduta mediante escolhas que incluem, concomitantemente, desde a possibilidade de curvar-se às submissões de maneira mais explícita – o que acontece quando aceitam trabalhar como mensalistas, por exemplo – até as tentativas de gerar renda mediante os usos do trabalho numa lógica pessoal que inclui as experiências anteriores, as habilidades aprendidas e os esforços por criar e manter vínculos de confiança.

Nesta pesquisa não consegui alcançar precisamente informações que revelem práticas de *viração* na maneira como define Rizek (2006). Mesmo assim, foi possível escutar em seus relatos que, paralelo a busca por clientelas, elas também fazem o uso de auxílios do governo, filantropias, programas públicos e privados que contribuam com a sobrevivência pessoal e familiar. Nesta dinâmica de “combinações e negociações entre ilegalidades, violências e legalidades que redesenham as formas de vida social da população pobre nas periferias das cidades” (Rizek, 2006, p. 56) mantenho foco nos processos sociais que enredam os dramas particulares de valorização do trabalho pessoal como favorecimento da sobrevivência em meio condições precárias de vida e trabalho.

Já descrevi alguns aspectos históricos pessoais (experiências anteriores) e sociais (redes de sociabilidade) nas inserções das diaristas para além dos serviços domésticos. Quero agora

explorar a terceira questão lançada anteriormente, ou seja, a dimensão das habilidades aprendidas. Neste objetivo, tomo como exemplo as enunciações relacionadas ao trabalho com o comércio. Para esta reflexão trago novamente as contribuições de Certeau (2014) acerca das *táticas de praticantes* no uso ordinário do lugar e do tempo ao ter que “constantemente jogar com acontecimentos para os transformar em ocasiões” (p.46). Vejamos o relato de Vânia sobre parte de sua trajetória laboral:

Eu trabalho com faxina já faz 15 anos. Mas eu também vendo na feira umas blusinhas que aprendi a fazer com a menina que mora vizinho da minha casa. Ela costura muito bem sabe, mas dizia que não tinha como fazer tanta coisa que pediam para ela. Foi aí que ela me chamou pra ficar lá perto dela, assim numa máquina menor que ela também tinha na garagem, e pra fazer umas coisinhas quando eu tivesse tempo. Aí eu fiquei lá quando eu não tinha faxina para fazer. Depois de uns três ou quatro meses eu já ia vender as coisas que a gente fazia mais o marido dela na feira lá da Cidade 2000. A gente fazia em casa e nos fins de semana ia lá na feira. Só que na feira a coisa é diferente, lá tem que saber vender e eu não sabia nada disso. O povo chega perguntando mil e uma coisas e ainda quer diminuir o preço. Aí é de lascar, você fica numa dúvida nada. Eu não sabia o que fazer, tive que aprender a negociar para ficar na feira. Tipo, as vezes você tem que negar a venda, mas outras vezes você tem que baixar o preço mesmo. Por conta dessa dificuldade aí eu prefiro fazer as blusinhas mesmo. Quer dizer, o que eu prefiro fazer mesmo é a minha faxina, essa coisa de costurar é mais um bico mesmo (Vânia).

As práticas de “saber vender” que Vânia afirma não dominar parecem encontrar seu anteposto nas habilidades narradas por Alice para vender cocadas no ônibus (descritas no item 5.1). Quer dizer, uma diferenciação de saberes que se expressam na organização pessoal da conduta mediante ações e sentidos denotadoras de menor ou maior chance para se conquistar os objetivos em determinado trabalho. Sendo assim, a noção de habilidade que aqui utilizo se distancia da técnica controladora e estratégica tão útil aos discursos gerencialistas sobre as competências humanas (Robbins, 2010).

Ao contrário, as habilidades às quais me refiro – tomando como exemplo as práticas de comércio, mas que podem ser interpretadas em quaisquer situações de trabalho – se aproximam da agilidade em fazer acontecer as intenções pessoais no intercurso de circunstâncias heterogêneas de trabalho. São os “saberes engenhosos, complexos e operativos” (Certeau, 2014, p.128) de um sujeito ao criar e aproveitar oportunidades de trocar produtos ou serviços por dinheiro. Defendo que estas habilidades são aprendidas nas muitas experiências de trabalho das diaristas – dentro e fora do ambiente domiciliar – e que guardam relação direta com os ciclos sociais que frequentam.

Aprofundando esta compreensão e me atenho em Certeau (2014) ao resgatar o termo grego *métis* para se referir às habilidades diversas concretizadas num *senso de oportunidade*

que se constrói na *experiência longamente adquirida*. Para o autor, “. . . a *métis* tem muita afinidade com as táticas cotidianas por seus gestos manuais, suas habilidades e seus estratégias, e pela enorme gama das condutas que abrange, desde o saber-fazer até a astúcia” (p.145). Ao discutir a relação entre memória e ocasião nas *maneiras de fazer* cotidianas o autor nos ajuda a entender as habilidades de trabalho como a possibilidade de planejar ocasiões nas quais as “astúcias da inteligência” (Certeau, 2014, p.145 apud Détiene e Vernant, 1974)⁴⁷ são produzidas e produzem *momentos oportunos* para o uso hábil de argumentos com a finalidade econômica de obter proventos.

A definição mais precisa de “ocasião” se faz necessária. Vejamos concretamente como isso se opera numa situação que presenciei ao visitar Maria das Graças e lhe entregar alguns utensílios para o brechó que ela organizava com outras duas vizinhas. Eu estava colocando as doações numa mesa do lado de fora da casa onde funcionava o brechó. Conversava com Maria das Graças quando saiu uma senhora com uma peça de roupa nas mãos. Se desenrola então o seguinte diálogo:

Interlocutora: Gracinha quanto é essa blusinha? Eu adorei ela para usar com aquela saia branca, tu lembra?

Maria das Graças: Meu amor essa blusinha é muito chick mesmo. Essa cor tá na moda viu? Ela é só trinta reais

Interlocutora: Mulher pelo amor de Deus, eu num tenho esse dinheiro não. E eu tô precisando de uma blusinha assim pra sair com meu gatão [nós três rimos].

Maria das Graças: Pois faz assim, tu leva ela, sai com o teu gatão e quando tu ficar assim toda bonita e ele ficar doidim por ti, tu volta aqui e me paga cinquenta reais [continuamos rindo].

Interlocutora: Aff mulher, faz isso não que eu vou ficar é lisa. Tu me vende por vinte e dois?

Maria das Graças: Vendo sim meu amor, pode levar e seja muito feliz hoje de noite.

A rapidez e o tom cômico com que Maria das Graças respondeu a sua cliente me fizeram pensar que ela já passou por situações semelhantes anteriormente. Suponho que seria bem possível que já teve tempo para refletir boas respostas às clientes do brechó que solicitam algum desconto. A confirmação dessa suspeita só veio depois quando, em conversa via aplicativo, pergunto como ela faz para convencer suas clientes de comprar suas peças, ela respondeu em áudio:

⁴⁷ Não consegui acesso direto a esta obra citada por Michel de Certeau (2014). Détiene, Marcel & Vernant, Jean-Pierre (1974). *Les Ruses de L'intelligence. La métis des Grecs*, Paris, Flammarion.

Leo, a gente pega uma ideia aqui e outra ali, junta tudo e na hora fala olhando no olho da cliente uma coisa que ela sinta firmeza no que está comprando. Já passei por muitas coisas, não é sempre que dá certo não. (Maria das Graças).

A exemplo do que presenciei, a resposta ao meu questionamento indica que as suas táticas estão em memorizar alguns casos de sucesso e sem esquecer de valorizar o produto ou o serviço, incluir argumentos que fortaleçam a confiança da interlocutora. Seria difícil, no entanto, acontecer uma negociação como a descrita sem considerarmos a história de convivência de Maria das Graças na comunidade, bem como o acúmulo de suas experiências passadas ao aproveitar habilmente ocasiões para vender seus produtos. Sendo assim, concordo com Certeau (2014) quando afirma não ser possível definir a ocasião separando o sujeito praticante do contexto social em que ela acontece.

Mas a ocasião não cessa de enganar as definições, por não ser isolável nem de uma conjuntura nem duma operação. (. . .) Inscrevendo-se numa série de elementos, ela distorce as suas relações. Ela aí se traduz em torsões geradas numa situação pela aproximação de dimensões qualitativamente heterogêneas que não mais apenas oposições de contrariedade ou contradição (Certeau, 2014, p.147).

O que aprendo dos exemplos que alcancei e das definições no estudo de Certeau (2014) é que as habilidades de planejar e aproveitar as ocasiões cotidianas de trabalho estão na possibilidade de *justapor* numa mesma situação a memória de experiências anteriores, a mobilidade das relações sociais e as *performances* de argumentar em favor do produto ou do serviço oferecido. Deste último elemento, os argumentos, é interessante perceber que a sua qualidade está diretamente associada à afirmação de valores sociais (singulares a cada relação em que acontecem) e, de forma mais sutil, à mobilização do humor e da confiança como astúcia para o convencimento.

Já discuti anteriormente sobre o valor da confiança nas práticas de trabalho das diaristas e mais adiante me concentro na relação desta confiança com a “verdade” nos diálogos que elas estabelecem. Sobre o humor, um estudo detalhado se faz necessário para entender seu uso inventivo nas ocasiões de trabalho. Mesmo assim, numa apreensão ainda introdutória dentre as trabalhadoras pesquisadas, foi frequente perceber que o humor se torna um elemento chave para o sucesso da negociação. Nos fatos enunciados, as táticas de humor geralmente se constituíram no uso irreverente das vantagens adquiridas na relação direta entre contratante/comprador e a pessoa da trabalhadora/vendedora. Nestes usos astutos da lógica, por exemplo “comprar a minha cocada bom e dá energia para o trabalhar” (Alice), uma contratante deve “agradecer a

Deus por contar com alguém como eu” (Romilda), ou “a minha faxina deixa o ar tão cheiroso que dá vontade de dormir” (Fátima).

Sobre a modulação das argumentações, por hora, me limito afirmar, apoiado em Certeau (2014), que a “narratividade contadora é também algo semelhante a uma *métis*” (p.145), uma capacidade de “acumular experiências passadas e inventar as possíveis” (p.146). São habilidades nas quais a *arte de dizer* é ao mesmo tempo a *arte de pensar* e a *arte de fazer* em encontros fortuitos. O uso de tais artes não é aleatório. As habilidades de usar estas artes se constroem na história pessoal e nas ocasiões heterogêneas vividas. Podendo ser atualizadas nas diversas práticas de trabalho das diaristas dentro e fora dos serviços domésticos.

Mesmo que seja importante evidenciar toda a insegurança e a desproteção das diaristas em suas experiências de trabalho fora dos serviços domésticos, devo destacar que elas afirmam (em sua maioria) escolher esta fluidez das relações de trabalho por não aceitarem as lógicas de submissão pertinentes ao trabalho como mensalistas ou como empregada de carteira assinada. Concordo, portanto, com Uchôa-de-Oliveira (2021) – seguindo uma caracterização de Spink (2012) – ao mencionar as trabalhadoras domésticas-diaristas como exemplo de inserções situadas na periferia das atividades “não formais” pelo motivo que existe uma relativa escolha destas trabalhadoras por permanecerem com estes serviços em caráter de informalidade. Essa escolha, porém, parece ter mudado durante a pandemia de Covid-19 (anos de 2020 e 2021), quando em minhas aproximações ligações e mensagens de *whatsapp* percebi que muitas daquelas que se afirmavam “diarista profissional”, dado a escassez de serviços, abriam-se para possibilidade do trabalho como doméstica-mensalista. Fato observado, por exemplo, na seguinte enunciação: “as coisas ficaram mais difíceis e eu estou precisando me sustentar, até mesmo como empregada fixa” (Rosânegela).

5.3 O USO POTENCIAL DE ARGUMENTOS

Os fatos psicológicos e análises que venho desenvolvendo ao longo deste capítulo atestam que as precárias condições de vida e trabalho vivenciadas pelas trabalhadoras diaristas não aniquilam completamente a suas capacidades de criarem maneiras heterogêneas e intencionais de organizar a conduta em prol da sobrevivência. Esta reatividade singular se verifica em processos sociais dentro e fora dos serviços domésticos, mas nunca ausentes de negociações que requerem a valorização de si e do próprio trabalho em relações assimétricas de poder. Acredito que o enredo dramático de reagir aos processos sociais de submissão se

concretiza em batalhas cotidianas para criar possibilidades de sobrevivência (Sato, 2017; Spink, 2009), e a própria noção de batalha questiona a existência de alguma passividade alienadora. As trabalhadoras domésticas-diaristas descrevem acontecimentos no trabalho que, por um lado, respondem às demandas dominantes e, por outro lado, produzem ações e sentidos que valorizam a si a ao seu trabalho numa constante busca por melhores condições de vida.

Verificamos até o momento aspectos da “engenhosidade cotidiana para fazer o trabalho acontecer” (Sato, Bernardo e Oliveira, 2008) nas realidades concretas vivenciadas pelas diaristas ao concatenar elementos históricos, relacionais, habilidades e ocasiões em seus respectivos arranjos de trabalho. Sabemos que as necessidades de sobrevivência constituem base fundamental para os dramas de servir e de reagir às situações de submissão no trabalho. A partir dos relatos alcançados, quero agora examinar como se articulam o uso tácito de suas experiências e habilidades com a ênfase argumentativa que requer a valorização de si na organização cotidiana da conduta de trabalho.

Pensando a mútua implicação entre determinações sociais e a criatividade pessoal que se produz nos conflitos das relações de trabalho expressos na concretude dos fatos psicológicos enunciados, encontro pertinente reflexão sobre a *ação transformadora* como dimensão ético-política da liberdade humana na defesa de Sawaia e Silva (2019) sobre a relação inquestionável entre subjetividade, desigualdade e transformação social.

Inspirada em Vigotski e Espinosa, defenderei que a emoção e a criatividade são dimensões ético-políticas da ação transformadora, de superação da desigualdade, e que trabalhar com elas não é cair na estetização das questões sociais, ou solipsismo, mas sim um meio de atuar no que há de mais singular da ação política emancipadora (Sawaia, 2009, p.366)

Interpretar os dramas de reagir às submissões como *ações transformadoras* das domésticas-diaristas significa entender as relações de poder em suas múltiplas determinações. Ao longo do capítulo busquei examinar as determinações históricas e sociais que condições destas relações, tanto do ponto de vista dos contratantes como das trabalhadoras. Proponho agora examinar essas relações de poder em seus aspectos potenciais que se produzem no momento preciso da relação, quer dizer, no momento que os argumentos de ambas as partes disputam a lógica que deverá ser priorizada na organização do trabalho. Neste esforço, primeiro defino a potência das ações no âmbito dos afetos e depois exemplifico suas aplicações na realidade concreta das domésticas-diaristas.

Retomando Sawaia e Silva (2019), "a vida ética começa no interior dos afetos, e não contra eles, pois constituem a base tanto da servidão como da liberdade" (p.366). Neste sentido, os afetos estão próximos à ação política em seus contornos de constrangimento ou de

favorecimento para a liberdade. Sobre isso, a autora menciona como contribuição de Espinosa para a ciência psicológica o entendimento que existe “relação indissociável entre corpo e mente e a relação entre o poder do corpo de ser afetado e sua potência de ação” (p.367). Assim entendida, a dimensão política dos afetos está relacionada à potência em perseverar a própria existência, sendo os afetos o trânsito de um estado de potência para outro e atuando indissociavelmente no corpo e na mente. Portanto, os afetos se estabelecem em encontros e têm função central nas ações humanas de luta pela emancipação.

A perspectiva trazida por Sawaia parece ajudar na interpretação dos fatos psicológicos alcançados na pesquisa com as domésticas-diaristas ao buscarmos compreender a complexidade da mútua implicação entre determinações sociais e as as intenções pessoais no uso tácito de argumentos que, em geral, são afirmados com considerável convicção a fim de conquistar seus objetivos nas relações de trabalho. Tal perspectiva coloca em questão a dimensão afetiva das práticas cotidianas das domésticas-diaristas ao terem suas ações constrangidas ou potencializadas nos dramas do trabalho. Entendo que, na medida que as condições de submissão constroem suas potências de ação, as possibilidades de reagir a essas submissões dependem do uso astuto e convicto de suas experiências e habilidades. Convicção que potencializa as argumentações e que, quando falta, coloca em risco as chances de conquistar os objetivos pessoais na relação de trabalho. Acredito que esta questão é pertinente por ter percebido nos diálogos com as domésticas-diaristas a exaltação narrativa (falar alto, falar por cima das outras, olhos arregalados, dedo em riste e palavras decididas, por exemplo) com que elas descreviam as formas de se proteger dos contratantes abusivos. Quer dizer, enquanto as táticas desviantes relatam a qualidade das ações, a ênfase afetiva (na maneira que elas são afetadas e na maneira como afetam umas às outras, os contratantes e a mim nos encontros que tivemos) das argumentações relatam a intensidade com que as suas verdades são colocadas à prova no jogo valorização/desvalorização implicado nas relações de trabalho.

Não seria de estranhar que a realidade concreta de trabalhos desvalorizados desenvolvidos pelas domésticas-diaristas aconteça mediante constrangimentos à sua autonomia - longo transporte, tarefas cansativas, clientes controladoras, além das condições precárias das outras atividades de trabalho que exercem. Mesmo assim, apesar dos constrangimentos, as informações alcançadas nos indicam que estas trabalhadoras continuam lutando pela sobrevivência através do uso de suas habilidades aprendidas, redes de contatos e argumentos que valorizam as suas experiências. Mas como a conduta pela sobrevivência se diferencia e mantém-se potente o suficiente para enfrentar situações de submissão e constrangimentos?

Vejamos como acontece o uso astuto e a potência de argumentos no exemplo descrito de Ricardina quando, em grupo, relata episódios de discussões com contratantes.

Hoje eu sempre consigo contornar a situação, eu não deixo me contaminar com essas brigas. Eu olho para ela e repito o que ela me disse [risos]. . . e continuo o trabalho. Se você for bater boca com ela vai adiantar de alguma coisa? Eu não discuto com patrão. Nesse trabalho de diarista você é testada todo dia. Tem que saber lidar com isso. Quando eu era empregada doméstica eu tratei com todo tipo de situação. Depois que saí de lá eu tô preparada para tudo. Eu aprendi que o que a patroa quer é produção, quer que a casa dela fique limpa e pra isso que ela me paga. Então quando começa o falatório eu simplesmente paro de trabalhar e fico olhando e repetindo o que ela fala. Eu digo tudo o que ela tá me dizendo para ela ver que o que ela tá me mandando fazer é muito coisa e que um coisa não combina com a outra. Assim ela vê que tá falando besteira e pára de me perturbar. Fico parada e repetindo tudo até ela se tocar que eu tô parada só porque ela tá me atrapalhando. Se ela me diz: “limpe aqui e depois vá para os banheiros e depois para a varanda”, eu digo assim bem devagar: “pois tá senhora, eu vou limpar aqui bem feitinho, vou ficar aqui até ficar bem limpinho, aí depois vou limpar os três banheiros, deixar tudo muito cheiroso, depois vou para a varanda limpar a sujeira do cachorro”. Aí eu olho pro relógio e digo: “valha meu Deus já são 11 horas!”. Aí ela ver que tá me atrapalhando e se cala. Às vezes também deixo a mulher falar sozinha. (Ricardina)

Mas, nestes casos, como você consegue ficar calada enquanto outra pessoa testa a sua paciência? (Leonardo)

Eu fico imaginando o que vou fazer com o dinheiro da faxina. . . Assim, consegui construir a minha casa por causa do CTA. Antes de começa a trabalhar aqui eu era empregada doméstica, já tinha juntado dinheiro para comprar um terreno, mas morava num casebre bem pobrezinho. Depois que eu comecei a trabalhar tudo o que eu ganhei investi na minha casa, e hoje ela tá construída. Trabalho aqui desde 2012. Eu ainda faço uma reforma aqui e outra ali. Então cada vez que a cliente me perturba eu imagino uma parede nova lá em casa [risos de todas da sala]. (Ricardina)

Como já introduzido, suponho que uma primeira interpretação para este exemplo está no fato que os dramas de reagir à submissão não consistem numa emancipação completa, mas no embate permanente em disputas de poder no qual a potência de vida se posiciona ativamente frente às determinações sociais. Reconhece-se as forças sociais que as dominam, mas ao mesmo tempo, dedica-se tempo e inteligência prática para não depender destas forças. Sendo assim, estas trabalhadoras integram em suas práticas de trabalho o uso de elementos culturais dominantes com o uso de elementos singulares para a resolução de conflitos cotidianos no trabalho. Tal síntese entre cultural e singular, como vimos, é composta nas experiências e relações sociais, se concretiza no uso tácito de operações e de argumentos, além de precisarem manter-se potente o suficiente para fazer valer seus pontos de vista e justificar as ações dentro dos conflitos vivenciados.

As maneiras que Ricardina lida com as coerções de algumas contratantes – parar e repetir o que escuta, ou deixar falar sozinha, ou imaginar o que fará com o dinheiro – me

parecem, em princípio, uma escolha astuta para evitar ser afetada pelos constrangimentos nas relações de trabalho. Uma proteção que se faz numa relativa indiferença à violência coercitiva de modo a manter o exercício de suas funções com os objetivos de contornar a situação, manter a calma, concluir o serviço, receber o pagamento e planejar o que fará com o dinheiro. Essa apropriação cambiante dos esquemas disciplinares se faz ao não infringir a lógica dominante do serviço, mas sim ao defender nas situações constrangedoras seus objetivos pessoais de dignidade e valorização.

Numa segunda análise, as maneiras como Ricardina reage aos afetos constrangedores demonstram também que ela domina a sua conduta com o uso intencional de argumentos que, por um lado, são aceitos como legítimos pela contratante (a atenção para que o trabalho fique bem-feito) e, por outro lado, com a produção de sentidos que favorecem a manter-se no exercício das tarefas. Acredito que na combinação singular entre argumentações e sentidos exemplificada por Ricardina esteja dinamizado um jogo tácito entre o conhecer as “regras do jogo” (aquilo que a experiência lhe ensina) e conhecer fontes de potência pessoal capazes de manter a ação mesmo em condições intimidadoras (necessidades, pessoas queridas, valores de conduta e objetivos de consumo). Sendo assim, a produção de táticas e sentidos potencializadores da ação implica o reconhecimento da diferença entre os interesses do outro e os interesses pessoais na relação e, assim, o uso valorativo de argumentos e afetos que favorecem a concretização dos objetivos dos contratantes, mas também dos objetivos pessoais – pequenas conquistas pessoais numa relação de dominação.

A descrição de Ricardina suscita ainda uma outra dúvida. Qual lógica concreta permite que ela consiga inverter uma situação de constrangimento numa situação em que ela consegue realizar seu trabalho com mais liberdade? Quer dizer, não seria comum pensarmos que ela conseguiria reagir à submissão simplesmente parando de fazer o serviço prestando atenção nos comandos da contratante. Mas acontece que ela repete todos esses comandos e vai descrevendo implicitamente como são muitas as tarefas e como é complicado fazer com qualidade todas as exigências da contratante. Na sua enunciação interpreto que Ricardina não apenas utiliza os argumentos de produtividade para atestar a qualidade do seu serviço, mas também demonstra a real complexidade deste serviço ao repetir em voz alta todas as tarefas que precisa cumprir, até que a interlocutora entenda a dificuldade do que está pedindo. Ricardina tem a realidade concreta dos fatos como argumento irrefutável para as suas maneiras de agir dentro dos conflitos. Ao enfatizar a realidade dos constrangimentos que atuam sobre ela, parece potencializar suas iniciativas de autoproteção e autovalorização ao demonstrar como é difícil fazer o que ela faz e, assim, conquistar mais autonomia na sua organização pessoal da conduta.

Junto a mim e às outras participantes do encontro grupal, o fato de Ricardina enunciar estas realidades parece potencializar a produção de sentidos do trabalho vinculados à força perseverante de lutar pelos seus objetivos. Intencionalidade argumentativa que, inclusive, parece ser comum nas enunciações de todas as domésticas-diaristas que conversei ao relatarem o valor de si e de seus trabalhos.

Atento ao uso potencial dos argumentos e em busca de mais detalhes de como essa realidade se processa nas relações, retomei a escuta aos áudios dos diálogos estabelecidos com as domésticas-diaristas. Encontrei, então, acontecimentos que remetem aos quatro núcleos de significação destacados no capítulo anterior e que, respectivamente, evidenciam a concretude das ações que nascem da consciência dos constrangimentos da vida e são potencializadas por argumentos que favorecem o uso astuto de todos os meios possíveis para conquistar os objetivos pessoais. Vejamos:

Oi Leo. Minha família é pobre mas é muito unida. Graças a Deus! Na pandemia estamos vivendo no limite. Eu tô só com uma faxina por semana. É pouco. Mas o meu filho mais velho é quem está arcando com quase tudo. Quando ele vai trabalhar a gente cuida da casa e consegue um tempinho para ir deixar o almoço dele. Assim todos ocupam a mente e não pensa em besteira. A precisão aqui perto da minha casa tá grande. Tenho que dar atenção na família pra ela ficar unida. Tem muitas mães desesperadas com os filhos. Eu faço de tudo para que um ajude o outro aqui em casa. Assim a gente pensa menos na loucura que tá esse mundo. (áudio de Neide em resposta de texto via aplicativo sobre como a sua família tem sobrevivido durante o *lockdown*).

Fui receber o dinheiro do auxílio e a fila tava grande demais. Tinha gente que já tava na fila há quase um dia. Aí chegou um homem lá desesperado porque tinha que voltar pra o interior dele e ainda não tinha recebido o dinheiro. Sabe o que eu fiz? Eu vendi a minha vaga pra ele. Vendi por 30 reais a minha vaga. Eu já tava lá na frente e a fila já nem tava tão grande. Fiquei umas 3 horas a mais na fila, mas eu vi vantagem. Dez reais por hora para ficar parada é melhor do que a hora que eu ganho nas faxinas [risos]. Ninguém do banco ficou sabendo e eles nem ligam para isso. No outro dia eu ainda pensei em voltar lá para vender de novo, mas achei arriscado (áudio de Sandra em resposta como fez para receber o auxílio emergencial do Governo Federal)

Qdo eu vou a primeira vez na casa da cliente. Tenho que ser cautelosa no sentido da relação com a cliente ou do cliente, o que ela faz, se é gay. Essas coisas. Tudo é possível. Se aquela é torcedor do fortaleza ou ceará (daí eu não posso chegar de máscara tricolor). Outra coisa se os clientes são: evangélicos, eu me acho sem religião. Depois de passar poucas e boas pela a vida. Eu duvido de tudo. Por isso tenho que ser muito cautelosa qdo eles (os clientes) vem me perguntar as coisas. Estou ali para executar uma tarefa, mas também saber se eu terei um futuro cliente. Vou te contar um segredo: trabalho na casa de uma pessoa que toda vez qdo vou passar lençóis tenho que calçar umas pantufas porque ao engomar, os lençóis não caíam sobre a parte de cima dos meus pés. Como eu quero trabalhar e ganhar o meu dinheiro não custa nada calçar aqueles chinelos. Entendeu o que é jogo de cintura? É qdo vc é forçada a fazer algo que não interfere na sua condição humana, mas é necessário naquele momento. Se você trabalhar direitinho vai conseguir comprar as coisas que precisa para viver. Não diga pra ninguém por favor. Mas o dinheiro que ganhei neste agosto e setembro comprei painéis e muitas coisas que vou precisar na casa nova. Fico toda empolgada quando consigo comprar o que eu quero

(diálogo com Alice em resposta de texto via whatsapp sobre o que é importante para conseguir trabalhos e o que ela entende quando se refere à “ter jogo de cintura”).

Preciso da fazer da fraqueza a força. Tenho que ser forte, olhar para frente e não passar mais pelo que eu passei. [pergunto de onde ela tira essa força para superar os desafios]. O que me curou foi Deus. Eu tiro a força de Deus. Eu sou evangélica, mas não é pelo fato de eu ser evangélica. Porque na igreja não é todo mundo que bota em prática o que está sendo ensinado. Mas lá na igreja eu conheci a “terapia do amor”, todas as quintas feiras eu estou na igreja assistindo palestras que nos ensinam a me amar. Hoje eu já me aceito e tento cuidar de mim, cuidar do meu coração, do meu interior. [Pergunto, então, como esse cuidado consigo ajuda no trabalho] Quando falam mal de mim eu sei que é porque estas pessoas estão com inveja de mim. Mas eu nem ligo. Elas que fiquem tristes. Quando vem alguém reclamar da vida para mim, com negatividade, eu digo que não quero nem saber. Eu não posso acreditar nessa negatividade porque eu preciso trabalhar. Não vai acontecer o que eu quero se eu for negativa. Por isso que as outras acham que eu quero saber demais da vida. Mas eu tenho fé e isso muda tudo. Nesse mundo tão difícil, se a gente não tiver fé a gente não vive (diálogo com Maria das Graças, em entrevista, sobre como ela consegue superar as suas dificuldades).

Esta sequência de exemplos nos revela que as difíceis condições sociais não impedem totalmente as trabalhadoras diaristas de organizar maneiras de enfrentar os impasses da vida cotidiana. No intuito de escapar a ordem instituída, estas mulheres lançam mão de saberes práticos, mas também de um posicionamento reflexivo pautado na autoproteção que questiona a ordem instituída a qual estão submetidas. Utilizar tacitamente argumentos em seu favor é, em princípio, reconhecer as condições de exclusão que a vida lhes impõe. Só que, consecutivamente, reagir às “verdades” dominadoras é também defender seus valores pessoais a partir do reconhecimento das “verdades” pessoais que precisam enfrentar cotidianamente, o que as encorajam a atuarem em favor da sobrevivência aproveitando oportunidades de como vimos nos exemplos: unir a família para enfrentar dificuldades financeiras, ganhar dinheiro na fila de um benefício, conhecer os direitos para se valorizar nas relações de trabalho e utilizar preceitos evangélicos para permanecer com a busca por trabalhos.

Em todos os diálogos que estabeleci nesta pesquisa, as enunciações nunca se fizeram apartadas da intencionalidade que reivindica reconhecimento – meu e de quem queira escutar – dos valores pessoais adquiridos nas experiências de seus variados trabalhos. Suspeito, então, que justificar seus valores pela “verdade” vivenciada é um crivo central para reflexão em torno da justiça dos compromissos na relação trabalhadora-contratante. Para elas, uma reflexão mais livre da dominação pode inverter a lógica dos constrangimentos vividos em sentidos que potencializam o poder de escolha nos termos desta relação. Desta forma, proponho que a potência dos argumentos que defendem os valores pessoais de si e do trabalho advenha em grande medida do poder transformador da palavra que comunica e denuncia as “verdades” vivenciadas, afirmando a dignidade de uma existência que não se curva aos procedimentos

disciplinares dominadores. A valorização pessoal se faz na fidelidade a si mesma, um pôr-se questionador das “verdades” institucionalizadas a partir da “verdade” de seus pontos de vista. Tem que se conhecer para conseguir se proteger, tem que ser corajoso para se expor, tem que valorizar as próprias “verdades” para cuidar de si

Nesta linha de interpretação, entendendo que as domésticas-diaristas corajosamente se apoiam na “verdade” de suas experiências como argumento de justiça para reconhecer e requerer valorização de si nas situações em que se sentem constrangidas. Nas ocasiões em que podem (ou conseguem) afirmar seus pontos de vista sobre as situações de trabalho, os objetivos se centralizam em potencializar suas ações e, mesmo que pouco, conseguir alguma mudança na relação desigual. Sendo assim, não me preocupo se as enunciações descritas pelas diaristas são fatos completamente verdadeiros em suas vidas, pois o que importa é convicção com elas manifestam as suas “verdades”, é a potência com que elas narram as histórias e escolhas.

A integração das necessidades com a experiência e a imaginação – o presente, o passado e o futuro - das diaristas parece lhes possibilitar a significação e a organização das ações com um grau mais elevado de poder ao enfrentar situações inevitáveis. Organização que se faz em compromissos que se abalam com as disputas de poder, mas de maneira a não se entregar para ele e, num esforço reativo, postular um poder pessoal na relação. Um poder não dominador baseado na “verdade” de sua história, a “verdade” de enfrentamentos da dura realidade do trabalho, portanto baseada na autenticidade de suas intenções naquela relação de trabalho.

6. PROCESSOS DE COLETIVIZAÇÃO POR OBJETIVOS COMUNS: OS DRAMAS DO DEVIR

*Se o mundo ficar pesado. Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia
Se o mundo emburrecer. Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria.
Se o mundo andar pra trás. Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia
Se a gente desanimar. Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia
Se acontecer afinal. De entrar em nosso quintal
A palavra tirania
Pegue o tambor e o ganzá. Vamos pra rua gritar
A palavra utopia
(Samba da Utopia, Ceumar)*

Nos segmentos de vida enunciados pelas mulheres entrevistadas surgiram sentidos que ampliam a responsabilidade de trabalhar como diarista para além da relação direta com as contratantes. Com recorrência – a depender de cada trabalhadora, mas sempre presente – foi possível perceber que as suas rotinas de trabalhos estão relacionadas à compromissos com determinados grupos externos às relações de contratação. Para explorar os conflitos vivenciados pelas trabalhadoras diaristas torna-se importante, então, compreender a dramática das escolhas no cotidiano de trabalho a partir de relações com pessoas que, mesmo não participando diretamente das situações de trabalho, influenciam nas decisões destas trabalhadoras no cotidiano de suas tarefas. São processos sociais que demonstram o valor potencializador das redes de relacionamentos paralelas e concomitantes aos serviços de trabalho doméstico.

Se nos dramas do servir identificamos processos sociais de submissão e nos dramas do devir identificamos processos sociais de diferenciação a partir valorização de si e do trabalho, nos dramas que apresento neste capítulo, os dramas do devir, os processos sociais configuram a coletividade de esforços em torno de objetivos comuns. Tais esforços não se restringem aos objetivos relacionados ao trabalho, embora os inclua e mantenha função potencializadora para a autopercepção das trabalhadoras como pessoa digna e acolhida em alguma rede de ajuda mútua. São nestas relações que se fortalecem e se compartilham os saberes práticos da vida e do trabalho. Saberes que envolvem diferentes âmbitos da vida – relações familiares, profissionais e cidadania – e diferentes maneiras de trabalhar – muitas vezes criam condições de possibilidade para organização associada de serviços alternativos ao de doméstica-diarista.

Compreendendo o devir humano como as contínuas transformações da vida constituídas nas múltiplas relações sociais que um sujeito realiza de maneira intencional, ao longo das

exposições perceberemos como estas transformações do devir demonstram vínculos centralizados em interesses comuns, objetivos variados e compartilhados (solidariedade, formação, cuidado, luta política e renda, por exemplo) que influenciam a organização da conduta das trabalhadoras nos serviços domésticos ou em outros trabalhos.

Nas análises dos dramas do devir verificaremos como o conteúdo temático dos quatro núcleos de significação apresentados anteriormente assumem novas configurações de sentidos dado às diferentes circunstâncias em que emergem as necessidades, os motivos e os interesses que põem em movimento os processos sociais examinados. Dessa forma, a articulação interna do conteúdo de cada núcleo de significação expressam novos conflitos entre “a sobrevivência familiar”, “ser uma profissional diarista”, “a desproteção permanente” e a “misericórdia de Deus”. Os variados processos sociais que enredam os dramas do devir constituem, portanto, uma reconfiguração dos sentidos que dinamizam a organização da conduta das trabalhadoras.

Como tenho procedido nos enredos dramáticos anteriores, descrevo inicialmente a síntese da trajetória laboral enunciada por Silvinha para exemplificar os dramas de produzir coletivamente objetivos comuns. Tais devires não devem ser apartados das condições de desvalorização social e da luta pela autovalorização enfrentadas pelas trabalhadoras.

6.1 “EU DIGO PARA ELAS QUE ENQUANTO HÁ VIDA HÁ ESPERANÇA E QUE A GENTE TEM QUE BOTAR A MÃO NO ARADO E NÃO VOLTAR PRÁ TRÁS”: A TRAJETÓRIA DE SILVINHA

Na ocasião da entrevista (4 de dezembro de 2020) Silvinha estava com 46 anos de idade e era casada há 26 anos. Afirma que não quis estudar quando era jovem e estudou até a oitava série do ensino fundamental. Ela disse que não continuou os estudos porque teve que trabalhar para sustentar os filhos, teve a primeira filha aos 18 anos.

Hoje trabalho como doméstica e babá. Comecei a trabalhar aos 13 anos em casa de família. Porém sou do interior de Itapipoca e como o meu pai tem muitos filhos ele não tinha condição financeira de sustentar todos. Então os mais velhos foram se destacando para Fortaleza. Comecei cuidando de casa, mas não consegui me desenvolver, porque eu não sabia o que fazer. Tem patrões que recebem bem, mas tem patrões que não recebem bem, como se a doméstica não fosse ser humano. Depois eu tive a possibilidade de ser babá de criança nova e fui aprendendo a cuidar da criança ao mesmo tempo que ia aprendendo as coisas da casa. Hoje eu trabalho de babá e de doméstica. O emprego de babá e doméstica são duas funções numa só. Eu cuido da casa, de manhã até meio dia eu cuido da casa e depois de meio dia eu me prontifico ficar com a criança, porque é o horário que a criança chega da escola. Aí nesse serviço de babá eu trabalho até nove horas da noite, que é a hora que a criança dorme.

Silvinha se diz muito cansada e que tem noite que para dormir tem que tomar medicação, pois sente muitas dores nas pernas e nas costas. Diz que não dorme direito.

É desconfortável dormir na casa diferente da casa da gente né, e a gente tem que levar a vida porque tem filhos e, querendo ou não, a gente que trabalha como doméstica se torna o pai e a mãe dos filhos né. Hoje em dia o meu marido ficou desempregado nessa pandemia, então eu sou a dona de casa, eu tenho que trabalhar dessa forma para sobreviver e trazer o sustento dos meus filhos.

E continua:

Na primeira casa que trabalhei em Fortaleza eu fui levada para o Rio Grande do Norte, fui acompanhar um casal que se mudou para lá. Então quando eu cheguei lá eles me colocaram num quarto, eu passei a dormir no chão, só comia os restos que sobravam da mesa, literalmente eles me mantiveram presa nessa casa. Os meus pais me procuravam aqui em Fortaleza, naquele tempo não tinha os mesmos meios de comunicação como hoje. Depois de seis meses, quando eu tive a oportunidade de sair de dentro de casa eu pedi socorro aos vizinhos e eles me jogaram de carro em carro, aí eu consegui chegar em Fortaleza. Quando cheguei aqui eu passei uns três dias no meio da rua tentando achar uma conhecida minha. Quando encontrei ela eu consegui voltar para a casa dos meus pais em Itapipoca. Mas depois de pouco tempo eu tive que voltar para trabalhar em Fortaleza. Era o meu único meio de sobreviver. Voltei para cá, mas já estava mais esperta, sabendo como devia lidar com os patrões. Mas foi um absurdo, eu nunca mais esqueço uma coisa dessas que aconteceu comigo. Quando lembro disso fico com muito medo, a gente nunca sabe quem é pessoal que está contratando a gente.

Silvinha afirma que essa experiência serviu para que atualmente ela fique alerta e sempre lembre as profissionais que ela encaminha – serviço que realiza gratuitamente – a ficarem atentas para que não aceitem qualquer abuso dos patrões. “Eu digo logo que se elas perceberem alguma coisa errada saiam logo da casa sem sentir nenhuma culpa. Eu ensino o que eu aprendi”. Silvinha disse que, depois de algum tempo, estava trabalhando noutra casa em Fortaleza e sofreu abuso sexual de um patrão. Então,

Eu estava lavando a louça e ele chegou por trás para me abraçar, aí eu peguei uma faca disse: se você chegar mais perto eu vou te cortar. Ele disse que eu era doida e que iria falar com a mulher e me botar para fora de casa. Só que quando ela chegou eu falei com ela primeiro do que ele, contei tudo, todas as cantadas que me passava. Eu disse que não dava mais para trabalhar lá nessas condições. Ela disse que acreditava em mim porque eu não era única pessoa que fala isso dele. Hoje ela é separada dele, até hoje eu tenho contato com ela.

Dessa sua narrativa eu afirmo que já escutei muitas histórias de trabalhadoras domésticas que também sofreram abusos. Ela me confirma,

Se eu for escrever tudo o que sei que as meninas que mando para as casas passam, eu poderia escrever um livro. É impressionante como a empregada doméstica é discriminada. Muitas pessoas dizem que hoje em dia a empregada deve se comportar como se fosse a sua própria

empresa. Mas isso não existe, na realidade não é assim. A empregada doméstica é humilhada na alimentação, na estadia e em várias formas que vive na casa dos outros.

Antes de conversar sobre o serviço de intermediação que ela realiza eu queria saber quais outros trabalhos que ela realiza e já realizou. Sua resposta: “Eu me viro de todo jeito, eu já trabalhei como garçomete, de fiscal de venda, já fiz serviços gerais, já tive carteira assinada, mas a maioria foi avulso”. Silvinha diz que pretende se aposentar como agricultora e que não quer mais assinar a carteira de trabalho, prefere ficar como “avulso” e que já está juntando documentação para se aposentar como agricultora. Neste momento ela narra muitos detalhes sobre a aposentadoria nesta modalidade, pareceu bem informada e coerente com o seu plano.

Quero então saber o porquê, mesmo com tantas experiências, ela prefere trabalhar com doméstica na casa onde está. Resposta:

Trabalho aqui por causa dos meus patrões, em toda casa de família que eu fui eles são os únicos que me trataram como gente de respeito. Eu não tenho eles como patrões, mas como os meus pais. Eu cheguei lá por indicação de uma amiga, fui fazer faxina. Mas eu me identifiquei com a patroa e ela comigo e de imediato ela já pediu que eu viesse trabalhar com ela.

Silvinha diz que o casal é muito bom com ela e que, na verdade, quem manda na casa é ela mesma, “. . . ela disse que eu sou muito rigorosa, sou uma general. Quando chega lá as amigas dela ela diz: olha aí, está aí a dona da casa, quem manda aqui é a Silvinha. Eu começo a rir”. Silvinha afirma ser respeitada, a sua opinião às vezes é que mais vale, come o que quiser na geladeira deles e que, em muitos casos, ela é quem educa os filhos do casal.

Dou carão e tudo nos meninos, . . . tem coisas que eu mando e quem nem a patroa consegue mandar. Por exemplo, eu que mando o mais novo sentar na mesa para comer, e mando também os outros meninos arrumem o quarto. Isso me cansa muito, mas de uma certa maneira eu até gosto, porque é uma maneira que eu consigo controlar o povo da casa (risos). Se eu não fizesse isso eu acho que nem lá eu estaria. Eles esperam que eu mande neles.

Diz que sente como se fosse da família, mas sabe o seu lugar e entende que a sua liberdade é relativa aos limites de uma funcionária. Apesar dessa liberdade relativa, Silvinha demonstra ter comando na organização da sua jornada e até na forma de sua contratação, pois ela trabalha nesta mesma casa três dias da semana e recebe os pagamentos como se fosse diarista, valor mais caro que o dia-trabalho de uma mensalista. Mas ela também afirma que essa responsabilidade de ser uma mandante na casa dos outros lhe traz uma sobrecarga de trabalho. “Tem dia que eu penso em jogar tudo para o ar, mas eu lembro dos meus filhos e do exemplo que eu tenho que dar para as minhas colegas, então eu volto atrás e relevo todo o meu cansaço”.

Silvinha disse que durante a pandemia negociou com a patroa de receber como diarista e trabalhar apenas três dias por semana. Disse que prefere assim, pois continua recebendo as horas extras (o que manteve os mesmos ganhos mensais) e consegue descansar nos outros dias. Pergunto se ela tem interesse em fazer diárias em outras casas. Ela diz que não, prefere usar o tempo para descansar e cuidar o grupo de profissionais que ela gerencia. Ao perceber essa sua responsabilidade com outras profissionais, a ponto de ter que dedicar horas de trabalho na semana, questiono quem são essas outras pessoas e como é este serviço de intermediação.

Aí eu pensei assim: eu vou formar um grupo. Aí eu achava que era brincadeira, mas com o tempo foi ficando sério, os patrões foram me procurando e as meninas me procurando . . . e lá para cá a coisa só foi crescendo. Hoje tem 200 mulheres cadastradas no grupo.

Começou quando uma mulher me pediu para indicar alguém, aí outra patroa me pediu também, e outra e outra. Aí eu resolvi criar um grupo para ajudar as meninas que precisam de trabalho né. Porque quem passa dificuldade são as meninas e não os patrões. Eu acho que foram me procurando porque me conhecem, sabem que sou séria e conhecem meu trabalho e um pouco da minha história né. Aí disso eu resolvi ajudar as outras. No começo era boca a boca, mas depois eu criei o grupo para facilitar.

Então pergunto como se faz para entrar no grupo. Responde:

O meu grupo não é em rede social. Só entra nele as trabalhadoras, patrão não entra. As mulheres que querem participar me procuram e eu pergunto qual é a sua função. Aí peço a ela dois contatos de onde ela já trabalhou, aí eu ligo e investigo. Pergunto sobre o trabalho dela, mando uma foto e pergunto se aquela mulher já trabalhou lá e como foi o serviço dela. Aí depois, se estiver tudo certo, eu incluo no grupo, peço uma ficha criminal e, quando for solicitada, eu encaminho ela para a casa de algum contratante.

Pergunto como funciona o encaminhamento. Ela responde,

Não sou eu quem escolho quem vai trabalhar lá. Quando a patroa solicita, quando surge a vaga, eu encaminho de três a cinco profissionais para lá, aí é a patroa quem escolhe quem vai ficar. Eu envio o currículo com foto, um currículo que é da minha autoria, feito por mim, onde tem também a folha criminal. Aí depois que ela escolhe a pessoa eu peço que me avise. Aí eu deixo a profissional com ela por 30 dias, para fazer o teste. Caso não der certo ela me avisa e eu encaminho outra para ela fazer outra seleção.

Busco saber o que ela recebe com este trabalho. Ela responde,

Eu não cobro dinheiro, nem das funcionárias e nem dos patrões. Só que a partir do próximo ano eu penso em pedir alguma taxa das patroas. Isso não foi ideia minha, quem está dizendo isso são as mulheres que procuram. Elas dizem que não é justo eu trabalhar de graça e essa taxa serviria para pagar algumas despesas que eu tenho. Mas eu já cuido desse grupo há nove anos e nunca cobrei nada. Elas é que estão fazendo esse movimento. Ainda vou ver como resolver isso. Porque o eu gosto mesmo é de servir quem precisa. O que eu cobro mesmo é a seriedade da

patroa e a qualidade do trabalho da profissional. Eu sou exigente. Eu não sei como eles gostam de mim, porque eu sou chata e rigorosa.

Pergunto mais sobre essa sua vontade de servir. “Eu adoro servir, eu me sinto bem em agradar outras pessoas. Foi assim que os meus me ensinaram e como eu aprendi na minha religião. Eu acho muito gratificante servir, isso é muito importante fazer o bem sem olhar a quem. O verdadeiro reconhecimento vem do alto”.

Hoje eu cuido quase de 200 profissionais, e por conta disso cuido de 200 patroas. Também cuido de duas famílias, a minha e a dos meus patrões. Por conta disso me sinto muito sobrecarregada. Acho que é por isso que eu não consigo dormir direito. Também sinto muita dor de cabeça, dor nas costas, ânsia de vômito. Às vezes acordo de manhã com o coração acelerado, isso é horrível. Mesmo assim eu não desisto destes trabalhos, porque eu adoro servir.

Eu sei que não deveria sentir assim, mas eu me sinto responsável pela pessoa que eu mando para a casa do contratante. Então além de eu enviar a pessoa para quem me solicitou eu faço o acompanhamento com a profissional, e com o contratante também. Eu faço o acompanhamento durante 30 dias. Se caso eu souber que ela está sendo humilhada eu retiro a profissional imediatamente da casa. Mando elas irem embora.

Silvinha afirma que a sua atual patroa a libera para fazer os trabalhos no *whatsapp* e que consegue atender de cinco a seis pedidos de profissionais por dia. Mas só consegue dar mais atenção ao grupo depois que chega em casa do trabalho. Tem dia que fica até uma hora da manhã respondendo as mensagens do grupo.

No grupo estão inscritas mulheres que exercem funções como: faxina, babá, cuidadora de idosos, acompanhante hospitalar, engomadeira, folguista e cozinheira. Silvinha diz que no grupo não aceita homens, apesar de também conseguir algumas indicações para os maridos das participantes, mas não os inclui no grupo. Existe também a regra que aquelas muito antigas e que já estão empregadas são retiradas e dão lugar para outras que estão chegando. Outra regra é que divulguem o grupo de graça, “assim como receberam de graça eu exijo que elas também divulguem o grupo de graça para outras patroas que estejam precisando. É tipo a formiguinha, uma vai ajudando a outra”.

Os diálogos no grupo, porém, não se restringem aos encaminhamentos. Ela afirma que durante o dia existem muitas conversas sobre as dificuldades no dia a dia de trabalho como domésticas. Então são comuns também: as trocas de experiências, troca de receitas, pedidos de dicas de como proceder em determinadas situações, pedidos de ajuda em casos de emergência, pedido de orações, além de muitas figurinhas carregadas de afeto. Ela descreve alguns exemplos de cooperação: uma neta das participantes nasceu com problema no coração e elas se juntaram para comprar o remédio da criança; a filha de uma delas estava passando fome e se juntaram

para fazer a feira do mês; organizaram um chá de bebê para uma participante grávida. “Tem vez que uma pede ajuda, a outra grita: Eu vou ajudar! E as outras vão junto (risos). É muito bom ajudar quem precisa”.

No entanto, Silvinha também não nega que existam conflitos. O principal motivo do conflito é o valor que cada uma cobra para os serviços. Mas Silvinha diz que existe também a regra que não pode ter briga.

Quando rola briga eu digo: olha, está na regra que ninguém aqui pode jogar nome [xingar] nas outras! Quando tem briga eu fecho o grupo e converso no particular com cada uma. Só abro de novo quando acaba a briga. Eu aviso que se acontecer de novo eu expulso a pessoa e bloqueio o contato. Isso já aconteceu poucas vezes, mas já aconteceu.

Silvinha afirma ainda que pessoalmente prefere manter contatos apenas virtuais, pois já recebeu ameaças de morte de duas pessoas que fazem o mesmo serviço de forma remunerada. Por isso prefere se resguardar e não fazer nenhum contato físico direto com alguma pessoa do grupo. Mas termina conhecendo pessoalmente algumas das participantes que trabalham ou moram próximas a ela.

A confiança é algo que eu prezo muito e preciso que elas confiem em mim também, então é melhor manter certa distância para que as coisas não se confundam e eu continue fazendo o meu serviço do jeito de sempre, através dos contatos por telefone, referências, currículo e ficha criminal.

Por fim, peço que ela se defina como trabalhadora. Depois de pensar por alguns segundos, responde:

Eu me defino como guerreira! Eu sou uma mulher que eu não posso dizer inabalável porque a gente se abala com as coisas. Mas eu não sou de começar a fazer uma coisa e voltar atrás, eu sempre termino o que começo. Eu não desisto dos meus sonhos e objetivos. Eu sempre estou ali dando força para quem quer desistir. Eu digo para elas que enquanto há vida há esperança e que a gente tem que botar a mão no arado e não voltar prá trás, tem que ir em frente. Eu me defino como guerreira.

6.2 CONDIÇÕES CONCRETAS, IDEOLÓGICAS E AFETIVAS DOS DEVIRES

Na trajetória laboral de Silvinha observamos acontecimentos que poderiam ser caracterizados nos dois enredos dramáticos que já discutimos. Situações próximas aos dramas

do servir são identificadas quando ela relata a difícil vida na infância, o sequestro enquanto ainda era adolescente, o assédio sexual de um patrão ou ainda a intensidade da jornada de trabalho para dar conta dos serviços de limpeza e cuidado das crianças. Se reconhece também dramas do reagir à submissão quando Silvinha menciona assumir postura rude e de comando com os patrões, nas seguidas trocas de residência em que trabalhou, bem como a sua escolha por manter-se na informalidade para poder se dedicar a outras atividades de trabalho. O que quero destacar neste enredo evidenciam-se nas enunciações de Silvinha quanto a sua disposição para ajudar outras mulheres que vivenciam condições de vida semelhantes às dela e como a participação neste grupo influencia a conduta dessas mulheres no trabalho cotidiano. Busco compreender como alguns vínculos sociais fora das relações de trabalho de diarista configuram dramáticas do devir na realidade concreta de seus diferentes serviços.

Necessário, antes, definir o termo devir como o fluxo da vida singular ao efetivar processos sociais diversos que medeiam o “movimento permanente capaz de criar, transformar e modificar tudo o que existe” (Dicionário Aurélio). Dessa forma, aplicando o termo no cotidiano das trabalhadoras pesquisadas, os dramas do devir representam a produção de novas perspectivas de vida mediante relações nas quais estas mulheres não estejam em condições de submissão, mas sim em condições de pensar e concretizar coletivamente possibilidades mais ampliadas de existir e, assim, mudar a realidade pessoal, transferindo inclusive tal afirmação da liberdade para as relações de trabalho. Pretendo interpretar como alguns vínculos coletivos abrem espaço para a resignificação de si e do trabalho ao compartilhar argumentos que as desancoram do peso dominador da cultura e as impulsionam numa ética transformadora de si, das demais aliadas e da realidade social como um todo.

Nos relatos de Silvinha, a sua iniciativa de criar e gerir um grupo com mais de 200 pessoas com o objetivo de intermediação de serviços parece exigir dela, além de muito trabalho, a empatia para as situações de outras mulheres. Uma inquietação nutrida pela vontade de ajudar, mas operacionalizada com muito diálogo e disponibilidade pessoal. Silvinha, em princípio, não demonstra interesse em ajudar os contratantes, essa ajuda é secundária. A sua intenção está principalmente em compartilhar os benefícios da confiança depositada nela para facilitar o acesso de outras mulheres ao trabalho digno. Mas isso não acontece de forma aleatória. Os procedimentos estabelecidos no grupo pressupõem especificidades de funções e operações de uso que, por um lado, organizam acordos comuns que favorecem a intermediação de trabalhos de forma equânime. Por outro lado, a participação no grupo abre espaço de encontros (físicos e virtuais) para a comunicação das necessidades e compor alianças mediante objetivos comuns para sobreviver e favorecer a sobrevivência umas das outras.

O seu trabalho de intermediação encabeçado por Silvinha alia interesses complementares que desembocam num relevante exemplo de coletividade que se agrupa em torno de interesses próximos. Podemos dizer que Silvinha desenvolve suas intenções de ajudar outras diaristas ao aliar solicitações de contratantes com a necessidade das mulheres inscritas no grupo. As contratantes encontram nos procedimentos de Silvinha a segurança e a agilidade que esperam das trabalhadoras. Já estas, também se beneficiam pela possibilidade de conseguir serviços sem pagar taxas de intermediação e com alguma segurança devido ao controle de Silvinha. Parece que a seriedade com que ela realiza as intermediações (cadastros, folha corrida, currículo e acompanhamentos) associada à gratuidade do serviço e às proteções para com as trabalhadoras, com o tempo de boas experiências, trouxe para o grupo comunicações que aliam a objetividade na organização do trabalho com valores de cuidado mútuo dentre as integrantes. Dessa forma, as comunicações neste coletivo parecem impulsionar encontros, significados e afetos que favorecem o trabalho na função de diaristas, mas também favorecem novas formas de viver este trabalho devido a proximidade das realidades e dos objetivos que vivenciam.

O caso de Silvinha poderia ser considerado fora do comum devido a inovação de seu trabalho na gestão dos encaminhamentos. Se assim for, não poderíamos afirmar a existência de processos sociais semelhantes dentre as domésticas-diaristas que envolvem a participação em grupos como prerrogativa para a organização da conduta no trabalho. Mesmo que o caso de Silvinha seja um exemplo diferenciado de compromisso coletivo, ele nos chama atenção para as intenções significativas em enunciações como:

Teve uma vez que eu tava triste e fui num serviço de psicóloga perto da minha casa, lá comecei a frequentar um grupo com outras mulheres e eu aprendi que eu tenho meus direitos, eu posso ser respeitada, hoje exijo isso, viu? (Romilda)

As minhas vizinhas me ajudam quando preciso deixar o meu filho em casa, eu ajudo elas também, a gente se ajuda porque se não a gente não consegue nem viver, não consegue nem trabalhar. (Inês)

Um amigo meu começou a me buscar de moto quando eu saía tarde do trabalho, depois ele começou a fazer isso com outras pessoas lá perto de onde eu moro, hoje ele virou mototaxi, acredita? Ele me ajudou e depois eu ajudei ele a encontrar serviço [risos]. (Neiziane)

Eu dependo total da minha irmã, a gente mora junta e somos mães solteiras, quando o bicho pega a gente se junta e não deixa a peteca cair, eu já fui bater no trabalho dela para brigar com um caba sem vergonha que tava se aproveitando dela. (Erlene)

Assumir compromissos com coletivos de diferentes esferas (família, vizinhança, igreja, unidade produtiva e associações diversas) engendra uma dramaticidade social mais ou menos

regular que é convertida em valores e sentidos para as ações no trabalho. Diferentes dimensões da vida social se interpõem e influenciam a forma como essas mulheres enfrentam os conflitos cotidianos na medida em que fornecem anteparo afetivo e significativo para as ações no trabalho em meio às condições adversas. Numa perspectiva de interpretação dos dramas humanos pela sobrevivência cabe questionar como as relações proximais construídas no cotidiano das relações fora do trabalho influenciam a maneira de agir e dar sentido às práticas de trabalho. Quer dizer, sendo o devir estabelecido num contínuo relacional, como as interações estabelecidas em agrupamentos de pessoas semelhantes criam, transformam e modificam as ações das trabalhadoras? Entendo que as análises dos dramas do devir incluem interpretar: os problemas sociais que unem estas pessoas, as intenções pessoais para participação neste grupo, os significados compartilhados nas diversas formas de encontros e a história de interações que modelam a forma de como o coletivo se organiza.

Importante mencionar que, assim como os embates no grupo gerenciado por Silvinha, os vínculos sociais fora do trabalho não acontecem sem conflitos. Seria ingênuo pensar que as relações na família, igreja, vizinhança, grupos virtuais e associações funcionam em completa harmonia de entendimentos sobre as questões que os agrupam. Existem sim relatos de afinidade no cotidiano de compromissos e de ajuda mútua no interior dos agrupamentos, mas existem também relatos de disputas que revelam divergentes posições pessoais dentre as participantes.

Já cansei de trabalhar para pagar cuscuz para o filho da vizinha, agora ela é que vá criar calos nas mãos, já fui muito besta e cansei, nunca pedi que pagasse a minha comida, só peço às vezes para usar internet dela. (Aparecida)

Se entendemos que cada grupo social possui suas especificidades não podemos pensar que isso acontece sem embates de argumentos. A diferença é que nos vínculos fora das relações de trabalho as domésticas-diaristas entrevistadas encontram a possibilidade de posicionamento franco, sem as coerções que caracterizam a dominação de suas formas de agir. Dentre as enunciações, percebe-se que existem algumas relações fora do trabalho que apoiam as suas sobrevivências, mas isso acontece com pontos de vista muitas vezes divergentes e mediante constantes negociações “Eu gostava de ir para a praça fazer ginástica, lá é bem animado, mas desde que começaram a defender um vereador lá eu não fui mais, eu era contra, mas ninguém me escutava, só voltei depois que as eleições acabaram” (Alice). Suponho que conflitos entre os pontos de vistas abrem caminhos para mudanças-com-o-outro concretizadas no devir de cada trabalhadora. Sendo assim, as relações estabelecidas em determinado grupo social são potencializadoras para a sobrevivência na medida em que estiverem alinhadas com intenções

que correspondam aos dramas concretos de suas integrantes (necessidades, experiências, objetivos, valores), mesmo que isso aconteça com conflitos e negociações.

No caso das domésticas-diaristas com quem dialoguei, vivendo em condições socioeconômicas semelhantes, a inserção em diferentes grupos favorece a atuação no trabalho – em qualquer trabalho – mediante trocas afetivas que potencializam o fazer comum, um fazer que envolve necessidades, sentimentos, valores e intenções compartilhadas.

Os homens realizam-se uns com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o *conatus*⁴⁸ individual” (Sawaia, 2006, p.116).

Compartilhando encontros nos variados grupos sociais que participam, as trabalhadoras exercitam o consentimento, produzem afetos e imaginam futuros possíveis para suas ações dentro e fora do trabalho. Nos dramas do devir a valorização do trabalho pessoal passa pelo reconhecimento dos valores de outras pessoas com quem as diaristas convivem. As ações no trabalho assumem um sentido de respeito e de compromisso dentre semelhantes. “A potência revolucionária da subjetividade vem do comum” (Sawaia & Silva, 2019, p.35). Quer dizer, ao pensar e atuar em conjunto com outras pessoas estas mulheres abrem-se para possíveis transformações em diferentes esferas da vida, um devir coletivo aprendido e realizado nas variadas situações cotidianas da vida concreta.

Com múltiplas manifestações e de difícil definição, tais relacionamentos podem expressar uma *sociabilidade primária* (Castel, 2010) ao envolver a pessoa em elos de proteção proximal mútua, como vínculos de interdependência sem a mediação de instituições (família e vizinhança). São também relacionamentos que se configuram como *redes de apoio social* (Seligmann-Silva, 1997) ao permitir suporte emocional, solidariedade e que tem importante papel na preservação da saúde psicossocial destas mulheres, é o caso das aproximações por intermédio das igrejas, dos sindicatos e de trabalho grupais em instituições como CRAS e CREAS. Há também aqueles relacionamentos estabelecidos com a finalidade exclusiva de conseguir trabalhos, são as *redes de informações personalizadas* (Lautier & Pereira, 1994) que acontecem por via de grupos de whatsapp (como no exemplo de Silvinha) ou pela inscrição em instituições que fazem intermediação de mão de obra (empresas privadas ou o próprio CTA – onde eu encontrei a maioria de minhas entrevistadas). Neste último caso, poderíamos também identificar relacionamentos que funcionam como *redes socioproductivas* (Santos, Maciel & Sato, 2014) já que tratam de relações duráveis com o objetivo manutenção de suas necessidades,

⁴⁸ Numa compreensão filosófica da Ética (2004) em Espinosa, o termo *conatus* significa potência de vida.

principalmente nas situações em as trabalhadoras mantêm atividades paralelas aos serviços de diaristas, como na feira livre e em facção de costura.

Em qualquer desses casos, para além de alguma definição conceitual, o que me levou a identificar este enredo é que as trabalhadoras levam para as situações de trabalho conhecimentos e intenções estabelecidas em grupos que participam, relações que são importantes para a sua identidade profissional e, em muitos casos, para a sua auto valorização como pessoa. Sendo assim, a luta diária ganha sentidos de coletividade, os objetivos pessoais passam a corresponder com os objetivos de outras. Nestas situações, os dramas incluem a responsabilidade de representar um conjunto mais amplo de pessoas que, em geral, também as ajudam e que desta cooperação nascem sentidos mais amplos para as ações no trabalho.

Exponho a seguir alguns exemplos de devires. Importante lembrar que estes devires não representam a totalidade de vínculos sociais da vida concreta e que, assim como os outros enredos dramáticos, a complexidade dos dramas enunciados está nas suas múltiplas determinações, heterogeneidade de manifestações, além da simultaneidade e interdependência com outros dramas vivenciados.

6.2.1 O dever da resistência política

É importante iniciar as descrições respeitando a história institucionalizada de lutas políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. Trata-se de ações acumuladas de mulheres corajosas que enfrentaram e enfrentam preconceitos e violências para exigir o reconhecimento dos direitos da categoria, além de proporcionar amparo para trabalhadoras que tenham a dignidade humana violada.

Mesmo sabendo que pouquíssimas mulheres cearenses participam de algum sindicato vinculado ao trabalho doméstico⁴⁹, fundamentais relatos sobre o dever da resistência política das trabalhadoras domésticas brasileiras podem ser extraídos de entrevista que realizei com Luiza Batista, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad)⁵⁰.

⁴⁹ Nenhuma das trabalhadoras com quem dialoguei – residentes no Ceará - estava vinculada a algum sindicato. Aliás, o sindicato das trabalhadoras domésticas do Ceará, até a data de finalização desta tese, estava inativo e com a sede abandonada. Foram várias tentativas minhas frustradas de estabelecer contato com a instituição.

⁵⁰ A entrevista com Luiza Batista aconteceu no âmbito do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, Movimentos Sociais e Políticas Sociais (TraMPoS). Na ocasião, o Laboratório TraMPoS exerceu uma das versões do *Papos de Trampos*, evento online que contou com a participação de estudantes e pesquisadores de diferentes centros universitários e da sociedade civil organizada. A entrevista com Luiza Batista aconteceu em 18 de junho de

Utilizo o exemplo da organização política das trabalhadoras domésticas como via de compreensão da interseção entre as relações de colaboração mútua para as pautas comuns que se estabelecem na Federação e as experiências que cada trabalhadora sindicalizada leva para dentro de seus espaços de trabalho. Após relatar a história de fundação e conquistas da instituição que ela representa, Luiza destaca como a Fenatrad tem se organizado para ampliar os direitos das trabalhadoras domésticas e como a organização institucional depende das relações de companheirismo que lá se estabelecem. A citação mais longa se faz necessária para o registro respeitoso da disponibilidade de Luiza em nos narrar breve síntese da história e funcionamento da Fenatrad.

Boa tarde, Leonardo. Boa tarde a todos e todas. Eu sou Luiza Batista, trabalhadora doméstica. Negra aposentada, 64 anos. Há dez anos na luta do movimento sindical e durante três mandatos como presidente do sindicato de Pernambuco. Estou no meu primeiro mandato como presidente da FENATRAD.

A primeira associação trabalhadoras domésticas ocorreu na cidade de Santos, litoral de São Paulo, pela senhora Laudelina de Campos Melo, né? Uma mulher negra que inclusive lutou, quer dizer lutou não, ela foi enfermeira e ajudou os feridos na Segunda Guerra Mundial e poucas pessoas conhecem esse lado da Dona Laudelina. Ela é mais conhecida pela luta que ela encampou para garantir direito para trabalhador doméstico. Então a primeira associação se deu em Santos e depois migrou para Campinas, Valinhos e Sumaré. Onde funciona o sindicato hoje em dia era a casa da dona Laudelina, Ela deixou a sua casa para o sindicato, com muito sacrifício, né? Porque, primeiro porque o trabalho doméstico é uma herança direto do período da escravidão. Segundo, ela era uma mulher negra, porque recurso a gente não tem, mas a gente, muita força de vontade e naquela época foi o movimento negro organizado foi quem mais apoiou a luta do Sindicato de Campinas. Este sindicato, e junto com a associação lá de Santos são os mais antigos do Brasil. Agora, registrado como sindicato, o mais antigo é de Pernambuco. Por que a Constituição de 1988 foi promulgada em 5 de outubro e o sindicato conseguiu o registro no dia 5 de novembro de 1988, um mês após a promulgação da Constituição. Mas história de luta, o mais antigo é o de Campinas.

Agora, mais para os dias atuais, a FENATRAD já tem 23 anos de fundação. Foi fundada em 1997, só que a luta das trabalhadoras domésticas já tem 84 anos. A nossa luta é mais antiga que a própria CLT. Mas o primeiro direito tem 47 anos, que foi a carteira assinada, é a Lei 5859, de 8 de dezembro de 1972 que entrou em vigor em 8 de abril 1973. Mesmo com todo esse tempo de luta o desrespeito aos nossos direitos é tão grande que mesmo a gente nunca conseguiu ter pelo menos 45% do total de trabalhadoras domésticas com a carteira assinada. Mas a luta caminhou muito né. Em 1988 a gente conseguiu o direito de se organizarem em sindicatos. É porque eram duas categorias que não podia se sindicalizar, os funcionários públicos e trabalhadoras domésticas. Não tinham direito, então a gente conseguiu em 1988 com a atual Constituição a se organizar e o sindicato de Pernambuco já vai fazer 32 anos de atuação e de registro em cartório.

Nesse período a cada ano a gente conseguia mais algum direito, como foi a questão do FGTS opcional, que o empregador poderia recolher ou não. A gente ficou muito revoltada né, a categoria como um todo, porque FGTS não podia ser opcional na Lei. A Lei não pode ser

opcional, porque existir uma Lei que você tem opção de cumprir ou não para mim não é Lei. É uma fantasia, para não dizer algo pior.

E aí já em 2006 a gente conseguiu algo que vinha lutando há muito tempo, que foi férias com trinta dias, que a gente só tinha direito a vinte. Também conseguimos a estabilidade da trabalhadora doméstica gestante. A proibição do desconto de moradia e alimentação, que até 2006 ainda havia patrão que descontava quando a trabalhadora saía da casa, e se fosse reclamar na justiça ela ia depender da consciência do juiz determinar se o empregador devia devolver aqueles descontos que foram feitos ao longo dos anos de trabalho. E também conseguimos o direito aos feriados. Então a nossa luta, os nossos direitos vieram gradativamente, né? Mas a gente deu um avanço no governo do PT. Foi ainda no governo do PT que a gente conseguiu levar a luta a nível internacional. Eu não participei dessa conquista porque estava só no sindicato de Pernambuco, mas a companheira Creuza Oliveira, uma baiana porreta, né? Que é muito conhecida até a nível internacional, ela conseguiu levar a nossa luta além.

Isso porque a OIT abraçou a nossa causa e a gente conseguiu a Convenção 189, que foi aprovada na 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em 2011, lá em Genebra. Foram 6 companheiras daqui no Brasil, né? A Creuza, a Ione, a Regina Simeão, a Regina Teodoro, a Sueli (que já não está mais entre nós) e a Maria do Rio de Janeiro. Então o Brasil foi o país que levou o maior número de lideranças de domésticas para 100ª Conferência Internacional do Trabalho e conquistar da convenção 189. Em 2013 veio a Lei 72/2013⁵¹, que ainda passou mais dois anos para regulamentar o que temos hoje com a Lei Complementar 150⁵². Então esse é o trabalho da FENTRAD. Com certeza nesse momento a gente sabe que não temos condições de avançar na luta, né? As causas das trabalhadoras domésticas nunca vão ser prioridade no Brasil de hoje, né?

Então, voltando para a sua pergunta, como é ser trabalhadora doméstica no Brasil. Eu vou dizer uma coisa a você, eu comecei a trabalhar aos nove anos. Meu primeiro registro na carteira de trabalho foi de cobradora de ônibus eu tinha vinte anos. Depois eu tive um problema, eu levei uma queda e não tive direito a algum benefício porque a empresa, mesmo eu já tendo trabalhado há dois anos nessa empresa, a minha carteira só estava assinada há três meses. E a gente, todo mundo, sabe que em 76 o Brasil vivia uma ditadura militar e os sindicatos não podiam estar na luta para conquistar direitos do trabalhador, então não deu em nada. Eu me revoltei, voltei a ser trabalhadora doméstica, onde me aposentei. Trabalhei numa única casa por 23 anos e não registraram minha carteira. Mas mesmo assim eu consegui. E aí eu digo para você, para ser trabalhadora doméstica no Brasil é preciso ter muita força de vontade, ter muita coragem. E também entender que o trabalho doméstico, mesmo ele tendo importância, a sociedade não valoriza o quanto deveria. As mulheres estão aí no mundo do trabalho, graças a força de trabalho de outras mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades que elas, as mulheres negras e analfabetas, que somos a maioria negras e analfabetas, que estamos dando esse suporte para outras mulheres, as mulheres brancas estejam no mundo do trabalho.

E aí a gente sempre lutou pela valorização. Para dar visibilidade ao trabalho doméstico no Brasil. Mostrar as nossas necessidades e defender os nossos direitos. Por exemplo nessa pandemia agora muitos governadores deixaram trabalho doméstico essencial, né? Na hora da servidão trabalho doméstico é essencial, mas na hora de reconhecer o valor do nosso trabalho não é valorizado. Infelizmente, não é? No Brasil, eu acho que pessoalmente no momento que estamos vivendo, é complicado, muito é complicado.

⁵¹ Luiza se refere à EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2 DE ABRIL DE 2013. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

⁵² Luiza se refere a LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico no Brasil.

. . . [A exposição segue com participação de pessoas presentes no evento. Pergunto em seguida sobre os desafios de estar à frente desta categoria desvalorizadas em seu trabalho]

O desafio é grande né. Mas é aquela história, eu costumo dizer que como ninguém é imortal, as pessoas vão ocupando espaço por um determinado tempo, depois dessas pessoas se afastam da liderança em si, mas na realidade elas continua liderando, apoiando as outras que estão chegando. Então, nesse momento, porque que eu estou na frente da Fenatrad? E olha que eu não queria aceitar porque o desafio é grande. Mas aí no 11º congresso da Fenatrad que aconteceu no Rio de Janeiro em 2016 eu aceitei o desafio. Mas porque eu aceitei esse desafio? Porque eu sabia que eu não estava sozinha nessa liderança. Eu tenho junto comigo pessoas incríveis, como a Creuza de Oliveira que foi presidente por três mandatos e ela hoje é a secretária geral. Quando eu tenho muita dificuldade de resolver alguma coisa, ou de refletir ou pensar o que é que podemos fazer, quem é que eu recorro? Creuza Maria Oliveira. Aí em São Paulo nós temos a Silvia Maria Silva Santos que está presidenta do sindicato do Município de São Paulo. Tem a companheira Cida lá em Campinas, tem a companheira Rosa em Franca. No Rio de Janeiro tem a companheira Isabel, com o apoio da Darly, da Mara, da Noeli. Ou seja, ao longo dos anos a gente vai buscando trazer mais pessoas para ser agregar nessa luta. Todas essas mulheres são pessoas simples, são trabalhadoras domésticas assim como eu. Elas entram em seus sindicatos para ajudar no enfrentamento das duras situações que passam. Aos poucos vão conseguindo mais força para lutar, vão se colocando como pessoas dignas e conseguindo mais força no trabalho e também na própria luta da nossa categoria. Nós estamos juntas e quanto mais juntas ficamos mais conseguimos conquistas contra os descabimentos dos patrões.

Uma luta dessa ninguém encara sozinho. Então se eu estou fazendo esse trabalho hoje é porque eu tenho pessoas que estão lá na retaguarda me apoiando. Eu sozinha não conseguia dar conta, né? Até porque a gente tá vivendo um momento bem difícil, bem complicado. O sindicalismo no Brasil nesse momento está perdendo direitos e isso enfraquece perante as nossas bases, né? Junto as nossas bases tem que a gente tem que chegar, conversar e dialogar.... temos que ir no sindicato fazer reuniões nos sindicatos. Essas são as nossas bases, é quem nos fortalece.

. . . [Após outras contribuições dos participantes, pergunto sobre as ações da Fenatrad durante a pandemia e peço que explique melhor sobre seus posicionamentos em relação aos decretos governamentais].

A gente se reuniu e aí a gente viu o seguinte: que nesse momento, além de nós mesmas, a gente também tinha que pensar na categoria que representa. Então a gente criou a campanha “cuida de quem cuida” no sentido de estimular que as trabalhadoras domésticas ficassem em casa e com o salário pago. Teve poucas adesões. Mas ao mesmo tempo a Fenatrad já encaminhou um ofício ao Ministério da Justiça perguntando o que o governo faria pela categoria no momento desses. Além disso, muitas trabalhadoras que se cadastraram no auxílio emergencial ainda não receberam a primeira parcela. É sempre aquela história: “está em análise”. Não sabemos qual critério de análise que o governo aplica nessa situação. O fato é tem pessoas de classe média que recebe e tem pessoas que vivem numa comunidade, no barraco, que não conseguiu receber. Então, por isso que Fenatrad, os seus sindicatos, cada um em seus estados, a gente fez é campanha em busca de cesta básica.

O que foi que a Fenatrad fez também? A gente acompanhou os decretos de lockdown. O primeiro Decreto que a gente foi para cima foi no Estado do Pará. Porque nele, no item 58, em relação aos serviços essenciais, estava bem explícito assim, “serviços doméstico”. Então eu digo que a gente sempre lutou pela valorização do nosso trabalho, mas nesse momento de quarentena, deixar o trabalho doméstico como essencial é simplesmente escancarar cinicamente a escravidão, a servidão. As pessoas estão acostumada de ter uma pessoa para lavar a louça, para preparar comida, para limpar o banheiro, porque acham que não é um trabalho que uma pessoa que tem um curso superior tem condição de fazer. E isso é discriminação. . . . Então fizemos um ofício para o Ministério Público Federal Solicitado que seja recomendado ao chefe do

executivo de cada estado, que ao decretar lockdown não incluíssem o serviço doméstico como essencial. O governo de Pernambuco foi até agora o único que se tem notícia de que no decreto não incluiu o serviço doméstico como essencial.

Então a gente não tem tanto poder para ajudar as companheiras nesse momento. Infelizmente. Por exemplo, a primeira morte vítima de COVID no Brasil foi de uma trabalhadora doméstica, a Cleonice Pereira. A gente sabe de vários casos de trabalhadoras domésticas que foram contaminadas com os empregadores. Mas a servidão e consciência dessas pessoas que é tacanha, é mesquinha, e elas querem uma trabalhadora doméstica em casa. Mesmo após a medida 936⁵³, que não é nem um mar de rosas, mas já foi alguma conquista para a nossa estabilidade.

A fala de Luiza sintetiza em fatos concretos grande parte da discussão que produzi nesta pesquisa em torno dos dramas no trabalho doméstico como diaristas. Quanto aos dramas do devir, encontro em suas enunciações os conflitos a que se dispõem mulheres que cooperam em intenções, ações e argumentações de luta para exigir a valorização da categoria. Conflitos que historicamente tiveram avanços, mas que ainda possuem muitos desafios pela frente. Na citação estão presentes: indicações de mulheres expoentes da resistência política; as principais conquistas da categoria por direitos e valorização; as desigualdades e preconceitos da sociedade brasileira em relação à categoria; as dificuldades de trabalhar em servidão; as reações de vontade e de coragem que envolvem o cotidiano destas trabalhadoras; a importância de diálogos e apoio mútuo para manter o movimento político organizado; a necessidade de cuidados e companheirismo com as trabalhadoras não sindicalizadas; e o cinismo com que é tratado a essencialidade do trabalho doméstico durante a pandemia.

Já discutimos no segundo capítulo a relevância dos sindicatos das trabalhadoras doméstica na luta pela valorização da categoria através das resistências coletivas organizadas que – concomitantemente – denunciam as desigualdades e opressões da sociedade brasileira em relação à estas mulheres, revelam a importância de suas funções para o funcionamento do mercado de trabalho e conclamam a solidariedade dentre estas trabalhadoras através do reconhecimento de seus saberes como argumento para a negociação de melhores pagamentos (Castro, 1992; 1993; Bárbara, 2007; Bernadino-Costa, 2007; Ávila, 2009). Nos relatos trazidos por Luiza Batista, além do belo exemplo de organização política, sobressai a relevância que a participação no movimento sindical traz para as práticas cotidianas no trabalho de cada mulher

⁵³ Luiza se refere a MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 1º DE ABRIL DE 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus (covid-19).

sindicalizada. A militante revela também a importância da organização do movimento de resistência com outras organizações fora do Brasil, principalmente dentre os países da América Latina. Isso exemplifica na sindicalização das domésticas o processo político de superação das condições ideológicas opressoras indicado por Martín-Baró (2017) quando assinala a possibilidade de as maiorias latino-americanas romperem o círculo vicioso que produz passividade e marginalização.

A superação do fatalismo das maiorias populares na América Latina reque uma mudança revolucionária, isto é, uma mudança nas estruturas políticas e econômicas, mas também psicossociais, sobre as quais está assentado um ordenamento que marginaliza e que dociliza. . . Requer uma prática revolucionária que permitirá aos povos da América Latina romperem a inflexibilidade de estruturas sociais congeladas em função dos interesses minoritários atrelados ao julgo de um destino fatal (Martín-Baró, 2017, p.199 – 200)

Defendo que os sentidos dramáticos presentes nas experiências narradas por Luiza, além da submissão vivida pelas trabalhadoras domésticas e da coragem necessária para enfrentar este cotidiano, também incluem o devir pela participação em um coletivo que compartilha objetivos comuns – sejam objetivos de sobrevivência, de saúde, de apoio, de inserção profissional, de luta por direitos ou todos estes objetivos ao mesmo tempo. Entendo que os sentidos do devir emergem nas enunciações como processos sociais comuns que potencializam ações organizadas, devidamente mediadas por significados de valorização e de afetos favorecedores para a transformação pessoal e coletivas. A *semente de rebeldia* descrita por Fanon (2008) parece encontrar terreno fértil em grupos de semelhantes que compartilham interesses comuns. Nos encontros de companheirismo, as desigualdades e injustiças são questionadas mediante diálogos que resgatam o valor histórico e econômico da categoria ao impulsionar novos significados e sentidos para ação individual e coletiva. Nestes encontros, a consciência crítica acompanha o exercício revolucionário que supera as justificativas fatalista da realidade e envolve as participantes num devir de transformação pessoal e social.

6.2.2 O devir comunitário

Os vínculos que remetem a família, a vizinhança e a religião foram com certeza os mais comuns nas enunciações dentre as diaristas. Estas três esferas da vida social denotam compromissos assumidos de forma predominante para a organização da conduta na vida concreta, dentro e fora do trabalho. Os significados e afetos compartilhados nestas esferas

adquirem certa interseção e os dramas do devir das diaristas se configuram numa interface psicossocial estabelecida nestas interações como definições que se interpenetram e se diferenciam. É certo que cada esfera possui especificidades, mas as três se processam de maneira interfuncional quanto a atores, território, valores e cotidiano. Por isso a escolha por analisá-las de maneira integrada a partir da noção de comunidade.

Em seus estudos sobre a psicologia comunitária, Góis (2005) defende a noção histórico-cultural de comunidade como a construção social e psicológica que surge ao longo do tempo, através das relações psicossociais diretas e cotidianas dos moradores de um determinado lugar. O autor revisa distintas noções de comunidade e encontra dentre elas alguns elementos comuns como território, história, valores compartilhados e um modo de vida social, além de um mesmo sistema de representações e o sentimento de pertença.

Consideramos a comunidade um espaço de mediação entre as pessoas (e sua vida familiar), o município e a sociedade, além de ser um lugar de reconhecimento e de confirmação da identidade pessoal dos moradores. Nesse espaço físico, cultural, social e psicológico, a pessoa é confirmada como membro de determinada cultura e com determinada identidade pessoal (CIAMPA, 1987), construída mediante processos de interação, transformação, imitação, apropriação, identificação e reconhecimento (Góis, 2005, p.73)

Entender a interpenetração dos significados e ações nas relações familiares, religiosas e de vizinhança é explorar a dialética concreto-simbólica desenvolvida nos encontros que acontecem com determinações territoriais e culturais, mas também produzem sentidos que mobilizam a transformação destas determinações. O fazer comunitário não é objeto de estudo nesta pesquisa. Me interessa como estes encontros influenciam e são influenciados pelas ações das domésticas-diaristas no trabalho. Por isso cabe considerar a historicidade, a afetividade e as intencionalidades nestas relações. São encontros que não necessariamente acontecem com acordos mútuos, pois também existem confrontos de interesses, mas até mesmo os antagonismos servem de referência para o que fazer ou não fazer no cotidiano de trabalho. Um exemplo disso pôde ser registrado (em diário de campo) quando fui entregar uma cesta básica para Sandra e lhe perguntei onde eu podia estacionar meu carro para conversarmos melhor, ela responde:

Pode estacionar aqui mesmo. Aqui ninguém mexe comigo, graças a Deus. Conheço até os ladrões daqui desde que eram tudo pixote. Eu queria ser respeita nas casas onde trabalho como sou respeitada aqui. Aqui a gente quebra o pau, mas termina se entendendo. Nas casas eu preciso aguentar o que não quero. Mas assim, eu só aguento até certo ponto. Digo é muito para quem me conhece, quem muito abaixa a bunda aparece. Tem que ter coragem para exigir respeito. É isso aí, se eu enfrento até os ladrões daqui porque não vou enfrentar cliente abusado? (Sandra)

Nesta curta narrativa dá para perceber como os valores de pertencimento, respeito e confiança são gerados nos encontros comunitários de Sandra e transmitidos para as suas relações de trabalho. Aquilo que acontece no convívio imediato do território em que reside indicando maneiras de agir no trabalho e, reversamente, as relações de trabalho servem de referência para que identifique a sua posição de estima na vizinhança. No entanto, ambos os âmbitos de relacionamentos – trabalho e vizinhança – não parecem finalizados e a sua busca por consideração aponta para um devir estabelecido nos encontros concretos.

Nas enunciações registradas, outros exemplos da interseção entre as esferas família, vizinhança e religião para os dramas do trabalho se expressam: nas lembranças mais remotas do trabalho conjunto nas famílias de origem que sobreviviam da agricultura; nos diversos significados de proteção e perseverança produzidos nas agregações religiosas de todo tipo; no apoio mútuo quando vivenciam situações de injustiça; no cuidado com os filhos da diarista quando ela sai para trabalhar; na companhia para o transporte; nas informações para serviços dentro do bairro; na ajuda dos filhos mais velhos para o sustento do lar; além das diversas indicações para diferentes serviços nas casas dos contratantes. Nestes exemplos, e em muitos outros, o devir comunitário se configura como experiências concretas compartilhadas que mobilizam acordos tácitos entre pessoas do convívio, acordos estes que favorecem a sobrevivência e o amparo, importantes orientações para a conduta no trabalho.

A convivência prolongada destas mulheres com pessoas próximas – em qualquer esfera e entre elas – constitui historicamente trocas de saberes para o enfrentamento das dificuldades da vida. Maneiras de agir experimentadas, comunicadas e aprendidas dentro de casa, em conversas de calçada, na parada do ônibus, nos encontros da igreja e, mais recente, nas conversas virtuais. Nestes encontros os acontecimentos nos trabalhos são narrados e questionados quanto aos seus desdobramentos, gerando possíveis soluções. As comunicações movimentam opiniões que servem de baliza para as ações umas das outras. Quer dizer, os pontos de vistas são confrontados em termos de valores e intencionalidades, o que preserva alguma segurança para as escolhas em meio aos conflitos.

Teve uma vez que a cliente me pediu para dormir lá, mas disse que eu só chegasse na casa dela nove horas da noite. Ela precisava de alguém para cuidar do filho dela de noite e que ela precisa do café da manhã feito muito cedo, por isso queria que eu fosse logo de noite. Eu fui, cuidei do menino e fiz o café dela cedinho. Quando ela foi me pagar ela me deu só o dinheiro de uma diária normal, porque eu tinha trabalhado das nove até seis da manhã, e na cabeça dela isso dava nove horas do serviço do CTA. Eu achei estranho, mas na hora fiquei calada. Só que quando eu fui conversar com o menino que tá na faculdade e que mora na rua de trás ele me explicou que o trabalho na madrugada custa mais caro e que eu podia ter exigido mais dinheiro. Aí eu disse

que eu não tinha opinião para conversar isso com ela. Ele pegou o telefone, ligou para ela dizendo que era o meu advogado [risos] e explicou a situação. Aí sabe o que ela fez? Ela entendeu e me pagou duas diárias pelo serviço. Quer dizer, eu não sabia disso e ele me ajudou a conseguir os meus direitos. (Ricardina)

Sobre os acontecimentos identificados que identifico como o devir comunitário duas constatações se fazem mais prementes. Primeira, é factível a dimensão ético-política dos afetos (Sawaia, 2006; 2009) quando percebemos a íntima ligação entre as afetações da vida em sociedade e as ações das diaristas nas lutas por superar suas condições limitadoras, principalmente aquelas mais urgentes. Neste sentido, a própria raiz “comum” da palavra “comunidade” serve para entender a força potencializadora das experiências estabelecidas entre pessoas que comungam necessidades e objetivos. Ressalta-se, porém que o comum não nega a singularidade da conduta, pois a “vida política transcorre em um espaço onde os concidadãos decidiram agir de comum acordo ou agir em comum, mas não abdicaram de seu direito natural de pensar e julgar individualmente” (Chauí, 2003, p. 243). Nos processos sociais em comunidade existe a possibilidade de perceber a união indissociável entre pensar, sentir e agir (Silva & Magiolino, 2018) de pessoas que experienciam a coletividade da transformação social. Desta forma, as vivências comunitárias historicamente constituídas – elaboradas psicologicamente em processos significação – servem de base para criação de novos sentidos e ações que se empenham em mediar soluções para problemas comuns.

A segunda constatação é que, nos diálogos com as diaristas, pude perceber que os saberes práticos compartilhados do devir comunitário são produzidos em grande medida a partir dos dramas do trabalho. Mesmo que as questões narradas (filhos, casamento, aluguel, conflitos de vizinhos, o serviço evangélico, por exemplo) ultrapassem a dimensão do trabalho, pois envolvem uma zona de sentidos para vida de maneira ampliada, o devir comunitário mantém nas realidades de trabalho os argumentos que justificam suas posições de luta ao mesmo tempo em que constitui o meio concreto para conquistar os objetivos pessoais e coletivos. Por isso a centralidade do trabalho para pensar os dramas do devir. Mesmo que os compromissos com os vínculos proximais possam acontecer independente do trabalho – remunerados ou não, como diaristas ou não, moralmente aceitos ou não – é o cotidiano de trabalho que dinamiza os conflitos e acordos dialogados em torno da sobrevivência.

6.2.3 O dever do trabalho associado

Da mesma forma como a produção e troca de saberes no devir comunitário afetam a ação das diaristas nos serviços domésticos, também dinamizam o trabalho associado que se organiza com o objetivo de gerar renda a partir da divisão de responsabilidades e de habilidades importantes para a sustentabilidade do pequeno negócio. Entendo, portanto, que os dramas do devir no trabalho associado são desdobramentos dos dramas do devir comunitário, dado que as relações proximais são fundamentais para a associação dos esforços pela sobrevivência digna. Mas não é com qualquer pessoa da família, vizinhança ou da igreja que as diaristas estão dispostas a se associarem.

Como já introduzi no capítulo anterior, os dramas de reagir às submissões no trabalho através da criação de negócios certamente encontram nas relações comunitárias terreno fértil de desenvolvimento. Analisei no item 5.2.2 desta tese alguns processos organizativos implicados em arranjos produtivos heterogêneos e inconstantes que dependem de vínculos sociais horizontalizados para existir. Os exemplos que escutei das diaristas indicam nestes vínculos horizontalizados, de forma ampliada, a composição de redes de sociabilidade favorecedoras para a criação de trabalhos – na grande maioria informais – e que possuem nas experiências compartilhadas a base concreta de desenvolvimento.

Nos encontros grupais realizados no CTA eu pedia que me falassem de outros trabalhos que realizam. Então discutimos um pouco o assunto e depois eu solicitei que informassem suas experiências numa folha juntamente com outras informações. Foi a partir destes diálogos e das folhas respondidas que alcancei alguns exemplos de como elas criam ocasiões de trabalho em associação de disposições para gerar renda:

Eu vendo comida dia de domingo com a minha sobrinha e vizinha dela na praia dia de domingo. (Romilda)

Represento confecção de roupas íntimas e vendo a maioria no bairro. (Silvana)

Fabrico óleo de coco com meu irmão e filha. (Maria de Fátima).

Eu tenho um brechó na casa do lado da minha. (Maria de Fátima)

Organizo as compras da mercearia do meu tio, ele me paga por comissão. (Lúcia)

Queria vender lanche na feira mas não tenho como comprar o carrinho. (Eliete)

A partir deste último exemplo destaco que nas conversas em grupo existia certo acordo sobre as vantagens em possuir o próprio negócio, mas que o impedimento para esse passo, ou para ampliação dos trabalhos que já existem, está na falta de recursos para investir e na falta de tempo para se dedicar ao empreendimento, pois precisam trabalhar para garantir o sustento. “O meu sonho é ter uma loja de roupas de banho, mas cadê o dinheiro para começar?” (Antônia). Ao que parece, a escapatória para gerar renda fora dos serviços domésticos é aliar esforços, recursos e tempo com pessoas de confiança e que estejam dispostas para enfrentar as mesmas dificuldades e inseguranças. Das citações vemos que esta confiança é priorizada nas relações familiares e de vizinhança.

Em pesquisas na perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, Sato (2017) observa a relevância de estudar a *polimorfia do trabalho em centros urbanos* incluindo a dimensão do lugar onde estes trabalhos são criados e praticados:

A convivência com trabalhadores do bairro operário permitiu identificar que a sociabilidade do lugar e as relações proximais e pessoalizadas acolhem e incentivam a criação de determinados tipos de trabalho e constroem relações de trabalho e de ajuda. Vida e trabalho estão imbricados e situados antropológicamente. Assim, criam-se trabalhos que fazem sentido para aquele lugar, dados os costumes, os valores, os padrões econômicos e de consumo. Os modos de vida familiar, os gostos, as modas etc. (Sato, 2017, p.170-171)

O devir comunitário se produz em processos sociais mobilizados pela troca de saberes práticos no sentido de proteção mútua, mas também de criar e aproveitar ocasiões para a geração de renda na tentativa dramática de transformar as condições concretas de vida por vias de algum arranjo produtivo. Quer dizer, os dramas no devir do trabalho associado, em grande medida, dependem das experiências comunitárias.

Quero agora me ater num exemplo de devir associativo que observo ser particularmente importante nos dramas do trabalho dentre as diaristas inscritas no CTA e que, infelizmente, tem sofrido intenso processo de precarização.

Já foi mencionado que o CTA é um projeto financiado com recursos públicos iniciado em 1984 e que, de maneira gratuita, intermedia mão de obra para diversos tipos de serviços informais. Devido às características do mercado de trabalho de Fortaleza e, historicamente, a atenção dada pela gestão do CTA para os serviços domésticos, estes foram se configurando na quase totalidade das trabalhadoras intermediadas pelo projeto. O fato é que boa parte das domésticas-diaristas que atuam pelo CTA já estão vinculadas ao projeto há mais de uma década e muitas delas há mais de duas décadas. Então pude observar que a história das relações entre

as trabalhadoras suscita nelas um devir associativo repleto de afetos e significados dedicados à proteção de interesses comuns. É certo que eu acessei muitos conflitos em forma de denúncias relacionadas aos contratantes dos serviços pelo CTA. No entanto, sentir-se parte do CTA foi algo que esteve presente nas enunciações das trabalhadoras e que trazia certa segurança por estar num grupo organizado, com papéis e normas bem definidas. Vejamos exemplos de enunciações eu alcancei nos primeiros encontros grupais:

Aqui antes era muito bom. Quando funcionava na casa antiga, eu digo. Tinha um curso que durava uns vinte dias e agente terminava se conhecendo. A gente vinha e sempre tinha serviço porque o Sine divulgava mais isso aqui. A gente vinha, conversava, as vezes comarava um bolo e era uma festa só. Mas depois que parou os cursos também parou de ter tanto serviço. Hoje tem esse lugar aqui todo bonito neh? Mas falta trabalho e ninguém quase se vê mais (Rosângela)

Tem gente que começou aqui há muito tempo e hoje tem freguesia. Aí a cliente só liga aqui e pede que mande essa faxineira. Isso acontecia mais antes, quando o povo se ajudava e não tinha tanta inveja. Porque hoje até para quem tem freguesia é capaz de vim outra e oferecer a faxina com o preço mais barato. Aí num dá neh? (Auricélia)

. . . eu conheço ela ali, inclusive nós já trabalhamos juntas, a gente é uma boa dupla. Tu lembra mulher [dirige-se à Iaracilda] que a gerente aqui dizia que a gente podia contar com o Sine quando tivesse problema nas casas? Era sim, quando dava reclamação a gerente daqui ligava e perguntava as coisas tudo direitinho. Aí tu sabe neh menino? Assim a gente fazia até o trabalho mais bem feito, porque gostava da gerente. Mas hoje ninguém escuta mais a gente (Terezinha)

Interpreto as lembranças destas trabalhadoras como a possibilidade de identificarem nos serviços prestados pelo CTA um devir de trabalhos associados onde existem afetações e objetivos comuns. Nesta associação existem conflitos, mas as normas garantem a continuidade dos serviços, tal como observado nas falas de Silvinha sobre o grupo de trabalhadoras que ela gerencia. As normas são aceitas e balizam o processo de associação, pois se demonstram vantajosas para proteção do principal interesse delas, que é conseguir serviços para sobreviver de forma digna e segura. Sendo assim, os dramas das diaristas inscritas no CTA produzem-se nos encontros dentro e fora dos serviços domésticos e o próprio espaço do CTA é mencionado como campo de saberes (cursos), de interação (encontros) e de proteção (por parte delas mesmas e da gestão). Se entendermos o CTA como espaço onde se processam dramas do trabalho associado – inclusive, muitas chegaram lá por indicações de familiares, vizinhas ou colegas da igreja – algumas análises se fazem interessantes.

Primeiro, e isso é algo que não se restringe às relações no CTA, suspeito que as tentativas do trabalho associado representam esforços das diaristas estruturarem um “próprio”, nos termos de Certeau (2014), em suas condutas profissionais. Como vimos, para o autor, o agir pessoal é tácito e instável, já o agir coletivo pode indicar a presença estratégica de um “próprio”

que calcula seu movimento no tempo e no espaço. Sendo assim, só poderíamos pensar na possibilidade de uma autonomia dentro de uma lógica estratégica, o que exige normas disciplinares e planejamento. A associação de trabalhadoras entre si mediante acordos de apoio e compromissos, em qualquer forma de trabalho associado, pode ser interpretado como um devir – pessoal e conjunto ao mesmo tempo – que busca superar as instabilidades nos dramas do trabalho desprotegido para engajarem-se na construção de um futuro mais seguro quanto a sobrevivência e a proteção social. No caso do CTA, somente com esta interpretação da associação coletiva dentre as diaristas é que poderíamos aceitar a noção de “trabalhadoras autônomas” ou “trabalhadoras por conta própria”. No entanto, infelizmente, o que as diaristas indicam é a progressiva desvinculação entre as trabalhadoras nos últimos anos de funcionamento do CTA. O que nos leva para a próxima questão de análise.

O longo processo de precarização das políticas públicas de trabalho em todo Brasil assume impacto direto na falta de recursos e na desestruturação operacional para as ações desenvolvidas no CTA. São vários os fatos que comprovam esta precarização – já citados no capítulo três. Para o momento, importa mencionar as consequências que o mal funcionamento dos serviços do CTA trazem para o agravamento das condições de trabalho e de saúde daquelas diaristas que já construíram ali estratégias para a sobrevivência e que, sem o CTA, ampliam os riscos que a desvalorização social de seus serviços acarreta. Escutar as narrativas das sucessivas perdas enfrentadas pelas diaristas do CTA é entender feições dramáticas de vidas que paulatinamente se transformam em aflição e insegurança.

6.3 A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL

Meu exercício durante toda a pesquisa se manteve em encontrar os dramas vivenciados pelas trabalhadoras domésticas-diaristas em busca da sobrevivência. Foi engrandecedor para a minha compreensão de vida buscar as maneiras como se expressam seus dramas no trabalho. É realmente incrível a força e os saberes com que estas mulheres enfrentam as estruturas dominadoras da sociedade para reagir e criar diferentes perspectivas de vida, sozinhas e em conjunto. No entanto, é também preocupante perceber como essas trabalhadoras estão expostas às vulnerabilidades de toda exclusão social e econômica concretizadas em condições de vida e trabalho precárias. Nesta dramática indeterminação da sobrevivência as escolhas já não colocam os direitos como critério de conduta. A dor da opressão é engolida no seco e as esperanças por uma vida melhor passam a se resumir às pequenas conquistas nas relações sociais mais próximas. Os dramas do devir vão se configurando com o único subterfúgio de

proteção contra as violências da dominação. Por isso que é tão angustiante quando constato – no decorrer dos quase 50 meses de idas ao campo, conversas, leituras e escrita para a produção desta tese – que até mesmo as relações de proximidade protetora de algumas das diaristas têm se tornado mais esparsas nestes últimos tempos. Algumas enunciações indicam que esta progressiva desproteção vem, inclusive, descrevendo problemas em seus processos de saúde como um todo.

Já mencionei que a precarização dos serviços do CTA foi abundantemente denunciada por elas como crescimento dos riscos para a suas sobrevivências por conta das dificuldades de conseguirem trabalhos. Isso já constituiria grande desproteção, mas então veio a pandemia do COVID-19 e esse cenário se agravou ainda mais. Se antes havia menos trabalho, elas pelo menos se encontravam nos bancos da unidade do SINE, conversavam, sorriam, atualizavam os acontecimentos corriqueiros do dia a dia. No início da pesquisa consegui ainda perceber a riqueza destes encontros em minhas idas ao CTA, foi o período que realizei os encontros grupais da pesquisa. Elas tinham pelo menos a rotina de ir para os bancos de espera e conversar com pessoas semelhantes e podiam até fazer alguma pressão na gestão do CTA por estarem ali tão próximos. Mas com a pandemia os atendimentos presenciais cessaram e, conseqüentemente, toda rotina de encontros entre as trabalhadoras.

Nos últimos dois anos recebi muitos relatos que associavam a falta de trabalho com tristeza pela falta de contato com outras pessoas, tanto daquelas que frequentavam o CTA como nos espaços comunitários. Cito alguns:

Vivo só na misericórdia agora, em depressão, sem trabalho e sem ver ninguém. (Antônia)

É destruição total, eu não fui feita para ficar dentro de casa. (Alice)

Ninguém liga para minha existência, estou só. (Neide)

Eu tô doidinha com essa falta do que fazer, sinto falta das minhas amigas. (Ricardina)

Lá já não estava muito bom, mas era o que eu tinha de certo, acabou. (Nauda)

Inclui-se ainda algumas referências aos sentimentos de revolta pelos empecilhos de acessar o auxílio emergencial, o desespero por não conseguir manusear o aplicativo utilizado pelo CTA para fazer os encaminhamentos, a indecisão de como tratar as pessoas da família, a saudade das rotinas de igreja e o medo de conversar com as pessoas mais próximas do bairro.

Entendo que além de todas as questões que a desproteção social resulte na sobrevivência destas mulheres, é importante considerar que tais constrangimentos constituem riscos à saúde. É curioso, e isso se configura como interesse para pesquisas futuras, como até mesmo após o arrefecimento do contágio pela COVID-19 e um suposto retorno à normalidade das relações de trabalho, a desproteção destas mulheres se manteve nos patamares de durante a pandemia.

Até o momento da escrita destas linhas (outubro de 2022) o CTA continua seus atendimentos de maneira virtual e a maioria das diaristas ainda não recuperou a rotina de serviços de antes. Acredito que isso se dá pelo fato que a crise econômica e política que atravessa o país não arrefeceu e mantém-se concretizada nos dramas gerados pelos carecimentos cada vez mais urgentes e básicos. Somando-se à falta de trabalhos, a crise estrutural implica também nas dificuldades de acessar serviços que antes lhes garantiam alguma segurança: saúde, alimentação, assistência social, previdência e outros serviços de organizações filantrópicas que fecharam as portas.

É preciso, portanto, incluir dentre os riscos à saúde das domésticas-diaristas, além dos desgastes nos dramas do servir, o cerceamento à vida gerado pela desproteção social que estas mulheres enfrentam na esfera política. Neste cenário de angústias, o devir comunitário ainda parece ser o único refúgio para alguma proteção dessas mulheres frente à falta de dignidade que experimentam na vida social, principalmente no trabalho e nos serviços públicos. Se faz útil, então, a interpretação das redes de apoio e solidariedade como processos de proteção social à luz de questões já estudadas por outros autores.

Resgato de início a noção *sociabilidade primária* em Castel (2010) ao mencionar as regulações “que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas” (Castel, 2010, p.48). Nos termos deste autor a *sociabilidade primária* compõe a vinculação de um sujeito à determinado conjunto social que, principalmente pelo aspecto da proximidade, permite alguma proteção básica às necessidades para a manutenção da vida. Para ele, o social se define como um “sistema de relações não mercantis que se desdobra no hiato entre a organização política e o sistema econômico, não obedecendo estritamente às lógicas de funcionamento de ambos” (p.31). Neste sentido, é preocupante observar que a lógica da reestruturação produtiva e a progressiva ruptura das zonas de coesão social o único tipo de proteção que “as franjas mais dessocializadas dos assalariados” (p.31) conseguem alcançar parece ter se mantido por esta *sociabilidade primária*, ou seja, vínculos proximais de convivência cotidiana.

Exemplos de como a proteção proximal tem relação com a saúde psicossocial podem ser observados no estudo de Seligmann-Silva (1997) sobre pessoas que estão desempregadas por tempo superior a seis meses. Os dados do estudo revelam “como o prolongamento da situação de desemprego repercute na dinâmica causal de distúrbios psicossociais” (p.28). A autora analisa que o cotidiano de pessoas desempregadas é marcado pela ruptura progressiva de laços de sociabilidade, um gradual retraimento social. “A restrição financeira, o constrangimento diante dos demais pela situação de desemprego, o desânimo e as vivências de fracasso vão conduzir a uma somatória cuja expressão mais evidente é o isolamento social” (p.45). Nestes contextos de vida, a autora defende como algumas redes de apoio social permitem “formas de resistência e solidariedade que preservam a saúde psicossocial dos desempregados” (p.36). Tais redes de apoio funcionam como condições protetoras que asseguram o pertencimento e, portanto, vínculos essenciais para manutenção da estabilidade psíquica, além de proporcionar importante perspectiva para a reinserção no mercado de trabalho. Dentre as redes de apoio destacam-se aquelas provenientes das relações familiares, da crença religiosa e o contato com amigos antigos, ex-colegas de trabalho e compadres vizinhos.

No referido estudo evidencia-se ainda alguns aspectos comuns às análises descritas com foco nos dramas relacionados ao trabalho de domésticas-diaristas, são eles: a vivência de desespero e a disposição para aceitar qualquer serviço remunerado que traga sustento; maior vulnerabilidade das mulheres chefes de família; sensação de frustração devido reiteradas experiências fracassadas de busca por trabalho ou abertura de pequenos negócios; perspectivas de autonomia a partir do empreendedorismo; vivências e relações familiares marcadas por irritabilidade, sentimento de culpa, restrições, conflitos, protesto, ansiedade e desconfiança devido às necessidades financeiras não supridas; ao mesmo tempo em que a família também aparece como fonte de alento e esperança para o enfrentamento da situação de desemprego.

Mais recentemente, em seus estudos sobre a dominação e submissão no trabalho, Seligmann-Silva (2011) considera o ataque à dignidade como causa para agravos à saúde e, apoiada em outros estudos, afirma que “a partir da dor que nasce da dignidade ferida, brota uma revolta que tanto pode fazer-se cega quanto dar origem a um processo de conscientização que se faz coletivo” (p.199). Na mesma obra a autora defende que este processo de conscientização pode se estabelecer em vínculos de inserção cultural que promovem apoio mútuo ao questionarem as condições de dominação e, assim, revitalizam os potenciais psíquicos dos trabalhadores. “Essas resistências são mediadas pela organização e pelas lutas dos trabalhadores e têm se correlacionado a diferentes estágios da consciência de classe e/ou consciência crítica

da exploração sofrida” (p.236). Para a autora, o processo de resistência coletiva passa pela cooperação.

Seja no âmbito comunitário ou na resistência política, considero fundamental acumular nos estudos da PST a compreensão de como os dramas do devir estão associados à proteção social e à saúde da classe trabalhadora. Sem esquecer, é evidente, da crítica aos padrões políticos, culturais e econômicos que mantêm a exclusão e a desproteção das massas, é interessante adentrar na concretude dos processos de significação e afetações que favorecem a transformação da realidade, quer dizer, uma emancipação motivada pela produção de objetivos comuns.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de interpretação da realidade social é sempre limitado pelos instrumentos de observação e análise que o pesquisador tem a seu dispor. Por isso, as considerações finais neste estudo só podem refletir uma introdução à problemática escolhida: os dramas humanos do trabalho em busca de sobrevivência. Certo de que desenvolver um estudo no campo social consiste numa perspectiva não neutra de entender os fenômenos, ao longo do estudo busquei definir, com o máximo de precisão, a partir de quais fundamentações teóricas e caminhos empíricos seguidos nesta investigação de forma que os leitores possam chegar às suas próprias conclusões do que foi apresentado no texto. A escolha mais segura para a objetividade dos fatos foi manter-me próximo aos pontos de vista das trabalhadoras pesquisadas. As suas palavras contém a riqueza de que precisamos para entender a complexidade dos processos organizativos no trabalho e os sentidos que organizam suas condutas para a sobrevivência integram os conflitos dramáticos de quem vivencia as contradições entre as condições sociais e as intenções pessoais nas várias expressões da vida.

Não posso afirmar que a aproximação com as experiências de outras pessoas seja um exercício corriqueiro. Interpretar os sentidos de seus fatos psicológicos foi nesta pesquisa um risco de, por um lado, não enquadrar as suas situações de vida e trabalho em preceitos teóricos e, por outro lado, não me convencer de imediato pela aparência de suas narrativas revestidas de ideologias construídas nas suas trajetórias. Os conflitos são o que me interessaram, os dramas das ações revestidas de sentidos que explicam as suas experiências, e para isso me esforcei por suportar o impulso cientificista de atribuir uma explicação para aquilo que elas traziam. Aprofundar-me nos conflitos, entender as suas manifestações na vida concreta, indagar como esses dramas são significados e como organizam práticas sociais, apreciar como os saberes do trabalho são criados e recriados, além de conhecer qual o papel das relações sociais no desenvolvimento psicossocial da vida concreta, tudo exigiu um cuidado descritivo para conciliar as realidades escutadas e, depois, integrá-las no texto no formato de enredos dramáticos.

Nas formas como os dramas do trabalho e da sobrevivência se apresentam, suas dinâmicas são movidas pelas ambiguidades das ações e das significações na vida concreta das trabalhadoras. Esse é um entendimento semelhante ao trazido por Chauí (1994) quando discute as contradições das práticas sociais entre o conformismo e a resistência na cultura popular brasileira. Nesta reflexão, a autora conclui que as interpretações ambíguas e paradoxais

coexistem no mesmo sujeito e, mesmo que aparentemente incoerente, o processo de conhecimento expresso por este sujeito revela “. . . um saber a partir das ambiguidades que não estão na consciência da população, mas na realidade em que vivem” (p.141). É relevante, então, a lembrança de que os saberes humanos não estão isolados dos acontecimentos cotidianos. Na verdade, eles constroem-se nas práticas concretas e longe de um idealismo puro onde as condutas representam um caminho unívoco. As ambiguidades estão presentes nas ações contraditórias e na polissemia dos sentidos criados por pessoas na vida cotidiana, principalmente se tomarmos os processos organizativos do trabalho como o objeto principal de observação.

Foram exatamente os saberes práticos (re)produzidos nos dramas do trabalho que me motivaram a desenvolver esse estudo. Uma complexidade contraditória de argumentos e ações que, tão quanto demonstram a sobrevivência como expressão da inteligência, são manifestações das desigualdades sociais nunca aceitas passivamente. No conjunto, os acontecimentos investigados precisam ser entendidos na integração entre as necessidades e os objetivos, entre as condições de vida e as expressões da vontade, entre as trajetórias de lutas e as conquistas, entre as angústias e os sonhos, entre os sofrimentos e as disposições para continuar buscando uma sobrevivência digna. Os enredos dramáticos são, portanto, sínteses de aproximações descritivas de variados acontecimentos simultâneos e interdependentes na vida concreta das domésticas-diaristas. São tentativas de colocar as intencionalidades como critério para a reflexão dos conflitos que envolvem o servir aos interesses de outros, o reagir à submissão dependente e o dever das transformações na vida a partir da coletividade de objetivos. E daí absorvo alguns aprendizados centrais.

Em suas realidades enunciadas, a sobrevivência não é um objetivo alheio à dignidade humana e, assim, os serviços que acontecem em meio a coerções acarretam ressentimentos que prejudicam a moral e constroem as ações pelo controle excessivo das contratantes. Mesmo não sendo em todas as contratações, quando tais constrangimentos estão presentes nos serviços domésticos estudados (faxinar, cozinhar, engomar, cuidar de crianças e idosos), incorrem danos à saúde e à autoimagem das trabalhadoras, mas, mesmo assim, não inibem as disposições de reagir à tais situações. A revolta gerada pelo trabalho mal reconhecido impulsiona alternativas para criar e manter formas de trabalhar mais dignas, seja nos serviços domésticos ou em outros arranjos produtivos, de maneira que a dependência seja questionada pela valorização de si e das capacidades que qualificam seus serviços.

A dignidade ameaçada é conteúdo de muitas manifestações enfáticas de como reagir às exigências irreais de contratantes. Os exemplos destacam como a necessidade e a desproteção

não devem ser justificativas para o servilismo silenciado. Assim, as situações de trabalho passam a ser palco de conflitos em torno da valorização pessoal. Para tanto, os argumentos não contestam as regras prévias, mas dão base para um posicionamento corajoso que inclua a produtividade e a confiança como fator de negociação. Nestes casos, as verdades afirmadas são aquelas que lembram das dificuldades que é fazer o serviço com qualidade e seus pontos de vista precisam ser manifestados sempre que a submissão for uma ameaça à dignidade. Pela desvalorização dos serviços como doméstica-diarista incutir riscos permanentes à segurança e à estabilidade, os exemplos que destacam o reagir à dependência incluem variadas ocasiões de trabalho fora do âmbito doméstico. São atividades que também funcionam em contexto de desproteção trabalhista, mas já constituem a possibilidade mais autônoma de aproveitar as habilidades adquiridas nas experiências anteriores para criar circunstâncias geradoras de renda. Nestas ocasiões, as táticas do agir consistem em maneiras de usar os saberes, os utensílios, o tempo, o espaço e as relações sociais à disposição – sempre permeadas de astúcias – para experimentar alternativas de sobrevivência desancoradas da submissão presente nos serviços domésticos. Destaca-se nesses acontecimentos a potência que a união de esforços entre pessoas que vivenciam condições semelhantes traz para a manutenção destas alternativas geradoras de renda.

Seja pela sobrevivência ou pela simples convivência, os dramas que envolvem a organização da conduta no trabalho passam por vínculos externos às relações de contratação que influenciam as escolhas das trabalhadoras em geral. Foi comum perceber que as variadas formas de sobreviver são aprendidas e discutidas – embora com conflitos – entre pessoas que experimentam necessidades e objetivos comuns. São devires que transformam as formas de viver pelo trabalho, são encontros nos quais os exemplos de injustiças e de lutas cotidianas são testemunhadas e significadas como indignação ou como oportunidade de aprendizado e apoio mútuo. Nestas relações proximais absorve-se maior proteção social dado o senso de comunidade entre familiares, vizinhos, irmãos/ãs de fé e demais conhecidos. Elas também oportunizam pessoas dispostas a cooperar por trabalhos associados ou na luta política por direitos. Os dramas da sobrevivência em condições de desvantagem são questões dialogadas nestes grupos e, conjuntamente, postas a prova soluções que, mesmo não resolvendo a origem do problema, criam argumentos de proteção fundamentados numa consciência mais crítica quanto às condições culturais, políticas e econômicas dos fatos.

A mesma dificuldade em integrar os acontecimentos dramáticos em enredos distintos, interdependentes e simultâneos, foi construir uma tese que expresse a riqueza e a ênfase das enunciações das trabalhadoras. A vivacidade dos conflitos não são suficientemente

demonstrados como “dados de pesquisa”. Prefiro então dizer que as informações alcançadas estão em permanente reconstrução na vida concreta das trabalhadoras com quem dialoguei nestes cinco anos de pesquisa. Por esse motivo, as questões que envolvem os dramas do trabalho e da sobrevivência carecem ainda de estudos complementares e incluindo outras profissões. É, portanto, com o sentimento misto de dever cumprido e de abertura para novas aventuras do conhecimento social que escrevo estas últimas linhas.

Por fim, assinalo aos leitores que os processos intelectuais e afetivos pelos quais passei neste estudo correspondem a um aprendizado que transformou a minha vida. Isso deve-se, sim, aos estudos, às orientações e ao exercício criativo da escrita. Mas essa transformação deve-se principalmente pela aproximação com as trabalhadoras com as quais aprendi que a potência da sobrevivência se mantém mesmo em condições tão precárias. Um estudo iniciado pela curiosidade agora reveste-se de admiração. Fui eu quem mais aprendi ao longo dos diversos diálogos e reflexões. Aprendi a ser um estudante mais disciplinado, um pesquisador mais audacioso, um trabalhador mais gregário, um familiar mais responsável e uma pessoa mais humilde.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245.
- ANTUNES, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- AVILA, B. de M. (2009). *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife).
- BARBARA, R. R. A. (2007). *O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana-Bahia (1929-1964)*. (Dissertação de Mestrado, Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia).
- BECKER, H. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.
- BENDASSOLLI, P. F. & COELHO-LIMA, F. (2015). Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. *Revista Psicologia & Sociedade*, 27(2), p. 383-393.
- BERNADINO-COSTA, J. (2007). Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos (Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília/UnB).
- BERTEAUX, D. (1989). Los relatos de vida en el análisis social. *Historia y Fuente Oral*, núm. 1, p. 87-96.
- BERTEAUX, D. (2020). *As narrativas de vida*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- BRASIL (1982). Decreto n. 5.135, de 13 de novembro de 1872. Approva o regulamento geral para a execução da lei nº 2040 de 28 de Setembro de 1871. Palácio do Rio de Janeiro. 13 nov. 1872.
- BRASIL (2015). Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº. 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº. 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Brasília.

- BRITES, J. G. (2000). *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- BRITES-PICANÇO, J. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, nº 31, p.131-158.
- CACCIAMALI, M. C. (2016). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, 9(1), p. 153-174. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643124>.
- CARDOSO, A. M. (2019). *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades* – 2 ed. – Rio de Janeiro: Amazon,
- CARNEIRO, M. T.; ROCHA, E. (2009) “Do fundo do buraco”: o drama na ascensão social de empregadas domésticas. In: SOUZA, J. (Org.) (2009) *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CARVALHO, M. J. M. de. (2003). De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Revista Afro-Ásia*, 29/30, p.41-78.
- CASTEL, R. (2010) *As metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 9ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes.
- CASTRO, M. G. (1992). O Conceito de Gênero e as Análises sobre Mulher e Trabalho: Notas sobre Impasses Teóricos. *Cadernos CRH, Salvador-Bahia*, v. 17, jul-dez, p. 80-105.
- CASTRO, M. G. (1993). Alquimia das Categorias Sociais Na Produção de Sujeitos Políticos: Raça, Gênero e Geração Entre Líderes do Serviço Doméstico. *Estudos feministas*, Rio de Janeiro (UFRJ/CIEC), v. 0, p. 57-73
- CERTEAU, M. (2014). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.
- CHAUÍ, M. (1994). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil* . 6ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- CHAUÍ, M (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia das Letras.
- CORTÊS, M. (2021). A revolta dos bastardos: do Pentecostalismo ao Bolsonaroismo. *Caderno CRH*, 34, e021025. Recuperado de: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.46419>
- CÔRTEZ, M. (2018). O dispositivo pentecostal e a agência dos governados. *Revista Em Debate*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.31-38.
- COULON, Alain (1995). *A escola de Chicago*. Campinas, SP: Papyrus Editora.
- COUTINHO, M. C.; HESPANHOL-BERNARDO, M. & SATO, L. (Org.). (2017). *Psicologia Social do Trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- COUTINHO, M. C., & OLIVEIRA, F. (2017). *Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial do trabalho: Práticas cotidianas, processos de significações e identidades*. In: COUTINHO, M. C; BERNARDO, M. H. & SATO, L. (Orgs.) *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11-24). Petrópolis, RJ: Vozes.
- COUTINHO, M. C., BORGES, R. C., GRAF, L. P., & DA SILVA, A. S. (2013). “Todo dia uma casa diferente”: trajetórias, sentidos e cotidianos laborais de diaristas. *Universitas Psychologica*, 12(4), p.1125-1138. Doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.tdcd
- COUTINHO, M. C., D’AVILA, G. T., MADERS, T. R., & MORAIS, M. (2018). Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), p. 87-101. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>
- COUTINHO, M. C.; OLIVEIRA, F. & SATO, L. (2016), Olhar o cotidiano: percursos para uma *Psicologia Social do Trabalho*. *Psicologia USP*, 17(2), p. 289-295.
- CLOT, Y. (2007). *A Função Psicológica do Trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- DELARI-JUNIOR, A. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre a arte e a psicologia. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 2, p. 181-197, abr./jun.
- DIAS, M. O. L. da S. (1983) Mulheres sem História. *Revista de História*, [S. l.], n. 114, p. 31-45. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i114p31-45. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/62058>
- ENGESTRÖM, Y. (2001). Expansive Learning at Work: Toward an activity theoretical reconceptualization. *Journal of Education and Work*. Volume 14.
- EVARISTO, C. (2016). *Olhos d’água*. 1. ed. – Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- FANON, F. (1979). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FANON, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira . Salvador: EDUFBA.
- FARIAS, Z. A. (1983). *Domesticidade: “cativo” feminino?* Rio de Janeiro: Achiamé, p. 109- 44.
- FEDERICI, S. (2018) *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São. Paulo: Elefante.
- FERREIRA, A. B. de H. (2009). *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- FERNANDES, F. (2021). *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Contracorrente.

- FERNANDES, C. M. & CARVALHO, I. M. M. (2020). *Trabalhadoras doméstico: permanências e mudanças*. In: RIBEIRO, M. G. R & ARAGÃO, T. A. Transformações no mundo do trabalho [recurso eletrônico]: análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- FILGUIRAS, L. A. M., DRUCK, G., AMARAL, M. F. (2009). O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n.41, p. 211-229.
- FONSECA-JANES, C. R. X.; LIMA, E. A. (2013). O processo de formação de conceitos na perspectiva vigotskiana. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 39, p. 195-204.
- FOUCAULT, M. (2014). *A Coragem da Verdade: O Governo de Si e dos Outros II*. Martins Fontes, São Paulo.
- FRAGA, P. D. V. (2016). *A teoria das necessidades em Marx: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social*. São Paulo: Campinas.
- GANCHO, C. V. (2014). *Como Analisar Narrativas*. 9a ed., Série Princípios, São Paulo: Ática.
- GIRALDO, C. (2017). *Economía Popular Desde Abajo*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.
- GÓIS, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais. Ceará: Fortaleza.
- GONZALEZ, L. (1982). *Lugar de Negro* n03. Rio de Janeiro: Marco zero limitado.
- GONZALEZ REY, F. L (2012). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes., 2012.
- GRAHAM, S. L. (1992). *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro – 1860-1910*. São Paulo: Cia das Letras.
- HIRATA, H. & KERGOAT, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tema em destaque - conciliação entre trabalho e família. *Cad. Pesqui.* 37 (132).
- HOEFEL, M.G., JACQUES, M. G., AMAZARRAY, M. R., MENDES, J. M. R. & E NETZ, J. A. (2004) Uma proposta em Saúde do Trabalhador com portadores de LER/DORT: Grupos de Ação Solidária. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 7, p. 31-39
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2002) *Decent Work and the Informal Economy*. Genebra.
- PINHEIRO, L. S.; LIRA, F.; REZENDE, M. T. & FONTOURA, N. O. (2019). *Os Desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI : reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Repositório IPEA.
- JAMES, W. A. (2001). *Vontade de Crer*. São Paulo: Edições Loyola.

- LAURO, R. (2022). Foucault – o parresiasta. *Razão inadequada*. Resgatado de: <https://razaoinadequada.com/2018/06/27/foucault-o-parresiasta/#:~:text=O%20parresiasta%20n%C3%A3o%20diz%20algo,n%C3%A3o%20se%20tem%20em%20conta>.
- LAUTIER, B. & PEREIRA, J. M. (1994). Representações Sociais e Construção do Mercado
- LE GUILLANT, L. (2006). *Escritos de Louis Le guillant: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Organização e apresentação de Maria Elizabeth Antunes Lima; tradução de Guilherme Teixeira - Petrópolis, RJ: Vozes.
- LEOTIEV, N. A. (1983). *Actividad, conciencia y personalidad*. Cuba: Editorial Pueblo y Educación.
- LIMA, H. E. (2010). Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e a domesticidade. *Cadernos AEL*, 14(26). Recuperado de <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2561>
- LIMA, A. B. & OLIVEIRA, F. (1994). *Uma abordagem psicossocial da LER: ideologia culpabilização e grupos de qualidade de vida*. In: LER: Diagnóstico, Tratamento e Prevenção. Uma abordagem interdisciplinar. W. Coco e M.C.C.G. de Almeida (org.). Petrópolis: Vozes, p.136 – 159.
- LURIA, A. R. (1979). *The making of mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- MÃE, V. H. (2017). *O Apocalipse dos Trabalhadores*. São Paulo: Biblioteca Azul.
- SELIGMAN, M. E. P. (2002). Positive Psychology, Positive Prevention and Positive Therapy. Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55, 5–14.
- MARTÍN-BARÓ, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais / Ignácio Martín-Baró; Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. – Petrópolis, RJ: Vozes.*
- MARTINS, L. M. (2011). O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. (Tese apresentada ao concurso público para obtenção de título de Livre-Docente em Psicologia da Educação, Departamento de Psicologia, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista).
- MARTINS, J. B. (2013). Da relação Vigotsky e Leontiev – alguns apontamentos a respeito da história da psicologia soviética. *Revista Interamericana de Psicología*. Vol. 47, Num. 1, pp. 43-52.
- MARX, K.; ENGELS, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- MARX, KARL.(1993). *Manuscritos económico-filosóficos de 1844*. Trad. Maria Antónia Pacheco. Lisboa: Avante!.

- MARX, K.; ENGELS, F. (2008). *Manifesto do partido comunista*, São Paulo: Expressão Popular.
- MELLO, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- MESQUITA, E. C. (2017). Trabalho autônomo e políticas públicas em regiões metropolitanas – 2ª edição. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).
- MESQUITA, A. M. De. (2018). *A formação psicológica de valores morais no contexto da sociabilidade competitiva e individualista na educação: apontamentos para a atividade pedagógica*. São Paulo: Marília.
- MOTTA, A. B. da (1985). *Emprego doméstico em Salvador*. Relatório final de pesquisa. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Departamento de Sociologia.
- NANCY, C. (2003). *A razão dramática: sobre o sentido grego de drama*. In: Folhetim – Teatro do pequeno gesto. set-dez. p. 9-2.
- NASCIMENTO, B. (2006). *A mulher negra no mercado de trabalho (1976)*. In Ratts, A (2006). *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*, São Paulo: Imprensa Oficial.
- NASCIMENTO, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras - 1ªed*. Editora Zahar.
- NORONHA, E. (2003). “Informal”, Ilegal, Injusto: Percepções do Mercado de Trabalho no Brasil. RBCS, V.18, n.53.
- NUNES, C. G. F. (1993). *Cidadania e cultura – O universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990)*. (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Instituto de Humanidades, Departamento de Sociologia, Programa de Doutorado em Sociologia).
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. (2002). *Decent Work and the Informal Economy*. Genebra.
- PASTRE, J. L. (2006). Crítica aos fundamentos da psicologia em Politzer: psicanálise e psicologia concreta. *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v.8, n.esp., p.103-120, ISSN: 1676-2592.
- POLITZER, G. (1998). *Crítica aos Fundamentos da Psicologia – a psicologia e a psicanálise*. Trad. Marcos Marcionilo e Yvone M. T. da Silva. Piracicaba, SP: UNIMEP.
- RIBEIRO, C. R. B. (2014). *Usos de si e (in)formalidade no trabalho da empregada doméstica diarista* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais)

- RIZEK, C. S. (2006). *Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.11, n. 21, p. 49-58.
- ROBBINS, S.P. (2010). *Comportamento Organizacional*. 14ª ed. São Paulo: Prentice Hall.
- SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H. M. O. & SATO, L. (2014). Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): Considerações teórico-empíricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. 4(2), p. 325-350.
- SAFFIOTI, H. I. B. (1979). *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada.
- SANTOS, J. B. F. dos (2000). *O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Editora Annablume.
- SANTOS, J. B. F.; MACIEL, R. H. M. O. & SATO, L. (2014). Trabalhadores informais e a formação de redes socioprodutivas (RSP): Considerações teórico-empíricas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. 4(2), 325-350. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>
- SATO, L.; OLIVEIRA, F. (2008). Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Alethia*, 27, 188-197.
- SATO, L. (2011). *Psicologia e Trabalho: Focalizando Profissões “Ignoradas”*. In: *Psicologia Social e seus Movimentos*. Universitária UFPE.
- SATO, L. (2017). *As diferentes faces do trabalho no contexto urbano*. In: COUTINHO, M. C. BERNARDO, M. H. & SATO, L. *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 151-174). Petrópolis: Vozes.
- SATO, L.; ARAUJO, M.; UDIHARA, M. L.; FRANCO, M. A.; NICOTERA, F. N.; DALDON, M. T. B.; SETTIMI, M. M. & SILVESTRE, M. P. (1993). Atividade em grupo com portadores de LER e achados sobre a dimensão psicossocial. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n.79, vol.21 - jul/ago/set.
- SATO, L., BERNARDO, M. H., & OLIVEIRA, F. (2008). *Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos*. *Psicología para América Latina*, (15). Recuperado de:
- SATO, L., COUTINHO, M. C., & BERNARDO, M. H. (Orgs.). (2017). *Psicologia Social do Trabalho* Petrópolis, RJ: Vozes.
- SAWAIA, B. B. (2006). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, Bader (org.) – *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial da ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- SAWAIA, B. B (2009). *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *Psicologia & Sociedade*; 21 (3): 364-372.

- SAWAIA, B. B.; SILVA, D. N. H. (2019). *A subjetividade revolucionária: questões psicossociais em contexto de desigualdade social*. IN: TOASSA, G.; SOUZA, T. C.; RODRIGUES, D. J. S. (Orgs). *Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis*. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária.
- SELIGMANN-SILVA, E. (1997). *A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial*. In: SILVA FILHO, J. F. Da; JARDIM, S. R. (Orgs). *A danação do trabalho: relações de trabalho e o sofrimento*. Rio de Janeiro, Te Corá Editora.
- SELIGMANN-SILVA, E. (2011). *Trabalho e Desgaste mental: O direito de Ser Dono de Si Mesmo*. São Paulo: Cortez.
- SENNETT, R. (2009). *O artífice*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- SHUARE, M. (1990). *La psicología soviética tal como yo la veo*. Moscou: Progreso
- SILVA, M. H. (2016). *Nem mãe preta, nem negra fulô*. São Paulo, Junduaí: Paco Editorial.
- SILVA, M. C. da. (2017). *Enredo linear e não linear*. Brasil Escola. Resgatado de: <<http://brasilecola.uol.com.br/redacao/enredo-linear-naolinear.htm>>.
- SILVA, M. P. da; HESPANHO- BERNARDO, M. (2018). Grupo de reflexão em saúde mental relacionada ao trabalho: uma contribuição da psicologia social do trabalho. *Rev Bras Saude Ocup* p.43.
- SOUZA, J. (2009). *A Ralé Brasileira: Quem É e Como Vive*. Belo Horizonte: UFMG.
- SOUZA, L. M. T. de. (1991). Dependência da empregada: o espaço da exclusão. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco).
- SPINK, P. (2009). Micro cadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, p. 227-241.
- TERRA, L. M. *Carreras y trayectorias laborales: una revisión crítica de las principales aproximaciones teórico-metodológicas para su abordaje*. Revista Latino-Americana de Metodologia das Ciências Sociais. Vol. 2, n.1, p. 36 - 65
- TOASSA, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas, SP: Papirus
- TUNES, E. & PRESTES, Z. (2009). *Vigotski e Leontiev: ressonâncias de um passado*. Cadernos de Pesquisa, 39(136), 285-314.
- UCHÔA-DE-OLIVEIRA, F. M. (2020). *Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal*. (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo).
- VÁSQUEZ, A. S. (2005). *Ética*. Editora Crítica, Barcelona.

- VIGOTSKI, L. S. (1995). *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Madrid: Visor, 1995. Obras escogidas III
- VIGOTSKI, L. S. (1929 / 2000). *Manuscrito de 1929* [Psicologia concreta do homem]. In *Educação e Sociedade*. N. 71. Campinas: Cedes. p. 21-44.
- VIGOTSKY, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, F. (2009). *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Tradução de Roberta Ceva. Rio de Janeiro: Garamond.

APÊNDICE A – TERMO DE ANUÊNCIA



Termo de Anuência

Eu, **Antônio Gilvan Mendes de Oliveira**, Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, declaro para os devidos fins que o IDT está de acordo com a execução da pesquisa: **“Atividade, cotidiano e saúde: o caso do Centro do Trabalhador Autônomo”**, realizada pelo pesquisador e doutorando **Leonardo Araújo Lima** (CPF: 003.231.653-46 / CRP:11/04718), do programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

O pesquisador do referido estudo será responsável pela condução dos procedimentos metodológicos e éticos da pesquisa, possuindo autorização para as respectivas atividades de pesquisa pelo período de **até 24 meses** a partir da data de assinatura deste Termo de Anuência.

Tais atividades, desenvolvidas pelo doutorando no âmbito do Centro do Trabalhador Autônomo, incluem: observações etnográficas de campo, entrevistas estruturadas junto aos profissionais que atuam no CTA, oficinas temáticas junto às pessoas atendidas pelo CTA, diálogos não estruturados e sistemáticos para coleta de narrativas dos trabalhadores autônomos.

Reitera-se que os procedimentos de entrevista devem ser devidamente autorizados pelos entrevistados mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de modo que será responsabilidade do pesquisador fazer cumprir, durante o desenvolvimento da pesquisa no IDT, as resoluções éticas brasileiras, em especial a resolução CNS 466/2012, que regula a pesquisa com seres humanos.

Quanto à utilização do espaço físico do CTA, esta deverá ser autorizada previamente pela presidência do IDT e se dará sob o acompanhamento da gerência da Unidade.

Por fim, vale ressaltar que as atividades desenvolvidas pelo pesquisador no Instituto de Desenvolvimento do Trabalho não serão remuneradas, e não representam vínculo trabalhista.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo de Anuência, depois de lido e achado conforme, assinado pelos partícipes, dele extraindo 2 (duas) vias de igual teor, para que produzam todos os efeitos legais.


Fortaleza, 24 de maio de 2019.



Antônio Gilvan Mendes
 Presidente IDT



Leonardo Araújo Lima
 Pesquisador

ASSESSORIA JURÍDICA - IDT


 VISTO

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Sr.(a) _____

Você está sendo convidado/a para participar de uma pesquisa acadêmica. O título da pesquisa é: **Atividade, cotidiano e saúde de trabalhadores informais: explorando o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)**. Meu nome é Leonardo Araújo Lima (CPF 003.231.653-46), sou psicólogo (CRP 11/04718) e pesquisador pelo curso de pós-graduação do Programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Este estudo conta com a orientação do Profa. Dra. Leny Sato.

Estou realizando um estudo sobre a saúde de trabalhadoras domésticas que atuam em condições de informalidade. Por isso convido você para participar desta **entrevista individual**. Nesta ocasião, você e eu iremos dialogar sobre a sua trajetória profissional, as condições de trabalho e a convivência social presentes no seu cotidiano de serviços domésticos. Caso aceite participar da pesquisa, irei coletar alguns dados através de formulário de entrevista e gravação do nosso diálogo em áudio como instrumentos importantes para o objetivo do estudo.

Nesta entrevista irei fazer algumas perguntas sobre a sua história profissional, sobre a sua saúde pessoal e como se dão as suas relações de trabalho. A entrevista será realizada no espaço físico do CTA e terá duração entre 40 e 60 minutos. Durante a entrevista será de sua escolha a continuidade, ou não, do diálogo ou ainda solicitar a qualquer momento que o gravador seja desligado.

Possíveis riscos de sua participação devem ser considerados para a sua aceitação. O nosso diálogo pode acessar informações sobre o seu cotidiano e relações de trabalho que lembrem sentimentos pesados e de difícil assimilação. A memória de algumas situações pode evocar desconforto emocional. Nestes momentos eu (na condição de pesquisador) respeitarei as suas resistências e me esforçarei para uma condução mais agradável do diálogo. Caso aconteça algum desconforto de sua parte, também irei me responsabilizar pela assistência psicológica pelo tempo que for necessário até que o seu equilíbrio emocional se reestabeleça.

Os benefícios da participação na pesquisa evocam para a possibilidade de reflexão criativa (individual e coletiva) sobre aspectos da vida cotidiana no trabalho doméstico. Neste sentido você poderá (re)elaborar estratégias de resistência frente as questões problemáticas na atividade de trabalho e relações sociais.

Deixo evidente aqui que me responsabilizo pelo ressarcimento de custos referentes à sua participação nesta entrevista (por exemplo: transporte e alimentação). Também estou inteiramente de acordo a indenizar você por qualquer eventual dano (físico ou moral) em decorrência de sua participação nesta pesquisa. Ressalto ainda a confidencialidade dos dados coletados. Nas análises dos dados não serão expostos o seu nome e nenhuma informação que possa identificar você a partir dos relatórios ou publicações da pesquisa. Se você participar da entrevista, receberá uma via deste termo, com o mesmo conteúdo e assinada pelo pesquisador responsável.

Para algum esclarecimento adicional por favor entre em contato comigo, pesquisador responsável por este estudo através destes canais: email (lalima@usp.br); telefone 85-98533.3647; ou ainda pelo endereço do programa de pós-graduação que faço parte, o Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Av. Prof. Mello de Moraes, 1721; Cidade Universitária – São Paulo/SP; CEP 05508-030)

Caso você queira esclarecimentos sobre aspectos éticos da pesquisa científica, poderá também entrar em contato com o Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – CEPH/IPUSP pelos seguintes canais: telefone (11-3091.4182); email (ceph.ip@usp.br); ou pelo endereço (Av. Prof. Mello de Moraes, 1721; Bloco G, 2º andar, sala 27, Cidade Universitária – São Paulo/SP; CEP 05508-030)

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa “**Atividade, cotidiano e saúde de trabalhadores informais: explorando o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)**” dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Fortaleza, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador
Leonardo Araújo Lima

Digital

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – GRUPOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caro Sr.(a) _____

Você está sendo convidado/a para participar de uma pesquisa acadêmica. O título da pesquisa é: **Atividade, cotidiano e saúde de trabalhadores informais: explorando o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)**. Meu nome é Leonardo Araújo Lima (CPF 003.231.653-46), sou psicólogo (CRP 11/04718) e pesquisador pelo curso de pós-graduação do Programa de Psicologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Este estudo conta com a orientação do Profa. Dra. Leny Sato.

Estou realizando um estudo sobre a saúde de trabalhadoras domésticas que atuam em condições de informalidade. Por isso convido você para participar deste **encontro em grupo**, onde estarão presentes outras pessoas que atuam neste modelo profissional. Nesta ocasião iremos dialogar sobre as condições de trabalho e a convivência social presentes nos seus cotidianos dos serviços domésticos. Caso aceite participar da pesquisa, irei coletar alguns dados através de formulário de identificação e gravação do encontro em áudio como instrumentos importantes para o objetivo do estudo.

Neste encontro irei apresentar alguns argumentos sobre a saúde de trabalhadores e solicitarei que você indique alguns exemplos da sua atividade pessoal. O encontro será todo realizado no espaço do CTA, terá duração mínima de 60 minutos e duração máxima de 90 minutos. Ao final do encontro, é de sua escolha me entregar ou não a ficha de identificação. É também de sua escolha ficar presente na sala ou solicitar a qualquer momento que o gravador seja desligado.

Possíveis riscos de sua participação devem ser considerados para a sua aceitação. Os diálogos em grupo podem acessar informações sobre o seu cotidiano e relações de trabalho que lembrem sentimentos pesados e de difícil assimilação. A memória de algumas situações pode evocar desconforto emocional. Nestes momentos eu (na condição de pesquisador) respeitarei as suas resistências e me esforçarei para uma condução mais agradável do diálogo. Caso aconteça algum desconforto de sua parte, também irei me responsabilizar pela assistência psicológica pelo tempo que for necessário até que o seu equilíbrio emocional se reestabeleça.

Os benefícios da participação na pesquisa evocam para a possibilidade de reflexão criativa (individual e coletiva) sobre aspectos da vida cotidiana no trabalho doméstico. Neste sentido você poderá (re)elaborar estratégias de resistência frente as questões problemáticas na atividade de trabalho e relações sociais.

Deixo evidente aqui que me responsabilizo pelo ressarcimento de custos referentes à sua participação neste encontro (por exemplo: transporte e alimentação). Também estou inteiramente de acordo a indenizar você por qualquer eventual dano (físico ou moral) em decorrência de sua participação nesta pesquisa. Ressalto ainda a confidencialidade dos dados coletados. Nas análises dos dados não serão expostos o seu nome e nenhuma informação que possa identificar você a partir dos relatórios ou publicações da pesquisa. Se você concorda em participar dos encontros em grupo, receberá uma via deste termo, com o mesmo conteúdo e assinada pelo pesquisador responsável.

Para algum esclarecimento adicional por favor entre em contato comigo, pesquisador responsável por este estudo através destes canais: email (lalima@usp.br); telefone (85) 98533.3647; ou ainda pelo endereço do programa de pós-graduação que faço parte, o Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Av. Prof. Mello de Moraes, 1721; Cidade Universitária – São Paulo/SP; CEP 05508-030)

Caso você queira esclarecimentos sobre aspectos éticos da pesquisa científica, poderá também entrar em contato com o Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – CEPH/IPUSP pelos seguintes canais:

telefone (11-3091.4182); email (ceph.ip@usp.br); ou pelo endereço (Av. Prof. Mello de Moraes, 1721; Bloco G, 2º andar, sala 27, Cidade Universitária, São Paulo/SP; CEP 05508-030)

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Declaro que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa “**Atividade, cotidiano e saúde de trabalhadores informais: explorando o Centro do Trabalhador Autônomo (CTA)**” dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Fortaleza, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador
Leonardo Araújo Lima

Digital

APÊNDICE D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atividade, cotidiano e saúde de trabalhadoras domésticas informais

Pesquisador: LEONARDO ARAUJO LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 26268819.6.0000.5561

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE DE SAO PAULO

Patrocinador Principal: USP Instituto de Psicologia

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.754.867

Apresentação do Projeto:

O presente projeto de pesquisa busca compreender as relações entre a saúde e atividade de trabalho de profissionais diaristas que realizam serviços domiciliares sem alguma vinculação contratual, através de uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semiabertas e grupos focais o conjunto de trabalhadoras que frequentem as fileiras de encaminhamento do CTA (Centro do Trabalhador Autônomo), agência de intermediação de mão de obra da cidade de Fortaleza-CE; apresenta o TCLE; se mostra relevante dentro do campo da Psicologia; e toma os cuidados éticos necessários.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é relevante e claramente explicitado e busca compreender as relações entre a saúde e atividade de trabalho de profissionais diaristas que realizam serviços domiciliares sem alguma vinculação contratual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto de pesquisa apresenta claramente descrito os benefícios, e afirma que os riscos aos participantes são mínimos, principalmente vinculados a potenciais desconfortos causados pela resposta a algumas perguntas, e que irá oferecer apoio em caso de solicitação por parte do participante, explicitando o tipo de apoio que será oferecido e quem o fará, mas não onde será realizado e como será feito o encaminhamento.

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 05.508-030

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: ceph.ip@usp.br

Continuação do Parecer: 3.754.867

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto de pesquisa apresenta referencial teórico pertinente, metodologia qualitativa adequada, apresenta o TCLE, se mostra relevante dentro do campo da Psicologia e toma os cuidados éticos necessários. Indica a instituição que será estudada, descrevendo os motivos que ela foi escolhida como campo da pesquisa. Inclui os critérios de inclusão dos/as participantes. Apresenta os temas a serem investigados durante as entrevistas e os grupos focais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não apresenta a carta de anuência, mas ofício do IPUSP solicitando a anuência para a realização da presente investigação. Apresenta duas modalidades de TCLE: uma para os/as participantes que irá ser entrevistados/as e outra para os/as que irão participar dos grupos focais, Ambos os TCLE são apresentados em duas vias; deixam claro os objetivos e procedimentos que serão adotados, explicando o que será feito como procedimento e o tempo de duração de cada um; oferece um contato da pesquisadora e do Comitê de Ética para eventuais dúvidas e esclarecimentos adicionais; indicam que os/as participantes poderão pedir os esclarecimentos que desejarem e/ou deixar a pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos; indicam os riscos e benefícios da pesquisa; deixam claro que haverá anonimato e a garantia do sigilo dos/as participantes, e a possibilidade de publicação de dados da pesquisa, garantido o sigilo da identidade do participante.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1427294.pdf	27/11/2019 10:53:00		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_grupos.pdf	27/11/2019 10:51:12	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_entrevista.pdf	27/11/2019 10:50:51	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 05.508-030

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: cep@usp.br

USP- INSTITUTO DE
PSICOLOGIA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO



Continuação do Parecer: 3.754.867

Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisador_responsavel_.pdf	28/10/2019 09:31:14	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
Outros	oficio_pst.pdf	03/10/2019 16:45:04	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_ass.pdf	03/10/2019 16:43:11	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_anuencia_CTA_IDT.pdf	23/09/2019 15:39:47	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	roteiro_entrevistas.pdf	23/09/2019 15:22:30	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_atv_e_saude_domestica_cep.pdf	23/09/2019 15:18:21	LEONARDO ARAUJO LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 09 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Jose de Oliveira Siqueira
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco G - Sala 27

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 05.508-030

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3091-4182

E-mail: ceph.ip@usp.br

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Trajatória individual

- Por favor narre como foi a sua vida familiar quando criança, destacando relações com familiares e vivência de estudo na escola (com amigos, professores e conteúdo das aulas).
- Como foi a sua inserção no mercado de trabalho? Por quais experiências já passou até hoje?
- Neste histórico pessoal, como tem percebido a sua saúde (orgânica e mental)? Já passou por intervenções hospitalares ou em qualquer outra instituições de saúde?
- Existe algum objetivo profissional mais urgente para você no momento?
- E num futuro mais a longo prazo, você verifica algum objetivo profissional?

Processos de Trabalho

- Os encaminhamentos pelo CTA têm sido a seu único acesso às atividades remuneradas? Quais outras atividades você tem realizado (nos últimos seis meses)?
- Num dia comum de serviço autônomo, por favor narre como você organiza o seu dia de trabalho. Considere desde o momento que busca o encaminhamento do CTA até o momento que volta para casa após o dia de trabalho.
- Por favor me diga sobre os equipamentos (instrumentos e utensílios) que você utiliza no dia de trabalho.
- Existe alguma implicação na saúde de seu corpo devido ao uso contínuo destes equipamentos?
- Como relação às pessoas que você estabelece no trabalho, como você define o convívio com colegas de trabalho? E com as pessoas que te contratam? E com os profissionais do CTA?
- Você percebe alguns sinais de tensão mental devido as obrigações no trabalho? E devido às relações pessoas no trabalho?

Sociabilidade e proteção à saúde

- Narre por favor sobre o lugar onde você mora (casa e pessoas que lá convivem) e o bairro em que habita (chegada na região e convívio histórico com as pessoas que já estavam lá).
- Como é a interação entre os vizinhos na rua ou bairro onde você reside?
- Quando você precisa da ajuda de pessoas (para qualquer motivo) a quem você recorre?
- Você habita em ambientes de convívio com pessoas as quais você se sente à vontade para solicitar algum tipo de ajuda? Ou de ajudar as pessoas que estão precisando?
- Em caso de doença ou agravo na saúde (pessoal, na família ou de pessoas próximas) a quais instituições vocês têm recorrido? Como você avalia o atendimento nestas instituições?
- Há algo que você queira me relatar a fim de eu aprimorar o entendimento sobre a sua rotina de trabalho? E sobre o seu convívio comunitário? E sobre a sua saúde